

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO

*O MAIS BELO ORNAMENTO DE ROMA. ADMINISTRAÇÃO, OFÍCIOS E O  
PROJETO BUROCRÁTICO NAS VARIAE DE CASSIODORO (507 – 540 D.C.)*

CURITIBA  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO

*O MAIS BELO ORNAMENTO DE ROMA. ADMINISTRAÇÃO, OFÍCIOS E O  
PROJETO BUROCRÁTICO NAS VARIAE DE CASSIODORO (507 – 540 D.C.)*

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto**

CURITIBA  
2012

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Pinto, Otávio Luiz Vieira

O mais belo ornamento de Roma: administração, ofícios e o projeto burocrático nas variaes de Cassidoro (507-540 D.C.) / Otávio Luiz Vieira Pinto. – Curitiba, 2012.  
196 f.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Antiguidade tardia. 2. Historiografia. 3. Burocracia. 4. Roma – Política e governo. I. Título.

CDD 937



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Otávio Luiz Vieira Pinto, intitulada: **O mais belo ornamento de Roma. Administração, Ofícios e o projeto burocrático nas variaes de Cassiodoro (507-540 d.C)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, sete de março de dois mil e doze.

Prof. Dr. Renan Frighetto (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Candido da Silva (USP)  
1º Examinador

Profa Dra Marcella Lopes Guimarães (UFPR)  
2º Examinador

Ao meu avô, que olha por mim do Salão dos Escudos.  
Queria-te ao meu lado neste momento.

## GRATIA

\*\*\*

O esforço intelectual nunca está amparado somente nas costas de seu artífice, mas floresce também do carinho, do incentivo, da companhia e dos debates proporcionados por aqueles que caminham ao seu lado. Assim é que, neste momento, tomo a primeira pessoa para afirmar que meu caso não é exceção, e que este trabalho deve sua essência, em muito, à presenças constantes em minha vida, para as quais agora faço minha reverência.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, pela vida, pelo crescimento, pela fé inabalável em minhas escolhas e pelo espírito altruísta e incansável diante de meus espinhos. Obrigado pela fonte inesgotável de amor, carinho e esperança.

Agradeço à Analu, minha amiga e companheira, minha consolação diante do escuro. Obrigado pela paciência, pela ternura, pelas risadas e, especialmente, por ter aguentado a presença insistente de Cassiodoro por dois anos.

Devo minha gratidão, também, às minhas diversificadas famílias: ao meu pai, Amaury, por acreditar no meu potencial e me dar todo o suporte indispensável para que esta minha empresa acadêmica tenha sido realizada; aos meus irmãos, pelo afeto e pelas horas de distração; ao Alberto, por instigar minhas ideias com debate e questionamento e por ter sido, sempre, uma presença indispensável e íntegra; à Rosilane, Luiz e Luane, por me acolherem de maneira tão afável.

Agradeço com especial apreço meu *magister*, Renan Frighetto, verdadeiro pai na vida e na erudição, *vir illustris* que, por seis anos, tem acredito e apostado em meu potencial; obrigado por ser o Virgílio em minha viagem entre godos.

Por todo auxílio, encorajamento, debate e sabedoria, agradeço também minhas sempre presentes *magistræ* Fátima Regina Fernandes e Marcella Lopes Guimarães.

Agradeço também ao *optimus vir* Marcelo Cândido, cujo trabalho me inspira e influência desde o início de minha trajetória acadêmica, e agora participa do fechamento de uma etapa desta minha caminhada, o que me causa imensa alegria.

Pela atenção, pelas dicas e pelo suporte à minhas ideias e questões, agradeço aos professores Ian Wood, Shane Bjornlie e Walter Pohl.

Alguns colegas de curso e de estudos foram mais do que amigos, e pela companhia e conversas, tornaram-se verdadeiros irmãos em armas. Assim, deixo meu mais profundo agradecimento à Vanessa Fronza, Marlon Citon, Eliane Veríssimo, Gabriel Paizani, Gabriela Cavalheiro, Bianca Hammerschmidt, minha “irmãzinha” Janira Feliciano, Rafael Diehl, Théo de Borba, Vinicius, Silvia e Vitor Liebel, Andréa dal Pra, Lukas Grzybowski e Paulo *magister*.

Por uma década de amizade, risadas e jogos, agradeço meus irmãos Juan Marcelo e Leonardo Polli, companheiros para uma vida toda.

Agradeço à Maria Cristina Parzowski pelos “galhos quebrados”, pela atenção e por todo o auxílio que, por muitas vezes, requeri.

Agradeço também todos os amigos e amigas que fizeram parte da minha vida nestes dois anos e que marcaram meu crescimento enquanto pessoa e enquanto humanista.

Agradeço à CAPES, pelo auxílio e pela possibilidade de realizar este trabalho com dedicação exclusiva.

Naturalmente, deixo também meu agradecimento – e meu reconhecimento – a todos aqueles estudiosos que me antecederam, que embasam este trabalho, que me fomentaram ideias e que tornaram minha compreensão da História possível.

Agradeço também à Cassiodoro, pelo legado.

## The Last Hours of Cassiodorus

*“God is laying his last slate to the roof,  
The ceiling of my death is near complete,  
The Vivarium now must live up to its name.*

*Fish in my stewponds circle silently,  
Their free captivity is like the soul,  
An endless round, then thrashing in a net.*

*Our state days pinioned in official letters,  
The Variae of sound administration,  
But Boethian birds still shun my volary.*

*Home to the South, to sad Scolacium,  
From Civilisation and a Library,  
The sea spray drying on acacia leaves.*

*After me what further barbarisms?  
My pose is prayer, but yet my head is filled  
With the terrifying dissonance of God.*

*I have lived well past my statutory days,  
The mapping pen has fallen from my hand,  
A hundred years or more of beating wings.”*

Peter Porter.



## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo apresentar uma análise centrada na Itália ostrogótica do século VI a partir de uma compilação chancelar intitulada *Variae*, idealizada e organizada pelo funcionário romano Flávio Magno Aurélio Cassiodoro Senador (c. 485 – c. 590 d.C.) por volta de 540. Enquanto personagem de extração tradicional latina, Cassiodoro atuou como um importante funcionário civil sob a coroa dos ostrogodos entre 507 e c. 538: durante este período, assumiu os cargos de Questor, Cônsul, *Magister Officiorum* e Prefeito do Pretório e, ao final de sua carreira, reuniu uma parte de sua produção oficial e as publicou numa coleção (em 12 livros) pensada, organizada e disposta pelo próprio autor. Nos últimos anos da atuação administrativa de Cassiodoro, o então imperador em Constantinopla, Justiniano I, moveu uma campanha militar contra territórios do ocidente, com destaque para a região da Península Itálica. Este conflito trouxe instabilidade para o poder dos ostrogodos, que sofreu um forte abalo com a perda de Ravena, a capital política, para as forças do general Belisário, em 540. Com a tomada da cidade, seus habitantes mais destacados, entre eles Cassiodoro, são enviados para Constantinopla (nosso autor permaneceria no oriente até 554), e é neste íterim que deve repousar o entendimento acerca das *Variae*. Tradicionalmente entendida como um documento que atesta ou uma propaganda ostrogótica ou um exercício estilístico no âmbito dos textos administrativos, tomamos aqui as *Variae* como parte de um projeto político-burocrático do autor, isto é, como um esforço retórico para legitimar sua atuação e, ao mesmo tempo, apresentar uma dimensão tradicional, política e estável para a máquina de gerência civil, tornando-a uma verdadeira representante do Império Romano sob qualquer tipo de vicissitude política. Para esta compreensão, investigamos essa compilação chancelar enquanto um documento geral e coeso, cuja leitura perpassa uma lógica estruturada pelo autor e guiada por uma ideia de “protagonismos retóricos”, isto é, papéis discursivos atribuídos à elementos de recorrência, como o reinado dos ostrogodos ou o império do Oriente, de maneira a formar uma ideia particular, independente do caráter heterogêneo dos assuntos tratados nas cartas individualmente. Destarte, com este exercício exegético, chegamos à conclusão de que as *Variae* são, por parte de Cassiodoro, uma tentativa de elevar e apresentar a burocracia como a efetiva eternidade de Roma, capaz de atuar independentemente da situação política de seu momento, e por isso tal documento torna-se relevante no contexto de instabilidade em que foi publicado. Acreditamos, assim, propor uma compreensão tanto para os objetivos de Cassiodoro como para o funcionamento da administração, do passado e da tradição na Itália ostrogótica do século VI, de forma a contribuir, de maneira adequada, ao campo de estudos da Antiguidade Tardia.

**Palavras-chave:** Cassiodoro; *Variae*; Itália Ostrogótica; Tradição Romana; Antiguidade Tardia;

## ABSTRACT

This dissertation intends to propose an analysis concerned with the 6th century Ostrogothic Italy through the documental compilation known as *Variae*, idealized and organized by the Roman officer Flavius Magnus Aurelius Cassiodorus Senator (c. 485 – c. 590 A.D.) around 540. As a character with a Latin background, Cassiodorus worked as an important civil officer under the Ostrogothic crown between 507 and c. 538: during this period, he was ranked as quaestor, consul, *Magister Officiorum* and Praetorian Prefect and, at the end of his tenure, gathered a part of his official production and published them in a collection (of 12 books), thought and organized by himself. In the last years of his tenure, the emperor in Constantinople, Justinian I, waged battle against the Western territories, especially the Italic Peninsula. This conflict brought instability to the Ostrogothic power, which suffered a great setback with the loss of Ravenna, its political center, to the forces of the general Belisarius in 540. With the city taken, its most foremost citizens, among them Cassiodorus himself, are sent to Constantinople (our author would stay in the East until 554), and it is in this context that should lie the understanding of the *Variae*. Traditionally held as a document attesting or a Ostrogothic propaganda or a stylistic exercise for administrative texts, we take the *Variae* as part of a politic-bureaucratic Project, that is, a rhetorical effort to legitimize Cassiodorus' career and proceeding and, at the same time, to present a traditional, political and stable dimension to his administration, making it a true representative of the Roma Empire under any kind of political vicissitude. To this comprehension, we investigate this compilation as a general and cohesive documental, which reading permeates a logic, structured by its author and guided by an Idea of "rhetorical protagonisms", that is, discursive roles attributed to recurring elements such as the Ostrogothic Kingdom or the Eastern Empire, in order to build a particular Idea, regardless the heterogeneous trait of the subjects presented in each letters individually. Thus, with this exegetical effort, we came to the conclusion that the *Variae* are an attempt of Cassiodorus to elevate and to present the bureaucracy as the effective eternity of Rome, capable of functioning regardless of the political situation, and for that such document becomes relevant in the context of instability in which it was published. That being said, we believe that this panorama can propose a comprehension not only of the objectives of Cassiodorus, but also of the administration and its functioning, of the past and of the tradition in the 6th century Ostrogothic Italy, in a way to adequately contribute the Late Antiquity research Field.

**Key words:** Cassiodorus; *Variae*; Ostrogothic Italy; Roman tradition; Late Antiquity;

## GLOSSÁRIO

\*\*\*

**Amelungo:** categoria que define aquele que pertence ao grupo político e cultural dos Amálos, uma linhagem tribal com forte influência em seu contexto.

**Germano:** categoria utilizada para identificar um determinado grupo de personagens que compartilha um determinado ramo linguístico. Não implica num processo necessariamente delimitável de construção identitária.

**Ideologia:** conjunto ou sistema articulado de pensamentos que diz respeito a um ideal projetado de comunidade, geralmente propagado por indivíduos ou instituições poderosas ou que detém um posicionamento de certo destaque.

**Império:** categoria que, quando aplicada ao século VI especificamente, indica a porção oriental (o chamado “Império Bizantino”) e a política lá desenvolvida. Quando discriminado, aponta também para a herança teórica e legitimadora deixada pela contraparte ocidental, desarticulada sob um chefe latino desde 476 d.C.

**Latino:** tal qual *germano*, categoria utilizada para identificar um determinado grupo de personagens – geralmente ligados a uma tradição romana – que compartilha um determinado ramo linguístico.

**Ocidental e Oriental:** categorias utilizadas para diferenciar a práxis política e administrativa entre Ravena e Constantinopla e, principalmente, entre *romanos* habitantes de Ravena e *romanos* habitantes de Constantinopla. Buscou-se evitar a implicação cultural mais verticalizada e excludente dos termos, bem como o emprego do termo “bizantino”, não presente na documentação referente ao período em questão.

**Ostrogodo:** categoria utilizada para delimitar, didaticamente, o habitante da Itália (e de extração germana) em oposição, eminentemente política, ao habitante da *Hispania* (também considerado godo – “visigodo”). Neste trabalho, torna-se quase um sinônimo para “seguidores de Teoderico I Amálo”.

**Reino:** categoria que, no caso ostrogótico, delimita o lócus de atuação política de Teoderico I Amálo e seus sucessores. Antes de configurar-se como uma instituição, representa muita mais o poder efetivo e a capacidade governativa dos ostrogodos na Itália.

**Retórica:** conceito que denota uma construção textual, discursiva ou simbólica carregada de matizes teóricos e subjetivos, com a intenção de motivar, convencer ou persuadir um determinado público-alvo a partir das contingências do enunciatário.

## MAPAS

\*\*\*

Mapa 1.....	30
Mapa 2.....	30
Mapa 3.....	38
Mapa 4.....	60
Mapa 5.....	88
Mapa 6.....	90
Mapa 7.....	91

## TABELAS

\*\*\*

Tabela 1.....	63
Tabela 2.....	64
Tabela 3.....	67

## INDEX

<b>PROLOGUS</b> .....	12
<i>MCCXLVI Ab Urbe Condita</i> . O período ostrogótico e a apresentação de uma proposta dissertativa.....	12
<i>Scentia et Modus</i> . Conceituação e Metodologia.....	15
<i>Inter pares</i> . Uma apreciação historiográfica .....	21
<i>Vir eruditissimus</i> . O tempo e a vida de Cassiodoro .....	24
<b>EPITOME CAPITULI II</b> .....	34
<b>DE ADMINISTRATIONE</b> .....	35
<i>Deus et Dominus</i> . Diocleciano, Constantino, Teodósio e a <i>virada burocrática</i> .....	35
<i>vir gloriosissimi et magnifici</i> . Lógica e <i>Ideologia Burocrática</i> .....	46
<i>Officium non habet</i> . Administração e Burocracia na Itália ostrogótica .....	56
<b>EPITOME CAPITULI III</b> .....	74
<b>DE RETHORICA</b> .....	75
<i>Amici, epistolae et potestas</i> . Gênero epistolar e a especificidade das <i>Variae</i> .....	75
<i>Solus ornatus est, qui discernit indoctos</i> . Produção e contexto das <i>Variae</i> ..	86
<i>In unum corpus redigere suadebant</i> . Lógica e organização retórica nas <i>Variae</i> .....	101
<b>EPITOME CAPITULI IV</b> .....	114
<b>DE EPISTOLIS</b> .....	115
<i>Regnum nostrum imitatio vestra est</i> . Cassiodoro e a administração gótica nas <i>Variae</i> .....	115
<i>Reverentia Antiquitatis</i> . O Império no Oriente e a Tradição Romana nas <i>Variae</i> .....	130
<i>Cum magistris rerum transmittere deberemus</i> . Interpretação, Conhecimento e a <i>Inserção Burocrática</i> nas <i>Variae</i> .....	142
<b>EPILOGUS</b> .....	158
<b>BIBLIOGRAPHIA</b> .....	163
Documentação Primária: .....	163
Documentação Secundária:.....	163
Coleções:.....	166
Dicionários: .....	166
Bibliografia Consultada: .....	167
<b>APPENDIX</b> .....	183
1. Tabela política dos séculos V e VI .....	183
2. Lista das <i>Variae</i> de Cassiodoro .....	185
3. Mapeamento das <i>Variae</i> de Cassiodoro.....	193
4. Genealogia dos Amelungos (séculos V – VI).....	195
5. Genealogia dos Amelungos (simplificada: séculos V – VI) .....	196

## I

## PROLOGUS

\*\*\*

***MCCXLVI Ab Urbe Condita. O período ostrogótico e a apresentação de uma proposta dissertativa***

1246 da Fundação da Urbe de Roma. Esta data, tradicional forma de se marcar a passagem de tempo durante o período romano, representa o ano de 493 d.C. para o nosso calendário, ano em que Teoderico I, da família dos Amálos, tomou para si o poder de governança sobre a Península Itálica e iniciou o reinado dos ostrogodos. Por quase sessenta anos os sucessores de Teoderico lutaram para manter sua existência institucional na região, tendo encontrado o ocaso sob os auspícios de Justiniano, imperador em Constantinopla, cujo desejo era o de renovar (e reconquistar) os territórios que compuseram efetivamente o mapa da Roma de outrora, a Roma de Trajano, de Diocleciano e de Constantino. E é justamente neste ínterim que buscamos desenvolver esta dissertação: cronológica e geograficamente, na encruzilhada de poderes, culturas, sociedades e ideologias que se configurava na Itália da sexta centúria, momento em que germanos e latinos lutavam pela autoridade e pela convivência; período em que se estruturavam forças institucionais opostas – romano-orientais em Constantinopla, ostrogodos em Ravena –, mas que giravam ao redor do mesmo argumento imperial, ou seja, enquanto o imperador era o real chefe de toda a Roma (neste período, muito mais uma ideia do que um território), o rei dos ostrogodos era seu regente, seu gêmeo institucional que, na teoria, cuidava dos territórios italianos para uma glória conjunta. Esta ebulição de ideias e instabilidade de poderes nos apresenta um momento bastante peculiar, frutífero para apreciações modernas e palpites historiográficos. No intuito de buscar o ingresso nesta seara acadêmica, selecionamos como caminho de pesquisa o testemunho de Cassiodoro,

paradigmático funcionário administrativo que, sendo romano, atuou nas engrenagens do poder ostrogótico por metade de sua vida. Sua coleção de epístolas será nosso documento selecionado diante de tal intento analítico.

Assim, o objetivo primevo desta dissertação é estabelecer uma interpretação acerca da mencionada compilação chancelar de Cassiodoro, intitulada *Variae* e, a partir dela, procurar entender as dinâmicas políticas, institucionais e administrativas deste agitado século VI. Tendo a mediação da pena cassiodoriana, é consequente que tenhamos que passar pelas especificidades de seu posicionamento e a forma com que este estrutura sua visão, suas intenções e motivações diante de seu próprio contexto. De maneira a adequar este filtro autoral num ambiente mais amplo e abrangente, focamos naquilo que chamamos de “projeto burocrático”, isto é, a forma pela qual Cassiodoro desenhava sua inserção (e a de seu grupo) e buscava a manutenção de seu *status quo* em meio ao movimento político do século VI. A partir dos argumentos que fundamentam este “projeto” – que exploraremos no decorrer desta dissertação –, acreditamos ser possível perceber elementos do funcionamento administrativo, político e institucional do reinado dos ostrogodos, bem como a relação destes aspectos com um ambiente externo, especialmente aquele marcado pela autoridade oriental. Assim é, que as *Variae* são nosso primeiro degrau diante de uma torre analítica: estabelecemos esta compilação como um “microcosmos” de uma realidade pretendida – e apreendida – por seus coevos.

As *Variae*, neste sentido, são de vital interesse não apenas por serem um dos mais completos e abrangentes documentos produzidos no âmbito da Itália ostrogótica, mas também por apresentarem, como acreditamos, em sua própria natureza o desejo de propagar e justificar este “projeto burocrático” cassiodoriano, isto é, a habilidade política e administrativa do grupo de burocratas civis que, ao passo que servia ao mando de Teoderico e seus sucessores, também incorporava valores e tradições advindas de mecanismos de governação imperiais romanos. Exploraremos mais adiante esta dimensão ideológica presente na documentação selecionada: a eternidade de Roma vive, pulsante, na atuação da administração dos funcionários bem preparados, como



propõe nosso autor. A *civilitas* romana, o estilo de vida e a cultura do passado, aparentemente interrompidos por Odoacro, são a força motriz da burocracia italiana, segundo a interpretação que fazemos dos escritos de Cassiodoro.

Dito isto, centramo-nos, historiograficamente, no recorte estabelecido pela atuação administrativa de Cassiodoro, isto é, de 507 até aproximadamente 540, quando se inicia o processo de organização e publicação das *Variae*<sup>1</sup>. No que tange a análise documental, tomamos esta compilação como um documento geral e coeso, de maneira que a apreciação da heterogeneidade dos assuntos individuais como apresentados em cada carta e chancela faz parte de um processo retórico lógico. Assim, antes de uma investigação temática, fazemos uma investigação documental com o intuito de atingir um nível de compreensão geral para o objetivo das *Variae*, levando em consideração as contingências autorais e contextuais para tal, delimitando assim o *projeto* e o universo burocrático da Antiguidade Tardia como eles se apresentam através de Cassiodoro.

Esta possibilidade interpretativa, como afirmado acima, problematiza os fundamentos do poder ostrogótico, nos apresentando um universo cujos argumentos de autoridade buscam fomentar uma realidade estável diante das incertezas da transição imperial / régia que ocorria na Itália do século VI. Compreender como procederam, como se estruturam e como foram propagados estes argumentos torna-se, portanto, um caminho pra um campo de pesquisa chamativo, onde a lida com problemáticas historiográficas, como a continuidade, a ruptura, o passado e a ideologia de governo justificam o trabalho investigativo.

---

<sup>1</sup> A datação deste documento é motivo de debate fundamental para sua compreensão, de maneira que será melhor abordado no capítulo III.

### ***Scentia et Modus. Conceituação e Metodologia***

O desenvolvimento de nosso argumento historiográfico segue imbricado ao debate de uma perspectiva conceitual (e metodológica) enraizado na ideia de *Antiguidade Tardia*. A abordagem da obra e do contexto de Cassiodoro, assim, é engendrada no interior de uma tradição de estudos que, em sua gênese, remonta à História da Arte do final do século XIX e início do XX: Jacob Burckhardt, ilustre pensador suíço, ao analisar a cultura e a produção visual e artística dos tempos de Constantino, percebe caracteres próprios, transformados com relação à estética clássica, mas também não enquadráveis com o que, então, se percebia da arte Medieval <sup>2</sup>. Em sua esteira, o austríaco Alois Riegl aporta-se em interpretação semelhante, e chama de *Spätromischer*, “Tardo Romana”, o produzido no campo artístico de fins do Império <sup>3</sup> – rondava, portanto, sua obra, as impressões culturais-visuais da *Spätantike*, a Antiguidade Tardia delimitada por Burckhardt.

A *Spätantike* não engrenaria uma percepção temporal estruturada (ou mesmo disseminada) até, em especial, as obras basilares de Henri – Irénée Marrou, *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive?* <sup>4</sup> e de Peter Brown, *The World of Late Antiquity* <sup>5</sup>. Na obra francesa, o historiador extrapolava os limites da análise primordialmente cultural e artística (predominante em particular na obra de Riegl) e, numa holística social, apresentava-nos um contexto que, ao ser questionado sobre sua essência decadente, mostrava-se como um (novo) período, marcado por um desenvolvimento próprio, não necessariamente orbitando à sombra do *Declínio e Queda*, tão cristalinamente monumentalizada por Edward Gibbon no século XVIII <sup>6</sup>. Em outras palavras, Marrou apropria-se das pegadas de Burckhardt e Riegl para, então, repensar as noções de uma

<sup>2</sup> Cf. BURCKHARDT, Jacob. *Die Zeit Constantins des Großen*. Leipzig : E.A. Seemann, 1880.

<sup>3</sup> Cf. RIEGL, Alois. *Die spätromische kunst-Industrie nach den Funden in Österreich-Ungarn im zusammenhange mit der Gesamtentwicklung der bildenden Künste bei den Mittelmeervölkern*. Viena: K. K. Hof- und Staats-druckerei, 1901.

<sup>4</sup> Cf. MARROU, Hénri – Irénée. *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive ?* III – IV siècle. Paris : Seuil, 1997.

<sup>5</sup> Cf. BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammed*. Londres: Thames & Hudson, 1971.

<sup>6</sup> Cf. GIBBON, Edward. *The Decline and Fall of the Roman Empire*. III vol. Nova York: Modern Library, 1977.

sociedade definida pela ruptura entre o mundo civilizado e as invasões bárbaras – tem-se a gestação, portanto, de uma crítica historiográfica. É com a obra de Brown, contudo, que a *Spätantike* e a *Antiquité Tardive* popularizar-se-iam na academia através do vocábulo *Late Antiquity*, utilizado pelo historiador irlandês. Em seu trabalho fundacional, ele sistematiza as visões acerca da Antiguidade Tardia, propondo balizas temporais e, assim, transformando a idéia numa espécie de categoria analítica, uma ferramenta criada para conceber as sociedades dos séculos III a VIII <sup>7</sup> em uma realidade própria, dotada de particularidades que a tornavam rica e complexa: um momento destacado dos didatismos necessários referentes às divisões clássicas de Antiguidade e Idade Média. Porém, ainda que seja compreendida em suas peculiaridades, Brown entende a Antiguidade Tardia como uma periodização que, naturalmente, se relaciona com realidades clássicas e com o(s) medievo(s). Em outras palavras, ela abarcaria um universo em *transformação*, repleto de continuidades e acomodações políticas, sociais, culturais, religiosas, *et cetera*.

A partir das contribuições de Marrou e Brown, um grande número de historiadores têm se debruçado sobre a conceituação desta periodização, em especial nos últimos vinte anos, quando ideias bastante estabelecidas, como *Queda*, *Ruptura*, *Declínio* e *Invasões* passaram a ser amplamente debatidas – debates incentivados, em certa medida, pelas proposições da Antiguidade Tardia. Hoje, ainda que esta metodologia temporal tenha aberto espaço para pesquisas de impacto indubitável (como o projeto *Transformations of the Roman World*, um intento massivo que, ao largo de 5 anos, congregou, em 14 volumes, a contribuições de historiadores de toda a Europa, unidos por trabalhos centrados na proposta historiográfica de problematizar as

---

<sup>7</sup> As balizas temporais da Antiguidade Tardia são constantemente rearranjadas e debatidas. Para mais sobre esta questão, cf. FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações, Séculos II – VIII*. Curitiba: Juruá, 2012 & FRIGHETTO, Renan. “A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico”. In: *VII Semana de Estudos Medievais*, 2010, Brasília : Casa das Musas, v. 1, pp. 101 – 122.

continuidades e os desligamentos das sociedades pós-476)<sup>8</sup>, ela ainda cede fio para o debate e mesmo para o questionamento. Estudiosos como Bryan Ward-Perkins ou Adrian Goldsworthy, por exemplo, defendem uma real e perceptível mudança estrutural e material após a deposição do poder Imperial no Ocidente em 476 d.C.<sup>9</sup>: para Ward-Perkins, em particular, as sociedades dos séculos V em diante vivenciaram de fato um nível declínio com relação ao passado Romano, de forma que continuidades e transformações seriam decorrentes de mudanças mais bruscas e inegáveis<sup>10</sup>. Com efeito, os debates metodológicos acerca da Antiguidade Tardia encontraram campo próprio no recente periódico *Journal of Late Antiquity*, organizado por Ralph Mathisen. Em sua primeira edição, publicada em 2008, a revista apresentou, em particular, três artigos dedicados ao debate estrutural da temporização em questão: Clifford Ando, autor de um destes trabalhos, argumenta que posicionamento epistemológico de Antiguidade Tardia necessita de constante revisão à luz de categorias como Cultura, Religião e Política, e nesta linha elabora um levantamento crítico acerca da literatura especializada no período<sup>11</sup>; Edward James, num ácido e bem-humorado ensaio sobre as implicações ideológicas e contemporâneas do conceito de Antiguidade Tardia, afirma que, baseados num ortodoxismo exagerado, historiadores dedicados (e identificados com) a este recorte podem demonstrar tendência a engendrar uma perspectiva tão rígida quanto a anterior, negando toda e qualquer contribuição das ideias de *Ruptura e Declínio*<sup>12</sup>; por fim, Arnaldo Marcone apresenta uma análise do problema da periodização através da lente da Antiguidade Tardia, afirmando que este conceito (e, de certa forma, a própria *persona* de Peter Brown) impede a

<sup>8</sup> O projeto foi comandado por Evangelos Chrysos, Javier Arce e Ian Wood e financiado pela European Science Foundation. A publicação dos 14 volumes, pela editora Brill, abarcou o trabalho de mais de 100 pesquisadores de pelo menos 20 países diferentes.

<sup>9</sup> Cf. WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006 & GOLDSWORTHY, Adrian K.. *The Fall of the West: the Death of the Roman Superpower*. Londres: W&N, 2009.

<sup>10</sup> Cf. WARD-PERKINS, Bryan. *Op. cit.*

<sup>11</sup> ANDO, Clifford. "Decline, Fall, and Transformation". In: *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol.1, no. 1, 2008, pp. 31 – 60.

<sup>12</sup> JAMES, Edward. "The Rise and Function of the Concept "Late Antiquity". In: *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol.1, no. 1, 2008, pp. 20 – 30.

localização temporal através de fatos históricos, uma vez que elimina os traços de ruptura em detrimento de uma conjuntura transformada.<sup>13</sup>

A fim de que nossa discussão não desemboque numa infrutífera e inócua tentativa da reposição de divisões temporais didáticas que não necessariamente refletem perspectivas vivenciadas nos períodos em questão (em muito por suas generalidades e rigidez), notamos que em seu âmago encontram-se conceitos que, estes sim, possuem aplicação interpretativa bastante palpável: a *transformação* e a *adequação*. Os vocábulos, de amplo escopo, encerram em si percepções de continuidade e, ao mesmo tempo, de acomodações que levam o historiador a repensar seus objetos de pesquisa. A contribuição da noção de Antiguidade Tardia como invólucro dos conceitos de *transformação* e *adequação* reside na crença de que os séculos III, IV, V, VI, VII e, até mesmo, VIII testemunharam a sobrevivência *ideológica* e *teórica* de elementos romano-imperiais nas configurações culturais, políticas e sociais destes momentos. Isto significa dizer que, num plano *institucional*, estas sociedades não passam tão somente por transformações abruptas, mas adaptam às suas contingências argumentos que remontam ao passado latino (porém, em essência, também apresentam argumentos inéditos e peculiares). Esta apropriação particularizada de construções retóricas anteriores transforma os objetos de pesquisa de historiadores deste nicho, de forma a perceberem uma nova realidade que se relaciona e dialoga com diferentes temporalidades. Temos diante de nós, assim, uma nova possibilidade para a apreensão da ideologia e dos mecanismos ideológicos gestados no mundo Antigo.

Este é o eixo metodológico de nosso trabalho. A temporalidade da Antiguidade Tardia, sazoadada pela ideia de *transformação* e *adequação* – e suas implicações – permite-nos olhar para o momento de Cassiodoro e dos ostrogodos e notar como procederam as estratégias ideológicas formatadas buscando a legitimação política e institucional: a presença de elementos retóricos e teóricos romano-imperiais leva nossa análise das *Variae* a uma

---

<sup>13</sup> MARCONE, Arnaldo. *A Long Late Antiquity? Considerations on a Controversial Periodization*. In: *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol.1, no. 1, 2008, pp. 4 – 19.

apreciação comprometida com as influências do autor, com a intencionalidade de sua obra e com a forma com que este concebia seu passado, seu presente e seu futuro, ou seja, como compreendia sua atuação administrativa e como a justificava. Grosso modo, a perspectiva de *transformação* (e *adequação*) admite que argumentemos acerca de um momento que, apesar de não ser mais romano, vê Roma viva em seu seio (e ativa em suas construções ideológicas). É este choque de posições (Roma e os godos, práxis e ideologia, passado e presente) e seu caráter transformador que aponta para nossa interpretação das *Variae*, tomando-a, portanto, como um testemunho que perpassa, em sua estrutura textual, temporalidades diversas e constrói um projeto, uma proposta que olha para o pretérito visando sua legitimação: esta *antiquitatis* só faz sentido, retoricamente, na medida em que o século VI, em nossa pesquisa, abandona uma posição de ruptura e de “Nova Ordem” em detrimento de um *continuum* transformado, adaptado e acomodado em suas contingências. Isto significa dizer que Cassiodoro não apenas olha para o passado buscando legitimação, mas compreende seu passado enquanto um elemento de *sobrevida* em seu próprio contexto. Em outras palavras, as *Variae* se mostram como um trabalho consciente, e sua inserção epistemológica enquanto um exemplo cristalino da *transformação* e da Antiguidade Tardia revela a construção de um projeto, neste caso, *burocrático*. Com efeito, em nosso intento dissertativo, as implicações metodológicas destas duas perspectivas não simbolizam necessariamente a tentativa de balizar uma temporalidade, mas de aplicar noções teóricas à análise documental, de forma a obter uma nova roupagem e uma nova compreensão.

Outra conceituação fundamental para o desenvolvimento deste trabalho é a *ideologia*. A despeito da alta carga de comprometimento político (e de aplicações específicas) que carregam a tinta deste conceito <sup>14</sup>, aplicamo-lo

---

<sup>14</sup> É intenso o debate acerca da historiografia e das implicações historiográficas e teóricas do conceito de *ideologia*. Para um estudo acessível e recente acerca desta ideia no campo do estudo das ciências humanas (e não apenas nas áreas Antigas e Medievais), cf. EAGLETON, Terry. *Ideology: an introduction*. Londres: Verso, 1991. Para um estudo focado na implicação de *ideologia* no nicho da Antiguidade Tardia, cf. VALVERDE CASTRO, Maria. *Ideología, simbolismo e ejercicio del poder real em La monarquía visigoda: um proceso de cambio*. Salamanca: ediciones universidad de Salamanca, 2000.

como define Patrick Amory no que tange ao período dos ostrogodos: um sistema articulado de pensamentos acerca de um ideal de comunidade, geralmente propagado por indivíduos ou instituições poderosas (em nosso caso, a estrutura administrativa) e que, de alguma maneira, representam objetivos e expectativas <sup>15</sup>. A *ideologia*, nesta definição, não necessariamente se opõe à *realidade* efetiva da política, mas exhibe construções e desejos acerca dela. É a partir deste sentido que moldamos esta ideia para o escopo de Cassiodoro. Enquanto representante de uma esfera burocrática e atuante na vida pública gótico-romana, Cassiodoro apresenta em suas *Variae* uma apreensão idealizada de sua realidade (profissional), e com isso visava justificar aquela estrutura e apresentar um projeto político-administrativo que localizava a si e a seus iguais na torrente legitimadora de uma eternidade romana e de uma *civilitas* do século VI. Como veremos a frente, tomamos este documento, portanto, dentro da lógica de uma *ideologia burocrática*, como uma construção retórica que, numa congregação de ideias, faz emanar uma intencionalidade e um objetivo de cunho coletivo e político.

Por fim, cabe uma explanação metodológica de nossa interpretação. A análise do documento foi realizada com base, sempre, na transcrição e na edição moderna dos manuscritos em sua língua original <sup>16</sup>. Procuramos apreender as ideias e as formulações em seu desenho primeiro, compreendendo a carga semântica (e simbólica) de termos e vocábulos latinos e gregos a partir de sua formatação própria (de forma que todas as citações documentais em português são de nossa autoria, e não se pretendem como traduções exatas, mas antes como versões adaptadas para nosso esforço). Para sustentar esta abordagem – podendo ser definida como “filológico-histórica” –, durante o processo de *exegese* textual aportamo-nos em categorias desenvolvidas a partir de nossas reflexões, como a ideia de “protagonismos retóricos”, que será devidamente explicada e compreendida em seu momento. Destarte, o instrumental conceitual deste trabalho foi refletido

<sup>15</sup> AMORY, Patrick. *People and Identity in Ostrogothic Italy, 489 – 554*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003, p. xiv.

<sup>16</sup> Utilizamos, assim, edições críticas e comentadas que apresentem a redação original latina dos manuscritos. Reiteramos, portanto, que as traduções são de nossa autoria e responsabilidade.

justamente para sua aplicação na realidade cassiodoriana e para a compreensão da intencionalidade e do *projeto burocrático* das *Variae*. Esta inflexão “em si mesma” nos permitiu entender esta obra em toda sua dimensão e realidade, tornando o cerne deste trabalho um real exercício de *interpretação*. A essência de nossa dissertação é, portanto, a apreensão das *Variae* enquanto um documento autoral e, assim, desvendar os objetivos de sua escrita e de sua concepção. Nosso universo, aqui, é o documento.

O desenvolvimento da dissertação, assim, caminha nesta lógica. Dividimos a argumentação entre três momentos principais, cada qual pensando um aspecto de influência do documento: o primeiro é a realidade da administração – como esta se desenvolveu e de que maneira pode ter se imiscuído no pensamento de nosso autor; o segundo é a realidade da retórica – como as *Variae* foram pensadas e organizadas, mesmo na sua externalidade, no intento de simbolizar um monumento da burocracia e da atuação cassiodoriana na política da Itália; o terceiro é a realidade exegética – como Cassiodoro dispôs seu texto de forma a canonizar certos elementos de suas cartas (bem como certas cartas) e com isso guiar a leitura de seu público para o objetivo desejado. Estes três capítulos principais subdividem-se em três partes, sempre com a perspectiva de apresentar e desenvolver nosso aporte interpretativo. Neste sentido, adicionamos um breve epítome, um resumo do argumento e das ideias de cada um dos segmentos, de forma a preparar a leitura e iluminar o panorama geral. A natureza interpretativa e documental deste trabalho está por trás, assim, desta estrutura aparentemente esquemática, e a preocupação com os elementos presentes na interpretação das *Variae* é cabal porque delimita as propostas e os limites deste trabalho.

### ***Inter pares. Uma apreciação historiográfica***

Naturalmente, uma interpretação das *Variae* que se pretenda como uma contribuição inédita está intimamente ancorada numa bibliografia atualizada e específica, de forma a mapear os debates e ambientar-se nas questões em



voga. Neste sentido, Christine Delaplace publicou, em 2004, um levantamento acerca da historiografia concernente à Itália ostrogótica a partir do aniversário de 1500 anos da coroação de Teoderico I Amálo, pensando, assim, nos estudos que foram feitos nesta década, entre 1993 e 2003 <sup>17</sup>. Ela aponta artigos e trabalhos de autores consagrados como Herwig Wolfram, John Moorhead, Peter Heather, Walter Goffart, Andrew Gillet, Patrick Amory e Walter Pohl: estes pesquisadores, preocupados com o debate acerca dos processos de criações e exclusões identitárias na Antiguidade Tardia, tocam, de forma tangencial ou mais direta, a realidade ostrogótica <sup>18</sup>. A partir do diagnóstico de Delaplace (recheado de uma miríade de estudiosos e nomes importantes da área), podemos perceber que o grosso da produção acerca deste período volta-se para definições políticas e identitárias entre os godos da Itália <sup>19</sup>.

Ainda que transitar pelo contexto da Itália ostrogótica do século VI seja a pedra angular de qualquer análise preocupada com as *Variae*, cabe também levantar alguma informação bibliográfica mais específica acerca de Cassiodoro *per se*. Nos últimos anos, destacam-se os trabalhos, especificamente, de James O'Donnell, de Michael Shane Bjornlie e o de Andrea Girardina <sup>20</sup>. Este último, em especial, apresenta um importante estudo acerca da trajetória e do impacto político de nosso personagem, contra uma série de autores que consideram fundamental apenas a *persona* literária de Cassiodoro, como veremos no desenvolver de nosso trabalho <sup>21</sup>. Mais recentemente, Shane Bjornlie, sob orientação de Peter Brown, desenvolveu, em 2006, uma tese de doutoramento visceral, cuja hipótese central era a de que as *Variae* serviam a uma leitura política realizada em solo constantinopolitano. Em processo doutoral, encontra-se também Gerda Heydemann que, em Viena, sob

<sup>17</sup> DELAPLACE, Christine. "Une décennie de Recherches Historiques sur L'Italie Ostrogothique". In: *An Tard*. Brepols. No. 12, 2004, pp. 393 – 404.

<sup>18</sup> Estes autores, bem como suas obras, serão citados e utilizados ao longo desta dissertação.

<sup>19</sup> Em sua maioria, os trabalhos são artigos presentes em atas e coletâneas como a *Teoderico il Grande*, presente também neste trabalho. Para mais, ver nota §36.

<sup>20</sup> Ver nota § 18.

<sup>21</sup> Em especial, Paul Barnwell, que em sua obra acerca da administração ocidental nos séculos V e VI, acredita que Cassiodoro não possuiu qualquer ofício burocrático, tendo tão somente criado uma propaganda fictícia (dotada unicamente de uma dimensão retórica e literária) para o governo dos ostrogodos. In: BARNWELL, Paul S.. *Emperor, Prefects and Kings: The Roman West 395 –565*. Chapel Hill: North Carolina Univ. Press, 1992, pp. 168 – 169.

orientação de Walter Pohl, desenvolve um estudo acerca do *Expositio Psalmodum* de Cassiodoro<sup>22</sup>.

Com relação ao panorama documental em si, os trabalhos são iniciados no século XVI. A *Editio Princeps* das *Variae* (juntamente com outras obras de Cassiodoro) data de 1579, publicada por João Nivélío em Paris. Em 1595 Jacques Chouet publicou em Lyon as *Variae* e o *Chronicon*, e as republicou em Genebra em 1609 (e, em 1650, seu sucessor faria ainda outra republicação). A edição base para a leitura de Cassiodoro até o século XIX foi, porém, a grandiosa compilação em dois volumes de toda a obra do autor, publicada por François Jean Garet. Este trabalho, baseado num cuidadoso e amplo estudo de manuscritos, representou o caminho primevo para qualquer um que desejasse adentrar os estudos cassiodorianos, em especial por apresentar todos os trabalhos conhecidos do autor. A edição foi republicada em Veneza, em 1729 e mais tarde por Migne, na *Patrologia Latina*, em 1865.<sup>23</sup>

Em 1886, o historiador inglês Thomas Hodgkin publicou uma “tradução condensada” das *Variae*, acompanhada de uma densa e importante introdução acerca do autor e da bibliografia especializada até então. Sua apreciação documental ainda é, atualmente, uma das poucas versões em língua moderna completa da compilação epistolar de Cassiodoro.

A edição latina primordial para a pesquisa das *Variae*, contudo, é gestada na esteira do grande projeto da *Monumenta Germaniae Historica* e publicada em 1894. Organizada por Theodor Mommsen a partir de mais de uma centena de manuscritos, este intenso trabalho conta também com uma detalhada introdução e explanação documental e etimológica das escolhas feitas. É a partir deste volume, também, que se lançou a datação estimada

---

<sup>22</sup> Um exemplo precoce de seus resultados pode ser visto em HEYDEMANN, Gerda. “Biblical Israel and the Christian *gentes*. Social metaphors and concepts of community in Cassiodorus’ *Expositio psalmodum*”. In: POHL, Walter; HEYDEMANN, Gerda (Edit.). *Strategies of Identification*. Brepols: Turnhout, 2011.

<sup>23</sup> Estas informações encontram-se em Thomas Hodgkin. O autor ainda referencia, em sua fundamental adaptação das *Variae*, os principais trabalhos e teses referentes a Cassiodoro e aos ostrogodos produzidos no século XIX. In: HODGKIN, Thomas. *The Letters of Cassiodorus being a Condensed Translation of the Variae Epistolae of Magnus Aurelius Cassiodorus Senator*. Londres: Henry Frowde, 1886, p. 116. A edição de Garet, usada para a consulta do texto original de certas obras, é referenciada na bibliografia ao final.

padrão para as cartas de Cassiodoro <sup>24</sup>. Modernamente, como parte da coleção *Corpus Christianorum* série *Latina*, as *Variae* encontraram uma nova apresentação e organização do texto original nas mãos de A.J. Fridth. Sua edição, atualizada, serve de base atual para um grande número de historiadores e tem ganhado espaço diante do monumental trabalho exposto por Mommsen no século XIX.

Poucas são as traduções das *Variae*, especificamente. Pela quantidade de cartas compiladas, pelo latim considerado prolixo e pela extensão do trabalho, uma versão para línguas modernas deste trabalho representa um esforço colossal e lento. Contamos, além da adaptação de Hodgkin, com uma tradução de um número restrito de epístolas selecionados por Samuel Barnish (publicada pela Universidade de Liverpool e citada ao longo de nossa dissertação) e com uma tradução também abreviada, para o italiano, realizada pelo filólogo Lorenzo Viscido. <sup>25</sup>

Este é o panorama geral da historiografia concernente ao trabalho de Cassiodoro. Ainda que exista uma bibliografia preocupada com algumas questões acerca da Itália ostrogótica e da importância reconhecida de Cassiodoro para nosso acesso a este contexto, trabalhos dedicados inteiramente à sua compreensão ainda são pontuais. Esperamos adentrar este nicho com uma perspectiva de interpretação que traga contribuições inéditas não somente ao autor, como também ao século VI. <sup>26</sup>

### ***Vir eruditissimus. O tempo e a vida de Cassiodoro***

Por certo, um primeiro passo diante da interpretação de um documento necessita da compreensão clara acerca de seu autor, em especial quando temos posicionamentos autorais de fundamental importância para o corpo

---

<sup>24</sup> Esta é a edição base para nossas citações do texto original. A referência ao trabalho (bem como a referência de todos os documentos primários utilizados no trabalho – e abreviadas em notas de rodapé) encontra-se na bibliografia ao final.

<sup>25</sup> VISCIDO, Lorenzo. *Variae*. Cosenza: Pellegrini, 2005.

<sup>26</sup> Como dito anteriormente, obras e artigos aqui citados serão melhor abordados no decorrer do trabalho.

argumentativo de uma pesquisa. Com tal dimensão analítica em mente, faz-se necessária a demarcação de pequenas notas biográficas, no sentido de compreender quem é Cassiodoro e qual foi sua jornada diante de seu contexto, antes de mergulharmos diretamente nas intencionalidades de sua obra.

Diz-se, tanto pelos historiógrafos como pelos entusiastas, que o século V a.C. foi o século de Péricles, o famoso orador ateniense; o século IV a.C. foi aquele de Alexandre Magno e a marca deixada por suas implacáveis conquistas e sua excelência militar; o largo do século I – a.C. e d.C. – é pertencente ao *princeps* Otávio Augusto, engenheiro das estruturas imperiais a que se alçaria Roma nas centúrias seguintes<sup>27</sup>. Estes foram homens nascidos para a lida política, para o arrebatamento de seus coevos e para a dureza da guerra, foram personagens que tomaram a dianteira de seus momentos, artífices daquela História que pareceu digna do registro e que nos chega em ecos documentais. São, enfim, símbolos de outra Era, indícios que representam, para o estudioso atento ao *milieu* político e institucional de um contexto, marcas do passado.

Caso sigamos uma trilha similar e resolvamos encarar as matizes de uma época pelos olhos mediadores e didáticos de uma única personalidade catalisadora, poderíamos dizer que o agitado século VI d.C., o século da Roma cambaleante e sobrevivente, o século dos ávidos ostrogodos, é o século de Cassiodoro. Este funcionário romano não foi uma evidente autoridade política, como os Amálos a quem servia, também não esta no pináculo da filosofia, tal qual Boécio e sua *Consolatione*<sup>28</sup>, nem demonstrou sua ambição na ponta da espada, como Justiniano, sua ilustre esposa Teodora e seus homens fortes, Belisário e Narses. Ao próprio Justiniano, diga-se, cabe a “paternidade” do século VI – e alguns incutem a definição deste período até mesmo a Procópio

---

<sup>27</sup> Cf. SAMOS, Loren (Edit.). *The Cambridge Companion to the Age of Pericles*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2007; HECKEL, Waldemar. *Who's Who in the Age of Alexander the Great: Prosopography of Alexander's Empire*. Oxford: Blackwell, 2006; ECK, Werner & TAKÁCS, Sarlota. *The Age of Augustus*. Oxford: Blackwell, 2003.

<sup>28</sup> ARMSTRONG, Arthur Hilary. *The Cambridge History of Later Greek and Early Medieval Philosophy*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2007, p. 538.

de Cesaréia, cronista imperial das campanhas e da gerência justinianaica <sup>29</sup>. Porém, um olhar atento para a trajetória e para a produção de Cassiodoro nos revela como ele foi um homem cioso das contingências de sua própria vida, das vicissitudes políticas e sociais de seu meio, das inquietudes dos governantes; foi, enfim, uma testemunha vívida e alerta de seu momento, e seus escritos, dotados de tal sagacidade, podem nos revelar uma estrutura que, historiograficamente, nos remete a uma análise particular, complexa e imantada com a relação entre Roma, o passado e os ostrogodos.

Centrar Cassiodoro na dianteira de seu século o localiza em uma posição devida: a encruzilhada de poderes que marca as relações políticas do momento (ou seja, cabia a ele a mediação entre o reinado dos ostrogodos e aquele de francos, burgúndios, visigodos, hérulos e, especialmente, romano orientais) <sup>30</sup>. Por sua ocupação e sua atuação na dinâmica administrativa, ou seja, nos “bastidores” da gerência ítalo-peninsular, Cassiodoro foi capaz de perceber os mecanismos e as estratégias de poder em voga no século VI e simbolizá-las em documentos de riqueza indelével para nossos estudos. Obras como a *Chronica*, a hoje perdida *Historia Gothorum* e, em especial, as *Variae*, nos dão um vislumbre do interior pulsante da vida e das decisões tomadas pelas dirigências desta época, bem como do posicionamento do autor diante desta realidade.

Mergulhar nesta documentação e, por meio dela, emergir no coração político e institucional do século VI d.C. exige que conheçamos este Virgílio que guia nossa centelha interpretativa: Flávio Magno Aurélio Cassiodoro Senator nasceu em algum momento entre 485 e 490, no seio de uma família de provável origem Oriental <sup>31</sup> e que se destacava havia algumas gerações – o

<sup>29</sup> Cf. MAAS, Michael (Edit.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2005; CAMERON, Averil. *Procopius and the Sixth Century*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2005.

<sup>30</sup> Cass. *Var.* I.1; I.45; I.46; II.1; II.40; II.41; III.1; III.2; III.3; III.4; IV.1; IV.2; V.1; V.2; V.43; V.44; VIII.1; IX.1; X.1; X.2; X.8; X.9; X.10; X.15; X.19; X.20; X.21; X.22; X.23; X.24; X.25; X.26; X.32; XI.13.

<sup>31</sup> Segundo o próprio autor, sua família remonta à casa de Heliodoro, ilustres no contexto político e administrativo Oriental: “Mas a família [Cassiodoros] também floresceu com honras no Oriente. Pois que Heliodoro, que como nós vimos, geriu com excelência a prefeitura daquela República por dezoito anos, era demonstradamente ligado por sangue [aos Cassiodoros]” (“*Hi autem et in partibus Orientis parentum laude viguerunt. Heliodorus enim, qui*

que sabemos de sua vida, sabemos majoritariamente de sua própria pena, haja visto o peculiar silêncio deixado por outros contemporâneos. Assim, em suas cartas descobrimos que seu avô, também um Cassiodoro, havia servido ao imperador do Ocidente como um destacado funcionário, tendo inclusive encorpado uma embaixada à corte do rei huno Átila (e pouco se impressionado com o feroz monarca, segundo seu neto) ao lado de seu amigo, o *magister militum* Flávio Aécio:

Mas como espíritos sempre elegem seus pares, associou-se em grande afeto por serviços a República [*Res Publica*] ao patrício Aécio, a quem o Senhor [*dominus*] seguia o conselho em todos os assuntos, devido à sua sabedoria e seus gloriosos labores à República. Por conseguinte, destinou-se, e não à toa, numa embaixada com o filho de Aécio, Carpílio, ao Poderoso em Armas, Átila. Viu, intrépido, aquele cujo Império temia; desprezou, com sua verdade, os olhares terríveis e as ameaças, e não hesitou ao argumentar com ele [Átila] que, raptado por uma fúria néscia, desejava dominar o mundo.<sup>32</sup>

Sua família, de acordo com seu registro, sempre esteve envolvida com a administração e, especialmente, com a defesa dos *interesses* do Império<sup>33</sup>. Diante de ameaças como Átila e Genserico, os Cassiodoros representaram um bastião<sup>34</sup>. Em sua retórica, Cassiodoro *senior* não vacilou nem sequer diante Átila, homem temido por todos os outros. Quando o imperador no trono de Constantinopla torna-se único e Odoacro, chefe de uma confederação Hérula toma para si a regência dos encaminhamentos ocidentais, Cassiodoro demonstra que, preocupado com o bem geral da *Res Publica* dos romanos,

---

*in illa re publica nobis videntibus praefecturam bis novenis annis gessit eximie, eorum consanguinitati probabatur adiungi*") Cass. Var. I.4, 15 (Daqui em diante, todas as citações documentais apresentam tradução feita por nós, como afirmado anteriormente). Nota-se, assim, que o autor busca o enobrecimento de sua linhagem através dos serviços prestados à *Res Publica* – e, neste sentido, uma ligação familiar com *pars orientalis* do Império Romano é também uma estratégia para o estabelecimento de um vínculo entre os grupos burocráticos italianos e constantinopolitanos, como veremos no capítulo IV.

<sup>32</sup> "*Sed ut se pares animi solent semper eligere, patricio Aetio pro iuvanda re publica magna fuit caritate sociatus: quem tunc rerum dominus propter sapientiam sui et gloriosos in re publica labores in omni consilii parte sequebatur. Ad Attilam igitur armorum potentem cum supra dicti filio Carpilione legationis est officio non irrite destinatus. Vidit intrepidus quem timebat imperium; facies illas terribiles et minaces fretus veritate despexit nec dubitavit eius altercationibus obviare, qui furore nescio quo raptatus mundi dominatum videbatur expetere*" Cass. Var. I.4, 11

<sup>33</sup> Cass. Var. I.4, 10 – 15;

<sup>34</sup> *Idem*. Cassiodoro afirma que, enquanto seu avô manteve-se contra Átila, seu bisavô serviu às hostes romanas na Sicília e na Calábria diante das incursões do rei Vândalo Genserico.

seu pai serve mesmo sob o rei estrangeiro – sua lealdade repousa no Bem Comum, não na figura de um homem “bárbaro” <sup>35</sup>. Assim é que, quando Teoderico I Amálo, rei dos ostrogodos <sup>36</sup>, adentra a Península Itálica trazendo consigo o ocaso para a gerência de Odoacro, Cassiodoro *senior* não sofre nenhum tipo de retaliação pelos serviços prestados ao opositor – pelo contrário, seu valor como peça administrativa o coloca num papel fundamental na corte do próprio Teoderico. <sup>37</sup>

Sob a tutela de seu pai, Cassiodoro, ainda bastante jovem, inicia sua carreira civil. Aproximadamente aos 18 anos, ele adentra os serviços de Cassiodoro *senior* como *consiliarius*, uma espécie de conselheiro em assuntos jurídicos <sup>38</sup>. Assim ele segue até que, em 507, por decorrência de um discurso panegirístico a Teoderico, Cassiodoro *junior* é alçado ao cargo de questor, uma das mais destacadas posições na engrenagem administrativa romano-gótica de então: o questor parecia ser o responsável pela voz do rei, ou seja, era encarregado da própria representação régia <sup>39</sup>. Ele aparenta manter o cargo até aproximadamente 511 e, em 514, sua vida pública volta a deixar registros, devido à sua nomeação como cônsul. Entre 514 e 523, Cassiodoro provavelmente não ocupou cargos de destaque (o título de cônsul era muito mais honorífico do que efetivo, por isso poderíamos dizer que mandato civil terminara em 511), apesar de ter escrito seu *Chronicon* por volta de 519 ou 520 <sup>40</sup>. Em 523, ele volta novamente à cena político-administrativa com a polêmica assunção ao posto de *Magister Officiorum*, imediatamente após a deposição e

---

<sup>35</sup> Veremos o significado da administração e do serviço, na lógica cassiodoriana, nos capítulos III e IV. Sobre as relações contextuais de Odoacro, Teoderico e a posse da Itália pelos Ostrogodos, ver capítulo II.

<sup>36</sup> Teoderico I Amálo é o mais famoso rei dos Ostrogodos e, talvez, um dos mais influentes monarcas do século VI e da Antiguidade Tardia. Falaremos mais acerca de sua atuação política no capítulo III. Para estudos acerca de seu governo, cf. AUSBÜTTEL, Frank. *Theoderich der Große*. Darmstadt: Primus, 2004 & GIOVANDITTO, Amilcare (Edit.). “Teoderico il Grande e i Goti d'Italia”. *Atti del XIII Congresso internazionale di studi sull'Alto Medioevo 1992*. Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, Spoleto 1993.

<sup>37</sup> Cass. Var. I.4, 6.

<sup>38</sup> HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*, p.6

<sup>39</sup> *Idem*, pp. 14 – 15.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 28.

consequente assassinio de seu antigo ocupante, o ilustre filósofo Boécio <sup>41</sup>. Cassiodoro provavelmente permaneceu ativo no cargo por 2 ou 3 anos.

É no ano de 533, porém, que Cassiodoro atinge a maturidade de sua carreira político-administrativa: ele é alçado, a convite da rainha-regente Amalasunta e seu filho-rei, Atalarico, ao posto de Prefeito do Pretório, *Præfectus Prætoria*. A Prefeitura Pretoriana, desde os tempos dos imperadores ocidentais, era a mais alta instância civil. Sob a égide dos reis ostrogóticos, o Prefeito era a segunda autoridade da Península Itálica <sup>42</sup>, atrás somente do próprio monarca – mesmo no Oriente, o escritório pretorial era dotado de grande distinção, tornando seus ocupantes verdadeiras potências políticas na gerência do império <sup>43</sup>. Quando Cassiodoro assume a insígnia de Prefeito, assim, ele se torna o verdadeiro motor do reinado dos ostrogodos, diante de uma instabilidade sociopolítica cada vez mais gritante: não tardaria para que a morte fosse acometida sobre Atalarico, e pouco mais tarde, sobre sua mãe Amalasunta, na forma de uma execução ordenada por seu primo Teodato <sup>44</sup>. Com efeito, quando Belisário inicia as campanhas ocidentais de Justiniano I <sup>45</sup>, o então monarca Vitige encarrega-se da resistência militar enquanto Cassiodoro é o responsável por manter a estrutura administrativa funcionando na Península Itálica. Do ponto de vista de sua trajetória pública, portanto, este é o zênite da atuação cassiodoriana.

Quando Belisário cerca a capital ostrogótica de Ravena e envia o *entourage* da corte de Vitige para Constantinopla – nosso autor incluso –, Cassiodoro passa a residir no Oriente e a se dedicar, primordialmente, aos seus escritos religiosos e pedagógicos. De sua estadia na capital de Constantino, pouco sabemos: seus registros voltam a aparecer somente quinze anos depois, quando o romano retorna para a Península Itálica e funda seu

---

<sup>41</sup> O'DONNELL, James. *Cassiodorus*. Berkeley; Los Angeles; Londres: California Univ. Press, 1979, pp. 7 – 8.

<sup>42</sup> HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*, p. 40 – 42.

<sup>43</sup> Ver capítulo II.

<sup>44</sup> *Vide infra*, pp. 70 – 77.

<sup>45</sup> *Idem, ibid.*



famoso mosteiro, Vivário, localizado em sua *villa* natal, *Scyllacium*, atual Squillace, localizada ao sul, na atual região da Calábria <sup>46</sup>.



**Mapa 1: Localização aproximada da *villa* de Squillace, na atual província**



**Mapa 2: Detalhe da *villa* de Squillace**

Após seu retorno à Itália, provavelmente no ano de 554 <sup>47</sup>, Cassiodoro dedicaria o resto de sua vida ao esforço intelectual realizado em Vivário. Sem uma regra estrita (como aquela estabelecida por seu conterrâneo, Bento da Núrsia no final da primeira metade do século VI) <sup>48</sup>, o mosteiro cassiodoriano foi marcado pela produção documental: além da preservação e da transcrição de

<sup>46</sup> Cf. VISCIDO, Lorenzo. *Ricerche sulle Fondazioni Monastiche di Cassiodoro e sulle sue Institutiones*. Catanzaro: La Rondine, 2011; VISCIDO, Lorenzo. *Studi Cassiodorei*. Catanzaro: Rubbettino, 1983; PRICOCO, Salvatore. *Monaci Filosofi i Santi: saggi di storia della cultura tardoantica*. Catanzaro: Rubbettino, 1992.

<sup>47</sup> Em decorrência da *Sanctio Pragmatica* emitida por Justiniano, que afirmava a autoridade imperial sobre o ocidente, revogava qualquer medida tomada durante a regência de Tótila e, assim, restaurava terras na Península Itálica para seus antigos proprietários romanos. In: O'DONNELL, James. *Op. cit.*, pp. 177 – 178. Sobre as medidas legais de Justiniano, ver LOUTH, Andrew. "Justinian and his legacy (500 – 600)". In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire: c. 500 – 1492*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008, pp. 108 – 111.

<sup>48</sup> Neste momento, um mosteiro regido por uma regra escrita ainda era um panorama nascente, mas que rapidamente ganharia espaço e influência. In: DUNN, Marylin. *The Emergence of Monasticism: from the Desert Fathers to the Early Middle Ages*. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 111 – 137.

obras clássicas do pensamento greco-latino, os monges de Vivário, sob a orientação do próprio Cassiodoro, debruçavam-se sobre o ensino e sobre a apreensão do conhecimento <sup>49</sup>. O trabalho vivariense consolidou, finalmente, os desejos de “pedagogismo cristão” expressados por nosso autor ainda em seus anos de *negotium*. <sup>50</sup>

Vivário arderia com a chama criativa de Cassiodoro até fins de século VI, quando sua longa vida chegava ao fim: Cassiodoro falece por volta de 590, com mais de noventa anos, com a pena ainda em mãos – um breve documento intitulado *Ordo Generis Cassiodorum* atesta que, beirando sua nona década, o autor trabalhava em um tratado sobre a ortografia <sup>51</sup>. Desta longa existência, portanto, sobram-nos as empreitadas político-administrativas, a conturbação sobre as ditas Guerras Góticas, a estadia e a inflexão religiosa em Constantinopla, o retorno à terra natal e a edificação de um mosteiro de raízes eruditas e pedagógicas; grosso modo, uma vida extremamente produtiva e engajada em sua própria realidade, testemunha presente e, literalmente, da completude de um século dinâmico e agitado como o sexto.

Um breve levantamento acerca da vida de Cassiodoro nos revela, num primeiro momento, um vislumbre de dois lados de uma mesma personalidade: um voltado para a vida pública, para o *negotium*, e outro voltado para a reflexão erudita, para o *otium* <sup>52</sup>. Ainda que pareçam excludentes em seu princípio, estas duas facetas se harmonizam quando compreendemos que, em realidade, elas constituem uma perspectiva cassiodoriana voltada para um *Bem Comum*, ou seja, tanto o esforço público quando o trabalho pedagógico e teológico de Cassiodoro voltam-se para um panorama coletivo, para a edificação de uma *Res Publica* digna e bem aventurada <sup>53</sup>. Como vimos, o autor já apresentava ânsias relacionadas ao ensino cristão em seus tempos de ofício e, quando finalmente aproxima-se desta ideia e abandona as vicissitudes

---

<sup>49</sup> Cass. *Insti. Praef.*, 1.

<sup>50</sup> *Idem.*

<sup>51</sup> Cass. *Ord. Gen. Cass.*, 5.

<sup>52</sup> Ver capítulos II e III.

<sup>53</sup> Ver capítulo IV.

da vida civil, ainda mantém sua verve *administrativa* ao esquematizar forma de apreensão e disseminação de conhecimento <sup>54</sup>. Dito isto, posicionamo-nos de forma a relativizar a clássica perspectiva de que Cassiodoro sofre uma conversão espiritual abrupta em Constantinopla e volta-se tão somente para os assuntos de Deus e da alma <sup>55</sup>. Acreditamos, sim, que o epíteto de *Vir Conversus* atribuído a Cassiodoro pelo papa Vigílio <sup>56</sup> diz respeito também ao fim efetivo da ocupação de cargos civis e à dedicação completa aos tratados filosóficos e religiosos, mas não, necessariamente, ao abandono ideológico de uma vida anterior em detrimento de um “renascimento” numa nova verdade: Cassiodoro, pelo contrário, conserva sua verdade e suas perspectivas, mas abraça novas estratégias e abordagens, representadas pela sua incursão mais profunda no cristianismo. <sup>57</sup>

Torna-se claro, portanto, que apesar dos *diferentes momentos* cassiodorianos, nosso autor era centrado por um princípio de coletividade e, de certa forma, de *administração*. As *Variae*, compilação chancelar feita no final da primeira metade do século VI, são o testemunho dessa perspectiva. Para que compreendamos como a esfera burocrática do governo atingiu magnitude tamanha para orientar ideologicamente a vida pré e pós-“ativa” de um homem como Cassiodoro, devemos retroceder e analisar as mudanças estruturais que vinham ocorrendo no Império Romano desde, aproximadamente, a segunda centúria de nossa Era. Elas demonstram algumas inflexões nas dinâmicas

---

<sup>54</sup> Cf. Cass. *De. Inst.*.

<sup>55</sup> HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*, pp. 52 – 53.

<sup>56</sup> O'DONNELL, James. *Op. cit.*, p. 105.

<sup>57</sup> Mark Vessey, neste sentido, nos apresenta um posicionamento bastante interessante : “(...) isto [a conversão] não faz de si um testemunha de uma mudança radical. No século VI, o tempo de dramáticas conversões (...), se elas realmente existiram para além da mitografia triunfalista cristã, já havia passado. Noções Tardo Antigas de conversão cristã, especialmente aquelas articuladas em espaços monásticos do século V em diante, davam mais ênfase na continuação de um estilo de vida do que em qualquer sinal de um momento de crise. (...) A sua ‘conversão’, como ele [Cassiodoro] mais tarde intitulou, não precisa necessariamente ter envolvido a renúncia de suas atividades prévias. E nem envolveu, até onde podemos notar.” (“[...] this does not necessarily make it the testimony of any radical change. By the sixth century the age of dramatic conversions [...], if it ever existed outside Christian triumphalist mythography, had passed. Late ancient notions of Christian conversion, especially those articulated in monastic milieux from the fifth century onward, laid more emphasis on continuance in a style of life than on any sign moment of crisis. [...] The fact of his ‘conversion’, as he later called it, need have entailed no sudden renunciation of his previous activities. Nor did it, so far as we can tell.”). In: HALPORN, James & VESSEY, Mark. *Cassiodorus Institutions of Divine and Secular Learning and On the Soul*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2007, p. 18.

hierárquicas sócias, bem como na apreensão política e simbólica da realidade. Sinais de uma *ideologia burocrática* começam a surgir e crescer, dotando os funcionários civis de uma importância contextual e política que terá ecos cabais no período de Cassiodoro, como veremos a seguir.

## EPITOME CAPITULI II

\*\*\*

Neste capítulo, desenvolvemos um primeiro ponto argumentativo, referente às paulatinas transformações ocorridas, especialmente entre os séculos IV e VI, nas esferas da administração romana. Trabalhamos, num primeiro momento, com a formulação do conceito de “Virada Burocrática”, ou seja, um processo de fortalecimento da importância e das atribuições dos funcionários civis, cada vez mais presentes como as verdadeiras eminências sociais.

\*

Definimos também a ideia de *administratio*, de burocracia e do que intitulamos como “ideologia burocrática”, ou seja, o desenho de um corpo profissional que se insere diretamente na fonte do poder romano, por parte tanto de sua atuação prática como de suas bases simbólicas e cerimoniais, em consonância com a representação do poder do próprio imperador.

\*

Por fim, notamos como esta “virada” na importância da administração e o fortalecimento de uma “ideologia burocrática” chega ao século VI e aos domínios de Teoderico I Amálo. Argumentamos que esta realidade cerca a formação de Cassiodoro e concede o pano de fundo necessário para que possamos compreender sua obra como um projeto e uma justificativa deste corpo burocrático em tempos dinâmicos.

## II

## DE ADMINISTRATIONE

\*\*\*

***Deus et Dominus. Diocleciano, Constantino, Teodósio e a virada burocrática***

Se, de qualquer forma, alguém comparasse todo o tempo, desde Augusto, quando a soberania dos romanos transformou-se num poder pessoal, não encontraria, no fluir dos cerca de duzentos anos até Marco [Aurélio], tal sucessão ininterrupta de Imperadores, nem tais mudanças na fortuna de guerras civis e externas, nem tal comoção de povos ou tomada de cidades – tanto aqui em nossas terras [Império] quanto em terras bárbaras –, nem tais movimentos sísmicos e nem tais pestes no ar, e nem vidas de Imperadores e Tiranos tão incríveis que, em tempos anteriores, eram raras ou sequer recordadas.<sup>58</sup>

Os tempos mudavam rapidamente, como observou Herodiano, num testemunho de sua época. Aos olhos do autor grego, na primeira metade do século III, os assuntos imperiais pareciam imprevisíveis: a sucessão no trono era instável, os levantes populares constantes e as vicissitudes de poder iminentes. Com efeito, a historiografia optou por denominar este momento como uma centúria de “crise”, onde Roma pôde antever a sombra de sua queda.<sup>59</sup>

Independente das posições epistemológicas acerca da abordagem deste período (e de suas implicações positivas ou negativas)<sup>60</sup>, mudanças cruciais

<sup>58</sup> “εἰ γοῦν τις παραβάλοι πάντα τὸν ἀπὸ τοῦ Σεβαστοῦ χρόνον, ἐξ οὔπερ ἡ Ῥωμαίων δυναστεία μετέπεσεν εἰς μοναρχίαν, οὐκ ἂν εὔροι ἐν ἔτεσι περὶ πού διακσίοις μέχρι τῶν Μάρκου καιρῶν οὔτε βασιλειῶν οὔτως ἐπαλλήλους διαδοχὰς οὔτε πολέμων ἐμφυλίων τε καὶ ξένων τύχας ποικίλας ἐθνῶν τε κινήσεις καὶ πόλεων ἀλώσεις τῶν τε ἐν τῇ ἡμεδαπῇ καὶ ἐν πολλοῖς βαρβάροις, γῆς τε σεισμοὺς καὶ ἀέρων φθορὰς τυράννων τε καὶ βασιλέων βίους παραδόξους πρότερον ἢ σπανίως ἢ μὴδ’ ὅλως μνημονευθέντας”. Herod. *Hist.* I.I, 4.

<sup>59</sup> O exemplo mais cristalino vem de Géza Alföldy, no final da década de 1980, cf. ALFÖLDY, Géza. *Die Krise des römischen Reiches, Geschichte, Geschichtschreibung, und Geschichtsbetrachtung: ausgewählte Beiträge*. Stuttgart: F. Steiner, 1989. Mais recentemente, a perspectiva de uma crise durante o século III d.C. ainda pode ser encontrada, em historiadores como Peter Heather, in: HEATHER, Peter. *The Fall of the Roman Empire: a New History of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford. Univ. Press, 2006, pp. 58 – 59 & HEATHER, Peter. *Empire and Barbarians: Migration, Development and the Birth of Europe*. Londres: Macmillan, 2009, pp. 108 – 111.

<sup>60</sup> Uma série de trabalhos, hoje, questionam a validade do conceito “crise” quando aplicado ao mundo romano da terceira centúria. Liebeschütz faz uma ótima revisão bibliográfica do assunto, elencando pesquisadores que trabalham com essa ideia, bem como aqueles que a rejeitam – ele próprio se posicionando deste lado do debate. LIEBESCHÜTZ, Wolf. “Was there

na ordem sociopolítica vigente podem ser percebidas neste contexto, em especial se direcionarmos nosso foco para a passagem governamental entre Marco Aurélio para seu filho Cômodo, em 180 d.C.. “Dum Império de ouro para um de gusa e ferrugem (...) decai esta história”<sup>61</sup>; na asseveração de Cássio Dio, a morte do *princeps* filósofo Marco Aurélio demarca o momento em que Roma inicia sua decadência, já que esta transição representa, grosso modo, um rompimento com uma tradição que remontava ao próprio Augusto: a sucessão entre imperadores dava-se por meio da *adoptio*, ou seja, o soberano atuante selecionava um jovem, geralmente de seu próprio *entourage*, para que este fosse preparado e, no futuro, o substituísse na Púrpura. Mesmo que houvesse aproximação pessoal nesta prática, a passagem direta do poder entre pai e filho era condenada<sup>62</sup>. Assim, quando Marco Aurélio quebra este costume e seu filho ascende ao poder, ele invariavelmente afeta a estrutura imperial, desgastando o sistema de *adoptio* e instaurando a sucessão hereditária<sup>63</sup>. Para autores como Cássio Dio e Herodiano, esta alteração dá brecha para uma lógica imperial desfalcada, onde líderes com pouco tino político abusam do trono e cometem excessos, dando as costas para as questões administrativas<sup>64</sup>. De qualquer maneira, o Império Romano enfrenta, de fato, uma conjuntura difícil durante todo o século III, num contexto demarcado por usurpações, conflitos internos e campanhas externas, até que surge um personagem que, novamente, opera mudanças substanciais e pragmáticas na máquina governativa: Diocleciano (284 d.C.).<sup>65</sup>

---

a Crisis of the Third Century?”, in: HEKSTER, Olivier; KLEIJN, Gerda de & SLOOTJES, Daniëlle (edit.). *Crises and the Roman Empire: Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire*. Leiden & Boston: Brill, 2007, pp. 11 – 22.

<sup>61</sup> “ἀπὸ χρυσῆς τε βασιλείας ἐς σιδηρὰν καὶ κατιωμένην (...) καταπεσοῦσης τῆς ἱστορίας”. Cass. Dio. *Hist.*, 72.36, 5.

<sup>62</sup> Lembrando que, já no século I, com Vespasiano, temos uma sucessão hereditária a partir de seus filhos Tito e Domiciano. A prática, porém, não se configurou como um processo formal e, em seguida, a *adoptio* retornava como mecanismo comum. In: LEVICK, Barbara. *Vespasian*. Nova Iorque: Routledge, 2005, pp. 184 – 196.

<sup>63</sup> FRIGHETTO, Renan. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>64</sup> BLOIS, Lukas de & SPEK, R. J. Van der. *An Introduction to the Ancient World*. Nova Iorque: Routledge, 2008, pp. 269 – 274.

<sup>65</sup> Para os aspectos reformadores do governo de Diocleciano, ver SOUTHERN, Pat. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2004, pp. 134 – 169.

Diocleciano, atento às dificuldades políticas de seu tempo, força a centralização do poder na *imagem* do Imperador, afastando-a do estigma iniciado com Cômodo e aproximando-a, cada vez mais, da esfera divina. Todo um escopo ritualístico é incorporado no cotidiano político, e a cerimônia passa a ser prova ateste do poder sagrado que emana do cetro de Roma <sup>66</sup>. Num plano efetivamente administrativo, Diocleciano operou também novos dinamismos, como a delegação de mando entre dois Césares e mais um Augusto – três personagens que, ao lado do próprio imperador, formavam uma *tetrarquia* –, o que expandiu sua presença e forçou a observância de suas ordens; internamente, levou ainda seu esquema ritualístico para o corpo de funcionários, que então dividiam com ele algo deste aspecto sacralizado. Segundo Christopher Kelly, a sedimentação cerimonial estendida também aos membros da administração profissionalizava-os e formava ligações de lealdade, justamente por uni-los num *esprit de corps* <sup>67</sup>. Concomitantemente ao fortalecimento simbólico de sua imagem, Diocleciano também promoveu reformas na própria divisão imperial que permitiram a solidificação desta força administrativa, aumentando o número de províncias para aproximadamente cem e criando novas dioceses e prefeituras (o que demandou, naturalmente, uma atenção maior à formação burocrática dos servidores imperiais) <sup>68</sup>.

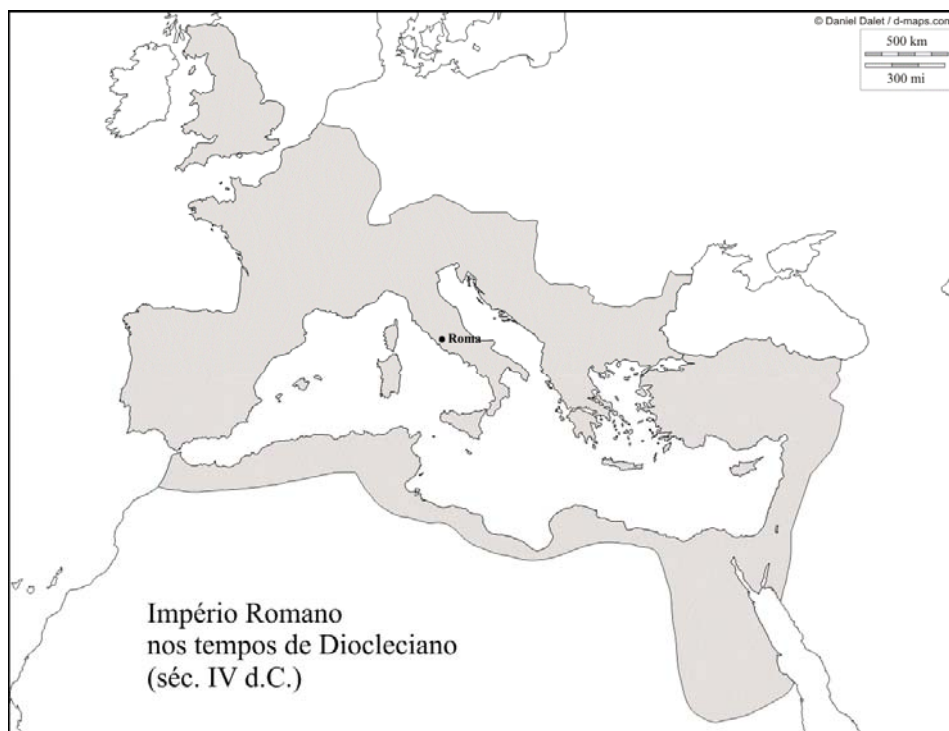
---

<sup>66</sup> TAKÁCS, Sarlota. *The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium: The Rethoric of Empire*. Cambridge: Camb. Univ. Press, 2009, pp. 88 – 89.

<sup>67</sup> KELLY, Christopher. *Ruling the Later Roman Empire*. Cambridge; Massachusetts & Londres: Belknap Press, 2004, pp. 186 – 187.

<sup>68</sup> SLOOTJES, Danielle. *The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire*. Leiden & Boston: Brill, 2006, p. 17.





**Mapa 3: Extensão territorial do Império Romano nos tempos do Imperador Diocleciano (c. 305 d.C.)**

Alguns anos depois, o *Imperator* Constantino deu prosseguimento ao esquema ritualístico do qual Diocleciano se aproximou, com uma diferença, porém, fundamental: a cerimônia do poder agora se imiscuía no cristianismo. Fortalecendo ainda mais o caráter inédito e único de sua condição imperial, Constantino foi também responsável pelo retorno ao governo *monárquico* <sup>69</sup>, ou seja, restringido somente a um líder, e pela fundação, em 330 d.C., de uma nova capital, Constantinopla, nas bases da ancestral cidade grega de Bizâncio.

A paulatina transladação da representatividade política entre Roma e Constantinopla encarnava, para Constantino, uma empenhada estratégia de unificação política e centralização imperial: enquanto o *Imperator* tornava-se novamente único em seu mando, ele coroava esta glória com a criação de uma esplendorosa cidade, símbolo de seu poder e de sua crença, afinal, sua capital nascia como uma cidade cristã, cujos olhos fitavam somente um senhor no céu

<sup>69</sup> Neste contexto, entende-se por *monarquia* não o sistema de governo régio, mas sim a atribuição do poder a somente um personagem (em oposição à *tetrarquia* diocleciana).

– Deus – e um senhor na Terra – o próprio imperador <sup>70</sup>; Constantinopla não apenas coroava o novo, mas rompia com o velho, com a velha estrutura política do passado, com as tradições de outrora. Roma renascia em Cristo, em Constantino e em uma reedificação pragmática de sua administração. <sup>71</sup>

Enquanto novo coração político de Roma, a recém-fundada capital passava a funcionar como nervo administrativo do império <sup>72</sup>: longe das tradicionais aristocracias senatoriais, havia a necessidade da forja e do preparo de novas elites que dessem conta do serviço funcional, de forma que o peso da distinção social de grupos eminentemente *burocráticos* foi intensificado. O que se tem no contexto, portanto, é um processo que se inicia, grosso modo, com Diocleciano e suas reformas estruturais e ganha forma material com a cidade de Constantino – epítome da centralização imperial característica do século IV. Tal virada, naturalmente, exigiu de seus realizadores a constituição de uma burocracia eficiente e especializada. Como notou Sinésio de Cirene, no final do século IV:

De fato, para se conhecer cada lugar, homem ou discussão, muita inspeção seria demandada, e nem mesmo Dionísio [de Siracusa], que estabeleceu seu mando sobre uma ilha – e nem o todo dela –, poderia realizar tal tarefa. Mas através de poucos funcionários <sup>73</sup> se pode lidar com muitas preocupações. <sup>74</sup>

O bispo de Ptolemaida, neste discurso de conselho ao imperador Arcádio, advertia-o da necessidade de um corpo administrativo para lidar com os problemas de Roma <sup>75</sup>. Essa perspectiva pode ser retrocedida ao período de

<sup>70</sup> SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco. “Diocleciano e Constantino: A Construção do DOMINATO”. In: SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco (orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro & Vitória: MAUAD & EDUFES, 2006, pp. 203 – 207.

<sup>71</sup> KELLY, Christopher. *Op. cit.*, p. 187.

<sup>72</sup> *Idem, ibid.*

<sup>73</sup> Ἐπιμελητῶν no original. A palavra refere-se ao funcionário ligado a administração pública. Em outras palavras, um burocrata.

<sup>74</sup> “Ἐκαστον μὲν γὰρ τόπον, καὶ ἄνδρα, καὶ ἀμφισβήτησιν ἐθέλειν εἰδέναι, πολλῆς γε τῆς ἔκπεριτξεως, καὶ οὐδ’ ἂν Διονύσιος ἤρκεσεν, ὁ νῆσου μῖᾶς, καὶ οὐδέ ὅλης ταύτην ἀρχὴν καταστησάμενος, ἐπιμελεῖσθαι. Ἐπιμελητῶν δὲ δι’ ὀλίγων ἔστι τῶν πολλὺς φροντίσαι”. Syn. 30 1104

<sup>75</sup> CAMERON, Alan & LONG, Jacqueline. *Barbarians and Politics at the Court of Arcadius*. Berkeley; Los Angeles; Oxford: Univ. of California Press, 1993, p. 127.

Diocleciano e também ao de Constantino, quando estes iniciam as reformas que visavam fortalecer a imagem e o poder imperial.

Todo este processo evidencia uma grande mudança na tecitura social romana: a representatividade de uma aristocracia senatorial (imbuída do peso da tradição, o chamado *mos maiorum* <sup>76</sup>) decai paulatinamente diante do imperador, até que Diocleciano leva ao Zênite tal mudança, a ponto de ser chamado pelo historiador M. Arnheim como “a marreta da aristocracia” <sup>77</sup>. Como vimos, este imperador trouxe novos dinamismos para a máquina imperial, de forma que um crescente corpo de funcionários tomava o espaço político deixado pelas recuantes famílias tradicionais. De acordo com Gilvan Ventura e Norma Musco Mendes:

A administração pública tornou-se amplamente burocratizada em virtude da criação de uma forte hierarquização na formação do corpo de funcionários, responsável pelo surgimento de uma aguda consciência de posição social e prestígio político entre as distintas categorias de serviços estatais: *vir perfectissimus*, *clarissimus*, *spectabilis*, *illustris*, títulos atribuídos a indivíduos que eram igualados socialmente aos membros da ordem senatorial pelo fato de exercerem algum tipo de atividade administrativa. Outro elemento fundamental para o processo de burocratização característico do Baixo Império foi a crescente especialização das funções. <sup>78</sup>

O câmbio socioadministrativo, porém, não se realiza apenas por um incentivo estrutural, como se depreende do texto de Gilvan e Norma. Ainda que, naturalmente, a práxis política tenha exercido impacto indelével em seu

---

<sup>76</sup> *Mos maiorum* é a expressão latina que se referia aos “costumes ancestrais”, ou seja, a lei não escrita que previa a superioridade política, cultura e social daqueles que dividiam um passado considerado exemplar e glorioso. Para uma detalhada explanação do peso do *mos maiorum* na sociedade republicana e imperial, ver GOWING, Alain. *Empire and Memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2005; ORLIN, Eric. *Temples, Religion and Politics in the Roman Republic*. Boston; Leiden: Brill, 2002 & PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. II volume – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002. Devemos ter em mente, contudo, que a inserção do governo de Diocleciano no ambiente da religião era bastante conservadora, assumindo uma postura negativa e mesmo violenta contra o cristianismo. Assim, havia uma defesa retórica (e religiosa) da ancestralidade do *mos maiorum*, ainda que, numa vertente político-administrativa, Diocleciano buscasse novas possibilidades.

<sup>77</sup> ARNHEIM, M. T. W.. *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 39.

<sup>78</sup> SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco. *Op. cit.*, p. 203.

contexto, as transformações do mundo romano são engatilhadas também, como vimos antes, em um nível *retórico* e *simbólico*. A centralização imperial, motivo de onde derivaram paulatinamente as mudanças operadas entre os séculos III e IV, deu-se, em grande parte, por meio do cerimonial, da sacralização do poder e de uma argumentação retórica que apontava o início de uma *Nova Era* para Roma, coroada pela famosa constatação da *Historia Augusta*, “Diocleciano, pai de uma era de ouro” <sup>79</sup>. A “era de ouro”, símbolo então incorporado pelas diretrizes políticas de Diocleciano, seria marcada pela adoção da divinização da Púrpura e pelo afastamento de concepções passadas <sup>80</sup>. Pode-se imaginar que a manutenção de um *status* santificado para o imperador (neste momento, portador do autocrático título de *dominus*, senhor) tivesse grande impacto sobre a percepção política dos coevos. Stephen Williams faz uma boa descrição da posição de Diocleciano diante de seus súditos e delegados:

Delegações, por exemplo, seriam cerimonialmente conduzidas por longos, vastos salões de mármore (...) para um *sanctum* <sup>81</sup> interno. Lá estava, entronada e impassível, a divina fonte de poder terreal: o Senhor do Mundo com uma coroa de raios de sol, paramentado em ouro e púrpura, e incrustado com pedras preciosas até os pés, empunhando os emblemas de poder absoluto. Para uma quase-divindade, o gesto apropriado não era mais a saudação, mas a prostração. (...) As muitas ocasiões em que este poderoso imperador mostrava-se para seu povo ou dirigia-se aos soldados, eram uma forma de festival, uma epifania em que o Deus-rei concedia-lhes graça com sua aparição. <sup>82</sup>

<sup>79</sup> “*Diocletianus aurei parens sæculi*”. HSA, *Elag.* XXXV, 4. Segundo Takács, o termo *parens*, em oposição ao mais comum *pater*, emula Júlio Cesar, também considerado um grande operador de mudanças estruturais em Roma (TAKÁCS, Sarlota. *Op. cit.*, p. 88).

<sup>80</sup> Naturalmente, esta realidade se dá num campo retórico. Diocleciano, como vimos, também operou reformas administrativas mais concretas, de forma que ambos os planos são indissociáveis. Porém, para o desenvolvimento de nosso argumento, o foco recairá – neste caso – no aspecto simbólico.

<sup>81</sup> *Sanctum* é a designação tradicional para um local sagrado. Neste contexto, representa o aposento ou a sala imperial.

<sup>82</sup> “Delegations, for example, would be ceremonially conducted through long, vast marble halls. . . to an inner sanctum. There was the enthroned, impassive godlike source of all earthly power: the Lord of the World with a crown of the sun’s rays, robed in purple and gold, and encrusted with precious stones down to his very shoes, holding the emblems of absolute power. To such quasi-divinity the proper gesture was no longer salutation, but prostration . . . on the many occasions when this mighty Emperor showed himself to his people or addressed his soldiers, it was automatically a form of festival, an epiphany in which the god-king imparted grace by his

A figura imperial era, em si, uma imagem do próprio poder. Se na fundação do Império, com Otávio Augusto, o *princeps* era um *primus senati*, ou seja, um igual selecionado entre as aristocracias senatoriais para governar, com Diocleciano esta perspectiva é sepultada e o *dominus* passa a ser uma figura demovida da presença de seus súditos por meio da cerimônia e da pompa <sup>83</sup>. Isso significa que, efetivamente, *estar* na presença do imperador era uma honra, criando assim uma nova hierarquia sociopolítica, baseada naqueles que cercam e servem diretamente à Púrpura – o *mos maiorum*, portanto, cede espaço ao sagrado corpo imperial <sup>84</sup>. Em última instância, isso significa que uma gestada aristocracia burocrática e especializada, nascida em especial das reformas de Diocleciano, passa a assumir em definitivo funções que cabiam aos ilustres senadores – e a função civil torna-se, cada vez mais, tão prestigiosa quanto a função social (e tradicional) das antigas famílias.

Destarte, tanto num plano pragmático (a necessidade de especialização e de um corpo administrativo vasto para manter um poder centralizado) quanto num plano retórico (a cerimônia sacralizante de que se imbuía o imperador e aqueles que detinham a honra de cercá-lo e servi-lo), a terceira e a quarta centúria de nossa Era assistem ao crescente prestígio dos funcionários civis, dos administradores e dos burocratas do Império Romano. Tem-se uma virada sociopolítica, onde a força senatorial decai diante da verve desta nova aristocracia especializada e atuante: a manutenção do poder dependia cada vez mais destes personagens. Esta necessidade institucionaliza-se no governo do também reformador Teodósio I.

Tendo assumido a Púrpura em 379 d.C., o mando de Teodósio destaca-se, entre outros, pela adoção do cristianismo como única e oficial religião do Império e pela divisão perpetrada após sua morte (Teodósio lega uma *pars orientalis* para seu filho Arcádio e uma *pars occidentalis* para seu filho Honório)

---

very appearance to them” In: WILLIAM, Stephen. *Diocletian and the Roman Recovery*. Nova Iorque: Methuen, 1985, pp. 111 – 112.

<sup>83</sup> TAKÁCS, Sarlota. *Op. cit.*, p. 88.

<sup>84</sup> Ver notas § 77 e § 82.

<sup>85</sup>. A efetiva divisão imperial, por si só, forçava uma iniciativa de fortalecimento administrativo, em especial por tornar Constantinopla – como vimos, uma cidade nascida no apogeu da “virada burocrática” – um centro próprio e focado em sua própria realidade; naturalmente, a separação *orientis / occidentis* reduzia também a extensão territorial sob mando de um único imperador ou corpo funcional, o que consequentemente abafava problemas mais sérios, como chefes locais abusando de sua autoridade <sup>86</sup>.

Com Teodósio I, portanto, a vida administrativa de Roma sofre uma inflexão em si mesma. Formalmente, a porção oriental do Império – mais vigorosa e hábil que sua contraparte ocidental <sup>87</sup> – segue em rédeas próprias, apenas virtualmente atenta aos problemas da capital itálica (em especial, na medida em que os assuntos mediterrânicos lhe afetavam) e num processo de fortalecimento burocrático cada vez maior: nas portas da quinta centúria, o poder do Imperador não existia mais sem o suporte de funcionários e de uma faminta e poderosa máquina administrativa. A autoridade da Púrpura, neste momento, dependia da delegação de funções aos funcionários especializados (como notou Sinésio em conselho a Arcádio, filho de Teodósio e herdeiro desta realidade) <sup>88</sup>; poder delegado é poder emancipado <sup>89</sup>. O que passa a suceder com o universo político-administrativo do Império, então, é uma situação paradoxal: a autocracia do líder dependia de uma burocracia forte e especializada, e justamente esse nível de dependência e especialização fazia

---

<sup>85</sup> Já em 364, Valentiniano I concede a tutela de uma porção oriental do Império para seu irmão, Valente (morto em 378, na batalha de Hadrianópolis), iniciando assim uma prática de separação administrativa. Tal segmentação, porém, só se tornaria institucional com os irmãos Arcádio e Honório. Após 395, com a morte de Teodósio, o Império Romano passa formalmente a ser composto de uma ala ocidental (*pars occidentalis*) e uma ala oriental (*pars orientalis*). Ainda que, em teoria, ambas as partes fossem gêmeas de uma mesma realidade, na prática elas seguiam realidades políticas distintas, de forma que nunca mais, na história romana, um líder teria hegemonia sobre o território imperial como um todo. ERRINGTON, Robert Malcolm. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2006, pp. 1 – 7 & GORDON, C. D.. *The Age of Attila: Fifth-Century Byzantium and the Barbarians*. Michigan: Univ. of Michigan Press, 1972, p. 1.

<sup>86</sup> KELLY, Christopher. *Op. cit.*, pp. 108 – 109.

<sup>87</sup> Enquanto o ocidente sofria desgastes internos e externos desde, pelo menos, os séculos II – III, o oriente se beneficiava de uma administração jovem, firme e planejada, nascida poucos anos antes de Teodósio, como fruto do julgamento de Constantino. A *pars orientalis*, assim, adentrava o século V com fôlego que parecia faltar ao universo político ocidental. Cf. GORDON, C. D.. *Op. cit.*.

<sup>88</sup> Ver nota §74.

<sup>89</sup> KELLY, Christopher. *Op. cit.*, p. 191.

dos oficiais administrativos elementos com mando crescente e, em certa medida, independente do próprio trono imperial.

É neste íterim, portanto, que o universo da oficialidade civil passa a exercer influência tremenda no andamento do império e atrair para si todas as preocupações de mando e governo. Sua lapidação, especialização e organização são chaves centrais para o bom mando. Por alto, pode-se dizer que o poder romano, na Antiguidade Tardia, caracteriza-se por ser um poder de cunho burocrático <sup>90</sup>, e a produção documental jurídico-administrativa do século V sedimenta esta hipótese. Em 438, o *Imperator* Teodósio II, filho de Arcádio e neto de Teodósio I, emite o *Codex Theodosianus*, um código de leis e formulações compiladas desde os tempos de Constantino I. É sintomático que, dos 16 livros do *Codex* que nos foram legados, 11 tratem acerca da lei pública e, conseqüentemente, de aspectos administrativos <sup>91</sup>; destes, o primeiro e o sexto são dedicados totalmente à especificação e normatização de cargos burocráticos e civis. Infere-se, assim, que a importância dos oficiais administrativos fosse notável, já que o próprio código legal do período se inicia com atenção ao “ofício dos prefeitos do Pretório”, “ofício do prefeito da urbe”, “ofício dos questores” <sup>92</sup>, *et cetera*. Todos estes cargos compunham um cenário de burocratização e, mais e mais, serviam também como gatilho de um *status quo* almejado – como vimos, aqueles que se tornavam oficiais do Império mantinham-se próximos ao imperador (*proximi*) <sup>93</sup> e, assim, angariavam posições sociais e poder. Tal lógica hierárquica foi também, na quinta centúria, formalizada num documento imperial, a *Notitia Dignitatum*. Publicação chancelar concernente às divisões dos cargos administrativos do Império tanto na *pars orientalis* quanto na *pars occidentalis*, a *Notitia Dignitatum* nos apresenta a complexa estratificação hierárquica de funções burocráticas no

<sup>90</sup> Para um contexto geral que corrobore tal afirmação, ver BARNISH, Sam; LEE, A.D. & WHITBY, Michael. “Government and administration”. In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan & WHITBY, Michael (edits.). *The Cambridge Ancient History XIV – Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425 – 600*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008, pp. 164 – 203 & KELLY, Christopher. *Op. cit.*

<sup>91</sup> SIRKS, Adriaan J. Boudewijn. *The Theodosian Code: a Study*. Norderstedt: Books on Demand GmbH, 2007, p. 79.

<sup>92</sup> “*De officio praefectorum praetorio*”, 1.5.0, “*De officio praefecti urbis*”, 1.6.0, “*De officio quaestoris*”, 1.8.0., *Cod. Theod. I*.

<sup>93</sup> KELLY, Christopher. *Op. cit.*, p. 193.

início do século V (e mesmo em fins do século IV). Mais do que um panorama acerca do funcionamento interno de Roma, este rico documento indica a distinção social atribuída a cada ofício. Honrarias cedidas tão somente aos aristocratas senatoriais<sup>94</sup> agora eram inerentes aos cargos, imbuindo àqueles que os ocupavam independentemente de sua origem ou passado tradicional. O alto título de *Vir Illustris* [varão ilustre], por exemplo, era concedido ao ocupante de cargos como o de Prefeito do Pretório, Prefeito da Urbe, Mestre dos Exércitos, Prepósito do Cubículo Sagrado<sup>95</sup>, Mestre dos Ofícios, Questor, entre outros<sup>96</sup>. A gradação honorífica seguia com a designação de *Vir Spectabilis* [varão respeitável] para o ocupante do ofício de vigário da Urbe e de Chefe do Cubículo Sagrado<sup>97</sup>. A *Notitia Dignitatum* torna claro, portanto, que a distinção sociopolítica, nos séculos IV e V, passa a estar relacionada não aos personagens, mas aos cargos, à estrutura burocratizada de poder.

Tem-se, portanto, uma longa conjuntura de mudanças e reformas no que diz respeito à práxis política do Império Romano. Na busca por um fortalecimento do poder central e da figura do líder autocrático e cerimonializado, personagens que assumem a Púrpura cultivam, paulatinamente, um novo grupo social demarcado pela especialização civil e pela burocratização ao redor de cargos e ofícios. Na medida em que o *princeps* afasta-se da imagem do cidadão aristocrático e torna-se um *dominus*, um senhor inatingível e apoteótico, a antiga elite senatorial, responsável pela tradição e distinção honorífica, se afasta da feitura política e aqueles que cercam o *dominus imperator*, ou seja, este novo estrato responsável pela oficialidade administrativa, passam a tomar as rédeas do poder efetivo. Assim,

---

<sup>94</sup> Ver nota §78 & FRIGHETTO, Renan. “Estruturas Sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (séculos IV/VIII). In: SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco (org.). *Op. cit.*, pp. 223 – 240.

<sup>95</sup> *Præpositus Sacri Cubiculi*. Neste caso, o “Cubículo Sagrado” designa o aposento mais íntimo do Imperador, de forma que seu prepósito tinha o benefício da proximidade e da importância cerimonial.

<sup>96</sup> “*Insignia viri illustris præfecti prætorio (...)*” II; “*Insignia viri illustris præfecti urbis Romæ (...)*” IV; “*Insignia viri illustris magistri peditum (...)*” V; “*Insignia viri illustris magistri equitum (...)*” VI; “*Insignia viri illustris magistri officiorum (...)*” IX; “*Insignia viri illustris quæstoris (...)*” X; “*Insignia viri illustris comitis sacrarum largitionum (...)*” XI; “*Insignia viri illustris comitis privatarum (...)*” XII, *not. dig. in par. occ.*

<sup>97</sup> “*Sub dispositione viri spectabilis primicerii sacri cubiculi (...)*” XIV; “*Sub dispositione viri spectabilis vicarii urbis Romæ (...)*” XIX, *not. dig. in par. occ.*



o peso e a manutenção de um *status quo* não orbitam tão somente o bom nascimento e as famílias ancestrais, mas passam a ser inerentes a *ocupação de cargos administrativos* dentro do Império – denotando a capacidade, habilidade e valor daqueles que os ocupam, independente de uma noção tão somente senatorial. Portanto, podemos afirmar que, solidificada em especial nas imagens de Diocleciano, Constantino e Teodósio (I e II), os séculos III, IV e V são testemunhas operantes de uma *virada burocrática*, ou seja, uma maior valorização, dentro do universo da *prática política* <sup>98</sup>, daqueles que ocupam cargos especializados e civis; em outras palavras, a administração passa a ser o centro nevrálgico do Império Romano, fundamental para seu funcionamento e para a manutenção de seu poder. A burocracia, mais e mais, torna-se o coração da Romanidade.

### ***virī gloriosissimi et magnifici. Lógica e Ideologia Burocrática***

A perspectiva de uma burocratização do Império Romano opera em dois âmbitos: as ocasiões externas que levaram a formação de uma elite administrativa e a lógica interna, ou seja, o funcionamento e a retórica valorativa dos ofícios civis e burocráticos. Como vimos a pouco, o contexto que levou à criação deste corpo funcional responde, grosso modo, às necessidades centralizadoras dos imperadores (e suas diversas implicações, como o cerimonial e a ritualística que passaram a envolver a política mesmo em seu nível *prático* <sup>99</sup>). Com efeito, a manutenção desta nova ordem e da existência da força administrativa passou a depender de sua justificativa,

---

<sup>98</sup> Dada a miríade de definições e posições sociais do Império Romano Tardio, em especial após a inserção do cristianismo como elemento majoritário no contexto (e de como estas definições se cruzam e se misturam), optamos por frisar que nossa perspectiva de *Virada Burocrática* pauta-se fundamentalmente nas atribuições daqueles que ocupam lugares na efetiva prática política e administrativa de Roma.

<sup>99</sup> O aspecto cerimonial que cercava o *dominus* romano na Antiguidade Tardia não funcionava apenas como propaganda e emulação de poder, mas encarnava a própria existência política da instituição imperial. Era um dos braços governativos do líder e funcionou como um aspecto prático de reestruturação de uma nova ordem social, com o afastamento das tradicionais aristocracias e a aproximação de elites especializadas e burocráticas. In: TEJA, Ramón. *Emperadores, Obispos, Monjes y Mujeres: Protagonistas Del cristianismo antiguo*. Madrid: Editorial Trotta, 1999, pp. 51 – 54 & nota §20.

eficácia e representação social, elementos plasmados, portanto, numa *ideologia burocrática* estabelecida, paulatinamente, desde o século IV. Assim, elementos externos e internos se confundem neste momento em que o mando autocrático divide-se, paradoxalmente, entre o Imperador e seus oficiais <sup>100</sup>.

A lógica interna do funcionamento burocrático, quando relacionada à política e ao exercício do poder na Antiguidade Tardia, reside num campo *ideológico* antes de *conceitual*, ou seja, pode-se definir o universo e o funcionamento administrativo por meio de uma perspectiva ideológica, ainda que pareça lacônica a não-presença de um conceito facilmente delimitável. Do ponto de vista historiográfico, inexistia necessariamente uma noção clássica ou tardo-antiga para a ideia de *administração* – naturalmente, a palavra indica uma prática política já em sua etimologia (“ajuda”, “assessoria”) <sup>101</sup>, e pela abertura e aplicabilidade do termo, não necessitou de uma definição mais verticalizada. Isso significa que o vocábulo não encerra em si, além de seu significado lexical, necessariamente uma teorização mais específica, mas sim um tipo de aplicação sociopolítica maleável, condizente com as variações contextuais. A ideia de administração, portanto, emula uma particular conduta no âmbito governativo, sem representar, como dito, um conceito pensado em trabalhos filosóficos ou mais abstratos. Formular uma diferenciação entre um escopo conceitual e ideológico, dessa forma, significa dizer que, apesar de não configurar-se como um nome pensado e imbuído de significados teóricos, a administração era um aspecto contundente da prática política, por isso necessitava de constante normatização, de forma a tornar-se um tipo de ideologia política / administrativa, ou seja, uma prática (ou ideia) que estabelece formas e expectativas para um determinado objetivo.

---

<sup>100</sup> Ver nota §84. Paradoxal porque, apesar de autocrático, o poder do Imperador neste momento dependia fundamentalmente da delegação de funções aos oficiais administrativos. Assim, ainda que o *dominus* emanasse autoridade de sua própria imagem, ele necessitava da existência de uma burocracia. Tal relação, por sua dependência mútua, acabava por conceder certo grau de autonomia aos funcionários mais ilustres, já que neles repousava a execução dos desígnios imperiais.

<sup>101</sup> Administração, do latim *administratio*, corresponde à junção do prefixo *ad-* e do substantivo *-ministratio*. Enquanto o último designa a ideia de assistência, serviço, o primeiro indica aproximação. Assim, a ideia de *administratio* enfatiza a assessoria de forma incisiva, ganhando historicamente contornos de atuação política ou oficial.

A ilustração dessa perspectiva epistemológica é fundamental para que compreendamos as transformações e aplicações da administração no decorrer do mundo romano – e, em especial, no momento em que ela se torna um poderoso distintivo social, como vimos anteriormente. A importância de se pensar a assessoria funcional na práxis política já se fazia perceptível no período republicano: quando Cícero nota o crescimento do poder pessoal de personagens nos afazeres da República (como no caso de Júlio César) já no fim de sua vida, empenha-se por escrever um trabalho que versaria sobre as obrigações morais daqueles que assumiam ofícios públicos, num trabalho intitulado *De Officiis* <sup>102</sup>. Nesta obra, Cícero se mostrava preocupado com o que considerava desmandos e excessos governativos, e numa tentativa de correção, estabelece modelos de conduta e moral política <sup>103</sup>. O que Cícero percebe, já no crepúsculo da República, é que a liderança de seu tempo deveria se beneficiar de uma oficialidade e de uma assessoria que fosse moralizada e capacitada, ou seja, de uma boa *administração*. A aproximação entre o homem público (no sentido de suas obrigações governativas) e a moral indica, neste momento, uma necessidade de se estabelecer um corpo que impedisse, justamente, o abuso do poder pessoal. A perspectiva administrativa, como advinda da pena ciceroniana, assim, prega pelo estoicismo <sup>104</sup> no plano teórico e pela efetiva divisão de poder entre os aristocratas tradicionais no plano prático: a gestão da coisa pública (*Res Publica*) dependia, de forma

---

<sup>102</sup> Cf. *Cic. De Offic.* I – III.

<sup>103</sup> Para uma explanação mais detalhada acerca do contexto de produção das obras de Cícero e de suas possíveis intenções no andamento política da República, cf. NARDUCCI, Emanuele. *Cicerone: La Parola e La Política*. Roma: Laterza, 2010; MAY, James M. (Edit.). *Companion to Cicero: Oratory and Rhetoric*. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2002 & WOOD, Neal. *Cicero's Social and Political Thought*. Berkeley: Univ. of California Press, 1991.

<sup>104</sup> A partir de 45 a.C., se intensifica a produção filosófica de Cícero. Naturalmente, enquanto político e orador, ele não elabora um sistema de pensamento original, mas apóia-se no pensamento grego clássico e helenístico para embelezar sua estética literária e, principalmente, para atribuir valor moral aos homens que ocupam cargos. Cícero torna-se, assim, um pensador da política, um filósofo voltado eminentemente para a aplicação direta de suas ideias no mundo administrativo, e tal perspectiva toma forma, principalmente, no trabalho *de officiis*, escrito com forte base no trabalho do estóico do século II a.C., Panécio. Assim, o estoicismo, nesta obra, torna-se uma moldura que, sob as intenções ciceronianas, concede os valores morais do *homo honestum* para que eles sejam plenamente aplicáveis na vida pública (numa espécie de resumo *estoicismo político-administrativo*). Cf. LEONHARDT, Jürgen. “Cícero: Filosofia entre cepticismo e confissão”. In: ERLER, Michael & GRÄSER, Andreas (orgs.). *Filósofos da Antiguidade: do Helenismo à Antiguidade Tardia*, vol. II..São Leopoldo: Unisinos, 2005, p. 85 e pp. 98 – 99.

crucial, tanto da inexistência de um líder destacado e autocrático como do bom equilíbrio entre os cônsules instaurados e o corpo senatorial – todos distintos socialmente de forma isonômica, separados apenas por um específico arranjo político <sup>105</sup>. Em outras palavras, administração era (se tomarmos Cícero como um dos grandes representantes do século I a.C.), ideologicamente, uma aristocracia funcionante, temperada por uma forma particular de moral estóica e pela perspectiva do bom governo. Administrar é bem governar e dependeria, portanto, da boa capacidade de seus partícipes, exaltando assim o preparo e a instrução daqueles que assumiam a toga <sup>106</sup>:

Mas aqueles que tem da natureza a assistência para a gestão das coisas devem abdicar de toda a hesitação e buscar as magistraturas e o direcionamento da administração [*res publica*], pois não há outra forma para se reger uma cidade ou manifestar a grandeza da alma. Porém, aqueles que tomam parte das coisas públicas devem, assim como os filósofos – ou talvez até mesmo mais do que estes – possuir magnificência, consideração pelas vicissitudes humanas (...) e tanto segurança como tranquilidade no espírito. (...). Tal situação é mais fácil para os filósofos, já que suas vidas sofrem menos com assaltos da Fortuna, suas necessidades são menores e suas quedas menores em seus fracassos. Neste sentido, aqueles que gerem os afazeres públicos são mais acometidos pelo zelo e por sentimentos agitados do que aqueles que vivem na calma, e por isso devem possuir uma mente plena e indolência para com a aflição. Portanto, aquele que aceita o gerenciamento das coisas deve julgar quão honesta é sua empreitada e se ele é capaz de realizá-la; que ele considere, também, não se desesperar temerariamente diante do desencorajamento nem se torna confiante demais por conta da ambição. Deve-se ter uma preparação diligente antes de todas as empreitadas. <sup>107</sup>

<sup>105</sup> STROUP, Sarah Culpepper. *Catullus, Cicero and a Society of Patrons: The Generation of Text*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2010, pp. 118 – 120.

<sup>106</sup> STEEL, C.E.W.. *Cicero, Rethoric and Empire*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2001, p. 162.

<sup>107</sup> “*Sed iis qui habent a natura adiumenta rerum gerendarum, abiecta omni cunctatione adipiscendi magistratus et gerenda res publica est; nec enim aliter aut regi civitas aut declarari animi magnitudo potest. Capessentibus autem rem publicam nihilominus quam philosophis, haud scio an magis etiam, et magnificentia et despicientia adhibenda est rerum humanarum, (...), et tranquillitas animi atque securitas (...) quae facilliora sunt philosophis, quo minus multa patent in eorum vita, quae fortuna feriat, et quo minus multis rebus egent, et quia si quid adversi eveniat, tam graviter cadere non possunt. Quocirca non sine causa maiores motus animorum concitantur maioraque studia efficiendi rem publicam gerentibus quam quietis, quo magis iis et magnitudo est animi adhibenda et vacuitas ab angoribus. Ad rem gerendam autem qui accedit, caveat, ne id modo consideret, quam illa res honesta sit, sed etiam ut habeat efficiendi facultatem; in quo ipso considerandum est, ne aut temere desperet propter ignaviam aut nimis confidat propter cupiditatem. In omnibus autem negotiis priusquam adgrediare, adhibenda est praeparatio diligens*”. Cic. de. offic. I, 72.

A perspectiva da administração romana, neste caso, repousa na própria noção de política: para Cícero, o homem administrador é aquele que adentra a gerência pública, que representa o senado e o povo, são os *optimates* e os *populares*. Depreende-se, assim, que existia a necessidade de uma formação filosófica <sup>108</sup> e de um preparo prévio para a assunção republicana. <sup>109</sup>

Esta imagem do administrador enquanto homem político (e, conseqüentemente, bem preparado para a vida pública) dava o tom, como vimos, da ideologia de gerência durante a República e, de certa forma, caminhou *pari passu* com as transformações estruturais do universo romano quando este ascende como um Principado instaurado pelas reformas augustanas. O corpo senatorial, ainda detentor de primazias na hierarquia social, passa a atuar como uma egrégia reunião de conselheiros imperiais, calcados muito em uma tradição ancestral e numa pretensa experiência política que datava imemorialmente – em outras palavras, o Senado romano, enquanto repositório de passado, história e prestígio mantinha-se próximo da administração e da política, mas na medida em que o *princeps* concentrava para si o poder efetivo, esta instituição ocupava-se muito mais de um retorno *aconselhativo* <sup>110</sup> do que mando real:

Mérito ao Senado, que censura aqueles que preferem seu próprio poder à reputação do Príncipe [Imperador]. Mas é nosso dever olhar pelo mando de vossa Clemência. Pois é mais apropriado que defendamos as instituições de nossos ancestrais, a justiça e o destino da Pátria ou a

<sup>108</sup> A analogia entre o homem que adentra o serviço público e o filósofo cria uma ponte com a *República* de Platão, uma influência bastante forte para o romano. Reminiscências, similitudes e diferenças entre Cícero e o pensador grego são elucidadas no decorrer do texto de CORBEILL, Anthony. “Ciceronian Invective.” In: MAY, James M. (Edit.). *Op. cit.*, pp. 23 – 48.

<sup>109</sup> Ao que se depreende das fontes, a perspectiva administrativa orientada pela práxis política era tão contundente em Cícero que a própria designação de *Optimus* ou *Popular* não era claramente definida, mas respondia ao posicionamento político de certos personagens; assim, antes de uma estanque etiqueta social, estas denominações indicavam, respectivamente, aquele que se voltava para os interesses do Senado e aquele que se voltava para os interesses das massas. In: MORSTEIN-MARX, Robert. *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003, pp. 204 – 205.

<sup>110</sup> POHLMANN, Janira Feliciano & PINTO, Otávio Luiz Vieira. “*Senatus et Ecclesia*: a Transladação da *Auctoritas* entre uma aristocracia senatorial e uma aristocracia episcopal”. In: *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008, Curitiba, pp. 175 – 176.

glória de nossos tempos, que é tão maior quando vós entendeis que nada deve ser feito contra os costumes de nossos antepassados? <sup>111</sup>

Tal posicionamento implicava que a pertença a uma ordem senatorial (ou, de forma mais relativa, a uma ordem socialmente elevada) laureava determinado personagem com a distinção necessária para o exercício administrativo (sempre sob vistas imperiais). Ideologicamente, os últimos anos da República e, de forma mais ou menos análoga, os primeiros anos do Império atrelavam à administração o *status quo*, ou seja, a posição social, o preparo de um determinado grupo de personagens. <sup>112</sup>

De acordo com nossa explanação anterior, a realidade imperial romana caminhou de tal forma em seus primeiros três séculos que, especialmente durante as governações de Diocleciano, Constantino e Teodósio (I e II), reformas estruturais acabaram por alterar de forma indelével as definições sociais, operando algo que optamos por chamar de “virada burocrática”, ou seja, uma gradual valoração dos ofícios administrativos diante da política do Império. Naturalmente, esta virada engendrou (e, de certa forma, foi também engendrada por) uma alteração na perspectiva ideológica acerca do homem administrador, afastando-o de forma fundamental da imagem gestada por Cícero e aplicável ao fim da República (a do homem político) – e, em proporções filosóficas, ao início do Principado (a do homem que aconselha). O homem preparado aos moldes ciceronianos cede seu espaço público; fundamentalmente, a própria concepção de poder e da imagem imperial, a partir deste contexto, sofrem alterações e, assim, carregam em sua crista novos dinamismos entre os partícipes de sua realidade. Isso significa que o afastamento entre a Púrpura e a cúpula senatorial (ou seja, a transmutação gradual do *princeps* em um *dominus*) ecoa numa concepção hierárquica e

---

<sup>111</sup> “*merito illos senatus insequitur, qui potentiam suam famae principis praetulerunt; noster autem labor pro clementia vestra ducit excubias. Cui enim magis commodat, quod instituta maiorum, quod patriae iura et fata defendimus, quam temporum gloriae? Quae tunc maior est, cum vobis contra morem parentum intellegitis nil licere*”. Symm. *Relat.* III, 3. Nesta famosa passagem, Quinto Aurélio Símaco, político e orador do século IV, protesta contra a remoção do Altar da Vitória (símbolo da Roma pagã e tradicional), alegando que é dever do Senador olhar pelos costumes ancestrais e, assim, defender a glória da instituição imperial.

<sup>112</sup> ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley; Los Angeles & Londres: Univ. of California Press, 2000, p. 153.

faz emergir novas necessidades – como vimos, “necessidade” é a palavra de ordem diante do fortalecimento da burocracia.

Para que se aborde uma *ideologia administrativa*, neste contexto, faz-se necessário pensar, antes, noutra denominação utilizada ao largo desta dissertação: a burocracia. De forma semelhante ao que se compreende como *administração*, *burocracia* não se configura como um conceito facilmente tangível – ainda que carregue uma significação moderna no que diz respeito a um tipo específico de poder baseado numa aparelhagem estatal, uma aplicação verticalizada para a Antiguidade Tardia pouco se aproxima desta perspectiva. Antes, burocracia evoca também uma espécie de *ideologia governativa*, ou seja, uma percepção acerca de uma determinada praxis política, um posicionamento referente ao âmbito gerencial e administrativo, cuja abrangência extrapola os limites do poder e emana para toda uma definição social. É, portanto, entendida aqui como uma orientação relacionada ao mando imperial, mas que congrega em si forte influência sobre a holística de uma sociedade – entenda-se: toca aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, *et cetera*. Enquanto a administração é compreendida como uma forma de assistência que carrega uma forte manutenção ideológica, burocracia, em nossa redação, é o fortalecimento e a ênfase nesta forma de assistência quando se toma como parâmetro a maneira com que os imperadores lidavam com seu mando durante este período; é, portanto, a “aplicação” de uma lógica administrativa para o exercício imperial (ou ainda a *necessidade* dessa “aplicação” para o funcionamento do Império). É cabal que se esclareça, contudo, que esta percepção de burocracia responde à nossa inferência a partir da apreciação contextual: ao contrário do termo *administratio*, a palavra *burocracia* não se encontra em fontes do período. Contudo, observamos uma clara alteração na ordem socioadministrativo-administrativo do mundo romano a partir dos séculos III e IV, o que demanda uma específica designação para a ideologia administrativa coeva; é a essa alteração de pensamento, portanto, que optamos por chamar de burocracia.

A *ideologia burocrática* esquematiza-se em vários níveis dentro dos fundamentos de uma elite administrativa. Talvez o mais perceptível seja aquele

que opera na *visualidade*: quando o *princeps* torna-se um *dominus*, um *diuus* e se retire da presença pública por meio de um cerimonial, o corpo administrativo mais próximo que suporta sua política torna-se, este também, repositório de sacralidade. A divinização imperial materializa-se na Púrpura, no ouro e nas pedras preciosas que adornam o deus vivo. Igualmente, os personagens que, na cúpula do governo, levam a cabo as ordens do líder, travestem-se com majestade, com paramentos ricos e impositivos, com insígnias e preciosidades que imitam o imperador e que denotam, perante a sociedade, suas funções e seu prestígio <sup>113</sup>. João da Lídia, oficial romano oriental do século VI, afirma que uma das vestimentas do Prefeito do Pretório, a *Paragauda* (uma túnica púrpura majestosa e tradicional), diferia-se do indumento imperial somente pela ausência da *segmenta* (espécie de tiras de metal ou ouro decoradas) <sup>114</sup>. O autor lídio, grande defensor do ofício pretorial, segue descrevendo toda a especificidade e importância do paramento burocrático, apontando peças como a *tubulamenta*, o *mantion* e a *tablia* <sup>115</sup>. Fica evidente o valor dado, neste momento, ao que se depreende da materialidade, da dimensão visual destes personagens; uma vez que o *dominus* torna-se uma figura dotada de sacralidade, sua presença transforma-se numa constante epifania, e suas aparições públicas são como revelações, contam com o peso e o mistério de uma apoteose <sup>116</sup>. Assim, a ritualização do poder força um suporte ideológico apoiado em sua *imagem*, em sua *visualidade*, e numa mimese representativa, oficiais e altos funcionários administrativos adotam vestiduras impressionantes, distintivos sociais que apontam seus cargos e sua glória. A singularidade e

<sup>113</sup> RUMMEL, Philipp von. *Habitus Barbarus: Kleidung und Repräsentation spätantiker Eliten im 4. und 5. Jahrhundert*. Berlim: Walter de Gruyter, 2007, 91 – 92.

<sup>114</sup> “Γάρ ὁ ἑπαρχὸς περιεβαλλετο Κῶαν (...) σηγγέτων οὐκ ἐπιδαλλομένων τῷ μανδύῃ (...). Παραγωγῆς δὲ, χιτῶν καταπόρφυρος (...)” Johann. *De mag.* II, 13. Para descrições acerca deste tipo de traje, cf. KLEINBAUER, W. Eugene. “The Iconography and the Date of the Mosaics of the Rotunda of Hagios Georgios, Thessaloniki”. In: *Viafor: Medieval and Renaissance Studies*. Vol. 3. Berkeley: Univ. of California Press, 1972, p. 47 & LEADER-NEWBY, Ruth. *Silver and Society in Late Antiquity: Functions and Meanings of Silver Plate in the Fourth to Seventh Centuries*. Surrey: Ashgate, 2004, p. 36

<sup>115</sup> “(...) τουβαλαμέντοις (...)”, “(...) μαντίον (...)”, “(...) ταυλιῶν (...)” Johann. *De mag.* II, 4; 13.

<sup>116</sup> TEJA, Ramón. *Op. cit.*, p. 51.



riqueza do traje burocrático são como um microcosmo tangível da glorificação imperial.<sup>117</sup>

A exaltação administrativa por meio da vestimenta acompanha outro forte elemento ideológico desta lógica burocrática: uma nova hierarquia social engendrada pela aproximação com o imperador. Como afirmamos anteriormente, durante os primeiros séculos do Principado, o líder (ou seja, o *princeps*) era tido como um senador, o primeiro cidadão, e seu mando advinha da retenção pessoal de poderes magistraturais (ele detinha a chefia militar por meio do *imperium*, a autoridade de veto e de intermediação através do *tribunicia potestas*, além dos encargos de cônsul, pró-pretor, triunviro, primeiro do Senado e sacerdote máximo)<sup>118</sup>. Nos séculos seguintes, a consolidação e a centralização da liderança imperial tornam-se uma constante, e atingem seu zênite com as reformas de Diocleciano. Este momento funciona como um marco simbólico do afastamento do *princeps* e a afirmação do *dominus*. O imperador aporta-se não mais na detenção de magistraturas, mas sim em sua sacralidade – a instituição imperial, antes baseada num eco republicano, agora é imbuída de um poder divinizado<sup>119</sup>. O distanciamento com relação ao passado senatorial implica, de certa forma, num paulatino afastamento político das elites senatoriais e, no vácuo deixado, surge a necessidade da edificação de um novo grupo funcional<sup>120</sup>.

É fundamental que este ponto seja sempre ressaltado, uma vez que denota forte inflexão na ideologia administrativa do momento. Na concepção Tardo-Antiga, quando a fonte do poder romano passa a emanar da própria figura imperial, a proximidade com este é tida como uma espécie de

<sup>117</sup> A própria construção etimológica do termo *Burocracia* aponta, historicamente, para a relevância do paramento oficial. Ainda que advenha do francês antigo *bure* (que indica uma veste) acrescida do sufixo grego que indica poder (*-kratia*, κράτια), a inspiração para a palavra pode vir do latim tardio *burra* que designa, por sua vez, um traje oficial feito de lã.

<sup>118</sup> “(...) *imperium mihi dedit. Res publica ne quid detrimenti caperet, me propraetore simul cum consulibus providere iussit. Populus autem eodem anno me consulem, cum cos. uterque bello cecidisset, et triumvirum rei publicae constituendae creavit*” Res Gest. I; “(...) *agebam septimum et tricensimum tribuniciae potestatis*” Res Gest. IV; “*Triumvirum rei publicae constituendae fui per continuos annos decem. Princeps senatus fui usque ad eum diem quo scripseram haec per annos quadraginta. Pontifex maximus (...) fui*” Res Gest. VII.

<sup>119</sup> McCORMICK, Michael. *Eternal Victory: Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990, p. 152.

<sup>120</sup> Ver notas §77, §78 e §83.

“termômetro distintivo”, ou seja, a presença ao lado do imperador é, por si só, um elemento de glória e de manutenção de um *status quo*. Por sua vez, na medida em que o *dominus* abandona um embasamento imperial e torna-se, em pessoa, uma representação divina, deve romper com antigos laços, apresentar uma nova realidade e imbuir toda a Roma com a glória e majestade nascente; é fundamental, em teoria, que as antigas elites, símbolos do passado senatorial, afastam-se de práxis política e cedam espaço para funcionários especializados, gestados no seio deste novo tipo de poder, desta cerimonialização do Império Romano.

Num plano prático, essas reformas não significam, naturalmente, que antigas elites e membros senatoriais tenham perdido prestígio. A mudança ocorre muito mais em nível ideológico: a glória e a ilustração residem na ocupação de determinados cargos e na proximidade com o imperador, independente de quem preencha estes requisitos. Como notamos no início deste capítulo, isso indica que a distinção social deixa de recair, necessariamente, no bom nascimento aristocrático, mas advém de posições, de *scrinia* e ofícios. Não é mais o aristocrata quem faz a Prefeitura do Pretório, por exemplo, mas a Prefeitura do Pretório é que faz o aristocrata. Esta nova concepção permite uma relativa mobilidade social no mundo romano, e é desta possibilidade de ascensão que surgem novas elites, novas lideranças e novas hierarquias. Corrobora-se a isso uma análise das designações sociais neste momento. Como vimos, títulos como o de *Vir Illustris* ou *Vir Spectabilis*, antes de posse exclusiva do Senado, passam a ser prerrogativa também dos ocupantes de certos cargos <sup>121</sup>. É interessante notar, porém, que além dessa mudança na designação, a realidade burocrática e a alta valoração de alguns ofícios forçam denominações ainda mais pomposas: entram em cena os *Viri Gloriosissimi* (ἐνδοξότατος em grego) e os *Viri Magnificentissimi* (μεγαλοπρεπέστατος em grego). Em especial nos últimos anos de efetiva existência de uma autoridade romana no Ocidente (e no decorrer do século VI, fundamentalmente no mundo Oriental), esta titulação surgia para suprir a necessidade de uma cada vez maior distinção social entre as elites

---

<sup>121</sup> Ver notas §92, §93 e §94.

administrativas. Ainda mais grandiosa que os títulos de *Viri Illustri* e *Viri Spectabili*, estas novas denominações apontavam toda a glória dos oficiais e dos homens próximos ao imperador.<sup>122</sup>

A valorização administrativa, ou seja, o *regime burocrático* que passa a imperar em Roma opera grandes transformações não apenas na dinâmica civil, mas na própria cúpula do poder. Grosso modo, o mundo romano torna-se mais e mais um mundo de *corte*, uma realidade onde o *dominus* é o sol<sup>123</sup> e seus funcionários são corpos que orbitam em sua majestade; a estratificação funcional e a especificação de cargos é a forma encontrada para que a sociedade imite o tom cortês dado pelo líder, ou seja, todo o corpo civil se aglomera ao redor da Púrpura, enquanto todo tipo de ofício passa a cortejar e orbitar a instituição imperial. Numa concepção ideológica de burocracia, a política é feita por meio da divisão e da delegação. A pretensa isonomia entre segmentos aristocráticos tornava-se incompatível com a corte de um Imperador-Deus.

Assim, portanto, é a ideologia burocrática. Uma concepção de poder que se aporta numa realidade de corte, na cerimonialização imperial, na visualidade e na materialidade das funções por meio de paramentos e insígnias, na especialização de cargos e na edificação de uma nova elite marcada pela capacidade administrativa e pela importância ao bom funcionamento do Império Romano.

### ***Officium non habet.* Administração e Burocracia na Itália ostrogótica**

A abolição de uma figura imperial no trono da Itália, em 476, pelas mãos do chefe federado Odoacro trouxe um repentino revés político e social para o mundo romano. Por um lado, a tomada da capital latina e a deposição do imperador-criança Rômulo Augustulo indicavam, para o líder da *pars orientalis*

<sup>122</sup> KAZDHAN, Alexander. *Oxford Dictionary of Byzantium*. Vol II. Oxford: Oxford Univ. Press, 1991, p. 855.

<sup>123</sup> McCORMICK, Michael. "O imperador". In: CAVALLO, Guglielmo (org.). *O Homem Bizantino*. Lisboa: Editorial Presença, [19--], p. 219.

Zenão, o real poder militar e a capacidade de mobilização de Odoacro; por outro, apontava para os graves problemas de autoridade que repousavam sobre o Ocidente, já que o imperador *de iure* daquela região, Julio Nepos, refugiado na Dalmácia, tentava firmar a inócua força de sua posição agarrado a um fiapo de controle emanante de Constantinopla. Independente das tentativas de institucionalização da Púrpura ainda pretendidas por Zenão diante das vicissitudes do século V, o comandante ocidental *de facto* era Odoacro – e essa posição fica evidente quando este reconhece como imperador apenas o *dominus* oriental, aparentemente ignorando a posição de Julio Nepos.<sup>124</sup>

A liderança estrangeira na Península Itálica (égide da glória e do passado romano) simbolizava o esgotamento de uma política de autoridade imperial e de autocracia centralizada no Ocidente. Os encaminhamentos políticos eram designados por chefes bárbaros sob o distante auspício do cetro oriental; é inegável que os tempos mudavam, e a realidade mediterrânica transformava-se com uma velocidade impressionante. Este contexto flutuante, porém, não precipita, de forma alguma, a queda ou a ruptura do *Império Romano*, como propõe uma historiografia mais tradicional<sup>125</sup>. Ele ressalta, sim, a extinção de uma bicefalia imperial (em teoria, depõe-se a Púrpura no oeste em favor de uma co-regência entre um rei federado e um único trono romano, residente na capital de Constantinopla) e atesta a maturação do poder e da acomodação de grupos “bárbaros” e estrangeiros nos alicerces da *pars occidentalis*. A situação torna-se muito mais complexa, porém, quando a documentação passa a atestar a sobrevivência de toda uma estrutura e uma jurisdição romana sob (e sobre) o pulso firme da nascente figura do *rex italiae*<sup>126</sup>: independente da geopolítica do momento, do afastamento ou proximidade do imperador e da categoria institucional da autoridade na região, todo um

<sup>124</sup> CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 395 – 600*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2001, p. 34.

<sup>125</sup> A percepção de um fim para o Império Romano, ainda que mais antiga, tem início enquanto paradigma epistemológico a partir da monumental obra do inglês Edward Gibbon. Cf. GIBBON, Edward. *Op. cit.*

<sup>126</sup> “*Oduacro Italiae Regi [...]*”. Vic. Vit. *Hist. parsec.* I, 14. A idéia do *rex italiae*, aqui, provavelmente indica a situação real de um personagem com poderes monárquicos sobre um séquito estabelecido na região. No caso de Odoacro, esta perspectiva não implica, necessariamente, numa situação jurídica ou institucional legitimada e reconhecida.

aparato burocrático (e de definição e hierarquização social consequentes) mantém-se como um verdadeiro motor da práxis política do momento <sup>127</sup>, e a aceitação senatorial por parte da regência de Odoacro ressalta essa questão.

128

O bom funcionamento da *paraphernalia* <sup>129</sup> romana se mantém, pós-476, como uma preocupação constante do imperador em Constantinopla. Enquanto a *pars orientalis* segue com uma cada vez mais forte e intrincada rede burocrática, os olhos orientais ainda entendem o ocidente, e em especial a Península Itálica como um membro vivo do Império, e o mando de Odoacro permanece em foco. Assim, quando passam a ocorrer levantes godos na região da Trácia e da Ilíria, por volta de 483, Zenão compreende a possibilidade de lidar com dois problemas de uma só vez e oferta a regência da Itália ao chefe dos ostrogodos (e cabeça dos enfrentamentos gótico-romanos) Teoderico I Amálo em detrimento de Odoacro. Dessa forma, o Imperador submeteria novamente a administração italiana ao seu mando e aliviaria a tensão gótica nas fronteiras ao leste. É curioso, porém, que antes de incitar Teoderico contra Odoacro, Zenão ofereça ao primeiro os títulos de *Magister Militum*, em 483, e de Cônsul em 484 – a concessão de títulos militares e administrativos, assim, parece conter um grau suficiente de prestígio para aplacar mesmo os potenciais inimigos de Roma <sup>130</sup>. De qualquer maneira, as vicissitudes orientais e italianas são de ordem externa, baseadas em dificuldades diplomáticas e formalizações políticas – seria inocente pensar que, durante a década de 480, as regiões itálicas houvessem caído em total descontrolo <sup>131</sup>. A documentação do período atesta problemas de trato entre o

<sup>127</sup> EVANS, James Allan. *The Emperor Justinian and the Byzantine Empire*. Westport & Londres: Greenwood, 2005, pp. 1 – 5.

<sup>128</sup> HUMPHRIES, Mark. "Italy, A.D. 425 – 605". In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan & WHITBY, Michael (edits.). *Op. cit.*, p. 528.

<sup>129</sup> Palavra que vem do grego *παράφερνα* e indica um bem ou um aparato inalienável e pertencente a uma pessoa jurídica. Neste caso, numa apropriação entre o sentido clássico e o moderno, o termo indica uma estrutura reconhecida da administração romana.

<sup>130</sup> CAMERON, Averil. *The Mediterranean World...* p. 31.

<sup>131</sup> O'DONNELL, James. *The Ruin of the Roman Empire*. Nova Iorque & Londres: HarperCollins, 2008, p. 10 5.

imperador e o rei godo de Ravena <sup>132</sup>, mas não parecem indicar maiores crises internas <sup>133</sup>. A administração no mundo (pós)romano continuava plenamente operante, a despeito da efervescência do momento.

Uma percepção mais firme acerca da situação burocrática e governativa da Itália pode ser obtida a partir de 493. Teoderico I Amálo leva a cabo suas campanhas na Península, depõe Odoacro e torna-se chefe efetivo da região. O novo *dominus* romano oriental, Anastácio I, mantém suas negociações com o rei godo comedidas e cautelosas; diferentemente de seu antecessor, Zenão I (morto em 491), Anastácio não reconhece de imediato a co-tutela imperial de Teoderico, apesar das tentativas deste de obter legitimidade <sup>134</sup>. Somente quatro anos depois, em 497, é que Coroa oriental reconhecê-lo-ia como Rei dos godos e romanos (*Rex gothorum romanorumque*) e aceitaria a regência ostrogótica na Itália <sup>135</sup>. O relato do Anônimo Valesiano nos concede importantes informações acerca desta relação entre Constantinopla e Ravena quando diz que “a paz foi feita com o imperador Anastácio por meio de Festo [enviado de Teoderico] (...) e Anastácio devolveu todo o ornamento do palácio que Odoacro enviara para Constantinopla” <sup>136</sup>. Diferentemente de Odoacro, Teoderico assume a Coroa na Itália imbuído de certa legitimidade e relativo consentimento constantinopolitano, tendo como contrapartida o respeito à legislação, às tradições, às instituições e às aristocracias romanas. Naturalmente que este era um horizonte idealizado para a diplomacia godoromana, ainda que o monarca provavelmente entendesse que sua potestade

<sup>132</sup> Principal capital do Império desde o século V. Temos como testemunhos desta realidade, em especial, as obras dos romano orientais Procópio e Conde Marcelino (que escreveu em latim).

<sup>133</sup> Walter Goffart, em obra clássica, busca compreender o sistema de acomodação de grupos estrangeiros na Itália. Longe de embates militares, o processo de assentamento e assimilação pode se ter dado de forma quase burocrática, com divisões de terras e concessão de propriedades por meios administrativos (e não combativos). In: GOFFART, Walter. *Barbarians and Romans: A.D. 418 – 584, the Techniques of Accommodation*. Nova Jersey: Princeton Univ. Press, 1980, pp. 162 – 175.

<sup>134</sup> Cassiodoro afirma, em sua primeira carta, que aos ostrogodos cabe “buscar a paz, clementíssimo Imperador, já que entre nós não existe motivo para ódio” (*portet nos, Clementissime Imperator, pacem quærere, qui causas iracundiæ cognoscimur non habere*). Cass. Var. I.1. Mais sobre as cartas escritas por Cassiodoro, ver capítulos III e IV.

<sup>135</sup> WOLFRAM, Herwig. *Die Goten: Von den Anfängen bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts*. Munique: Beck, 2001, p. 284.

<sup>136</sup> “*Facta pace cum Anastasio imperatore per Festum (...) et omnia ornamenta palatii, quae Odoacar Constantinopolim transmiserat, remittit*” Anom. Val. Chron. II, 64.

dependia de alguma harmonia entre os elementos romanos (ocidentais e orientais), entre os membros de seu grupo e ainda entre os súditos remanescentes de Odoacro <sup>137</sup>. Assim, o panorama sociopolítico da Península Itálica, à aurora da sexta centúria, longe de ser caracterizado por uma “substituição do Império pelo mando ostrogótico”, era um amálgama populacional e institucional, símbolo material de um desenrolar Tardo-Antigo: o velho se agrega ao novo num processo de readequação, releitura e transformação. <sup>138</sup>



**Mapa 4: Dimensão aproximada dos domínios de Teoderico I Amálo em sua maior extensão, incluindo sua regência sobre a Coroa dos visigodos, a partir de 508 d.C.. Ref. do mapa: AMORY, Patrick. *Op. cit.*, p. I.**

Tendo em vista esta concepção, podemos perceber as estratégias de manutenção do poder e da sociedade gótico-romana sob o cetro teodericiano. Como nota Walter Goffart, a situação político-administrativa em questão

<sup>137</sup> COLLINS, Roger. "The western Kingdoms". In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan & WHITBY, Michael (eds.). *Op. cit.*, pp. 127 – 128.

<sup>138</sup> Cf. FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia... *Op. cit.*

dependia de métodos *acomodativos*: do ponto de vista prático, havia a necessidade de literal assentamento dos grupos seguidores de Teoderico em terras e *villae* pertencente aos altos funcionários e aos membros senatoriais instalados ainda em tempos imperiais <sup>139</sup>; do ponto de vista teórico, a acomodação exigida era identitária e representativa, dependia de um aporte ideológico que combinasse o “nacional” e o “estrangeiro”, que atribuisse o lócus político tanto do *godo* quanto do *romano*. Neste sentido, elabora-se no período uma específica definição de *civilitas* – na pena de Cassiodoro o termo conceitua uma concórdia civilizacional, um respeito ao aparato e à jurisdição romana por parte de uma autoridade gentilícia, legítima e soberana <sup>140</sup>. Historiograficamente, esta perspectiva ganha forma na tradicional proposição de que, para materializar esta política de *civilitas*, Teoderico institucionalizou uma divisão funcional entre romanos e godos, mantendo para os primeiros os ofícios administrativos e para os últimos a atribuição militar, o *exercitus gothorum* <sup>141</sup>. Amory argumenta que esta separação profissional existia num campo ideológico, e que seria um engodo tomá-la como reflexo de uma realidade <sup>142</sup>. Naturalmente que tal divisão dependeria de uma noção, como diz Amory, de etnicidade, ou seja, da clara noção do que definiria um “ostrogodo” enquanto uma categoria política, cultura e social. O problema reside na falta de informações documentais e no excesso de inferências modernas referentes ao assunto: fontes antigas carecem de apontar o que claramente constitui um “godo” enquanto tal, sendo a identidade uma atribuição flutuante, podendo depender de religião, de status social, de status econômico, de lealdades, *et cetera*. A busca por identidades estanques é um pecado da historiografia tradicional, e na busca por matizá-las, Amory parece esquecer que esta preocupação deveria estar ausente na ordem cultural dos séculos V e VI (pelo

---

<sup>139</sup> Ver nota §133.

<sup>140</sup> Cass. *Var*, VII.3. Para uma problematização da idéia de *civilitas* no período ostrogótico, ver AMORY, Patrick. *Op. cit.*, pp. 43 – 50; ZIMMERMAN, Odo John. *The Late Latin Vocabulary of the Variae of Cassiodorus, with Special Advertnence to the Technical Terminology of Administration*. Hildesheim: Georg Olms, 1967, pp. 88, 179. Para mais informações acerca da produção cassiodoriana, ver capítulo II.

<sup>141</sup> Cf. WEIßENSTEINER, Johann. “Cassiodor / Jordanes als Geschichtsschreiber”. In: SCHARER, Anton & SCHEIBELREITER, Georg (edits.). *Historiographie im frühen Mittelalter*. Viena: Oldenbourg, 1994, p. 319.

<sup>142</sup> AMORY, Patrick. *Op.cit.*, pp. 44 – 45.



menos não nos mesmos termos em que, *hoje*, procuramos definir identidades) e as problematiza de forma excessiva. Assim, concordamos que a distinção profissional entre determinados grupos operava num plano ideológico, mas não nos parece que, apesar das dificuldades de definir etnograficamente personagens neste contexto, isso fosse empecilho para certa transposição prática desta política: ainda que seja infrutífero que definamos identidades de forma canônica, podemos perceber a transcendência administrativa e burocrática de personagens que se relacionam com um passado imperial, como Enódio, Boécio, Libério, Símaco ou Cassiodoro.<sup>143</sup>

Grosso modo, este debate apresenta os problemas da generalização. Parece-nos salutar tomar, na discussão, o lugar do meio: não podemos entender a orientação ideológica da bicefalia gótico-romana como uma transposição direta da práxis política, mas também é incabível analisar essa construção como uma elucubração sem qualquer tipo de influência pragmática. Percebemos, dessa forma, que alguns membros de provável extração gótica assumiam, contra a lógica retórica, ofícios administrativos, como um certo Vilia, conde dos patrimônios<sup>144</sup>, ou Triwa, suposto prepósito do cubículo sagrado<sup>145</sup>. Contudo, o peso político de certos personagens como aparecem na documentação (citando, por exemplo, as pomposas famílias romanas dos Décios e dos Anícios)<sup>146</sup> e sua vinculação ao mundo burocrático do momento indicam algum tipo de efetividade ou valorização da *civilitas* de Teoderico, no sentido de agregar e acomodar.

A preocupação retórica, independente de seu grau de efetividade, com o aparato burocrático romano no seio da governação ostrogótica demonstra, acima de tudo, a importância de um suporte administrativo para a existência daquela realidade. Cassiodoro, funcionário romano e mecanismo basilar para a engrenagem chancelar de Teoderico, talvez seja nossa melhor testemunha no que se refere à burocracia régio-imperial. Dos 12 livros de suas *Variae*, Cassiodoro concede a totalidade de dois deles (o livro 6 e o livro 7) para a

<sup>143</sup> Cf. AMORY, Patrick. *Op.cit.*

<sup>144</sup> Cass. *Var.* V.18.

<sup>145</sup> Anom. *Val. Chron.* XIV.82.

<sup>146</sup> WOLFRAM, Herwig. *Op. cit.* p. 357.

apresentação de *formulae* administrativas. Nestas, ele elenca uma série de funções, cargos, títulos e nomeações específicas, evidenciando as especificidades da burocracia nos tempos de Teoderico, como perceptível nas tabelas abaixo:

**TABELA 1: VARIARUM LIBRI VI – FORMULAE <sup>147</sup>**

CARGO	INSÍGNIA	FUNÇÃO	REFERÊNCIA
<b>Cônsul</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil</i> : máxima posição do conselho senatorial	VI.1: <i>Consulatus</i>
<b>Patrício</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil</i> : distinção sociopolíticapolítica perpétua	VI.2: <i>Patriciatus</i>
<b>Prefeito do Pretório</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil/Judicial</i> : juiz e segunda liderança (atrás apenas do Imperador / Rei)	VI.3: <i>Præfectus Prætorius</i>
<b>Prefeito da Urbe</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil/Judicial</i> : juiz e administrador de Roma	VI.4: <i>Præfectus Urbis</i>
<b>Questor</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil/Judicial</i> : revisão de leis e contato com embaixadores	VI.5: <i>Quæstura</i>
<b>Mestre dos Ofícios</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil</i> : chefe da administração civil	VI.6: <i>Magisteria Dignitatis</i>
<b>Conde dos Bens Sagrados</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil</i> : administração da economia	VI.7: <i>Comitiva Sacrarum</i>
<b>Conde dos Bens Privados</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil</i> : administração das terras reais	VI.8: <i>Comitiva Privatarum</i>
<b>Conde dos Patrimônios</b>	<i>Illustris</i>	<i>Civil</i> : administração dos bens reais	VI.9: <i>Comitiva Patrimonii</i>
<b>Mestre dos</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : produção	VI.13: <i>Magister</i>

<sup>147</sup> Os ofícios descritos na tabela são referente somente às *formulae* presentes no livro 6 das *Variae* de Cassiodoro. Apesar de não representarem a totalidade dos cargos administrativos da Itália ostrogótica, são um importante indicativo da preponderância e da necessidade de esquemas e hierarquias burocráticas aos moldes imperiais.

<b>Escritórios</b>		escrita burocrática	<i>Scrinii</i>
<b>Senador</b>	<i>Clarissimus</i>	<i>Civil</i> : conselho senatorial	VI.14: <i>Referendis in Senatu</i>
<b>Vigário de Roma</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : agente submetido e próximo ao Prefeito da Urbe	VI.15: <i>Vicarius Urbis Romæ</i>
<b>Notariais</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : secretários do rei	VI.16: <i>Notarii</i>
<b>Referendários</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil/Judicial</i> : redação judicial em nome da Corte	VI.17: <i>Referendarii</i>
<b>Prefeito da Annona</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : administração das provisões populares	VI.18: <i>Præfectus Annonæ</i>
<b>Conde dos médicos reais</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : organização e chefia dos médicos	VI.19: <i>Comes Archiatrorum</i>
<b>Consular</b>	<i>Clarissimus</i>	<i>Civil</i> : funcionário do Cônsul	VI.20: <i>Consulares</i>
<b>Reitor</b>	<i>Clarissimus</i>	<i>Civil/Judicial</i> : arbitragens legais	VI.21: <i>Rector Província</i>
<b>Conde de Siracusa</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil/Judicial</i> : administração e jurisdição de Siracusa	VI.22: <i>Comitiva Syracusanæ</i>
<b>Conde de Nápoles</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil/Judicial</i> : administração e jurisdição de Nápoles	VI.23: <i>Comitiva Neapolitanæ</i>

TABELA 2: *VARIARUM LIBRI VII – FORMULAE* <sup>148</sup>

<b>CARGO</b>	<b>INSÍGNIA</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
<b>Conde de Província</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Militar</i> : punição de condenados e defesa	VII.1: <i>Comitiva Província</i>
<b>Praeses</b>	<i>Perfectissimus</i>	<i>Civil</i> : semelhante ao	VII.2: <i>Præsidatus</i>

<sup>148</sup> *Idem* à nota §141, mas agora com referência ao livro 7.

		consular e ao retor	
<b>Conde dos Godos</b>	<i>Illustris</i>	<i>Militar/Judicial:</i> juiz e defensor de assuntos entre godos e romanos	VII.3: <i>Comitiva Gothorum per singulas Provincias</i>
<b>Duque da Raécia</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Militar:</i> defesa da província raeciana	VII.4: <i>Ducatus Rætiarum</i>
<b>Curador do Palácio</b>	<i>Spectabilis</i> (?) / <i>Nobilissimus</i> (oriente)	<i>Civil:</i> cuidado do palácio e de seus funcionários	VII.5: <i>Cura Palatii</i>
<b>Conde dos Aquedutos</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil:</i> administração dos aquedutos	VII.6: <i>Comitiva Formarum Urbis</i>
<b>Prefeito da Vigília de Roma</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil/Militar:</i> defesa e vigília da cidade de Roma	VII.7: <i>Præfectus Vigilum Urbis Romae</i>
<b>Prefeito da Vigília Ravena</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil/Militar:</i> defesa e vigília da cidade de Ravena	VII.8: <i>Præfectus Vigilum Urbis Ravennatis</i>
<b>Conde do Porto</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil:</i> administração dos portos da cidade de Roma	VII.9 : <i>Comitiva Portus Urbis Romæ</i>
<b>Tribuno dos Espetáculos</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil:</i> administração do entretenimento público	VII.10: <i>Tribunus Voluptatum</i>
<b>Defensor de [qualquer] Cidade</b>	<i>Clarissimus</i> ( ? )	<i>Civil/Militar:</i> defesa e fixação de preços	VII.11: <i>Defensor cujuslibet Civitatis</i>
<b>Curador da Cidade</b>	<i>Spectabilis</i> (?)	<i>Civil/Militar:</i> semelhante ao Defensor de Cidade	VII.12: <i>Curator Civitatis</i>
<b>Conde de Roma</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Militar/Judicial:</i> chefe de defesa e jurisdição de Roma	VII.13: <i>Comitiva Romana</i>
<b>Conde de Ravena</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Militar/Judicial:</i> chefe de defesa e jurisdição de Ravena	VII.14: <i>Comitiva Ravennatis</i>
<b>Arquitetos Públicos</b>	_____	<i>Civil:</i> manutenção das edificações	VII.15: <i>Architectus Publicorum</i>
<b>Conde das Ilhas</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Judicial:</i> legislação	VII.16: <i>Comitiva</i>

<b>Curritana e Celsina</b>		insular	<i>Insulæ Curritanæ et Celsinæ</i>
<b>Prepósito do Calcário</b>	<i>Spectabilis</i> (?)	<i>Civil</i> : administração da extração e da distribuição de Calcário	VII.17 : <i>Præpositus Calcis</i>
<b>Armeiros</b>	_____	<i>Militar</i> : fundição e forja de armas	VII.18 : <i>Armorum Factores</i>
<b>Vigário do Porto</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : cuidado dos portos e dos barcos	VII.23 : <i>Vicarius Portus</i>
<b>Príncipe da Dalmácia</b>	<i>Spectabilis</i> (?)	<i>Civil/Judicial</i> : chefia administrativa e legal da província (submetido ao conde)	VII.24 : <i>Princeps Dalmatiarum</i>
<b>Condes de Segunda Ordem</b>	<i>Clarissimus</i>	<i>Civil/Judicial</i> : legislação e cuidado provincial (submetido ao conde de 1ª ordem)	VII.26: <i>Comitiva Diversarum Civitatum</i>
<b>Guardião dos Portões [de qualquer cidade]</b>	<i>Clarissimus</i> ( ? )	<i>Militar</i> : cuidado dos portões e dos ingressos nas cidades	VII.29: <i>Custodiendis Portis Civitatis</i>
<b>Tribuno de Províncias</b>	<i>Spectabilis</i>	<i>Civil</i> : indeterminada função civil	VII. 30: <i>Tribunatus Provinciarum</i>
<b>Príncipe de Roma</b>	<i>Spectabilis</i> (?)	<i>Civil</i> : chefe dos ofícios e da administração civil (submetido ao conde)	VII.31: <i>Principatus Urbis Romæ</i>
<b>Mestre de Cunhagem</b>	<i>Spectabilis</i> (?)	<i>Civil</i> : administração da cunhagem de moedas	VII.32: <i>Moneta Committitur</i>

As tabelas acima estruturam tão somente os cargos e funções citadas nos livros de *Formulae* de Cassiodoro. Não podemos pensar que fossem os

únicos ofícios presentes na Itália de Teoderico <sup>149</sup> – apesar de sua ausência nas *Formulae* <sup>150</sup>, existe, por exemplo, o escritório do *Sajo*, uma espécie de guarda e executor dos mandatos reais e detentor da insígnia pouco distintiva de *vir devotus* <sup>151</sup>. Fica claro, também, que Cassiodoro menciona em especial os elementos burocráticos de maior status, e não seria inconsequente pensar que, como no período imperial, ao serviço destes altos funcionários estivessem empregados personagens de menor (ou nenhuma) titulação, como os *viri perfectissimi*, os *viri devoti*.

Dois elementos importantes emergem após análise deste panorama burocrático. Em primeiro lugar, notamos a transcendência de um aparato administrativo que se perpetua desde os séculos IV ou V (em especial) na Península Itálica. Os cargos e funções presentes nas *Variae*, independente do “caráter étnico” dos personagens que os assumem, são próximos ou idênticos aos que encontramos no *Codex Theodosianus* ou na *Notitia Dignitatum*. Alguns se mantêm mesmo em grau de importância, como no caso do Prefeito do Pretório, do Questor ou do Mestre dos Ofícios. Thomas Hodgkin, tradutor e sumarizador da chancelaria cassiodoriana, nota as semelhanças e diferenças, por exemplo, do *officium* Pretoriano entre o mundo romano, ostrogótico e constantinopolitano do século VI como disposto na seguinte tabela:

**TABELA 3: OFFICIUM PRETORIANO** <sup>152</sup>

NOTITIA DIGNITATUM	CASSIODORO	JOÃO DA LÍDIA
<i>Princeps</i>	_____	_____
<i>Cornicularius</i>	<i>Cornicularius</i>	<i>Cornicularius</i>
<i>Adjutor</i>	<i>Primiscrinus</i>	<i>Il Primiscrinii</i>

<sup>149</sup> Mantinham-se cargos como o de, por exemplo, Prepósito do Cubículo Sagrado. Para demais funções, ver notas §97 e §98.

<sup>150</sup> A carta 42 do livro VII, porém, menciona a estruturação formulaica para que um questor delegue a proteção de um *Sajo* a outro personagem. Contudo, ela não diz respeito ao cargo em si.

<sup>151</sup> Cass. Var. XII,3.

<sup>152</sup> HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*, p. 95.

<i>Commentariensis</i>	<i>Scriniarius Actorum</i>	_____
<i>Ab Actis</i>	<i>Cura Epistolarum</i>	_____
<i>IV Numerarii</i>	<i>Scriniarius Curae Militaris</i>	_____
<i>Subadjuva</i>	<i>Primicerius Exceptorum</i>	_____
<i>Cura Epistolarum</i>	<i>Sextus Scholarius</i>	_____
<i>Regerendarius</i>	<i>Praerogativarius</i>	_____
<i>Exceptores</i>	<i>Commentariensis</i>	<i>II Commentarisii</i>
<i>Adjutores</i>	<i>Regendarius</i>	<i>II Regendarii</i>
<i>Singularii</i>	<i>Primicerius Deputatorum</i>	<i>II Curae Epistolarum Ponticae</i>
_____	<i>Primicerius Augustalium</i>	_____
_____	<i>Primicerius Singulariorum</i>	<i>Singularii</i>

Em segundo lugar, podemos notar, a partir deste debate, as transformações e originalidades burocráticas ocorridas no seio da administração teodericiana. Talvez a mais chamativa fique a cargo do alto ofício criado pelos ostrogodos, o *Comes Gothorum*. Este personagem, o dito Conde dos Godos, detinha uma magistratura de grande autoridade, sendo responsável pela mediação civil e legal entre assuntos que competiam a godos (ou a godos e romanos, nunca somente a romanos). Ao que aponta a *formula* de Cassiodoro, a *Comitiva Gothorum* era ocupada necessariamente por um personagem de extração ostrogótica:

Com o auxílio de Deus sabemos que os godos habitam convosco [romanos], e afim de evitar que nasça a discórdia [*indisciplinatio*] entre os parceiros [*consortes*], julgamos necessário enviar para vós o Conde X, varão sublime, de comprovados bons costumes e que, segundo nossos editos, deverá encerrar questões entre dois godos; se qualquer negócio surgir entre um godo e um romano de nascimento, ele poderá juntar-se a um jurisprudente romano e arbitrar com razão. Porém, num debate entre dois romanos [de nascimento], dirigiremos a situação aos juizes romanos de província [*cognitores*], de modo que cada qual se sirva de sua lei, e que sob uma diversidade de direitos uma única justiça abarca nosso universo (...) ouçam, ó dois povos que amamos: vós

[godos] tendes aos romanos como vizinhos em vossas terras, que eles vos sejam ligados pela caridade; vós também, romanos, tendais aos godos com cuidadosa diligência, pois eles levam a paz às vossas numerosas populações e defendem, na guerra, a totalidade da República [*Res Publica*].<sup>153</sup>

A *formula* apresenta, além de um cargo administrativo marcado pelo traço gótico, a reiteração da perspectiva ideológica de um *civilitas* de concórdia. Ao menos no plano teórico, portanto, Cassiodoro valora o aporte burocrático e nota como a existência de um determinado ofício permite que a legislação romana seja seguida (e, naturalmente, a partir dela, que se mantenha um tipo de tradição). Neste sentido, é interessante notar que, *pari passu* com a elaboração ideológica, o mecanismo administrativo de Teoderico funciona também num plano pragmático, sendo a criação desta nova função uma forma de trabalhar a efetividade da burocracia tanto com relação ao sistema romano herdado quanto em relação às contingências apresentadas pelo momento e pelos anseios de grupos estrangeiros, independente do grau de eficácia deste cargo.

Além da oficialidade de uma *comitiva gothorum*, sob o cetro do rei Amálo nasce ainda uma segunda função marcada pela égide ostrogótica, o já citado *Sajo*. Idealizado como uma espécie de “guarda-costas” real, o cargo já carrega em sua semântica o passado *germanizado*<sup>154</sup>, e provavelmente era destinado

<sup>153</sup> “Cum deo iuvante sciamus Gothos vobiscum habitare permixtos, ne qua inter consortes, ut assolet, indisciplina nasceretur, necessarium duximus illum sublimem virum, bonis nobis moribus hactenus comprobatur, ad vos comitem destinare, qui secundum edicta nostra inter duos Gothos litem debeat amputare, si quod etiam inter Gothum et Romanum natum fuerit fortasse negotium, adhibito sibi prudente Romano certamen possit aequabili ratione discingere. inter duos autem Romanos Romani audiant quos per provincias dirigimus cognitores, ut unicuique sua iura serventur et sub diversitate iudicium una iustitia complectatur universos (...) audiat uterque populus quod amamus. Romani vobis sicut sunt possessionibus vicini, ita sint et caritate coniuncti. vos autem, Romani, magno studio Gothos diligere debetis, qui et in pace numerosos vobis populos faciunt et universam rem publicam per bella defendunt”. Cass. Var. VII, 3.

<sup>154</sup> Por *germanizado*, aqui, entende-se aquilo que advém de uma tradição tribal (e eminentemente ancestral) de grupos que dividem uma árvore linguística considerada germana, ou seja, advinda em algum momento do norte da Europa. Entre estes grupos constamos os godos, os francos, os burgúndios, os lombardos, os frísios, os saxões, turíngios, os suevos, entre vários outros. Cf. POHL, Walter. “Spuren, Texte, Identitäten. Methodische Überlegungen zur interdisziplinären Erforschung frühmittelalterlicher Identitätsbildung”. In: BRÄTHER, Sebastian. *Zwischen Spätantike und Frühmittelalter*. Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanischen Altertumskunde. Vol. 57. Berlin & Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2008, pp. 13



aos soldados e guerreiros deste extrato. É interessante notar que, apesar da pouca expressividade dentro de uma lógica de status burocrático, os *Sajones* eram tidos como funcionários próximos ao rei, *virī devoti*, defensores e executores de seu mando <sup>155</sup>. Sua proximidade régia e sua aparente importância destacam o *Sajo* (assim como o *Comes Gothorum*) como um fundamental acréscimo dos godos num plano administrativo altamente romanizado.

A monumentalidade da chancelaria legada por Cassiodoro – e seu imbricamento com o universo burocrático da Itália ostrogótica –, como já vimos, é nosso mais rico testemunho acerca da administração neste contexto <sup>156</sup>. Sua produção, contudo, é imbuída de um forte elemento retórico direcionado <sup>157</sup>, e sua análise, como aponta Amory, depende de uma noção *ideológica* acerca daquele aparato. Esta tensão epistemológica entre a teoria burocrática e a práxis administrativa fomentou e ainda fomenta, entre historiadores do período, um intenso debate acerca da natureza da *paraphernalia* gótico-romana. Para alguns, ela se estabeleceu como uma real presença político-administrativa, matizando o cetro “bárbaro” com toda a tradição assessoral e funcional dos romanos. Assim, as fórmulas, funções e cargos herdados do Império exerceriam verdadeiro peso sobre o encaminhamento efetivo do reino, e a separação étnica ocorria numa certa dicotomia entre funções civis / funções militares, respondendo tanto à presença do passado como à inovação do

---

– 27 & KÖNIG, EKKEHARD; VAN DER AUWERA, Johan (Edit.). *The Germanic Languages*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 1994.

<sup>155</sup> Para mais sobre as gradações militares entre os godos e suas implicações ideológicas e práticas, cf. BURNS, Thomas. *A History of the Ostrogoths*. Bloomington & Indianápolis: Indiana Univ. Press, 1991, pp. 177 – 181 & WOLFRAM, Herwig. *Op. cit.* pp. 290 – 294.

<sup>156</sup> Existem outras documentações, naturalmente, que lidam com um panorama jurídico-administrativo no reinado. Ao lado das *Variae*, tem-se, por exemplo, o *Edictum Theoderici*, uma espécie de compilação gótica de antigos códigos romanos, como aquele emitido por Teodósio II (o *Codex Theodosianus*), e cuja preocupação é eminentemente jurídica. Porém, existe certa controvérsia com relação ao seu locus de produção e sua datação: não se sabe ao certo se o *Edictum Theoderici* foi resultado direto das ordens de Teoderico I Amálo por volta do ano de 500 d.C. ou foi fruto do arbítrio de Teoderico II dos visigodos, emitido na segunda metade do século V. Apesar de sua importância para a ideologia jurídica ou política dos reinados federados que se estruturavam a partir do século V, a incerteza de sua autoria dificulta uma análise mais verticalizada e detalhada no contexto dos ostrogodos. In: BURNS, Thomas. *Op. cit.*, pp. 126 – 127; MOUSOURAKIS, George. *The Historical and Institutional Context of Roman Law*. Hampshire: Ashgate, 2005, p. 381 & WOLFRAM, Herwig. *Op. cit.*, p. 199.

<sup>157</sup> Assunto que discutiremos a frente, nos capítulos III e IV.

presente <sup>158</sup>. Para outros, a burocracia ostrogótica era um elemento de cunho eminentemente ideológico <sup>159</sup>, e sua realidade era distante do planejado, recaindo sobre o mando pessoal do *Rex* e estruturando-se a partir de balizas típicas das instituições germanas <sup>160</sup>.

Como é de praxe nos domínios da história, nosso acesso ao pretérito repousa ao lado dos (com)textos discursivos, e o epitáfio da documentação é, por excelência, nossa *realidade* do passado. Assim, a resolução deste debate não depende de um esclarecimento que se aproxime de uma efetividade do período, mas sim de uma clarificação das fontes e de rejuvenescidas perspectivas de análise, ou seja, do redesbravamento de nossos velhos caminhos. É basilar, assim, para que tenhamos o pano de fundo da burocracia ostrogótica, compreender que teoria e prática não representam uma separação fundamental de dois aspectos historiográficos, mas são manifestações de um mesmo processo, uma tentativa de estruturação política e de acomodação na legítima tradição romana. A persistência de aparatos latinos na administração de Teoderico representa, afinal, a *perenidade* de idéias e ações que remontam ao Império, e seu funcionamento, seja retórico ou seja pragmático, aponta para uma situação transformada e continuada. A sexta centúria, como estruturada na Itália dos ostrogodos, não é a ruptura com práticas e instituições anteriores, mas é a *acomodação* de novas práticas e de novas instituições num contexto que não apaga, esquece ou ignora seu predecessor – se contextos puderem ser entendidos, didaticamente é claro, como uma constante sucessão e transformação.

O que é a administração ostrogótica, portanto? Como ressaltamos anteriormente, é o mecanismo pelo qual novos grupos adaptaram-se ao (e adaptaram o) ambiente romano; é a edificação, retórica e efetiva, de uma *paraphernalia* que visava a manutenção da legitimidade imperial ao mesmo

---

<sup>158</sup> Cf. MOORHEAD, John. *Theoderic in Italy*. Oxford: Sandpiper, 1997; HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*; O'DONNELL, James. "Liberius the Patrician". In: *Traditio*, n.37, 1981, pp. 31 – 72; SCHMIDT, Ludiwg. "Die *Comites Gothorum*: ein Kapitel zur ostgotischen Verfassungsgeschichte". In: *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*, n.40, 1925, pp. 127 – 134.

<sup>159</sup> Cf. AMORY, Patrick. *Op. cit.*; WOLFRAM, Herwig. *Op. cit.* & WOLFRAM, Herwig. *The Roman Empire and its Germanic People*. California: Univ. of California Press, 1997.

<sup>160</sup> BURNS, Thomas. *Op. cit.*

tempo em que aplicava e materializava o poder, a autoridade e a ordem dos godos na Península. A burocracia de Teoderico e seus sucessores, portanto, atuava em dois níveis: o do funcionamento e o do símbolo. Nível de funcionamento porque, apesar de qualquer lógica retórica que amparasse tal estrutura, ela invariavelmente existia também por sua dimensão prática, e ainda que não fosse tida exatamente como queriam as vozes de Cassiodoro ou de João da Lídia, ela deveria possuir algum tipo de ascendência efetiva – uma máquina administrativa que não suprisse suas tarefas quotidianas dificilmente angariaria prestígio e importância, como o fez a máquina dos godos; e nível simbólico porque, funcionante ou não, marcada fosse por godos, fosse por romanos, epítome de identidade ou de hierarquização social, a burocracia ostrogótica era a continuidade, a transformação e a novidade, era o elo legítimo entre aquele grupo e a Púrpura que tanto brilhava no Oriente (e que brilhara no Ocidente). A burocracia atuava como uma espécie de “orgulho” para os personagens que a viviam, como depreendemos da documentação e de seus testemunhos. A ideologia burocrática, gestada nos séculos IV e V, mantinha-se como insígnia social, como insígnia profissional e como insígnia cultural. Seu peso e sua gravidade, diante de todas as mudanças, funcionamentos e reestruturações do século VI, não se alteram em consonância, mas perpetuam um aspecto socioadministrativo fundamental para que entendamos sinais e elementos da práxis política do contexto.

Do debate teoria ideal / prática efetiva da burocracia ostrogótica, portanto, nos ausentamos de tomar lado. Foi nossa posição, já anteriormente, notar a riqueza do ponto médio entre tais idéias. Como explicitamos, esse lócus epistemológico pode beneficiar o historiador com um duplo funcionamento para todo este aparato; antes de ser teórico ou prático, ele é dotado de particularidades teóricas e de especificidades práticas. É fundamental que adotemos esta orientação porque, além de significar de forma interessante todo o universo burocrático romano e gótico dos séculos IV, V e VI, ela fornece o combustível necessário para que nossa hipótese acerca da valoração cassiodoriana da administração faça sentido contextual.

Entendemos que, para Cassiodoro, a burocracia atinge este duplo nível, e tanto faz funcionar o reinado de Teoderico (e dos reis subsequentes) quanto ideologiza as bases legítimas da autoridade gótica na Itália, relacionando-a com a existência (e persistência) romana. Dito isso, podemos notar que toda sua construção retórica e sua produção literária funcionam para valorar e divulgar esta percepção. A administração dos godos, em Cassiodoro, é a emulação do passado sob novas cores e, por isso, ganha espaço preponderante em seus escritos. Um rápido pano de fundo acerca da evolução de uma ideologia e de uma virada burocrática nos séculos IV e V e seu assentamento na Itália de Teoderico auxilia, portanto, a exposição e solidificação de nossa hipótese, como veremos nos capítulos a seguir.

### EPITOME CAPITULI III

\*\*\*

Neste capítulo, desenvolvemos um segundo ponto argumentativo, referente à organização documental das *Variae* de Cassiodoro. Apresentamos, para tal, uma possível definição do gênero epistolar, ou seja, como ele se configura e em que se baseia. Com essa premissa e a apresentação de autores clássicos e Tardo Antigos que elaboraram coleções missivistas, notamos que a compilação de Cassiodoro não se enquadra nestas balizas formais, e assim distancia-se desta tradição – o que, em nosso trabalho, significa uma possibilidade de interpretação específica.

\*

Em seguida, para corroborar a particularidade das *Variae*, discorreremos acerca do contexto que possibilitou a produção deste documento. Nosso ponto, com esta apresentação, é o de defender uma datação posterior a 540 d.C., ou seja, já quando Cassiodoro encontrava-se em Constantinopla. Dessa maneira, afirmamos que ela foi intentada para circular no Oriente como uma justificativa e uma apresentação da burocracia romano-ostrogótica da Itália.

\*

Por fim, analisamos a organização externa do documento, ou seja, sua organização, divisão e as intencionalidades por trás das escolhas do autor. Acreditamos que o posicionamento estratégico das cartas concede diferentes graus de importância para a leitura geral; da mesma forma, a situação autoral – pena de Cassiodoro sob o nome de reis ostrogóticos – confere uma aura de oficialidade e legitimidade fundamentais para o documento (bem como sua divisão em doze livros, número considerado, na tradição cristã, o número da lei e da autoridade).

## III

## DE RETHORICA

\*\*\*

***Amici, epistolae et potestas. Gênero epistolar e a especificidade das  
Variae***

Exortaste-me frequentemente para que minhas cartas, compostas com algum cuidado, eu reunisse e publicasse. Reuni-as, mas não observando uma ordem temporal – não pretendia compor uma História – e sim a forma com que elas vieram à mão.<sup>161</sup>

Nas passagens do século I ao II d.C., Plínio o Jovem, destacado homem político e educado de Roma, escreveu e posteriormente publicou um *corpus* epistolar que viria a referenciar, estilisticamente, semelhantes obras seguintes no âmbito latino. A edição (e apresentação a um público mais amplo) de cartas particulares passaria a atuar como uma espécie de valoração pessoal, um espaço literário onde os autores exporiam sua cultura e sua influência a amigos íntimos, integrantes de um círculo de homens bem formados, políticos e cultivados.

A prática epistolar, contudo, é de datação ancestral. A palavra *epístola*, enquanto termo referente à troca de informações numa determinada distância remete-se em especial à Tucídides e Xenofonte<sup>162</sup>. No mundo grego, as missivas passaram a constituir um universo retórico próprio e encorpavam obras históricas, poéticas ou filosóficas. A perspectiva de uma mensagem escrita, cuja existência dependia de seu plano material e de sua entrega a um

<sup>161</sup> “*Frequenter hortatus es, ut epistulas, si quas paulo curatius scripsissem, colligerem publicaremque. Collegi non servato temporis ordine – neque enim historiam componebam – sed ut quaeque in manus venerat*”. Plin. *Epist.* I, 1.1.

<sup>162</sup> O termo *epístola* (em grego ἐπιστολή) deriva-se do verbo ἐπιστέλλειν, *mandar mensagem*. A idéia de *epístola* ou *carta* era, em períodos mais arcaicos, indica por metonímia como βύβλος (uma das formas da palavra *papiro*) ou δέλτος (*tablete*, material utilizado para a escrita das cartas).

destinatário, compunha uma mítica própria ao redor do documento <sup>163</sup>. A força destas cartas perpassa todo o ambiente cultural greco-helenístico e, no século I a.C., ganha seu primeiro expoente latino na figura de Cícero <sup>164</sup>. O orador romano legou-nos algo em torno de 900 cartas, utilizando-se dos mais variados estilos para versar sobre os mais diversos temas <sup>165</sup>. No primeiro século do Principado, as figuras de Ovídio, Horácio, Marcial e Estácio ganham a preponderância epistolar. Porém, passam a desenhar um tipo de carta muito mais poética, literariamente imbricada em suas outras obras. De forma semelhante, Sêneca, outro grande autor do gênero, concede ao seu epistolário um tom altamente filosófico e moralizante, um didatismo não necessariamente presente no nascente estilo missivista latino <sup>166</sup>.

No fechar da primeira centúria imperial (entre 97 e 109), Plínio o Jovem, como dito, é quem erige o grande monumento epistolar na tradição romana. O autor escapa às formas poéticas ou moralizantes estabelecidas por seus antecessores e passa a imbuir suas cartas com reflexões nascidas do *otium* <sup>167</sup>: Plínio aborda práticas sociais da urbe, questões de história natural (talvez por influência de seu tio, Plínio o Velho), realiza digressões político-filosóficas, exorta amigos, *et cetera*. Plínio apresenta sua *persona* ao público e se *posiciona* nas cartas, além de mostrar clareza acerca de estilo e das necessidades do gênero:

<sup>163</sup> Para mais informações acerca de epistolários gregos, cf. ROSENMEYER, Patricia. *Ancient Greek Literary Letters: Selections in Translation*. Nova Iorque: Routledge, 2006 & ROSENMEYER, Patricia. *Ancient Epistolary Fictions: The Letters in Greek Literature*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.

<sup>164</sup> WHITE, Peter. *Cicero in Letters: Epistolary Relations of the Late Republic*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2010, pp. 31 – 34.

<sup>165</sup> ALBRECHT, Michael von. *A History of Roman Literature: from Livius Andronicus to Boethius*. Leiden; Nova Iorque; Colônia: Brill, 1997, p. 513.

<sup>166</sup> WALSH, Peter Gerald. *Pliny the Younger Complete Letters: a New Translation*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006, p. xxxi.

<sup>167</sup> “Mas se não encontramos a república que imaginamos, o ócio começa a ser necessário para todos, porque aquela única coisa preferível ao ócio não existe” (“*Quodsi non inuenitur illa res publica quam nobis fingimus, incipit omnibus esse otium necessarium, quia quod unum praeferri poterat otio nusquam est.*”). Sen. *De Oti*. VIII, 4. Sêneca aponta que a prática do ócio, ou seja, a retirada intelectual de uma realidade de trabalhos, de *negotium*, é uma necessidade idealizada diante da inexistência de uma República perfeita, quase platônica, destinada aos homens sábios. Assim, o *otium cum dignitate* é um momento e uma “tarefa” dedicada ao homem bem formado, de maneira que este possa exercer sua cultura e seu conhecimento.

Quão agradável que demandes de mim não apenas muitas cartas, mas que sejam longuíssimas! Com elas tenho sido parcimonioso em partes porque temia que estivesse ocupado, em partes porque eu mesmo estava imerso em muitos e tediosos serviços que, ao mesmo tempo, distanciam e dispersam a alma. E, além do mais, nenhum assunto prestou-se a mais escritos, porque nossa condição não é a mesma de Marco Túlio [Cícero], à cujo exemplo me chamas (...) <sup>168</sup>

A referência ciceroniana é feita em uma pletora de cartas <sup>169</sup>, evidenciando a preocupação de Plínio com o peso da imagem e do estilo do orador romano. Como apresentado na epístola acima, Plínio acreditava que os mais diversos assuntos deveriam ser tratados numa missiva, tal qual faria com eloquência e conhecimento o próprio Cícero.

Plínio, portanto, talvez tenha sido o primeiro autor latino a pensar o estilo, o tema e a forma de suas cartas, já antevendo a publicação e posterior leitura por um público muito mais amplo que aquele composto unicamente pelos destinatários. Neste sentido, o epistolário romano passa a deixar o campo da expressão íntima e artística e adentra um universo literário, pensado e articulado diante de leitores alvo. Ao publicar uma série de mensagens que versam sobre vários assuntos e apresentam, muitas vezes, informações quotidianas ou pessoais, Plínio tira o foco epistolar do endereçado e o direciona ao remetente: o autor passa a ser a figura central, e sua capacidade literária e retórica saltam em evidência. Esta nova perspectiva consolida a imagem daquele que envia e publica suas cartas como figura influente em seu meio, forjando uma importante noção de *amicitia*, ou seja, de valores compartilhados por um pequeno núcleo social, mas que podem ser percebidos (e, neste caso, lidos) por um corpo muito maior <sup>170</sup>. As cartas, como aponta Shane Bjornlie, passam a funcionar como veículo de propaganda pessoal de

<sup>168</sup> “*Facis iucunde quod non solum plurimas epistulas meas verum etiam longissimas flagitas; in quibus parcius fui partim quia tuas occupationes verebar, partim quia ipse multum distringebar plerumque frigidis negotiis quae simul et avocant animum et comminuunt. Praeterea nec materia plura scribendi dabatur. Neque enim eadem nostra condicio quae M. Tulli, ad cuius exemplum nos vocas*”. Plin. *Epist.* IX.2, 1-2.

<sup>169</sup> Plin. *Epist.* I.2, 4; I.4, 12; I.20, 4; III.15, 1; IV.8, 4; V.3, 5; VII.4, 3; VII.18, 13; IX.2, 2.

<sup>170</sup> Para uma explanação muito mais minuciosa acerca das intencionalidades de Plínio em seu estilo retórico epistolar, Cf. HOFFER, Stanley. *The Anxieties of Pliny the Younger*. Atlanta: Scholar Press, 1999.



Plínio e como reforço de virtudes e capacidades inerentes ao seu círculo de amizade – a profusão epistolar, porém, fazia com que essa dimensão fosse expandida para além dos personagens mencionados nas epístolas, e que emanasse para todo este universo de leitores o senso comunitários presentes nesta noção de *amicitia* <sup>171</sup>.

A relação de *amicitia* entre aqueles que povoam o universo retórico das epístolas engendra outras noções importantes. Além da exposição de valores próprios ao grupo em questão, a troca de missivas evidencia também situações de *clientelismo*, de interdependências hierárquicas, envoltas em definições quase subjetivas de autoridade <sup>172</sup>. A exaltação da imagem de um dos partícipes literários daquele contexto cria um equilíbrio próprio, onde ele assume uma posição de mediador, de personalidade ascendente por sobre toda aquela “aristocracia” cultural. No caso de Plínio, especificamente, uma organização formal da publicação toca esta dimensão em especial: sua divisão dá-se em nove livros de cartas para amigos e um livro com epístolas entre ele e o próprio *optimus princeps* Trajano. Tem-se, portanto, uma sedimentação da *amicitia* entre um círculo elitizado (os nove primeiros livros) e um exemplo da valoração da auto-imagem de Plínio num contato íntimo, oficial e direto com o imperador (o décimo livro). Assim, recai no autor a autoridade para lidar diretamente com o governante, e sua amizade e aproximação tanto do líder quanto de seus iguais realça as virtudes do próprio Plínio. Há uma transformação, portanto, do gênero epistolar num gênero “auto-laudatório”, autoral e legitimizante. <sup>173</sup>

O modelo missivista iniciado com Plínio, tanto em sua retórica valorativa quanto em seus aspectos formais (dez livros, com uma separação clara entre os nove primeiros e o último), ganha preponderância e é largamente imitado

<sup>171</sup> BJORNIE, Michael Shane. *The Variae of Cassiodorus Senator and the circumstances of Political Survival, CA 540 – 545*, Tese de Doutorado, 2006, pp. 9 – 10.

<sup>172</sup> Para excelente estudo acerca das relações de valores e clientelismos na produção epistolar de Plínio o Jovem, cf. STADLER, Thiago Davi. *O Poder das Palavras na Idealização de um Princeps – Epistolário Cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano (98 – 113 d.C.)*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2010.

<sup>173</sup> BJORNIE, Michael Shane. *Op. cit.*, pp. 9 – 15.

por toda Antiguidade Tardia <sup>174</sup>. Ainda num espaço imperial romano, Fábio Mêmio Símaco, filho do ilustre orador pagão Quinto Aurélio Símaco, divulgou as mais de 900 cartas trocadas por seu pai entre os anos de 360 e 402 d.C. <sup>175</sup> também em dez livros. Semelhante a Plínio, Mêmio reserva os nove primeiros para epístolas entre amigos, altos funcionários administrativos e senadores, e o último para documentação oficial e informes emitidos enquanto Símaco era Prefeito da Urbe (e mantinha contato direto com os imperadores, tal qual Teodósio I). Num plano literário, este *corpus* ecoa seu antecessor também na solidificação de um círculo de *amicitia* e de um compartilhamento de valores e estilos de vida próprios daquele grupo (neste caso, aristocratas e servidores civis do Império); o alçamento cultural e político daquele que escreve as cartas também emana da compilação simaquiana.

A divisão em dez livros ainda se faz nas cartas publicadas, também na segunda metade do século IV, por Ambrósio, bispo de Milão. Este distinto personagem, antagonista retórico de Símaco, funcionário civil e eminência religiosa na Península Itálica atuou política e socialmente de forma indelével em seu contexto (um de seus mais conhecidos assuntos é a querela acerca do Altar da Vitória, onde arguiu literariamente com Quinto Símaco acerca das tradições e do peso do passado romano na cúria do poder) <sup>176</sup>. Ambrósio também eternizou uma auto-imagem através de missivas: seus nove primeiros livros apontam para a valoração de um corpo cristão e para a moralização religiosa da vida romana, numa espécie de *amicitia* regida por cores católicas. Seu décimo livro, também o ápice documental de sua preponderância, apresenta documentação trocada entre ele e imperadores <sup>177</sup>. Apesar da diferenciação originada a partir de matizes religiosas, as formas retóricas e

---

<sup>174</sup> O latinista Gian Biagio Conte, em seu massivo compêndio acerca da história da literatura latina, nota que Plínio foi o responsável por iniciar “uma influência normativa” sobre autores que viriam a ter seus epistolários publicados, em especial aqueles da “Era de Prata” da literatura, como Simáco, ao que veremos a seguir. In: CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature: a History*. Londres & Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1999, p. 528.

<sup>175</sup> MATTHEWS, John. “The Letters of Symmachus”. In: BINNS, James W. (edit.). *Latin Literature in the Fourth Century*. Londres: Routledge, 1974, pp. 58 – 99.

<sup>176</sup> SALZMAN, Michele Renee. *The Making of Christian Aristocracy: Social and Religious Change in the Western Roman Empire*. Cambridge; Massachusetts e Londres: Harvard Univ. Press, 2004, p. 11 – 15.

<sup>177</sup> *Idem*, p. 17.

organizacionais do epistolário ambrosiano não divergem fundamentalmente ao escopo estabelecido por Plínio.

Esta especificidade de um gênero epistolar (*amicitia*, relações de poder e divisão específica em dez livros) deixa sua marca também diante dos suspiros finais da quinta centúria. Sidônio Apolinário, bispo e autor romano de origem gálica, deixou, além de seus famosos *carminae* panegirísticos, um compêndio de cartas que versa sobre as vicissitudes dos assuntos e da vida na Gália em fins de século V (publicado entre 469 e 476 d.C.). Apesar da silenciosa omissão de um décimo livro entre seu epistolário <sup>178</sup>, Sidônio nos apresenta uma importante visão acerca da consciência e da percepção do gênero missivista na Antiguidade Tardia:

Desde algum tempo, grande senhor, com autoridade persuasiva e com tua prudência nos conselhos, instrui-me para que, as cartas pouco polidas que fluíram de mim em várias ocasiões – influenciadas por situações, homens e tempos –, eu revisasse, corrigisse e incluísse todas em um único volume; estou prestes a seguir presunçosamente os passos do estilo redondo de Quinto Símaco e da maturidade de estilo de Caio Plínio. De Marco Túlio [Cícero], julgo ser melhor manter silêncio acerca de seu estilo epistolar, já que nem mesmo Julio Ticiano (...) demonstrou semelhança digna. <sup>179</sup>

Sidônio emula autores pretéritos em vários planos. Existe, por um lado, a citação direta ao legado de Plínio, à precisão e beleza literária de Símaco e, naturalmente, à autoridade figurada em Cícero. Por outro viés, o galo-romano vai além da citação retórica destes personagens, mas inspira-se mesmo na formalidade estabelecida anteriormente: esta primeira carta, abertura e

<sup>178</sup> Para uma análise estilística e formal da obra e do caráter retórico de Sidônio Apolinário, bem como de sua auto-percepção enquanto autor, poeta e panegirista, cf. HENKE, Rainer. “Eskapismus, poetische Aphasie und satirische Offensive: Das Selbstverständnis des spätantiken Dichters Sidonius Apollinaris”. In: ARWEILER, Alexander & MÖLLER, Melanie (edit.). *Vom Selbst-Verständnis in Antike und Neuzeit*. Berlim & Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2008, pp. 166 – 169.

<sup>179</sup> “*Diu praecepis, domine maior, summa suadendi auctoritate, sicuti es in iis quae deliberabuntur consiliosissimus, ut, si quæ litteræ paulo politiores varia occasione fluxerunt, prout eas causa, persona, tempus elicuit, omnes, retractatis exemplaribus enucleatisque, uno volumine includam, Q. Symmachi rotunditatem, C. Plinii disciplinam maturitatemque vestigiis praeumptiosis insecuturus. Nam de Marco Tullio silere me in stylo epistolari melius puto, quem nec Julius Titianus (...) digna similitudine expressit*” Sid. Apol. Epist. I.1, 1-2.

explicação de seu compêndio epistolar, segue os moldes daquela feita por Plínio, na medida em que indica uma intenção externa para que aquela obra seja publicada (geralmente de um integrante íntimo do círculo de *amicitia* do autor), o cuidado e o esmero exigidos (anteriores ou posteriores ao ato de escrita das cartas) e a comparação paradigmática com “Marco Túlio”. Isso evidencia, grosso modo, uma percepção acerca de um gênero específico e, em especial, uma noção clara daqueles que instituíram tal tradição literária. Destarte, Sidônio funciona como um exemplo refinado do caminhar e do desenvolvimento da arte de se escrever cartas na Antiguidade Tardia, já que o escritor congrega em si quase todos os aspectos definidores daquele estilo.

Na esteira de Sidônio, outros dois personagens – contemporâneos a Cassiodoro – que adentraram o universo tradicional do epistolário latino foram Rurício I, bispo de Limoges <sup>180</sup> e Magno Felício Enódio, bispo de Pávia <sup>181</sup>. Ainda que estes tenham abandonado, de alguma maneira, a formalidade estilística de Plínio, Símaco ou Ambrósio, eles demonstram fluência na retórica missivista a partir de suas citações (e da aproximação) à Sidônio, do retrato literário deixado na troca de cartas e de sua valoração a partir da publicação destas <sup>182</sup>. Tanto em Rurício como em Enódio, existe o forte laço da *amicitia*, da pertença aristocrática e do modo de vida compartilhado pelo grupo. A epístola trocada e publicada, assim, destaca a virtude que atua por sobre remetentes e destinatários.

Neste universo de ligação aristocrática e da valoração pessoal por meio da troca missivista, destacam-se ainda os legados de Alcimo Avito, bispo de Viena <sup>183</sup> e de Fábio Claudio Gordiano Fulgêncio, bispo de Ruspe <sup>184</sup>. Enquanto

<sup>180</sup> Para tradução e apreciação das cartas de Rurício, cf. MATHISEN, Ralph. *Ruricius of Limoges and Friends: A Collection of Letters from Visigothic Gaul*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 1999.

<sup>181</sup> Para o valor retórico das cartas de Enódio, cf. GIOANNI, Stéphane. “La contribution épistolaire d’Ennodius de Pavie à la primauté pontificale sous le règne des papes Symmaque et Hormisdas”. In: *Mélanges de l’École Française de Rome*, n. 113, v. 1, 2001, 245 – 268. Para apresentação, edição e tradução das cartas, cf. GIOANNI, Stéphane. *Ennode de Pavie, Lettres*. 2 vol. Paris: Les Belles Lettres, 2006.

<sup>182</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *Op. cit.*, pp. 10 – 13.

<sup>183</sup> Para a vida e obra de Avito, cf. SHANZER, Danuta & WOOD, Ian. *Avitus of Vienne, selected Letters and Prose*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2002.

o último, aos moldes de Ambrósio, marcou o estilo de vida cristã em suas cartas, o primeiro lidou tanto com aspectos religiosos como políticos em suas missivas – o diferencial de Avito neste contexto, porém, é o de que suas cartas foram provavelmente publicadas após sua morte, não tendo sido a reunião epistolar esforço organizativo pessoal <sup>185</sup>. A despeito de suas temáticas e da ordem formal de seus estilos, estas cartas tocam o universo de um determinado círculo, ou seja, são imbuídas da *amicitia* típica do gênero epistolar. Neste sentido, ainda pode-se elencar uma última coleção de correspondências coevas à Cassiodoro: as Cartas Austrásicas <sup>186</sup>. Compilação de correspondências referentes ao *milieu* de Metz, no reino franco da Austrásia, e datadas de 486 à provavelmente 590, as Cartas Austrásicas apresentam um interesse comunal específico, um elo aristocrático que busca representar a vivência política e cultural de determinados personagens – há, por exemplo, entre as cartas, de caráter heterogêneo, um poema de Venâncio Fortunato ao bispo de Trier como parte do desenho ideológico de uma *amicitia* que relaciona, num aspecto *quasi*-moral, protagonistas da efervescência social da elite educada destes contextos. <sup>187</sup>

Há, portanto, uma tradição literária que cerca o gênero epistolar desde, pelo menos, os fundamentos lançados pela publicação das cartas de Plínio o jovem. Apesar das variações na forma ou no estilo, um elemento perpassa o *continuum* missivista por toda a Antiguidade Tardia: como dito, a consolidação de uma noção de *amicitia* é fundamental na análise acerca da produção e difusão desta documentação, e isto ocorre primordialmente porque se tem uma coleção de mensagens particulares sendo organizadas e publicadas diante de um público mais amplo. Assim, detalhes íntimos daqueles relacionamentos são materializados retoricamente como exemplos de virtude, de ligação

---

<sup>184</sup> Para crítica acerca do contexto de Fulgêncio, edição e tradução de suas cartas, cf. BACHELET, Daniel. *Fulgence de Ruspe, Lettres ascétiques et Morales*. Paris: Cerf, 2004.

<sup>185</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>186</sup> Ver a edição de William Gundlach das Cartas Austrásicas presente na *Monumenta Germaniae Historica*, intitulada *Epistolae Austrasicae*. In: *Epistolae Merovingici et Karolini Aevi*, tomo III, parte I (Berlim, 1892).

<sup>187</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *Op. cit.*, p. 14.

aristocrática, de *otium* e de capacidade. Há, portanto, uma lógica interna à epistola que alicerça relacionamentos e estilos de vida valorosos.

Cassiodoro, contudo, prostra-se no universo das correspondências como uma exceção, e sua documentação é marcada por uma especificidade retórica pouco compartilhada entre suas congêneres <sup>188</sup>. Em primeiro lugar, Cassiodoro anexa à sua coleção um prefácio, onde explica suas intenções <sup>189</sup>, seus motivos e os estilos empregados em suas epistolas – independente da datação ou da intencionalidade presente no prefácio, sua existência e anexação à obra fazem dela um exemplo peculiar dentro do gênero missivista. Após a passagem dos dez primeiros livros, o autor acrescenta mais dois, precedidos também por uma segunda introdução; esta divisão, aliás, apresenta outra particularidade cassiodoriana, já que as cartas presentes nos dez primeiros livros não são escritas em seu nome, mas sim no do rei vigente (Teoderico, Atalarico, Amalasunta, Teodato, Gudelina e Vitige) – apenas os dois últimos possuem missivas referenciadas ao próprio autor, escritas durante sua permanência na Prefeitura do Pretório. Dessa forma, todo o *corpus* das *Variae* é estabelecido não enquanto correspondência privada, mas sim como *chancelaria* oficial, mesmo entre aquelas que elencam o nome do próprio autor como remetente. Esta dimensão estabelece uma diferenciação epistemológica clara entre a tradição epistolar de Plínio e Símaco com o trabalho exercido por Cassiodoro: apesar de conter livros com documentos oficiais e administrativos, a coleção de cartas tradicional apresenta, fundamentalmente, uma *amicitia* entre aristocratas que, por meio da correspondência privada, lidam com seu *otium*, enquanto que Cassiodoro, voltando-se tão somente para a oficialidade de seus escritos, para a valoração de seus cargos e para o peso da administração vigente na Itália, lida com o *negotium*. Naturalmente que este afastamento ocorre num nível organizacional – no que se refere à temática interna, Cassiodoro adota traços típicos de conhecimento naturalista e “ocioso” (as implicações dessa adoção, porém, serão abordadas mais a frente) –

---

<sup>188</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *Op. cit.*, pp. 16 – 26.

<sup>189</sup> Sobre a função retórica dos prefácios, ver capítulo IV.

porém, podemos dizer que, num ponto de vista “tradicional”, o autor engendra novas possibilidades para um específico gênero missivista.

Enquanto coleção epistolar, as *Variae* se afastam, portanto, do gênero mais tradicional. As cartas de Cassiodoro, em sua concepção mais literária, pouco dividem em comum com as cartas de Plínio, de Símaco, de Ambrósio, de Sidônio ou de seus outros coevos. Enquanto chancelaria, aproximam-se muito mais de informes e trâmites oficiais do que correspondências privadas (o que, como vimos, as *Variae* não são em qualquer grau). Porém, também nos parece pouco adequado enquadrar a retórica destas cartas num grau puramente administrativo. Ainda que diga respeito à práxis política e civil da Itália ostrogótica, as *Variae* foram organizadas, editadas e publicadas, em sua totalidade, posteriormente ao momento em que foram pretensamente produzidas <sup>190</sup>. É evidente, assim, que o conteúdo da obra foi revisado e preparado, passagens foram provavelmente modificadas, outras foram possivelmente omitidas, e a ordem cronológica foi abandonada em prol de uma organização valorativa pensada pelo próprio Cassiodoro (é curioso, por exemplo, que os primeiros livros sejam abertos com uma carta endereçada a um rei ou ao próprio imperador, demonstrando o peso diplomático da *persona* cassiodoriana na regência de Teoderico) <sup>191</sup>. Com efeito, as *Variae* se apresentam muito mais como um *projeto autoral* do que como instruções puramente administrativas (como um édito ou um código). <sup>192</sup>

Apesar de todas as discrepâncias como um postulado tradicional epistolar (presença de doze livros, incluindo dois formulaicos; inclusão de dois prefácios explicativos; oficialidade chancelar na totalidade da obra; caráter público e não privado <sup>193</sup>; *negotium* em oposição ao *otium*; variação na

<sup>190</sup> O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*, pp. 56 – 57.

<sup>191</sup> BARNISH, Samuel. *Cassiodorus Selected Variae*: Translated with notes and introduction by S. J. B. Barnish. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2006, pp. xviii – xix.

<sup>192</sup> Detalhes acerca da intencionalidade, da organização e do caráter retórico das *Variae* serão abordados, mais a frente, ainda neste capítulo.

<sup>193</sup> Aqui se deve, como em todo o corpo de nosso trabalho, relativizar os termos *público* e *privado*. Não pretendemos, naturalmente, apontar uma separação de esferas atributivas da vida social, mas sim evidenciar como existe uma separação teórica entre as tarefas da práxis política e os afazeres transcorridos na *villa* ou no *domus* de um particular, ou seja, a sociabilidade que não toca, diretamente, nos assuntos político-administrativos. Enquanto o *público*, neste caso, é colocado como a *voz oficial* do governante (seja ele o rei ou um grupo

indicação de remetentes em detrimento da personalidade nominal), pesquisadores do período tem demonstrado certa inclinação para incluir as *Variae* num gênero missivista já estabelecido <sup>194</sup>. Ainda que estabeleça aproximações e familiaridades com a produção de Plínio ou Símaco (o prefácio indica o pedido de amigos para que Cassiodoro publique suas cartas <sup>195</sup>; o autor discorre, em certos momentos, sobre a natureza e destila conhecimento enciclopédico; os próprios Plínio e Símaco, em certos momentos, apresentaram documentos oficiais ou “chancelares”), nos parece muito mais evidente que as *Variae* são, como dito, um “projeto chancelar” <sup>196</sup>, uma justificativa pessoal da administração e da burocracia da Itália ostrogótica do que, meramente, uma coleção epistolar (apenas por serem compostas de correspondências). É importante salientar que o afastamento de Cassiodoro da tradição pliniana não significa um rompimento retórico e estilístico com um gênero, mas sim uma apreciação mais particular das *Variae* (talvez baseada numa diferenciação), já que, ao que nos parece, o próprio autor não intentava a inserção exata neste universo, como veremos a frente, mas uma análise moderna o aproxima, documentalmente, deste *corpus* pré-estabelecido. Portanto, compreender a especificidade inicial desta obra nos auxiliará a tecer uma análise que leva em consideração toda sua construção retórica para que possamos acompanhar o projeto e a intencionalidade político-administrativa de Cassiodoro com mais atenção e destreza.

---

imbuído de autoridade), o *privado* é a expressão não oficial, ainda que advenha de personagens que circulam na cúria do governo.

<sup>194</sup> BARNISH, Samuel. *Cassiodorus...* *op. cit.*, p. xvii; SHANZER, Danuta & WOOD, Ian. *Op. cit.*, p. 62; GILLET, Andrew. *Envoys and Political Communication in the Late Antique West*, 411 – 533. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003, p. 176; O'DONNELL, James. *Cassiodorus...* *op. cit.*, p. 86.

<sup>195</sup> Cass. *Var.* Praefatio, 1.

<sup>196</sup> Ver nota § 232.



***Solus ornatus est, qui discernit indoctos. Produção e contexto das *Variae****

Andrew Gillet, ao abordar a validade documental das *Variae*, afirma que o conteúdo histórico e contextual da chancelaria cassiodoriana perde seu peso quando notamos que ali reside um exercício retórico, uma tentativa de moldar uma obra que inserisse o autor num rol de homens bem formados, culturalmente elevados, com um domínio particular e brilhante do latim. Assim, segundo o historiador, Cassiodoro fez de sua compilação epistolar um lócus literário para a apresentação de sua proficiência erudita – a informação acerca da política e do contexto é sombreada de forma indelével pela retórica latina do autor <sup>197</sup>.

Notamos, como visto, que Cassiodoro de fato emprega uma retórica singular que o separa de uma tradição de correspondências e o particulariza neste contexto. É pouco adequado, todavia, entender esta especificação como, puramente, uma distinção literária, tal qual afirma Gillet. Pesquisadores como James O'Donnell, Shane Bjornlie e especialmente Andrea Giardina <sup>198</sup> localizam Cassiodoro enquanto um homem político, um agente ativo em sua realidade, de forma que sua produção é, além de influenciada, diretamente relacionada a este fator. Qualquer especificidade estilística ou formal responde à intencionalidade contextual, e não, de forma única, ao exercício retórico do autor. Esta assertiva significa que os elementos particulares das *Variae* – com relação, em especial, ao gênero epistolar estabelecido – vão além do estilo e compõe, *per se*, um nível de teorização e aplicação política que pode ser entendido se notarmos o berço que gestou essa obra e, em certa medida, a maneira com que essa teorização e aplicação a inserem neste contexto.

Este panorama é evidenciado, já num primeiro momento, quando percebemos o momento da publicação da chancelaria cassiodoriana, portanto: com a morte de Teoderico, em 526 d.C., ascende ao trono ostrogótico seu neto Atalarico – ainda uma criança, este assume em regência com sua mãe,

<sup>197</sup> GILLET, Andrew. *Op. cit.*, p. 174 – 177.

<sup>198</sup> O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*, p. 33 – 54; BJORNLIE, Shane. *Op. cit.*, p. 198; GIARDINA, Andrea. *Cassiodoro político*. Roma: Bretschneider, 2006.

Amalasunta <sup>199</sup>. Apesar do continuado mando da dinastia dos Amálos nas figuras de Atalarico e Amalasunta, a falta do pulso firme de Teoderico, reinante por aproximadamente 30 anos, se faria sentir, e uma constante desagregação nobiliárquica assolaria a corte italiana pela próxima década <sup>200</sup>. A prematura morte de Atalarico, em 534, lança sua mãe da posição de regente à própria coroa dos ostrogodos, como nova rainha. Provavelmente na tentativa de agregar ao seu cetro os efervescentes grupos militares godos, Amalasunta filia um homem, Teodato, seu primo <sup>201</sup>, ao trono como rei consorte <sup>202</sup>. A estratégia provou-se um erro, visto que pouco depois, entre 534 e 535, Teodato ordena a prisão e posterior execução de sua prima. Como nota Procópio de Cesaréia, em seu relato acerca das campanhas de Justiniano (imperador desde 527) contra os godos, o assassinato de Amalasunta, mulher ilustre versada nas letras romanas e continuadora direta do virtuoso legado dos Amelungos, causou intenso furor no universo italiano e precipitou a intervenção Oriental <sup>203</sup> – sua morte foi o *casus belli* esperado por Justiniano que, vitorioso em combates contra persas e vândalos, decidiu reclamar o território peninsular e vingar a execução de Amalasunta <sup>204</sup>.

---

<sup>199</sup> Proc. *De Bell.* V.1, 2.

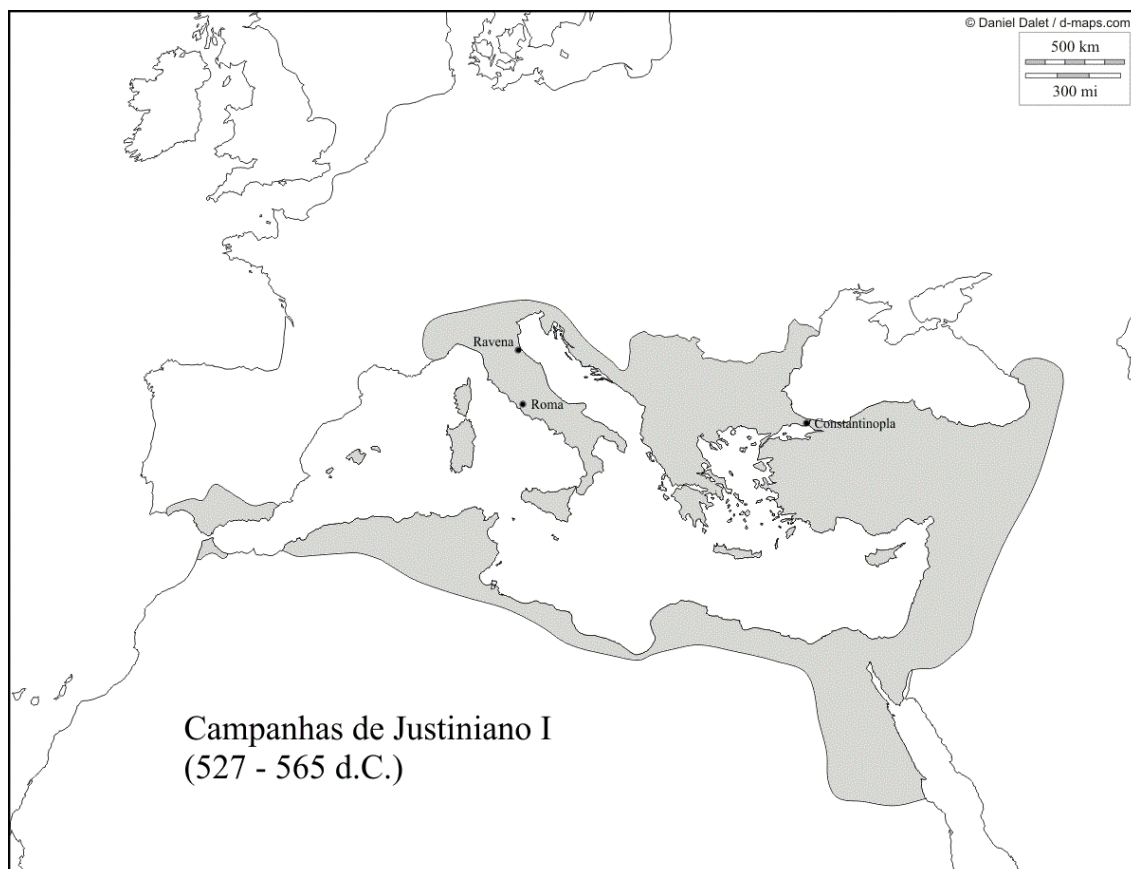
<sup>200</sup> BURNS, Thomas. *Op. cit.*, p. 181.

<sup>201</sup> Teodato era filho de Amalafrida, irmã de Teoderico. Para árvore genealógica dos Amelungos, ver anexos 4 e 5 & KUHOFF, Wolfgang. “Theodahadus Flavius, König der Ostgoten 534 – 536”. In: *Biographisch-Bibliographisches Kirchlexikon* (BBKL). Vol. 11. Herzberg, 1996, pp. 824–832.

<sup>202</sup> “*Consors regni*”, cass. *Var.* X.4, 1. Como nota O'Donnell, a idéia de um rei consorte, neste caso, não implicava em casamento, mas apenas numa associação ao trono. Isso torna-se ainda mais evidente quando notamos cartas de Cassiodoro escritas sob o nome de Gudeliva, esposa de Teodato. In: O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*, p. 61.

<sup>203</sup> “Isto [assassinato de Amalasunta] transtornou em excesso todos os godos e romanos [*Italiótas*], pois a mulher era preocupada com todas as virtudes (...)”. (“ὑπερ Ἰταλιώτας τε ὑπερφυῶς ὑπαντας καὶ τοὺς ἄλλους Γότθους ἠνίασεν, ὑπετῆς γὰρ πάσης ἡ γυνὴ ἰσχυρότατα ἐπεμελεῖτο (...)”) Proc. *De Bell.* V.4, 42.

<sup>204</sup> Proc. *De Bell.* V.1, 5.



**Mapa 5: Extensão e alcance territorial das campanhas de Justiniano.**

Belisário, destacado general e cônsul imperial no oriente <sup>205</sup>, inicia as guerras góticas de Justiniano em 535, tomando logo a Sicília (no mesmo ano, Mundo, colega de Belisário e líder militar oriental, tomara também a província da Dalmácia) <sup>206</sup>. Em 536, ele atravessa o estreito de Messina e, efetivamente, inicia seus combates em solo ostrogótico. Entre outubro e dezembro, Belisário cerca Nápoles e logo segue para a própria urbe romana, que é tomada sem grandes esforços. Neste ínterim, Teodato, cuja estima entre seus súditos era minada na mesma velocidade em que o Oriente abocanhava novos territórios no Ocidente, é morto e substituído no trono pelo guerreiro Vitige, genro de

<sup>205</sup> CAMERON, Averil. *Procopius and the Sixth Century*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2005, p. 189.

<sup>206</sup> A província da Dalmácia serviu de palco para intensas trocas diplomáticas entre Justiniano e Teodato. Em 536, os godos retomam o território, o que encoraja o rei ostrogodo a oferecer resistência mais firme à incursão italiana de Belisário e romper com as negociações com o imperador. In: BROGNA, Anthony. *The Generalship of Belisarius*. Dissertação de Mestrado. Kansas: Boston Univ. Press, 1995, p. 67.

Amalasunta e marido de sua filha sobrevivente, Matasunta <sup>207</sup>. Vitige imediatamente faz cerco a Roma, na tentativa de reavê-la ao cetro gótico; tal esforço militar dura mais de um ano, até que cessa, em 538, diante da tomada de Ariminum <sup>208</sup> e da proximidade das forças constantinopolitanas da própria capital da corte dos ostrogodos, Ravena <sup>209</sup>. Os conflitos entre Vitige e as forças de Justiniano prosseguem até que, em 540, Belisário adentra a capital, efetivamente desmantela a corte amelunga e retorna para Constantinopla, levando consigo todo o *entourage* político-administrativo romano-gótico, incluindo Vitige e provavelmente o próprio Cassiodoro <sup>210</sup>.

A partida prematura de Belisário abortou a conquista total da Península Itálica por parte de suas forças. Seu retorno à Constantinopla, ordenado pelo Imperador Justiniano em pessoa <sup>211</sup>, permitiu a reorganização das forças de resistências ostrogóticas em regiões ao norte do Pó, como Ticinum <sup>212</sup> e Verona. De lá, entre 540 e 541 lideranças frágeis, como as de Ildibado e Erarico surgiram, sem grande sucesso <sup>213</sup>. A partir de 541, porém, a ascensão do rei Baduila (sob o famoso *nom de guerre* Tótila) <sup>214</sup> mostra-se energética, e este concederia à Coroa ostrogótica uma sobrevida de 11 anos, recheada de

---

<sup>207</sup> O casamento entre Vitige e Matasunta parece ser uma forma de legitimar um personagem guerreiro que, ao mesmo tempo, estaria então ligado ao tradicional legado dos Amálo. Cf. BURNS, Thomas. *Op. cit.*, p. 93.

<sup>208</sup> Atual Rimini.

<sup>209</sup> EVANS, James Allan. *Op. cit.*, p. xix.

<sup>210</sup> O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*, pp. 55 – 56.

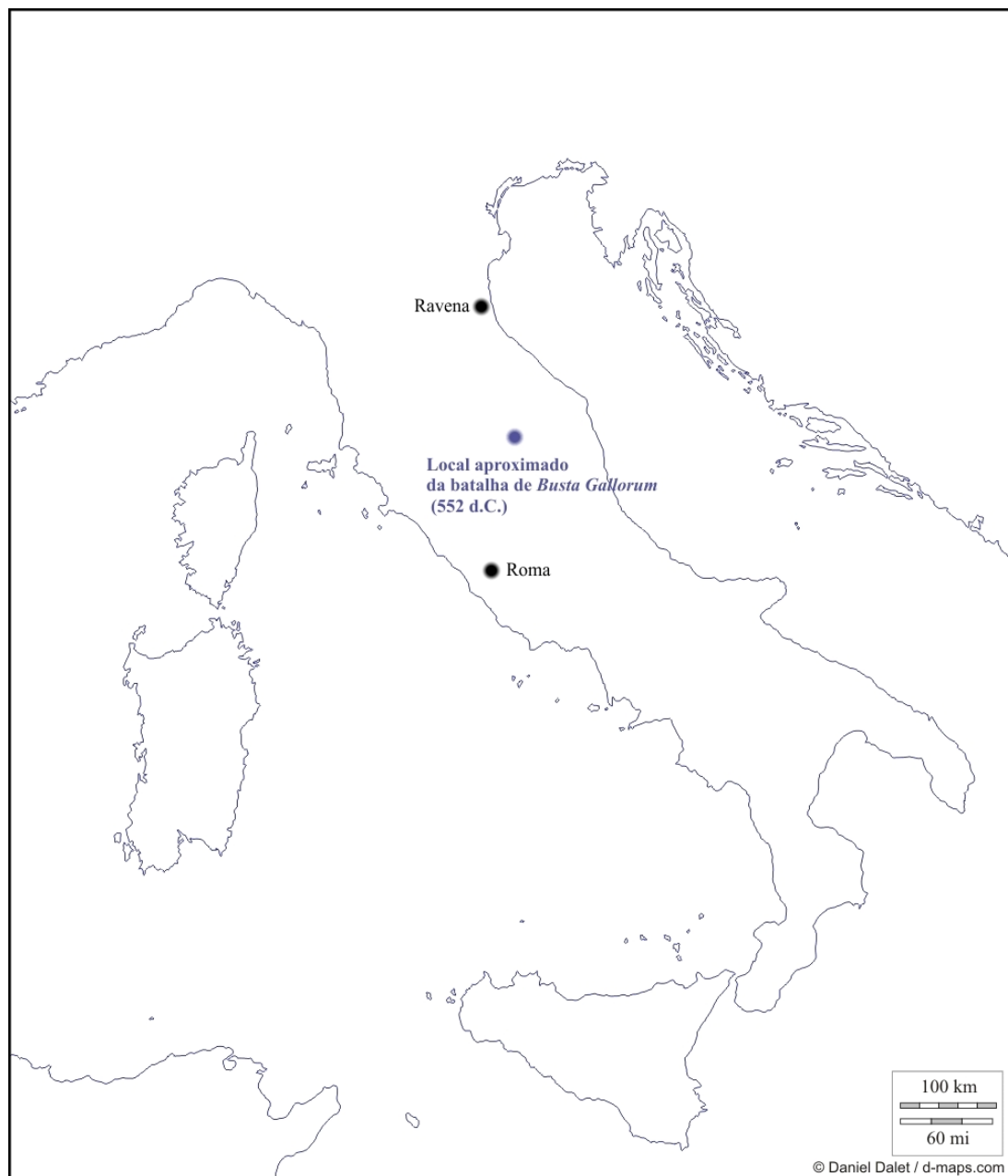
<sup>211</sup> Argumenta-se que Justiniano clamou o retorno de Belisário tanto pela ameaça Persa que espreitava a Oriente como pela crescente fama do general entre romanos e godos. Assim, o imperador refrearia o triunfo deste Senhor da Guerra, retomaria territórios fundamentais na Itália e ainda manteria um controlado reinado Ostrogótico ao norte como forma de defesa fronteiriça. Cf. TREADGOLD, Warren. *A History of the Byzantine State and Society*. California: Stanford Univ. Press, 1997, p. 191.

<sup>212</sup> Atual Pavia.

<sup>213</sup> Amory ressalta que, entres as lideranças de uma resistência gótica, havia certo desejo de rendição territorial e de um encaminhamento pessoal para Constantinopla. A pouca resiliência dos chefes Ostrogóticos, neste sentido, talvez represente uma das causas de desestruturas políticas internas, já que uma fuga era aspirada em detrimento de aristocracias estabelecidas na Península Itálica, causando certo desequilíbrio social, administrativo e militar. Cf. AMORY, Patrick. *Op. cit.*, p. 171

<sup>214</sup> WOLFRAM, Herwig. *Die Goten... op. cit.*, p. 352.

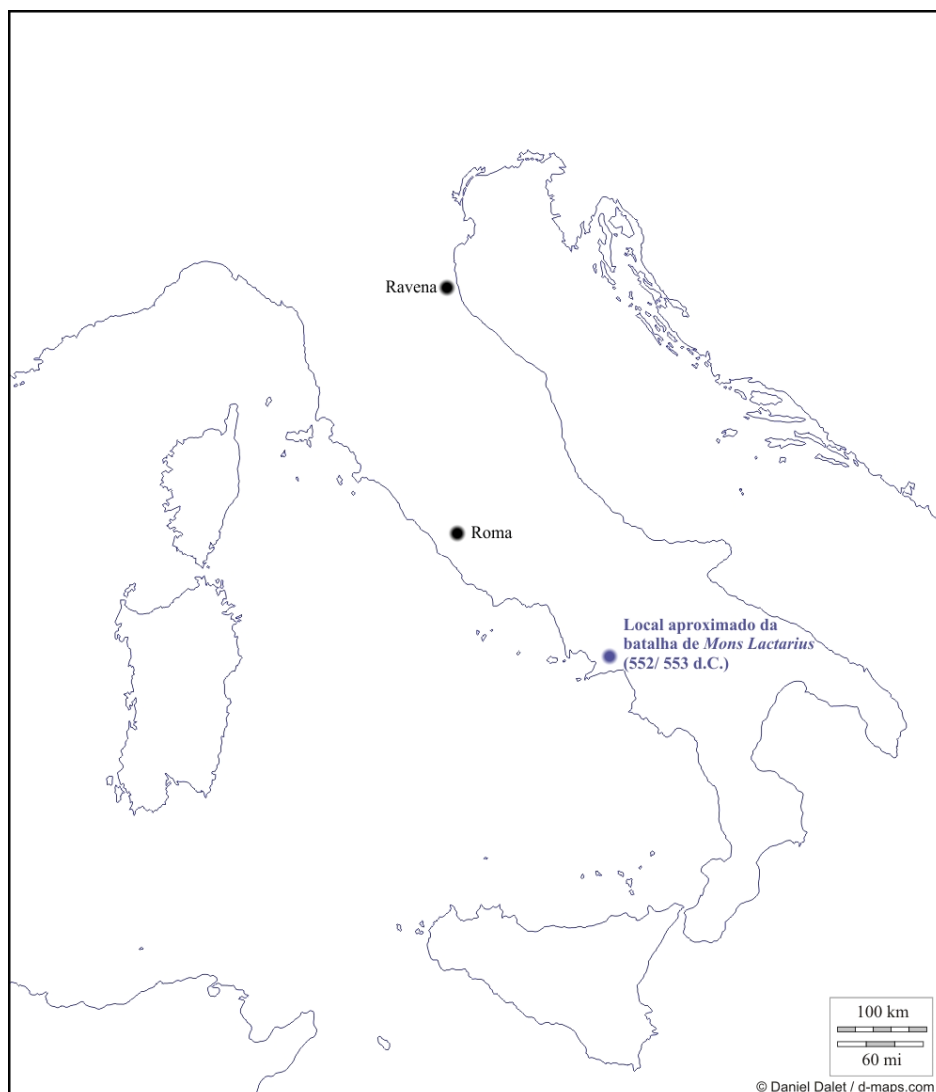
avanços e reconquistas, até sua morte, em 552, sob a espada de Narses (general de Justiniano) na batalha de *Busta Gallorum*.<sup>215</sup>



**Mapa 6: Local aproximado da batalha de *Busta Gallorum* (ou *Taginæ*), ocorrida na metade de 552 d.C. e travada entre o general Romano Oriental Narses e o rei dos ostrogodos, Tótila (morto em combate)**

<sup>215</sup> Ocorrida em Taginæ, atual Gualdo Tadino. Ver mapa 7. Cf. Proc. *De Bell. Got.* VIII.29 & RANCE, Philip. "Narses and the Battle of Taginae (Busta Gallorum) 552: Procopius and Sixth-Century Warfare". In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Vol. 34, N. 4, 2005. Franz Steiner: Stuttgart, pp. 424 – 472.

Sua morte precipitaria ao trono um de seus oficiais militares, Téia, cujo mando encerrou-se no final de 552 ou início de 553 com sua morte na batalha do Monte Lattari (*Mons Lactarius*), próximo ao Vesúvio <sup>216</sup>.



**Mapa 7: Local aproximado da batalha de Mons Lactarius, ocorrida no final de 552 ou no início de 553 d.C. e travada entre o general Romano Oriental Narses e o rei dos ostrogodos, Téia (morto em combate)**

Era o efetivo fim de lideranças ostrogóticas na Península Itálica (houve, pela década de 550, focos de ressurgimento, como aquele liderado por Vidin,

<sup>216</sup> Cf. Proc. *De Bell. Got.* VIII.35.

um Conde dos Godos, mas que foi encerrado com sua captura em 561 ou 562)<sup>217</sup>. Nota-se, portanto, que um paulatino processo de desagregação política inicia-se, entre os ostrogodos, com a morte de Teoderico – o reinado de seu neto e de sua filha foi incapaz de atingir o peso e a autoridade do antecessor – e com as intervenções de Justiniano, perpetradas por Senhores da Guerra como Belisário e Narses.

Argumentamos que os motivos por trás da publicação das *Variae* de Cassiodoro residem no centro deste contexto que levou à desestruturação de um governo gótico unificado. Como vimos, fatores externos trouxeram este ocaso, mas em dependência com trâmites políticos e sociais que assombravam a Península Itálica desde os últimos anos da governança Teodoriana. Entre a documentação do período, é quase um *topos* retórico a apresentação de um Teoderico sábio e justo, mas que cede à loucura em seus últimos anos<sup>218</sup>. Deste eco, percebemos que o rei fora de fato um mecanismo agregador, e, provavelmente, a coexistência entre os diversos grupos pré e pós Odoacro dependia de sua personalidade empregada no mando. A imagem de autoridade advinda de toda a construção política de Teoderico mantinha certo equilíbrio dentro e fora de seu reinado<sup>219</sup>. Um dos destacados elementos acerca da

<sup>217</sup> “Contudo, quando Amingo tentou levar auxílio à Vidin, um Conde dos Godos rebelado contra Narses, ambos foram superados por ele [Narses]. Vidin, sendo capturado, foi exilado em Constantinopla.” (*“Amingus vero dum Windin Gothorum comiti contra Narsetem rebellanti auxilium ferre conatus fuisset, utrique a Narsete superati sunt. Windin captus Constantinopolim exiliatur”*). Paul. Diac. *Hist. Lang.* II, 2. Para uma explanação acerca do personagem e da datação da rebelião de Widin, cf. AMORY, Patrick. *Op. cit.*, pp. 436 – 437 & GOFFART, Walter. *The Narrators of Barbarian History: Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon*. Notre Dame: Univ. of Notre Dame Press, 2009, pp. 388 – 394.

<sup>218</sup> “Ainda que fosse iletrado, era de tanta sabedoria que, entre os homens, seus ditos ainda são tidos como sentenças” (*“Dum illiteratus esset, tantae sapientiae fuit, ut aliquae, quae locutus est, in vulgo usque nunc pro sententia habeantur”*) / “ [...] o Diabo conseguiu uma forma de roubar um homem que governava a República sem querelas. [...] Com efeito, após seu retorno á Ravena, o rei já não agia como um amigo de Deus, mas como um inimigo de sua lei” (*“[...] invenit diabolus locum, quem ad modum hominem bene rem publicam sine querella gubernantem subriperet. [...] Rediens igitur rex Ravennam, tractans non ut dei amicus sed legi eius inimicus [...]”*). Anom. Val. *Chron.* XII.61 & XIV.83 – XV.88; “Foi, então, o primeiro e último ato de injustiça que cometeu contra aqueles que o ouviam, e isto aconteceu porque ele não averiguou com exatidão, como fazia costumeiramente, ao levar a cabo o juízo contra aqueles homens [Símaco e Boécio]” (*“ἀδίκημα τοῦτο πρῶτον καὶ τελευταῖον ἐς τοὺς ὑπηκόους τοῦς αὐτοῦ δράσας, ὅτι δὴ οὐ διερευνισάμενος, ὥσπερ εἰώθει, τὴν περὶ τοῖν ἀνδροῖν γνῶσιν ἤνεγκε”*). Proc. *De Bell.* V.1, 15.

<sup>219</sup> Dentre a documentação epigráfica que atesta o mando e os feitos de Teoderico, uma inscrição em especial nos chama a atenção – apesar de ser, naturalmente, uma encomenda oficial, um trecho ressalta a pretendida glória e gravidade deste rei: “Nosso senhor, o

concordia neste período é a proeminência concedida aos aristocratas romano-cristãos (como Boécio, Símaco ou mesmo Cassiodoro) tanto em seus direitos ancestrais como nos cargos ocupados. Aos olhos do império oriental, um rei bárbaro como Teoderico funcionava, de certa forma (e até certo ponto) como uma peça fundamental para o controle e a contenção de batalhas e conflitos no oeste <sup>220</sup>. O assassinio de Boécio e Símaco, contudo, inicia uma mudança nos ventos e, em maior medida, aponta para as dissidências crescentes entre grupos aristocráticos ocidentais e orientais (sejam eles romanos ou godos) <sup>221</sup>. Os primeiros sinais de uma crise interna minam paulatinamente a autoridade de Teoderico e, com sua morte, eminências ostrogodas tomam cada vez mais os verdadeiros encaminhamentos do governo <sup>222</sup>.

Cassiodoro, enquanto homem político e *persona* fundamental nos ofícios palatinos de Teoderico e seus sucessores, deveria acompanhar com atenção esta movimentação e, naturalmente, temer pela estabilidade de seu *status* e de suas posições. O aporte de Belisário e das hostes do leste, ao lado do enfraquecimento monárquico interno, podem ter instaurado uma sensação de urgência em Cassiodoro, engendrando a organização e publicação de sua chancelaria <sup>223</sup>. Uma evidência desta assertiva encontra-se no prefácio redigido pelo próprio autor:

Homens eloquentes, cuja graça eu conquistei seja por conversas trocadas ou por genuínos atos de bondade – mas nunca por meu

---

gloriosíssimo e celebrado Rei Teoderico, vitorioso e triunfante, sempre Augusto, nascido para a benesse da República, guardião da liberdade e propagador do Nome Romano, domador de povos (...) (“*dominus noster gloriosissimus adque inclutus rex Theodericus, victor ac triumphator, semper Augustus, Bono Rei Publica natus, custos libertatis et propagator Romani nominis, domitor gentium [...]*”). CIL, X.6850; ILS, 827. É curioso que, entre uma miríade de epítetos possíveis, destacam-se aqueles de cunho romano (“Augusto”, “Defensor da Liberdade”, “Propagador do Nome Romano”) e um contundente “Domador de Povos” (*domitor gentium*), uma fórmula que provavelmente alçava Teoderico ao patamar hegemônico de um chefe que se impõe, com justiça, sobre seu universo. Para uma construção retórica acerca do poder teodericiano, cf. McCORMICK, Michael. *Eternal... op. cit.*, pp. 267 – 283.

<sup>220</sup> CAMERON, Averil. *The Mediterranean World...* pp. 31 – 42.

<sup>221</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *Op. cit.*, pp. 117 – 125.

<sup>222</sup> Burns fornece uma sólida análise acerca da presença dos Sajones na corte de Atalarico. Segundo o autor, com a morte de Teoderico, este séquito civil-militar da administração Ostrogótica passa a exercer constante influência nas decisões e nos encaminhamentos do jovem Atalarico. Cf. BURNS, Thomas. *Op. cit.*, pp. 177 – 181.

<sup>223</sup> O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*, pp. 66 – 67.



próprio mérito – urgiram-me a congregar, num único corpo, as palavras que de mim fluíram durante meus ofícios [*honor*] e que, pelas quais, eu frequentemente expus a natureza da vida pública [*negotium*], de forma que a vinda da posteridade reconheça as ações sinceras de uma consciência incorrupta e o ônus do meu trabalho, que suportei pelo bem comum [*commodus generalis*] <sup>224</sup>

Ainda que elenque, entre seus motivos, o *topos* retórico do pedido pela publicação, tão presente nas obras de gênero epistolar <sup>225</sup>, chama a atenção a intencionalidade de Cassiodoro acerca da preservação daqueles escritos, a *ventura posteritas*, a necessidade que gerações futuras possam olhar para aquela chancelaria e compreender o peso político de um aparato burocrático como aquele desenhado pelo autor.

Há que se pensar, contudo, os motivos que levam Cassiodoro a antever um espelhamento futuro em sua compilação documental. É um consenso entre alguns especialistas a perspectiva de que Cassiodoro buscava apresentar, diante da campanha movida por Justiniano e seus generais, uma propaganda do governo gótico, uma espécie de apresentação de todas as virtudes daquele regime como forma de conter (ou conciliar) a invasão das forças orientais <sup>226</sup>. Outra corrente, representada pelo já citado Gillet, perscruta o propósito das *Variae* como sendo aquele que busca estabelecer um estilo e uma forma retórica do latim. Para Gillet, isto é perceptível uma vez que as cartas não representam o momento em que foram escritas, mas sim aquele de sua organização e publicação <sup>227</sup>. Parece-nos pouco provável que, em pleno clamor das guerras góticas, Cassiodoro focasse-se apenas no exercício formal e na apresentação de sua autoridade; uma possível data de sua publicação (e da

<sup>224</sup> “Cum disertorum gratiam aut communibus fabulis aut gratuitis beneficiis, nullis tamen veris meritis collegissem, dicta mea, quae in honoribus saepe positus pro explicanda negotiorum qualitate profuderam, in unum corpus redigere suadebant, ut ventura posteritas et laborum meorum molestias, quas pro generalitatis commodo sustinebam, et sinceris conscientiae inemptam dinosceret actionem” Cass. Var. Praef. 1.

<sup>225</sup> Ver notas §171, §178 e §179.

<sup>226</sup> AMORY, Patrick. *Op. cit.*, pp. 48 – 78; KRAUTSCHICK, Stefan. *Cassiodore und die Politik seiner Zeit*. Tese de Doutorado. Bonn : 1983, pp. 41 – 42 ; O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*, p. 68. Cf. GILLET, Andrew. “The Purposes of Cassiodorus’ *Variae*”. In: MURRAY, Alexander Callander (edit.). *After Rome’s Fall: Narrators and Sources of Early Medieval History*. Toronto; Buffalo; Londres: Toronto Univ. Press, 1998, p. 47.

<sup>227</sup> GILLET, Andrew. *The Purposes... op. cit.*, pp. 38 – 39.

redação efetiva das cartas) nos mostra a possibilidade de uma inserção muito mais política:

Então, com relação a isto [compilação documental], eu pude reaver o que me foi dito no que concerne aos negócios [*actus*] públicos enquanto eu ocupava a autoridade da questura, do magistério [*magister officiorum*] e da prefeitura, e compilei isto numa organização de doze livros <sup>228</sup>

Na pena do próprio autor, notamos que suas cartas compõem a produção realizada enquanto este ocupava ofícios da administração ostrogótica e, portanto, foram escritas entre três intervalos distintos: 507 a 511, como questor, 523 a 527 como *Magister Officiorum*, e 533 a 537 como Prefeito do Pretório. Com efeito, o alcance das *Variae*, grosso modo vai de 507 até 537. Ainda que não possam ser precisamente datadas, as epístolas cassiodorianas podem ser minimamente localizadas nestes períodos, o que nos permite estabelecer como *Terminus Post Quem* para sua publicação geral o ano de 537 / 538, ou seja, seguidamente à conclusão de seu trabalho enquanto oficial civil daquele universo. Por outro lado, é sabido que a marcha de Belisário em direção a Ravena força a rendição de Vitige e o envio de aristocratas e líderes político-sociais para Constantinopla, em 540. Pela *Getica* de Jordanes, inferimos que este autor teve acesso ao *corpus* cassiodoriano – e que este, por sua vez, provavelmente seguiu para o Oriente munido de seus materiais, códices e escritos <sup>229</sup>. Portanto, se Cassiodoro viveu em Constantinopla minimamente cercado por suas obras e por sua chancelaria já organizada e recém-publicada (e, assim, pelas mãos do próprio autor, estas obras passariam a circular pela capital oriental nos tempos de Jordanes, entre 540 e 550), teríamos como *Terminus Ante Quem* 540 / 541. Estas balizas são estabelecidas por Mommsen

<sup>228</sup> “*Et ideo quod in quaesturae, magisterii ac praefecturae dignitatibus a me dictatum in diversis publicis actibus potui reperire, bis sena librorum ordinatione composui*” Cass. Var. Praef. 13.

<sup>229</sup> “(...) e com nossas palavras, resumíssemos em um único e pequeno livro os doze volumes sobre a Origem e Atos dos Getas [godos], escritos pelo Senador [Cassiodoro] (...)” “[...] *ut nostris verbis duodecem Senatoris volumina de origine actusque Getarum [...] in uno et hoc parvo libello choartem*”) Jord. Get. Praef. 1.

<sup>230</sup>, na crítica documental de sua edição das *Variae*, e são tomadas como uma datação unânime por parte da historiografia especializada <sup>231</sup>. O que fica claro, portanto, é que as *Variae* são tidas, pela grande maioria dos pesquisadores, como tendo sido organizadas e publicadas *entre* um pretense final da carreira política de Cassiodoro e seu exílio em Constantinopla.

Esta assertiva tão disseminada possui certas implicações. Como nota Shane Bjornlie, a presunção do *Terminus Post Quem* para a publicação das *Variae* como sendo 538 indica que ela, no calor do momento, passou por um parco processo de revisão e que foi, então, disseminada ao público quase que como um testemunho direto de eventos ocorridos nos últimos 30 anos. Este ímpeto literário também seria explicado pelas constantes referências do próprio Cassiodoro, em seus prefácios, ao pobre emprego da linguagem, por sua parte, e pelas dificuldades de se expor um trabalho marcado pela pressa e pela temeridade:

Disse ainda que eles deveriam cultivar em sua memória os ditos de Flaco [Horácio], que nos admoesta acerca dos perigos em que o discurso [vox] precipitado pode incorrer. Vejam, todos exigem, de uma resposta, a celeridade, e vocês acreditam que eu daria uma impolida? São sempre agrestes os ditos que não são adornados pela calma ou as palavras que não esclarecem minimamente suas propriedades. A fala é nossa dádiva comum: somente o bem formado discerne os indoutos [dos doutos]. <sup>232</sup>

Poderíamos assumir, por outro lado, que estas indicações, dadas pelo autor em sua introdução, fazem parte de uma retórica específica que, por meio da humildade e de uma suposta incapacidade, exercem caminho oposto e evidenciam justamente as virtudes de Cassiodoro enquanto homem público e homem de letras, conhecedor dos clássicos e mestre de vários estilos de

<sup>230</sup> MOMMSEN, Theodor (Edit.). MGH AA 12, 1894.

<sup>231</sup> Para um intenso debate acerca da datação das *Variae*, de suas implicações e da tradição estabelecida por Mommsen, cf. BJORNLIIE, Michael Shane. *Op. cit.*, pp. 45 – 75.

<sup>232</sup> “*Addebam debere illos Flacci dicta recolere, qui monet, quid periculi vox praecipitata possit incurrere. Respondendi celeritatem cunctos videtis exigere, et creditis me impaenitenda proferre? dictio semper agrestis est, quae aut sensibus electis per moram non comitur aut verborum minime proprietatibus explicatur. loqui nobis communiter datum est: solus ornatus est, qui discernit indoctos.*” Cass. Var. Praef. 2 – 3.

escrita (como se depreende do final de seu primeiro prefácio) <sup>233</sup>. Sendo assim, a obra, ao contrario do que se imaginaria, teria passado por um intenso processo de polimento <sup>234</sup>, e a publicação imediata, em 537 ou 538, parece menos provável.

De forma semelhante, o estabelecimento do *Terminus Ante Quem* como sendo o envio de aristocratas e chefes romano-góticos para o leste, ocorrido com a tomada de Ravena e a dissolução da corte de Vitige em 540 apenas alarga o processo de revisão das *Variae* (de 537 / 538 para 540), mas ainda pressupõe que o trabalho foi publicado e *visado* para circular no ocidente, ainda que provavelmente tenha seguido, ao lado de outras obras cassiodorianas, para Constantinopla (como se implica a partir da leitura de Jordanes). Sendo assim, o período de três anos possíveis para a publicação da chancelaria – estabelecido por Mommsen e aceito por, virtualmente, todos os estudiosos de Cassiodoro – avalia que tal obra foi organizada e disseminada ainda em solo italiano, provavelmente visando um público de leitores composto pela aristocracia burocrática da região e pelos combatentes orientais que aportavam sob a batuta de Belisário. Esta datação, com efeito, permite uma dupla interpretação: a publicação imediata à partida de Cassiodoro (seja em 537 ou 540) indica que ele pretendia estabelecer, de fato, uma propaganda elaborada e densa acerca da administração ostrogótica diante de uma incursão militar que reclamava os direitos imperiais da Península <sup>235</sup> ou, em oposição, que Cassiodoro exercia seu último traço retórico voltado para a vida pública antes de uma conversão, ocorrida no Oriente, e seu mergulho em escritos muito mais filosóficos, de cunho moral e didático. <sup>236</sup>

---

<sup>233</sup> Cass. *Var. Praef.* 15 – 17.

<sup>234</sup> Digressões e conhecimentos naturais, em certos casos, parecem ter sido pensados e inseridos de forma posterior, durante uma revisão da obra, o que também indica algum tempo dispensado para a organização cuidadosa. Mais acerca desta intencionalidade (implicada também na datação do documento) será abordado no capítulo IV.

<sup>235</sup> Ver nota §226.

<sup>236</sup> A perspectiva da conversão é controversa entre os estudiosos de Cassiodoro. É comum a afirmação de que Cassiodoro, ao abandonar Ravena e ser exilado em Constantinopla, abandona os assuntos políticos e volta-se para uma vida reclusa, marcada pela devoção ao cristianismo. Cassiodoro de fato voltou-se à religião, mas sem que isso fosse uma virada abrupta: existem já indicações de interesses teológicos anteriores aos anos de 540. Por outro lado, a relativização desta “conversão” também implica em notar que Cassiodoro, após 537,

Como vimos, a composição e organização das *Variae* nos parece um exercício complexo em demasia, por parte de Cassiodoro, para ser enquadrado como uma mera forma de propaganda. Seu caráter administrativo (e a posterior adição de um “décimo terceiro livro”, o *De Anima*)<sup>237</sup> e valorativo (no que se refere ao grupo burocrático, suas virtudes e sua eficiência) evidencia um projeto – e mesmo a justificativa – para a manutenção de uma instituição que, apesar de funcionar sob a égide de chefes estrangeiros, mantinha-se como um monumento de antiguidade e autoridade. Portanto, se as *Variae* podem ser compreendidas como a apresentação retórica da realidade e das virtudes da burocracia godo-romana, sua publicação efetiva seria mais desejada justamente em ambiente oriental: a presença das aristocracias funcionárias em Constantinopla, ao lado de suas contrapartes orientais (e sob os auspícios de Justiniano) comporia um universo onde a leitura da chancelaria ostrogótica faria sentido e teria peso teórico. Tem-se, afinal, uma linha interpretativa tênue: tomando as *Variae* como um libelo não do regime, mas da *instituição* administrativa funcionante, sua intencionalidade e seu público-alvo sofrem uma alteração leve, mas substancial. Com efeito, a disseminação italiana desta documentação encontraria um universo de leitura cada vez mais desmantelado e focado nos afazeres da guerra. Na órbita de poder de Justiniano, porém, Cassiodoro encontraria todo o *entourage* necessário para uma leitura focada de seu trabalho.

A organização das *Variae* em Constantinopla esbarra, naturalmente, na dificuldade de acesso que Cassiodoro teria aos arquivos administrativos dos reis ostrogodos caso estivesse fora da Itália. Uma vez que a publicação e revisão desta obra não exclui um processo de elaboração e coleta anterior, esta deixaria de ser um problema: Cassiodoro poderia ter iniciado seu trabalho

---

ainda deveria possuir interesses nos afazeres políticos e administrativos, como veremos a seguir. Cf. WALSH, Peter Gerald. *Cassiodorus: Explanation of the Psalms*. Vol. 1. Nova Iorque & Mahwah: Paulist, 1990, pp. 2 – 5. Uma boa e equilibrada definição da realidade pós-civil de Cassiodoro é dada por Vessey. Ver nota § 56.

<sup>237</sup> *De Anima* é um tratado, escrito logo após a publicação das *Variae*, que explica a natureza e a substância da alma. Apesar do caráter filosófico, esta obra relaciona-se diretamente com a compilação chancelar de Cassiodoro. Mais a seguir e no capítulo V. Cf. BJORNLIIE, Michael Shane. “What Have Elephants to Do with Sixth-Century Politics?: A Reappraisal of the ‘Official’ Governmental Dossier of Cassiodorus”. In: *Journal of Late Antiquity*. Vol. 2. No. 1, 2009, pp. 143 – 171.

ainda na Itália, antes de 540, mas teria completado seu intento, de forma estilística e teórica, já em solo Oriental. Assim, como propõe Shane Bjornlie, se tomarmos os objetivos político-administrativos de Cassiodoro como voltados para um universo de aristocratas burocráticos e altos funcionários civis (e não somente para a sobrevivência de um regime Ostrogótico na Itália), a publicação das *Variae* se daria em algum momento pouco após 540 <sup>238</sup>. Esta proposta possui peso interpretativo adicional quando compreendemos que Constantinopla, desde pelo menos o século IV de nossa era, tornava-se paulatinamente um centro de produção literária e erudita *latina* e, segundo Guglielmo Cavallo, o ápice deste fenômeno ocorre justamente no século VI, quando elites letradas tardo-romanas movem-se para a capital oriental acompanhadas de seus livros e códices:

A presença deste (...) público tardo-romano em Constantinopla explica a produção de códices latinos (...). É bem verdade que a elite cultural que se movia entre Roma e Bizâncio levou, sem dúvida, livros latinos à esta última, porém, a elevação da capital do Oriente ao posto de centro produtor de códices latinos é um fenômeno sobressalente do século VI, sobre tudo na Idade de Justiniano (...). A tragédia que arrastava a parte ocidental do Império alternava o eixo para Oriente, cada vez mais, de aristocratas como os Anícios e, mais adiante, ao próprio Cassiodoro. <sup>239</sup>

Constantinopla constitui-se, assim, além de um centro para a leitura de textos latinos, também um ambiente próprio para a *escrita* destes. E, neste contexto, a menção do grupo dos Anícios – do qual fazia parte Boécio e, por relação familiar, seu sogro Símaco – é reveladora: Cassiodoro, entre seus primeiros livros <sup>240</sup>, apresenta cartas que são ou remetidas ou se referem a Boécio e Símaco de forma extremamente laudatória. De acordo com Shane Bjornlie, contudo, essas cartas parecem ser inserções posteriores (ou mesmo adendos

<sup>238</sup> BJORNIE, Michael Shane. *The Variae ...op. cit.*, pp. 45 – 75. Ver nota §231.

<sup>239</sup> “La presencia de este (...) público tardorromano en Constantinopla explica la producción de códices latinos (...). Bien es verdad que la elite cultural que se movía entre Roma y Bizancio llevó sin duda a esta última libros latinos; pero la elevación de la capital de Oriente al rango de centro productor de códices latinos es un fenómeno sobresaliente del siglo VI (...). La tragedia que arrastraba la parte occidental del imperio desplazaba de hecho cada vez más al Oriente a aristócratas como los Anicios y, más adelante, al propio Cassiodoro.” In: CAVALLO, Guglielmo. “Libros y público a fines de la Antigüedad”. In: CAVALLO, Guglielmo (dir.). *Libros, Editores y Público en el Mundo Antiguo: Guía Histórica y Crítica*. Madrid: Alianza, 1995, p. 127.

<sup>240</sup> Cass. *Var.* I.10; I.45; II.14; II.40; IV.6; IV.22; IV.51;

fictícios de Cassiodoro, uma vez que a autenticidade não poderia ser contestada pelos dois personagens, a esta altura já executados) com o intuito de distanciar Cassiodoro de qualquer relação com o flagelo de Boécio <sup>241</sup> – isto se tornava necessário, uma vez que o autor assumiu o posto de *Magister Officiorum* após a morte deste – e, ainda, aproximá-lo da dinastia dos Anícios, como se depreende do controverso e autobiográfico documento *Ordo Generis Cassiodorum* <sup>242</sup>. Sem adentrar nas especificidades do documento, podemos perceber, seja da pena de Cassiodoro ou da interpolação posterior <sup>243</sup>, o desejo de se coligar ao grupo composto por Boécio e Símaco, e a datação inicial do documento (entre 540 e 554) indica sua circulação em Constantinopla, de forma a que este relacionamento retórico entre Cassiodoro e distintas famílias romanas, como a dos Anícios, tivesse peso no Oriente – tal qual, portanto, as *Variae*.

Por conseguinte, parece-nos plausível afirmar que a data de efetiva publicação das *Variae* situe-se não entre 537 e 540, mas logo após a chegada de Cassiodoro a Constantinopla, a partir de 540 e, dificilmente mais tarde do que 545, quando a força erudita do autor se volta, primordialmente, à obras como as *Institutiones* e o *Expositio Psalmorum* <sup>244</sup>.

Temos, portanto, algumas informações para uma melhor apreciação das *Variae*, num primeiro momento, enquanto *documento*. Notamos sua separação no que diz respeito ao gênero epistolar estabelecido por Plínio e como esta especificidade pode nos guiar em direção a uma interpretação que leve em

<sup>241</sup> Para detalhada informação acerca das *Variae* e sua relação com Boécio, cf. BJORNIE, Michael Shane. *The Variae ...op. cit.*, pp. 117 – 164.

<sup>242</sup> Cf. VISCIDO, Lorenzo. *Ordo Generis Cassiodorum – Excerpta: Introduzione, Testo Critico, Traduzione e commento*. Nápoles: Bardi, 1992.

<sup>243</sup> Thomas Hodgkin nota que alguns trechos do documento (*Monachi servi Dei; ex-Patricio; Vir eruditissimus*) possivelmente não saíram da pena de Cassiodoro, mas talvez de algum monge interpolador do mosteiro fundado pelo próprio romano, conhecido como Vivário. Apesar das contribuições de Hodgkins, contudo, há que se ter cuidado com sua análise: ela é uma das primeiras interpretações acerca do então mais recente manuscrito descoberto sobre Cassiodoro, o MS. *Augiensis* CVI, conhecido também como *Anedocton Holderi*. Para uma análise com um aparato moderno e mais adequado, Lorenzo Viscido é a melhor opção no que se refere a este pouco trabalhado excerto. Cf. HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>244</sup> Estas obras passam a materializar, de fato, um esforço de Cassiodoro na produção de material moralizante, teológico e principalmente pedagógico sem, contudo, apontar para uma conversão que abandona as implicações políticas e sociais destes trabalhos. Ver nota §236. Cf. HALPORN, James & VESSEY, Mark. *Op. cit.* & WALSH, Peter Gerald. *Cassiodorus... op. cit.*

conta a intencionalidade retórica e a proposta da chancelaria num contexto de intensificação burocrática e fortalecimento das aristocracias “de serviço”. Ademais, percebemos também que o momento de organização e publicação desta obra é fundamental para corroborar e clarificar esta perspectiva, e um renovado olhar sobre as balizas temporais das *Variae* potencializa, como propõe Shane Bjornlie, os objetivos políticos, burocráticos e civis de Cassiodoro.

Com o panorama administrativo, político e social que traçamos até então, a acuidade para a análise exegética das *Variae* deve tornar-se mais presente: munidos destas informações contextuais, a lógica retórica das epístolas cassiodorianas ganha novas cores, como veremos a seguir.

### ***In unum corpus redigere suadebant. Lógica e organização retórica nas Variae***

No ambiente de grande força burocrática que imperava em Constantinopla (e que era mimetizado na própria Itália de Cassiodoro), uma obra que laudasse tal segmento civil seria, naturalmente, bem recebida e compreendida pelo grupo <sup>245</sup>. Podemos imaginar que o nível de influência das aristocracias de serviço – em especial no Oriente – junto ao imperador e ao próprio mando efetivo fosse alto. A virtude imanente aos burocratas e altos funcionários daquele contexto era materializada na ritualização, na sacralização do grupo e das funções (como vimos anteriormente, na transformação da corte numa emulação do próprio imperador) <sup>246</sup>. A própria capital de Constantino nasceu e se desenvolveu, em si, como uma capital administrativa. Seu planejamento arquitetônico, o desenho de seus palácios demandava uma práxis de governação cercada de cerimônia, da pompa que crescia entre os grandes homens de serviço já nos tempos de Diocleciano. Ao lado da configuração simbólica que agia na manutenção desta realidade, outros elementos também atuavam para que o valor do funcionariado civil

---

<sup>245</sup> Como vimos, um círculo de funcionários e administradores Romano Orientais.

<sup>246</sup> Para mais, ver capítulo II.



fosse crescente, em especial sua óbvia importância administrativa: Christopher Kelly, em sagaz interpretação acerca do esquema urbano de Constantinopla, nota que, sob o Hipódromo, havia caminhos que ligavam o palácio e o camarote no imperador, e que nesses sacros túneis, armazenavam-se os materiais e registros produzidos pelos escritórios e ofícios <sup>247</sup>. Essa disposição citadina demonstra que não apenas a burocracia era digna de prestígio, mas também sua produção literária era fundamental.

No período de Cassiodoro, de modo geral, vemos uma constante valorização do texto escrito e da conservação em forma redacional. A transcrição, a monumentalização de informações variadas era tida como um processo impregnado de autoridade. Os avanços técnicos na área das letras contribuíam para esta lógica: o armazenamento dos textos em códices (quase como livros modernos), ao invés de volumes (rolos de pergaminho aos moldes helenísticos), permitia uma facilidade no armazenamento e uma velocidade muito maior na criação, o que incentivava a produção letrada <sup>248</sup>. Isidoro de Sevilha, no século VII, sumariza esta perspectiva:

O uso das letras foi inventado para que as coisas fossem lembradas. Assim, elas são ligadas pelas letras para que não fujam pelo esquecimento. Pois tanta variedade de coisas não poderia, pela audição, ser aprendida nem guardada na memória em sua totalidade. (...) Pois o que é visto é proferido sem mentira. (...) Tudo aquilo que é digno de memória é encargo das letras. <sup>249</sup>

<sup>247</sup> Kelly, numa descrição minuciosa do espaço do Hipódromo e do Palácio Imperial, nota que a presença dos arquivos e dos depósitos de material escrito da Prefeitura do Pretório Oriental na região palaciana evidencia a importância da produção burocrática para o coração do poder. A afirmação de Kelly ganha corpo, ainda, quando afirma que dois aspectos primordiais da política (e do espaço da política) no século VI são baseados na cerimônia sacralizante e no arquivamento de chancelarias e papéis administrativos: “A presença de um substancial arquivo no próprio sítio do palácio serve como lembrete que o poder no final do Império Romano referia-se tanto à administração, arquivamento e revisão quanto ao brilho, esplendor e a realização de atos prodigiosos. Além de todo seu simbolismo religioso e ideológico, a “Nova Roma” de Constantino era também a matriz administrativa do Império. A concentração no Grande Palácio de um secretariado imperial e seus devidos arquivos reforça, de forma concreta, a importância da compilação e da circulação de documentos escritos como meios de expressão e exercício do poder”. In: KELLY, Christopher. “A Burocracia Romana do final do Império: um Exame dos Arquivos”. In: BOWMAN, Alan & WOOLF, Greg (org.). *Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998, pp. 197 – 199.

<sup>248</sup> CAVALLLO, Guglielmo. *Libros... op. cit.*, p.111.

<sup>249</sup> “*Usus litterarum repertus propter memoriam rerum. Nam ne oblivione fugiant, litteris alligantur. In tanta enim rerum varietate nec disci audiendo poterant omnia, nec memoria*

Assim, é compreensível que o produto retórico e literário das aristocracias burocráticas fosse dotado dessa importância. A materialização, em códices e letras, da administração e da capacidade civil desses personagens dava-se, portanto, através de seus arquivos, éditos e chancelarias. Seu trabalho era digno da memória e da posteridade e, imbuídos desta percepção, podemos atentar para as *Variae* de Cassiodoro.

Constantinopla, portanto, era a urbe-epítome do exultamento dos grupos ligados à administração civil. Com um sistema burocrático, grosso modo, desmantelado na Península Itálica após as campanhas de Justiniano, Cassiodoro se encontrava, assim sendo, no centro político e cultural de um sistema social ao qual ele não apenas pertencia, mas buscava edificar. O Oriente, como vimos, mostrava-se como um ambiente essencial para a circulação de sua obra. Com efeito, ao passo que uma datação posterior para as *Variae* parece respeitar essa lógica, temos também o reforço argumentativo advindo de sua organização retórica *documental*: uma vez que a produção literária parecia ser um dos pilares legitimadores das aristocracias de serviço, a

---

*contineri. (...)Quae enim videntur, sine mendacio proferuntur. (...) quidquid dignum memoria est litteris mandatur.*" Isid. Etym. I.3, 2 – I.41, 2. Neste excerto, o bispo hispanlense discorre acerca da utilidade das letras e da História, que pertence ao campo da gramática justamente porque deve ser guardada na memória, e o esquecimento, ainda que atinja aos homens, não atinge ao texto escrito. Tudo o que é digno de registro – e por estar registrado, é imbuído de veracidade e autoridade – faz parte dos domínios, portanto, da gramática, das letras e da escrita. O argumento de Isidoro é interessante porque faz contraponto com a afirmação de Cícero que, ao falar da História (e, portanto, do registro de coisas e acontecimentos – a conservação da memória), insere-a nas propriedades retóricas do orador: "História é o verdadeiro teste dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos; que outra voz, senão a do orador, pode encomendá-la à imortalidade?" ("*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*") Cic. Orat. II.9, 36. Cícero prossegue enunciando que o orador, por escolher e dispor um discurso com eloquência, dá sentido ao que deve ser lembrado. Ainda que a História, enquanto um estilo de narração, seja entendida como uma escrita já entre os gregos, importa notar que Cícero relaciona, aos domínios da fala e da retórica, não apenas a historiografia, mas o próprio registro das coisas. É curioso notar, portanto, que Isidoro parece sumarizar uma idéia, recorrente na Antiguidade Tardia, de que a conservação da memória pertence não ao domínio da oração, mas ao da transcrição. Sobre as atribuições do orador em Cícero, cf. FANTHAM, Elaine. *The Roman World of Cicero's De Oratore*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2004, pp. 148 – 149; sobre a concepção da gramática e do texto escrito em Isidoro de Sevilha, cf. FRIGHETTO, Renan. "Historiografia e Poder: o Valor da História, segundo o Pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo (*Hispania*, século VII)". In: *História da Historiografia*. No. 5. 2010, pp. 71 – 84.

chancelaria compilada por Cassiodoro obedece uma coesão exegética que, em uma série de aspectos, abraça e sumariza a realidade administrativa.

Assim, numa análise inicial, as *Variae* já são idealizadas como uma recordação da atividade de Cassiodoro, em consonância com a assertiva que, décadas mais tarde, Isidoro elaboraria ao discorrer sobre a gramática – para ele, a base de todo o conhecimento <sup>250</sup>. Cassiodoro, ao antever uma *ventura posteritas*, afirma a importância do registro e, consequentemente, da verdade e da autoridade daquilo que procura transcrever <sup>251</sup>. Já em seu prefácio, portanto, o autor relaciona sua obra com a necessidade da produção literária e seu peso para o encaminhamento da administração e da política.

A originalidade retórica das *Variae*, contudo, é percebida já na divisão formal do documento. Havíamos notado anteriormente que Cassiodoro, numa primeira publicação de sua chancelaria <sup>252</sup>, redige dois prefácios que são estrategicamente posicionados: o primeiro elucida suas posições acerca dos dez primeiros livros – todos escritos em nomes de reis; o segundo, de grande interesse subjetivo, introduz os dois livros restantes, todos com cartas escritas em seu próprio nome, sob a grave dignidade da Prefeitura do Pretório. Essa disposição prefacial nos fornece dados importantes acerca da estrutura da obra; Cassiodoro apresenta uma totalidade de dez livros com negócios que realizou debaixo da tutela de dirigentes ostrogóticos. Essa dimensão pode ser devida ao grande volume de correspondências produzidas durante a governação Teodericiana (dos dez primeiros livros, dois são compostos por *formulae* e cinco, em sua totalidade, referem-se a cartas em nome de Teoderico), mas poderíamos argumentar, de qualquer maneira, que a opção decimal intentava vislumbrar uma aproximação com o gênero epistolar de Plínio e Símaco, ainda que sem emulá-los na forma e nos objetivos (de certa maneira, apenas na organização). Essa aproximação, acreditamos, era

<sup>250</sup> FONTAINE, Jacques. *Isidore de Séville*. Genèse et Originalité de la Culture Hispanique au Temps des Wisigoths. Turnhout: Brepols, 2000, p. 286.

<sup>251</sup> LEMONDE, Anne. “História da História na Idade Média” In: CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves (Org.). *Como se faz a História: Historiografia, Método e Pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 35 – 37.

<sup>252</sup> Pouco tempo após a conclusão organizativa das *Variae*, Cassiodoro agrega, como um décimo terceiro livro de sua compilação, o já citado tratado *De Anima*. Sobre sua relação com as *Variae*, falaremos mais a frente.

pensada justamente como estratégia para *diferenciar* as *Variae* da tradição missivista anterior, e um exemplo disso reside na insistência de Cassiodoro em criar uma cisão entre o trabalho (e o homem de trabalho) e o tempo ocioso (e o homem do *otium*). A introdução de seu segundo prefácio retoma este posicionamento:

A necessidade de um prefácio geralmente nasce da oposição de acusações, quando aquilo que poderia impedir o pensamento do autor o auxilia. Ainda que algo [res] desvie a laudação [impeça o bom texto], a isto é permitido um gentil perdão, porque aquilo que se aceita como o dever do ocioso, ninguém pode exigir de um homem ocupado. Dessa forma, seria um escândalo caso fosse permitido ao alto oficial [administrator amplissimus] estar livre de suas ocupações, um homem cujo próprio quarto particular [secretum] dizem reverberar com o clamor das petições.<sup>253</sup>

O que Cassiodoro apresenta, portanto, é o peso que recai sobre o homem de *negotium*. Esta argumentação coloca a produção literária do universo burocrático diretamente ligada ao serviço e, assim, as *Variae* seriam o produto, como visto anteriormente, do *negotium* ao invés do *otium*. A oficialidade imanente desta lógica afasta Cassiodoro das intenções estabelecidas pelo gênero de Plínio ou Símaco, de forma a sedimentar seu próprio valor, numa *auto-elegia* movida pela pertença à *paraphernalia* administrativa. Assim, uma reprodução de dez livros, semelhante na organização ao que se entendia como a tradição epistolar, mas essencialmente distante da funcionalidade interna desta tradição, lançaria o autor ao fundamento de uma *amicitia* não do *otium*, mas do *negotium*, do serviço burocrático e das capacidades civis daqueles personagens. De certa maneira, poderíamos imaginar que Cassiodoro intentava apresentar um estilo chancelar que demonstrasse o peso e a autoridade que se concretizam nos escritórios e na oficialidade dos cargos, ou seja, que consonasse com uma *ideologia burocrática*. E dessa intencionalidade surge a oposição sempre presente entre o tempo livre e o tempo ocupado pelo

<sup>253</sup> “Praefationis auxilium ex contrarietate plerumque nascitur actionum, quando illud opitulatur scriptori, quod potuit impedire cogitanti. quae res etsi laudes adimit, clementer tamen veniam tractata concedit, quia quod constat otiosos debere, nemo potest occupatos exigere. quapropter administrator amplissimus si vacasse credatur, obprobrium est, cuius etiam secretum dicitur, quod tumultuosis actionibus verberatur”. Cass. Var. XI.Praef, 1.

trabalho. Cassiodoro aponta os impedimentos retóricos que se põe ao homem administrador, mas na realidade ele realça suas virtudes, demonstrando que aquela coleção chancelar é, *de facto*, produto de um homem administrador e, logo, fruto da própria administração. Como nota Shane Bjornlie, mesmo a prosa cassiodoriana é repleta de objetivos: o latim adotado pelo autor nas *Variae* difere exponencialmente daquele empregado em suas outras obras, em especial na *Chronica*, trabalho que antecede as *Variae* e data de seus anos enquanto cônsul; ao mesmo tempo, a compilação chancelar não se aproxima, estilisticamente, de outros documentos administrativos do período, como o *Codex Theodosianus* <sup>254</sup>. A preocupação com a retórica, o emprego de um estilo bastante particular, a constante oposição entre o *otium* de Sêneca, Plínio ou Símaco e o *negotium* dos cada vez mais fortalecidos aristocratas de serviço dos séculos IV, V e VI e os próprios aferimentos de Cassiodoro com relação à sua escrita <sup>255</sup> podem corroborar a perspectiva de que ele, de fato, tentava estabelecer um documento rico – em todos os sentidos – acerca da administração, para que fosse lido entre administradores (em especial aqueles de Constantinopla) e fosse compreendido como obra de um funcionário italiano. Assim, independente do mando ou da presença ostrogótica na Península, Cassiodoro apresentaria ao centro nevrálgico da burocracia imperial as qualidades e virtudes dos funcionários ocidentais, e isto seria sedimentado justamente pela especificidade de seu texto. É curioso, portanto, que a aproximação de Cassiodoro diante dos esquemas estabelecidos por Plínio seja, na verdade, uma cisão, uma forma de instaurar seu próprio estilo.

É bastante sintomático, dessa forma, que entre os dez primeiros livros das *Variae* – justamente a quantidade padrão na tradição epistolar –, todos contenham correspondência escrita não em nome de Cassiodoro, mas de seus reis. É uma demonstração de serviço e transcendência pessoal do autor, apontando para sua circulação naquele ambiente, sua preponderância entre os dirigentes ostrogóticos e sua capacidade diplomática perante potentados ocidentais (como Clóvis e Gundobaldo); essas virtudes, porém, respondem ao

<sup>254</sup> BJORNLIE, Michael Shane. *The Variae ...op. cit.*, pp. 22 – 25.

<sup>255</sup> Cass. *Var. Praef.* 15 – 18.

caráter oficial de sua posição enquanto funcionário civil, numa inversão das qualidades sociais das coleções missivistas anteriores, que exaltavam justamente elementos de uma vida *privada*.

Neste sentido, poderíamos perceber um processo duplo de inversão (e acomodação) estilística das *Variae* que toca a lógica organizativa e a noção de intencionalidade epistolários antigos. Cassiodoro, então, apresenta dez livros – como era da tradição –, mas altera o esquema de remetentes (a situação que se desenha na retórica do documento é pública, e não privada). Quando Cassiodoro finalmente apresenta os volumes que contém correspondência em seu nome (ainda que de forma oficial e pública), ele extrapola a divisão pliniana e estende a dimensão de sua coleção para doze livros. Cria-se uma ambivalência organizativa: o primeiro prefácio indica já a existência destes doze livros, mas introduz dez, propondo uma coesão subjetiva entre estes (representada pela indicação dos reis, e não o autor, enquanto remetentes) e criando um ponto de aproximação e simultâneo afastamento com os modelos anteriores; a presença de um segundo prefácio remete a uma tímida quebra com a lógica anterior, já que agora se apresentam cartas escritas em nome do próprio autor, e emitidas pela autoridade de seu ofício:

E assim eu compilei dois livros com minhas palavras enquanto eu atuava [*actione*] na Prefeitura, de forma que eu, tendo sido a voz régia por dez livros, não seja tido como desconhecido pela minha própria atuação [*ex persona propria*], porque seria excessivamente absurdo que fizéssemos silêncio acerca do cargo [*dignitate*] obtido, quando tanto dissemos em nome de outros.<sup>256</sup>

Rompe-se o elemento de coesão, mas mantêm-se o peso do serviço. Essa disposição nos permite olhar para as *Variae* como uma composição de doze livros, onde os dez primeiros criam um conjunto próprio e subvertem o esquema epistolar vigente, enquanto os dois últimos sedimentam este novo

---

<sup>256</sup> “*Duos itaque libellos dictationum mearum de praefecturae actione subiunxi, ut qui decem libris ore regio sum locutus, ex persona propria non haberer incognitus, quia nimis absurdum est in adepta dignitate conticescere, qui pro aliis videbamur plura dixisse*”. Cass. Var. XI.Praef, 6.

estilo empregado por Cassiodoro. É uma ironia curiosa, contudo, que a personalidade das cartas cassiodorianas esteja mais presente justamente na porção da obra que extrapola as dimensões estabelecidas por Plínio e retificadas por Símaco, Ambrósio e outros. Talvez essa particularidade organizativa aponte também para as tentativas do autor de dar origem a um modelo chancelar próprio ao mundo burocrático e, neste caso, o número doze é revelador, como nos mostra Isidoro:

O número Doze, entre os outros números, é um número da lei [*legitimus*], formado pelos números da lei. Isto porque ele é formado pela multiplicação das partes do sete uma pela outra. Pois quatro vezes três ou três vezes quatro formam o mesmo número. (...) É também que este número doze, como dissemos anteriormente, é o número da lei nas Escrituras, seja quando ele é colocado como a totalidade, seja quando ele é multiplicado.<sup>257</sup>

O que o bispo hispânico indica nessa passagem é a concepção mística que se faz do número doze: ele é a multiplicação das partes que formam o sete, número divino. Se três mais quatro formam o sete, três vezes quatro formam o doze, e por isso ele é interpretado como um legítimo algarismo sagrado – ou seja, dotado de lei e autoridade litúrgica.

Para tecer este pensamento, Isidoro provavelmente realizara uma leitura da *Civitate Dei* de Agostinho de Hipona, quando este afirma:

Pois que o número doze é significado pela totalidade daqueles que julgam, porque as duas partes do número sete – que comumente simbolizam a universalidade –, isto é, o três e o quatro, multiplicados um pelo outro, fazem o número doze. Assim, quatro vezes três ou três vezes quatro são doze (...).<sup>258</sup>

<sup>257</sup> “*Duodenarius numeros inter alios numeros legitimus ex legitimis numeris est. Propterea septenarii partes altera pro altera multiplicatur. Nam quater terni vel ter quaterni eundem numerum faciunt. (...) Hic autem duodenarius numerus, ut praediximus, in Scripturis legitimus, sive cum pro toto ponitur, sive cum in se multiplicatur*” Isid. num. XIII, 64 – 65.

<sup>258</sup> “*Duodenario quippe numero uniuersa quaedam significata est iudicantium multitudo propter duas partes numeri septenarii, quo significatur plerumque uniuersitas; quae duae partes, id est tria et quattuor, altera per alteram multiplicatae duodecim faciunt, nam et quattuor ter et tria quater duodecim sunt, (...)*”. August. Civ. Dei, XX.5.

Tanto em Isidoro como em Agostinho, vemos também a influência do donatista africano Ticônio (séc. IV) e sua obra *De Septem Regulis*, ou “As Sete Regras”. Nesta, Ticônio apresenta a proposição teológica de sete regras que regem a universalidade das coisas (sendo sete o número de Deus). Sua mística ao redor do número, enquanto símbolo de uma ordenação divina, parece ter influenciado a concepção numérica de personagens como Beda e os já citados Agostinho e Isidoro de Sevilha <sup>259</sup>. Mesmo Gregório Magno, em seus diálogos, remete-se ao número doze quando fala da operação de alguns milagres <sup>260</sup>. Assim, é possível que Cassiodoro também tivesse recebido estas influências, em especial através de sua leitura de Agostinho <sup>261</sup>. Esta hipótese é fortalecida quando olhamos as *Variae* num conjunto de obras do próprio autor que, de alguma maneira, se relacionam umas com as outras, ou seja, as *Variae*, o *De Anima* e o *Expositio Psalmorum*; como Cassiodoro propõe, seu tratado sobre a alma é um acréscimo filosófico e moral à compilação chancelar, e seu comentário acerca dos salmos, ainda que inserido em outro contexto, menciona a produção destes outros textos e da própria vida “secular” do autor enquanto residente em Ravena. O elemento que os une de forma cabal, porém, é a lógica organizativa baseada no número doze: as *Variae* são divididas, na totalidade, em doze livros, enquanto o *De Anima* apresente doze perguntas sobre a alma e o *Expositio Psalmorum* utiliza-se de doze temas para explicar os salmos <sup>262</sup>. Sob este prisma, a divisão “dodecalógica” de Cassiodoro deixa de ser uma coincidência e torna-se uma constante significativa.

Esta explanação permite que olhemos para as *Variae* como um documento retoricamente planejado desde seu nível mais básico. Ainda num primeiro nível, apenas considerando sua divisão organizativa, notamos que

<sup>259</sup> Para mais acerca desta obra e da vida de Ticônio, cf. VERCRUYSE, Jean-Marc. *Tyconius: Le Livre des Regles*. Paris: Cerf, 2004.

<sup>260</sup> LEYSER, Conrad. *Authority and Asceticism from Augustine to Gregory the Great*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2000, p. 132.

<sup>261</sup> Cassiodoro, no prefácio de seu *Expositio Psalmorum*, demonstra sua estima pelas obras de Agostinho. In: WALSH, Peter Gerald. *Cassiodorus... op. cit.*, p.23.

<sup>262</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *The Variae ...op. cit.*, pp. 43 – 44.



Cassiodoro já atua de forma complexa: indica sua proeminência burocrática quando apresenta dez livros dedicados ao *negotium* (em uma cisão com o gênero epistolar tradicional) e, ao mesmo tempo, cria uma aura de autoridade quando expande sua chancelaria em doze livros – o “acréscimo”, tendo como remetente epistolar o próprio Cassiodoro, apresenta sua própria virtude administrativa e, ao mesmo tempo, com ela, transforma a compilação das *Variae* numa obra que abraça a mística do número doze e dela se beneficia, subentendendo em suas linhas a perspectiva legal e universal do algarismo, transferidas para seu texto e para sua *persona*.

Enquanto o dez e o doze representam importantes noções organizativas externas, Cassiodoro também trabalha numa dimensão organizativa mais textual, ou seja, a disposição de suas cartas e os temas apresentados atuam também como distintos elementos retóricos <sup>263</sup>. Destarte, cada chancelaria ocupa uma posição pensada dentro de uma desejada linearidade retórica, e as escolhas de Cassiodoro evidenciam o valor que ele buscava para sua atuação administrativa e, por consequência, para a própria burocracia.

Esta afirmação torna-se cristalina quando observamos o texto em si. Cassiodoro, por exemplo, inicia o primeiro livro com uma carta endereçada ao próprio Imperador (Anastácio I, na época de redação), pedindo o reconhecimento de Teoderico enquanto rei e da tutela dos ostrogodos sobre a Península Itálica como legítima. Ele prossegue com uma missiva referente ao produto utilizado para a confecção da tinta púrpura (uma distinção régia e imperial) <sup>264</sup>, com uma ao próprio pai, elevando-o em graças e uma quarta destinada ao Senado, louvando os feitos de sua família. As duas últimas cartas do livro, a 45 e a 46, relatam o pedido de Gundobaldo, rei dos burgúndios, por um relógio de água, e como Boécio, ilustre filósofo e funcionário da corte, era

---

<sup>263</sup> Para a hermenêutica do texto chancelar *per se* enquanto valorização da burocracia, ver capítulo IV.

<sup>264</sup> O pigmento púrpura, em especial quando aplicado ao manto imperial, era um símbolo de prestígio e força desde os tempos do principado. Ganha força, contudo, através do cerimonial crescente da Antiguidade Tardia entre os reinos ocidentais e, especialmente, entre os Imperadores no Oriente. Cf. McCORMICK, Michael. *Eternal... op. cit.*, pp. 15 – 17, 87, 140 – 142.

uma eminência capaz de criar tal dispositivo <sup>265</sup>. A primeira carta do segundo livro também é encaminhada ao Imperador Anastásio, e versa sobre a elevação de um certo Felício ao consulado. As cartas que encerram o livro, a 40 e 41, expõe respectivamente a habilidade de Boécio enquanto harpista (que seria enviado para a corte dos francos como um presente e um sinal do domínio cultural não só de Boécio, mas de Teoderico e sua corte) e congratulações enviadas à Clóvis por ocasião de sua vitória sobre os alamanos. O terceiro livro inicia-se com o envio de correspondência a reis no ocidente romano, em decorrência do iminente conflito entre francos e visigodos (a Batalha de Vouillé, ocorrida em 507) <sup>266</sup>; Cassiodoro apresenta respectivamente uma mensagem a Alarico II, uma a Gundobaldo, uma aos reis dos túrquios, dos hérulos e dos varnios e uma ao próprio Clóvis. O quarto livro é aberto com uma carta ao rei dos túrquios e outra ao rei dos hérulos, tratando de assuntos familiares e matrimoniais, e encerra-se com uma 51ª carta endereçada a Símaco, figura distinta na corte ostrogótica. O quinto livro inicia-se com uma carta ao rei dos vândalos em agradecimento a certos presentes enviados, e as correspondências 43 e 44 também se referem ao rei vândalo, Trasamundo. Cassiodoro dispõe os livros seis e sete com *formulae*, mas logo inicia o oitavo livro com a chancelaria dedicada ao então Imperador Justino, no que se refere ao alçamento de Atalarico como rei. O nono livro é disposto com uma grave mensagem inicial concernente a Hilderico, rei vândalo e o assassinato da irmã de Teoderico, Amalafrida, por suas ordens. O segundo documento é um edito do então rei dos ostrogodos, Atalarico. O livro é encerrado com uma laudação ao próprio Cassiodoro, dirigida ao Senado. O autor abre o décimo livro com, respectivamente, uma carta escrita em nome de Amalasunta e outra em nome de Teodato para Justiniano, a respeito do consórcio real feito entre os dois. A 32ª chancelaria do livro (de 35) é destinada também a Justiniano, mas dessa vez, em nome de Vitige, conclamando a paz. Finalmente, no décimo primeiro e no décimo segundo livro, Cassiodoro altera

---

<sup>265</sup> Ver nota §241.

<sup>266</sup> Para mais sobre o contexto, as implicações e motivações do conflito franco-visigótico, cf. WOOD, Ian. *The Merovingian Kingdoms, 450 – 751*. Londres & Nova Iorque: Longman, 1994, pp. 46 – 48.

levemente sua lógica organizativa, expondo principalmente ordenamentos e instruções emitidas por ele enquanto Prefeito do Pretório. Cabe notar, porém, que a primeira carta do décimo primeiro livro, uma das mais longas de toda a coleção, é endereçada ao Senado e lauda não só a própria *persona* de Cassiodoro como a dinastia Amelunga e o reinado ostrogótico.<sup>267</sup>

Nota-se, desta disposição chancelar, que quase todos os livros (pelo menos entre os dez primeiros) são iniciados e encerrados com uma carta endereçada a um rei ou ao próprio Imperador. Naturalmente que o corpo de cada livro é reforçado com missivas importantes acerca de variados assuntos de cunho administrativo, porém Cassiodoro idealiza o início e o fim destes segmentos como uma demonstração de sua capacidade e do peso de seus escritos, evidenciando a crucial correspondência diplomática que, ao fim ao cabo, repousava em seu encargo.

O arbítrio posicional das cartas reunidas nas *Variae* nos deixa claro, afinal, que Cassiodoro deliberava um objetivo retórico para sua obra. Assim como a divisão em doze livros, a escolha do lugar de cada missiva, em especial as que iniciam e terminam cada um dos livros, aponta para a autoridade e o peso que o autor pretendia injetar em seu trabalho. Tamanho planejamento organizacional não deveria ocorrer por acaso, e assim podemos inferir que respondia, na verdade, aos almejos de Cassiodoro dentro de um ambiente burocrático. Todos os aspectos levantados até agora confluem para uma noção que nos permite enxergar as *Variae* como um projeto de modelo retórico, literário e valorativo para um corpo de administradores ciosos de seu espaço, suas atribuições e suas virtudes. Este argumento nos permite, inclusive, encarar as *Variae* como um documento que mimetiza os dois aspectos da própria ideologia burocrática: o efetivo (representado na chancelaria pela temática e pela abordagem dos assuntos civis, como veremos mais a frente) e o simbólico (representado na chancelaria pela divisão em dez e doze livros, pela disposição das cartas e pelo próprio estilo do latim).

---

<sup>267</sup> Cass. *Var.* I.1; I.2; I.3; I.4; I.45; I.46; II.1; II.40; II.41; III.1; III.2; III.3; III.4; IV.1; IV.2; IV.51; V.1; V.43; V.44; VIII.1; IX.1; IX.2; IX.25; X.1; X.2; X.32; XI.1.

Naturalmente, poderíamos elencar outros pontos como evidência de uma *logicidade documental*. Dois deles, em especial, nos parecem ainda de fundamental importância: a inserção de conhecimento natural (ou “enciclopédico”) na abordagem burocrática e a adição do “décimo terceiro” livro, o *De Anima*. Tanto a exposição erudita de Cassiodoro como um tratado filosófico (e mesmo moralizante) atrelado à produção funcional do autor chamam a atenção pelo aparente deslocamento temático. Contudo, dentro de nossa linha argumentativa, poderíamos perceber estes elementos como mecanismos retóricos voltados, também, para a configuração de um estilo e de uma discursividade específica para os grupos burocráticos romanos (independente do mando constantinopolitano ou ostrogótico). Uma vez que estes dois aspectos se entrelaçam não apenas na organização das *Variae*, mas na construção de seu texto, abordaremos suas implicações no capítulo vindouro.

Acreditamos que com uma análise verticalizada do contexto de produção das *Variae*, da leve alteração de suas balizas temporais, da noção de sua circulação diante de esferas burocráticas constantinopolitanas e do levantamento de aspectos de uma organização e logicidade documental, podemos perceber novas possibilidades de inserção contextual para este documento. Parece-nos plausível, afinal, que Cassiodoro intentasse estabelecer um estilo chancelar para a transcrição e para o armazenamento da produção administrativa de seu momento, em consonância com uma noção de ideologia burocrática, que antevia para seus partícipes a oficialidade de serviço e a cerimônia. A retórica “arquivística” de Cassiodoro, porém, não era apenas uma maneira de registrar informações, mas sim de criar uma retórica própria e imbuída de autoridade e virtude, justamente por ser referente àquele universo. Essa noção deverá ficar clara a partir do momento que, munidos das informações externas e de organização do documento, partamos para uma análise do próprio texto e das informações internas presentes nas *Variae*. Com efeito, poderemos não apenas perceber de que maneira Cassiodoro estruturou seu planejamento, mas de que forma era essa retórica idealizada para o universo burocrático.

## EPITOME CAPITULI IV

\*\*\*

Neste capítulo, desenvolvemos um terceiro ponto argumentativo, referente à leitura interna e à exegese documental. Propomos uma interpretação baseada em cartas paradigmáticas e estratégicas, de forma a delinear-se uma lógica textual, com a presença literária de três pontos em comum, o que chamamos de “protagonismos retóricos”.

O primeiro protagonismo recai sobre a imagem do reinado dos ostrogodos. Pela participação cassiodoriana no regime, defendemos que o autor busca apresentar este potentado como um símbolo da efetividade e do funcionamento de um corpo burocrática com raízes romanas.

\*

O segundo protagonismo recai sobre o império do Oriente. Cassiodoro, através da linguagem, faz de Constantinopla o símbolo da tradição e do passado romano. O autor evidencia a ligação entre este potentado e a Península Itálica, construindo assim uma ligação legítima entre a Antiguidade Romana e a governança da Península Itálica.

\*

O terceiro protagonismo é desenhado no próprio Cassiodoro enquanto representante de toda uma burocracia preparada e engajada. Através de digressões filosóficas e de interpretações eruditas da natureza, Cassiodoro apresenta uma administração habilidosa e bem formada, mediadora dos poderes e interessada no Bem Comum e na coletividade da República.

\*

A relação entre estes três protagonismos evidencia o valor da burocracia, sua efetividade e sua relação com um passado legítimo. A partir desta interpretação, notamos que Cassiodoro, com as *Variae*, constrói uma justificativa e uma proposta de *civilitas* burocrática.

## IV

### DE EPISTOLIS

\*\*\*

#### ***Regnum nostrum imitatio vestra est. Cassiodoro e a administração gótica nas *Variae****

E assim, mais cōscio dos Príncipes, convém à vossa honra e potestade que nós devamos nos esforçar por concórdia convosco, nós que até então nos beneficiamos de vosso afeto. Pois vós sois a mais pulcra glória de todos os reinos, a salvação beneficente de todo o mundo, a quem os outros senhores, por direito, admiram, porque reconhecem algo de singular imanente a vós – nós em especial, já que, por auxílio divino, tomamos conhecimento em vossa República da maneira pelo qual podemos governar sobre os Romanos com equidade. Nosso Reino é uma imitação do vosso, modelo do bom propósito, exemplo do único Império: quanto mais seguimos a vós, mais suplantamos outros povos. (...) Por conseguinte, confiamos à *ille* e *ille* o encargo de legados, para que se apresentem diante de vossa sereníssima piedade, de forma que a integridade da paz – que, é sabido, por decorrência de causas emergentes foi corrompida –, daqui para frente, perdure firmemente restituída diante do fim das contendias: pois que não cremos que vós suportareis que permaneça alguma discórdia entre ambas as Repúblicas, que sob os antigos Príncipes sempre foram declaradas como um único corpo. Não somente é necessário que entre elas se conjugue imperturbada dileção, mas, em verdade, é oportuno que elas se sustentem com mútuos esforços. Que sempre seja única a vontade e o arbítrio no Reino dos Romanos.<sup>268</sup>

Por ocasião de querelas e pequenos conflitos militares entre a corte ostrogótica e generais orientais entre 505 e 508<sup>269</sup>, Cassiodoro redige esta

---

<sup>268</sup> “*Et ideo, piissime principum, potentiae vestrae convenit et honori, ut concordiam vestram quaerere debeamus, cuius adhuc amore proficimus. vos enim estis regnorum omnium pulcherrimum decus, vos totius orbis salutare praesidium, quos ceteri dominantes iure suspiciunt, quia in vobis singulare aliquid inesse cognoscunt, nos maxime, qui divino auxilio in re publica vestra didicimus, quemadmodum Romanis aequabiliter imperare possimus. Regnum nostrum imitatio vestra est, forma boni propositi, unici exemplar imperii: qui quantum vos sequimur, tantum gentes alias anteimus. (...) Proinde illum et illum legationis officio ad serenissimam pietatem vestram credidimus destinandos, ut sinceritas pacis, quae causis emergentibus cognoscitur fuisse vitiata, deterisis contentionibus in sua deinceps firmitate restituta permaneat: quia pati vos non credimus inter utrasque res publicas, quarum semper unum corpus sub antiquis principibus fuisse declaratur, aliquid discordiae permanere. Quas non solum oportet inter se otiosa dilectione coniungi, verum etiam decet mutuis viribus adiuvari. Romani regni unum velle, una semper opinio sit*”. Cass. Var. I.1, 2 – 5.

<sup>269</sup> Andreas Goltz, ao analisar a construção da imagem de Teoderico I Amálo na documentação latina e (principalmente) grega entre os séculos VI e IX, nos fornece um breve mas sólido relato

chancela buscando a paz sob o argumento da unidade romana e da superioridade política inquestionável do Imperador. Para além de sua datação prematura, porém – possivelmente do início da questura cassiodoriana <sup>270</sup> –, o posicionamento desta carta como a primeira da compilação responde também à retórica valorativa da importância funcional de Cassiodoro diante da redação de epístolas oficiais e fundamentais: o autor apresenta sua capacidade de mediação entre o maior potentado daquele universo (o Império Romano do Oriente) e o pretense herdeiro e representante daquela autoridade em solo italiano (base fundamental, histórica e política da magnitude imperial), Teoderico Amálo. Dessa maneira, Cassiodoro utiliza-se da composição diplomática desta carta para construir e apresentar, logo de início, uma estrutura retórica que localiza três focos, ou “atores” de poder em níveis distintos: numa ponta, encontra-se o cetro ostrogótico como o braço efetivo do governo, cabeça coroada com a legitimidade imperial e com a força régia, capaz de guiar os afazeres da Península em acorde com os arbítrios romanos e Constantinopolitanos; noutra ponta, mantém-se o Império Oriental que, apesar de abraçar ideologicamente um poder mais universal, existe enquanto um potentado “estrangeiro” aos limites do mando de Teoderico, mas que encarna, por seu cerimonial e por sua trajetória, todo o peso de uma tradição mais ancestral romano-imperial e, por isso, digna de admiração (funcionando assim, com relação ao mundo Ocidental, como uma governança muito mais *teórica*); e entre estes dois extremos encontra-se Cassiodoro, se colocando como o interlocutor e fonte geradora do discurso <sup>271</sup> escrito, da fundamentação jurídica e retórica e como autoridade imbuída das glorificações dos ofícios burocráticos.

Ainda que esta análise pareça pontual, voltada tão somente para esta carta, ela pode ser aplicada para o documento como um todo se notarmos o padrão e a repetição destes focos de protagonismo textual. A disposição

---

acerca das relações entre Ocidente e Oriente nos últimos anos da quinta centúria e no início da seguinte. GOLTZ, Andreas. *Barbar – König – Tyrann: Das Bild Theoderichs des Großen in der Überlieferung des 5. bis 9. Jahrhunderts*. Berlim; Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2008, pp. 81 – 84.

<sup>270</sup> Entre os anos de 507 e 511 d.C., cf. GIARDINA, Andrea. *Op. cit.*, pp. 22 – 25.

<sup>271</sup> Entendendo “discurso” enquanto uma formatação retórica.

destes “pontos retóricos” obedece a uma lógica argumentativa e, deles, organiza-se toda a estrutura discursiva que se segue, ou seja, Cassiodoro dispõe bases que definem o local de cada missiva, situação e personagem em seu trabalho a partir desta baliza retórica. Assim, o autor estabelece a dependência das outras epístolas em relação a esta e monta um jogo de autoridades, de forma que os outros potentados bárbaros do Ocidente, por exemplo, seriam submissos ou suplantados pelo pulso dos ostrogodos diante da relação que estes estabelecem com o Império do Oriente e com a tradição romana, e os outros personagens citados nas chancelarias, sejam de extração greco-latina ou estrangeira, diminuem-se – na sombra da autoridade cassiodoriana – diante da capacidade do autor enquanto burocrata e interlocutor do poder (sendo estas duas posições íntima e fundamentalmente interligadas e dependentes).

Com efeito, dentro de uma organização interna, a carta primeira do livro primeiro ocupa um lugar de destaque e exerce a singular função de apresentar essa realidade retórica. É curioso, portanto, que ela tenha recebido pouca atenção de tradutores e intérpretes das *Variae*, como Hodgkin ou, mais recentemente, Barnish <sup>272</sup>. A partir do momento em que adquirimos um vislumbre da situação político-administrativa que se desenrola desde os primeiros séculos da Antiguidade Tardia <sup>273</sup> e se matura neste movimentado século VI, bem como das intencionalidades e contingências autorais de Cassiodoro, podemos perceber esta epístola como um microcosmo de sua obra, um texto que organiza e indica os padrões que se seguirão e que aponta, já, para uma percepção mais geral acerca deste trabalho.

---

<sup>272</sup> Na clássica sumarização das *Variae* feita por Hodgkin, a primeira carta do livro I recebe uma tradução completa (o que, em seu trabalho, é sinal de importância – o autor, no geral, apenas apresenta o tema e tece comentários acerca das epístolas) e uma rápida menção na introdução crítica (p. 23) mas o autor não problematiza seu conteúdo, apenas nota que sua inserção deve-se à importância de seu destinatário (o que não explica, necessariamente, porque *esta* é a primeira carta, quando existem várias outras destinadas aos imperadores no Oriente). Samuel Barnish, por sua vez, sequer inclui esta carta entre aquelas selecionadas para sua tradução (cf. HODGKIN, Thomas. *Op. cit.* & BARNISH, Samuel. *Cassiodorus... op. cit.*). Entre alguns pesquisadores da Itália Ostrogótica, a carta recebe atenção parecida (O'DONNELL, James. *Cassiodorus... op. cit.*) com a exceção de Shane Bjornlie, que apresenta uma sumarizada perspectiva acerca do posicionamento desta missiva (BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, p. 182).

<sup>273</sup> Ver capítulo II.



Este argumento pode ser melhor desenvolvido se atentarmos para as descrições cassiodorianas do “primeiro ator” de sua peça retórica como explicitado no início deste capítulo, os ostrogodos. Ocupando, como vimos, uma das extremidades de sua lógica textual, o poder ostrogótico representa a efetividade prática do mundo romano. Este papel pode responder tanto ao real controle exercido por este poderio sobre a Península Itálica (e regiões da Dalmácia) <sup>274</sup> como à necessidade valorativa imposta ao autor, devidamente inserido nos trâmites políticos daquele contexto <sup>275</sup>. De qualquer maneira, a estrutura estabelecida por Teoderico Amálo e seus sucessores serve à Cassiodoro na medida em que nela se *mantém* um corpo burocrático, uma *paraphernalia* que emula um passado administrativo romano e que, ao mesmo tempo, distingue seus funcionários com as típicas insígnias sociais <sup>276</sup>. O sistema administrativo ostrogótico, assim, anda *pari passu*, na autoridade e no peso, com a própria imagem dos reis. Esta situação é maximizada por Cassiodoro a partir de sua organização documental, já que ele age como o interlocutor deste universo, mas sempre falando com a voz do próprio monarca. Assim, sua imagem da burocracia e do governo ganha uma oficialidade que perpassa meramente a posição do autor, mas que se imbrica com a dirigência política *per se*.

<sup>274</sup> Acerca da dimensão e da consolidação do poderio ostrogótico, Burns apresenta um adequado panorama: atenção especial deve ser concedida aos seus mapas e tabelas. BURNS, Thomas. *Op. cit.*, pp. 22 – 28.

<sup>275</sup> A posição política e a atuação de Cassiodoro na corte de Ravena é assunto gerador de intenso debate, em especial a partir da obra pioneira de Mommsen, o *Ostgotische Studien* (assim como de sua introdução crítica para a edição das *Variae* da MGH), e o famoso trabalho de Arnaldo Momigliano, *Cassiodorus and Italian Culture of his Time*; enquanto o primeiro apresenta seu incontestado desagrado com o estilo retórico cassiodoriano e apresenta a falência de sua atuação política por servir como um ministro de reis bárbaros, o segundo argumenta que Cassiodoro, pelo longo período aparentemente ocioso entre seus cargos, não deveria ter tido qualquer preponderância na efetiva lida política da Itália ostrogótica. Em consonância com esse papel *apolítico* de Cassiodoro e seus escritos, encontramos também Walter Goffart. Devemos notar que, por outro lado, é na contramão destes estudos (e no esforço para notar, justamente, a posição *política* do autor romano) que surgem as duas mais revigoradas obras da historiografia recente no assunto, *Cassiodoro Político* de Giardina e a tese doutoral de Bjornlie. Para estes, é justamente a inserção contextual de Cassiodoro que influencia e justifica, entre outros, a organização e compilação das *Variae*. Cf. MOMMSEN, Theodor. “Ostgotische Studien”. In: *Gesammelte Schriften*. Vol. 6. Berlim: Weidmann, 1910, pp. 362 – 484; MOMIGLIANO, Arnaldo. “Cassiodorus and Italian Culture of his Time”. In: *PBA*, n. 41, 1955, pp. 207 – 245; GOFFART, Walter. Resenha de “KRAUTSCHICK, Stefan, *Cassiodor und die Politik seiner Zeit*”. In: *Speculum*, 60, 1985, pp. 989 – 991; GIARDINA, Andrea. *Op. cit.*; BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*

<sup>276</sup> Ver notas §95, §96 e §97.

O primeiro contorno da Coroa ostrogótica é presente, portanto, já nesta primeira epístola. O *reino* de Teoderico, como descreve a pena de Cassiodoro, é uma imitação daquele que se dispõe em terras orientais, e espelha-se como um modelo do único Império. Neste caso, a paz é desejada para que se mantenha a unidade mas, principalmente, a *equidade* no trato com os súditos romanos. Poderíamos supor que, aqui, *Romanis aequabiliter* ganhe um significado mais amplo, e indique tanto aqueles personagens de origem latina que vivem no Ocidente como aqueles que se relacionam, do Oriente, com este poder. Esta afirmação é interessante, porque constrói, por argumentos virtuosos (a *pax* e a *concordia*)<sup>277</sup>, a legitimidade herdada pelos Amelungos e seus seguidores e a *capacidade* destes personagens de manter um governo estruturado (e a máquina burocrática, representada por Cassiodoro, sendo uma das ferramentas fundamentais para esta empresa).

A construção retórica do mando dos ostrogodos enquanto a instituição que ancora esta funcionante e pragmática máquina administrativa, e que congrega a autoridade e a representatividade romana por meio da manutenção da concórdia e da equidade pode ser comprovada a partir de uma rápida inserção contextual do início do livro III das *Variae*: na abertura deste segmento, Cassiodoro endereça, em nome de Teoderico, cartas à importantes líderes do ocidente Tardo Antigo, como Clóvis, Gundobaldo, Alarico II e os não nomeados reis dos Hérulos, Varnios e Turíngios<sup>278</sup>. Por ocasião do iminente conflito que se desenhava entre Clóvis, rei dos francos, e Alarico II, rei dos visigodos, Cassiodoro apresenta missivas, idealizadas por Teoderico, intentando evitar tal embate por meio, principalmente, de sua autoridade. Na epístola de abertura, endereçada ao rei Alarico, o argumento presente aponta o enfraquecimento bélico natural sofrido pelos visigodos em virtude do prolongado tempo de paz que estes gozavam, e também rememora os laços de parentesco existente entre todos estes monarcas (fosse ele sanguíneo ou

<sup>277</sup> A presença e a interpretação cassiodoriana de virtudes como a *Pax* e a *Concordia* (ou mesmo idéias como *humanitas* e *civilitas*) é de fundamental importância, como veremos mais a frente. Para uma boa análise acerca destas idéias, cf. BJORNLIIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, pp. 29 – 44; AMORY, Patrick. *Op. cit.*, pp. 43 – 50; GIARDINA, Andrea. *Op. cit.*, pp. 36 – 39.

<sup>278</sup> Vida supra, p. 91.

meramente uma alegoria política)<sup>279</sup>. A carta que se segue a esta, remetida ao rei dos burgúndios Gundobaldo, é ainda mais reveladora porque reafirma a autoridade diplomática apresentada na missiva anterior ao asseverar que Teoderico e Gundobaldo, retratados como líderes maduros, devem refrear os impulsos dos mais jovens (ainda que a diferença de idade entre Teoderico e Clóvis fosse de 11 ou 12 anos), explicitamente apresentando, portanto, a superioridade do rei ostrogodo que, como o “patriarca” entre seus semelhantes, pode tanto convocar Gundobaldo como impedir a campanha entre Clóvis e Alarico a partir de sua posição de poder e seu arbítrio<sup>280</sup>. As outras epístolas seguem com discurso semelhante, comprovando a tentativa, por parte dos ostrogodos, de afirmar um *status quo* na região, baseados na autoridade – que, lembrando-nos da primeira carta do livro primeiro, advinha da legitimidade imanente ao discurso de representação romana imperial; assim, o peso desta representatividade conferia legalidade teórica às ações de Teoderico diante de seu contexto. Por outro lado, devemos lembrar que estas cartas são redigidas por Cassiodoro e por ele selecionadas para integrarem as *Variae*, denotando, como afirmado, sua capacidade de mediação e sua força diante de afazeres políticos que perpassavam mesmo os limites do reinado da Itália. A ambivalência entre a autoridade de Teoderico a partir de sua posição régia e a designação de Cassiodoro como o porta voz desta dimensão evidencia, na organização da chancelaria, que o autor apresentava, de maneira retórica, a atuação efetiva da governância como um encargo levado a cabo pela burocracia – que, como veremos, baseava-se fundamentalmente numa tradição (e numa ideologia) romana. A mediação de um incidente diplomático, assim, recai sobre os ombros do rei ostrogodo, mas é com mãos

---

<sup>279</sup> “(...) ainda assim, uma vez que o coração de pessoas ferozes seja amolecido pela longa paz, tenha cautela ao lançar à sorte [guerra], de súbito, aqueles que não exercitaram [o combate] por muito tempo. (...) Assim, entre vocês dois, a quem somos ligados por afinidades [familiares], não desejamos que tal coisa [guerra] aconteça.” (“[...] *tamen quia populorum ferocium corda longa pace mollescunt, cavete subito in aleam mittere quos constat tantis temporibus exercitia non habere. [...] inter duos enim nobis affinitate coniunctos non optamus aliquid tale fieri.*”). Cass. Var. III.1, 1 – 3.

<sup>280</sup> “É de nosso encargo refrear jovens reis a partir de conselhos moderados (...). Que eles respeitem os experientes (...)!” (“*Nostrum est regios iuvenes obiecta ratione moderari [...] verentur senes [...]!*”). Cass. Var. III.2, 2. É interessante notar o léxico empregado: *iuvenes* para Alarico e Clóvis, *senes* para Teoderico e Gundobaldo, numa clara hierarquização de autoridades.

administrativas que tal intento é efetivado. A equiparação entre o reinado e sua máquina gerencial torna-se evidente quando colocada sob este pano de fundo de poder.

Esta é, portanto, a imagem do domínio gótico nas *Variae* cassiodorianas: por necessidades contextuais, um mando legítimo e um governo que, em sua existência efetiva e organizada, é atrelado à suas capacidades administrativas. E na medida em que esta compilação chancelar apresenta o que foi produzido na esfera deste potentado, podemos argumentar que Cassiodoro expõe esta produção justamente como o fruto de uma administração que se formou sob reis estrangeiros e que, no coração do governo destes, foi a mantenedora de toda uma tradição burocrática romana. Supomos, assim, que a representação desta primeira “ponta” retórica – a efetividade e o poder ostrogótico – encarna, por conseguinte, os feitos e as capacidades de seu corpo administrativo. Isso se torna mais claro quando olhamos como um todo para as *Variae* e notamos que, além da diplomacia, as cartas apresentadas tratam, majoritariamente, de assuntos gerenciais em seu sentido mais objetivo: atraso na produção da tinta púrpura <sup>281</sup>, problemas com o carregamento de cereais <sup>282</sup>, reforma de muros e estradas <sup>283</sup>, entre uma série de tópicos heterogêneos <sup>284</sup>. Depreende-se, daí, mais solidez para o argumento da união poder / burocracia estabelecido por Cassiodoro, já que o autor encarna justamente o espírito do grupo responsável por todos estes encaminhamentos (tanto internos quanto externos), mas ressoa com a voz do próprio rei, numa simbiose de atribuições e de hierarquias (e, naturalmente, numa aproximação intensa entre o governo e a capacidade de administração funcional).

Isto significa que a apresentação de um corpo burocrático como emanção direta da coroa dos ostrogodos perpassa, em sua construção retórica, diversos planos temáticos, portanto. Da mesma maneira com que os

---

<sup>281</sup> Cass. *Var.* I.2.

<sup>282</sup> Cass. *Var.* I.34.

<sup>283</sup> Cass. *Var.* I.25; ver anexo 2.

<sup>284</sup> As cartas administrativas, citadas nas notas acima, representam uma parte mínima, apenas do livro I. Cassiodoro sedimenta seu texto com assuntos burocráticos de toda a sorte (com exceção dos dois livros de fórmula). Naturalmente, as *Variae* também são compostas por missivas diplomáticas, por éditos e conclames, mas são aquelas que versam sobre a administração que compõe boa parte da obra.

afazeres diplomáticos e gerenciais recaem sobre as funções dos administradores, noutros momentos Cassiodoro nos lega também indícios mais institucionais e honoríficos acerca de sua proposição político-administrativa, de forma a ressaltar a inserção, as capacidades e a tradicionalidade do grupo:

Desejamos, ó pais do Senado [*patres conscripti*], que vossa coroa seja adornada com a flor das diversas magistraturas <sup>285</sup>; desejamos que o espírito da Liberdade contemple um grato e apinhado Senado. De fato, uma aliança de tais excelências [ofícios] é uma honra àquele que impera, e tudo o que repousa sob vossa alegre gratulação devota-se verdadeiramente a nossa glória. Ainda assim, é nosso mais ávido desejo que os archotes das dignidades [ofícios] <sup>286</sup> ornem vosso colegiado, quando aqueles que se tornaram grandes na corte régia possam prestar apropriado sustento à pátria. Estes homens perscruta nossa atenção; regojizamo-nos por encontrar neles repositórios de bons costumes, nos quais, como se as honras <sup>287</sup> tomassem forma, se exprime a serenidade de nossa clemência. Por tal é que a Cassiodoro, ilustre e magnífico varão, notadíssimo por sua distinção na República, concedemos, em reconhecimento, o Patriciado: que na glória do magno título possam ser declarados os méritos daquele que me serve. Ele não foi trazido, em frágil sorte, pelo jogo da fortuna, e nem lançado ao ápice das magistraturas [ofícios] por promoções repentinas, mas, como as virtudes têm por hábito o crescimento, galgou por serviços graduais ao topo dos Ofícios. <sup>288</sup>

<sup>285</sup> Aqui, Cassiodoro aplica o termo *fascium diversorum*. *Fascium*, neste caso, emprega-se como uma forma declinada de *fascies*, ou seja, o feixe de varas carregado pelos lictores romanos como um símbolo da magistratura. Podemos supor que pela idéia de “diversos feixes”, o autor não se refira literalmente ao porte dos objetos, mas sim à posse de *cargos civis*, ou seja, de *ofícios burocráticos* (o que poderíamos entender por “magistratura” nos tempos de Cassiodoro – de acordo com nossa explanação no capítulo II).

<sup>286</sup> É notável que, em boa parte de sua obra, Cassiodoro escolha, para a designação de *ofício*, palavras carregadas de valoração, como *talium*, *honor*, *dignitate*, *et cetera*.

<sup>287</sup> Neste caso, é ambíguo o sentido de *honor*. Pelo contexto, supomos que indique a idéia de glória, não necessariamente de serviço.

<sup>288</sup> “*Optamus quidem, patres conscripti, coronam vestram diversorum fascium flore depingi: optamus, ut Libertatis genius gratam videat turbam senatus. conventus siquidem talium est dignitas imperantum, et quicquid in vobis festiva gratulatione respicitur, nostris vere laudibus applicatur. Illud tamen maxime desideranter appetimus, ut collegium vestrum ornent lumina dignitatum, quando decenter augmenta patriae reddunt, qui aulica potestate creverunt. hos viros nostra perscrutatur intentio: his morum thesauris gaudemus inventis, in quibus velut figuratis honorum vultibus clementia nostrae serenitatis exprimitur. Hinc est quod Cassiodoro illustri et magnifico viro praecipua in re publica claritate notissimo, patriciatus dedimus pro remuneratione suggestum: ut honore magni nominis declararentur merita servientis. qui non fragili felicitate proventus fortunae ludo ad apicem fascium repentinis successionibus evolavit, sed, ut crescere virtutes solent, ad praeconii fastigium conscendit gradibus dignitatum.*” Cass. Var. I.4, 1 – 3.

Nesta carta, Cassiodoro anuncia ao Senado a ordenação de seu pai (também chamado Cassiodoro) como Patrício, alta e perpétua distinção social que coroava aqueles cuja autoridade e conselho bem serviam ao rei. Podemos esperar, naturalmente, que o autor carregue a tinta laudatória, uma vez que versa não apenas acerca de seu pai, mas também das conquistas e da aproximação de sua linhagem com o ofício civil sob imperadores e líderes. Apesar de seus excessos elogiosos, Cassiodoro apresenta importantes noções acerca da *situação* de poder referente ao corpo administrativo: a epístola é aberta com a curiosa frase *coronam vestram diversorum fascium flore depingi*, “que vossa coroa seja adornada com a flor das diversas magistraturas”. Ele prossegue com a idéia, e mantém a analogia para indicar um Senado representado por importantes funcionários civis. Ora, na medida em que a cúria senatorial era, pelo menos num nível ideológico, uma instituição herdeira e representante de um passado e de uma autoridade genuinamente romana (logo, inquestionavelmente legítima), podemos supor que Cassiodoro a localizasse nos altos desígnios do poder, como uma espécie de corpo aconselhativo ao próprio rei. Dessa forma, por mais que este Senado ganhe um desenho exagerado em sua importância, a pena de nosso autor não deixa de apontar a inserção da burocracia nessa dignidade institucional – e, ao mesmo tempo, valora a inserção de tal realidade na ordem governativa dos ostrogodos, portanto. Ao admoestar os senadores a receberem seu pai com a mais alta honraria, Cassiodoro constrói uma relevância efetiva para os escritórios (universo de onde advém, política e socialmente, Cassiodoro *senior*) que se imiscui na cerimônia e na gravidade do passado aristocrático. Em outras palavras, o autor iguala o peso do serviço administrativo ao peso da tradição e do poder.

Outras duas assertivas, também presentes nesta carta, contornam ainda mais essa importância burocrática apresentada por Cassiodoro; quando o autor menciona a origem de seu pai, afirmando que este não se ergueu pela sorte nem pelos caprichos de indicações súbitas, mas pelo trabalho e pelo trilhar de um “*cursus honorum*” civil, ele argumenta com a frase *crescere virtutes solent*, “as virtudes têm por hábito o crescimento”, ou seja, a honraria de um

personagem deve advir de um processo paulatino, de uma conquista e de um merecimento gradual. Cassiodoro, naturalmente, valoriza aqui o esforço pessoal, mas, com ainda maior ênfase, evidencia o valor que concede ao avanço de ofícios, ou seja, à posse de funções civis e suas promoções meritórias. A segunda afirmação diz respeito à representação do Senado diante do rei (neste caso, Teoderico I Amálo): *conventus siquidem talium est dignitas imperantum*, “de fato, uma aliança de tais excelências [ofícios] é uma honra àquele que impera”. Isto significa que, na proposição cassiodoriana, um Senado adornado por altos oficiais e funcionários civis de grande insígnia social é da dignidade do próprio rei ou Imperador. Grosso modo, fica evidente que, para o autor, a transcendência distintiva da burocracia é uma necessidade ao próprio governo e demarca, ademais, a honraria e a capacidade do próprio governante. Não podemos esquecer, ainda, que mesmo que estas idéias sejam esforços criativos do próprio Cassiodoro, elas perpassam sua atuação pública e ecoam, institucionalmente, com a voz de (neste caso) Teoderico em pessoa – agindo como braço do governo e voz do rei, o autor legitima seu discurso e transfere suas idéias e argumentos para o próprio seio real. Retoricamente, portanto, não é Cassiodoro quem eleva a burocracia ao topo de uma cadeia sociopolíticapolítica, mas Teoderico, o rei na Itália – que por sua vez, agrega todo este peso, também, à sua estrutura de poder, legitimando-a enquanto uma continuidade lógica do poder republicano e imperial.

Antes de prosseguir, devemos recordar algumas diretrizes organizativas das *Variae*, de forma a manter nosso argumento num solo fértil. Afirmamos, anteriormente <sup>289</sup>, que a disposição interna das cartas (e da divisão de livros) na compilação cassiodoriana é de importância peremptória para que entendamos suas aspirações e possíveis objetivos. A localização de cada epístola (motivada essencialmente por seu assunto e/ou destinatário) é quase tão importante quanto seu conteúdo, já que assevera uma escolha do próprio autor com relação a sua obra e sua leitura <sup>290</sup>. Podemos supor, destarte, que

---

<sup>289</sup> Ver capítulo III.

<sup>290</sup> “(...) e compilei isto numa organização de doze livros, uma vez que, apesar de a atenção do leitor precipitar-se em decorrência da diversidade de assuntos, a mente é focada com mais eficácia se impelida até o fim [da leitura]” (“[...] *bis sena librorum ordinatione composui, ut,*

um número específico de missivas dá o tom do documento, enquanto o grosso da produção orienta e concede um sentido retórico ao texto, isto é, guia a leitura e o entendimento da obra enquanto um conjunto. Assim, essencialmente as primeiras e as últimas cartas de cada livro teriam preponderância sobre todas as outras (como vimos ao analisar a primeira carta do livro I). Isso indica que, ao tomarmos tais epístolas como paradigma das idéias e das proposições de Cassiodoro, estaríamos não reduzindo sua produção a exemplos pontuais, mas sim levando em consideração seu próprio esforço retórico e organizativo para conceder uma logicidade específica à leitura posterior e ao objetivo de escrita e compilação.

Com esta posição em mente, podemos notar que Cassiodoro apresenta um grande número de cartas para corroborar sua produção enquanto funcionário <sup>291</sup>, mas desenha com especial cuidado propostas mais ambiciosas ou afirmações mais contundentes em cartas estratégicas (como a I.1 ou a I.4, vistas com maior atenção até o momento – além das que serão vistas a seguir). A fim de compreendermos a noção polivalente de governo / tradição / administração com relação ao mando dos ostrogodos, estas epístolas em específico parecem nos conceder farto material de análise. Tal metodologia de investigação nos garante ainda mais peso para algumas das afirmações encontradas na carta I.4. Se retomarmos a idéia do *crescere virtutes solent* sob este prisma (ou seja, tomando esta missiva como um dos “casos paradigmáticos”), podemos entender que Cassiodoro relacionava a idéia de virtude à posse de cargos civis, mas que ele também procurava equiparar o avanço interno deste funcionariado com o clássico crescimento político dos tempos Republicanos e Imperiais. Se para tornar-se destacado, um precisava galgar os degraus do *cursus honorum* <sup>292</sup>, o funcionário aspirante, desejoso da

---

*quamquam diversitate causarum legentis intentio concitetur, efficacius tamen rapiatur animus, cum tendit ad terminum*”). Cass. Var. Praef. I, 13. Aqui, Cassiodoro indica os motivos por trás de sua organização e compilação. Ainda que não elenque motivos claros, ele evidencia que, em certa medida, possui preocupação com a forma que o texto seria lido e, principalmente, compreendido por seu público alvo.

<sup>291</sup> Ver nota §225.

<sup>292</sup> *Cursus Honorum*, nos tempos da República e do início do Principado Romano, indicava o tradicional pavimento político destinado aos aristocratas que galgavam crescentes posições dentro daquele universo. Fazia parte, portanto, de uma tradição de posições e cargos



insígnia de *vir illustris*, também deveria fazê-lo, mas aos moldes do “corporativismo”<sup>293</sup> burocrático. Assim, tanto se emula a organização sociopolíticapolítica de tempos considerados áureos<sup>294</sup>, como se apresenta a força que a *ideologia burocrática* já alcançara no século VI<sup>295</sup>. Cassiodoro, dentro de sua construção retórica, nos apresenta as ligações que eram feitas entre um corpo de funcionários e um grupo dotado de uma *amicitia* própria<sup>296</sup>, de virtudes, de capacidades políticas e, principalmente, de uma lógica meritória e considerada justa para a promoção e o avanço neste ambiente.<sup>297</sup>

A apresentação desse universo guiado pelo *esprit de corps* de uma burocracia dentro de um contexto político (o reinado dos ostrogodos) significa, grosso modo, que Cassiodoro entendia a existência de um governo como dependente dos serviços prestados, e a qualidade destes serviços, por sua vez, dependia da capacidade dos funcionários. Esta importância (e dependência) é melhor explicada numa carta, também do livro primeiro, destinada a Boécio – neste período, um dos mais importantes personagens da corte<sup>298</sup>.

É correto que a justiça seja estendida de forma geral a todo o povo, para que assim obtenha a dignidade de seu próprio nome – caso seja precipitada com uma moderação equilibrada tanto sobre os poderosos quanto sobre os humildes (...). A munificência régia [*principalī*] lança-se gratuitamente sobre alguns homens de ócio. Porém, o costume é

---

destinados aos membros de uma realidade senatorial. In: WISEMAN, Timothy Peter. *New Men in the Roman Senate: 139 B.C. – A.D. 14*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1971, pp. 153 – 169.

<sup>293</sup> O termo “corporativismo”, aqui, indica a idéia de um grupo que, por algum aspecto, se inter-relaciona (neste caso, a oficialidade civil); aproxima-se, intimamente, de nossa idéia de *ideologia burocrática*, ou seja, aponta para a formação de uma identidade funcional com uma lógica interna própria. A utilização do termo pode ser encontrada em autores como Christopher Kelly e Shane Bjornlie. Cf. KELLY, Christopher. *Ruling... op. cit.* & BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*

<sup>294</sup> Bjornlie ressalta, nas *Variae* de Cassiodoro, a profunda reverência a um passado tradicional – ainda que o autor não necessariamente demonstre saudosismo, a Antiguidade lhe serve como um importante elemento retórico e legitimador. In: BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, p. 198.

<sup>295</sup> Ver capítulo II.

<sup>296</sup> Ver capítulo III.

<sup>297</sup> BJORNIE, Michael Shane. “What Have Elephants... *op. cit.*”, pp. 170 – 171.

<sup>298</sup> Ver capítulo IV. Para mais sobre Boécio, cf. BALTES, Matthias. “Boécio”. In: ERLES, Michael & GRÄSER, Andreas (org.). *Filósofos da Antiguidade: do Helenismo à Antiguidade Tardia*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos; MARENBOON, John (edit.). *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009 & MARENBOON, John. *Boethius*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2003.

fielmente devido, num tipo de débito, aos obsequiosos [aos que servem]  
(...).<sup>299</sup>

Nesta missiva, Cassiodoro – sempre sob a égide real – introduz o leitor a Boécio com uma rápida digressão acerca da necessidade de que homens de ócio também focalizem seus esforços para um bem público (já que deste serviço advém um tipo de recompensa justa, dos costumes régios), e em seguida narra uma situação referente ao pagamento de tropas e a cunhagem de moedas. Os motivos e as explicações que cercam esta carta são debatíveis<sup>300</sup>, mas este preâmbulo inicial nos é interessante por apresentar, independente das implicações contextuais da epístola, mais uma consideração importante no que se refere ao serviço prestado ao governo. Cassiodoro estabelece, novamente<sup>301</sup>, uma relação dicotômica entre *otium / negotium*: *otioso enim gratuite praestatur aliquid munificentia principali; consuetudo autem quodam debito redditur fideliter obsequenti*, “A munificência régia lança-se gratuitamente sobre alguns homens de ócio. Porém, o costume é fielmente devido, num tipo de débito, aos obsequiosos”; esta concepção é ainda uma maneira retórica de valorizar o serviço a um *Bem Comum*, à Roma, em oposição ao crescimento pessoal destacado de uma atuação pública, ou seja, ainda que Cassiodoro compreenda a virtude de um homem bem formado, ele parece entender que essa capacidade filosófica não deve estar, necessariamente, afastada da oficialidade civil.

<sup>299</sup> “*Licet universis populis generalis sit impendenda iustitia, quae sic nominis sui obtinet dignitatem, si aequabili moderatione per potiores currat et humiles (...). Otioso enim gratuite praestatur aliquid munificentia principali; consuetudo autem quodam debito redditur fideliter obsequenti (...)*” Cass. Var. I.10, 1.

<sup>300</sup> Como vimos anteriormente, Shane Bjornlie problematiza as cartas que versam sobre Boécio, entendendo-as mais como referência de uma relação entre Cassiodoro e o estimado filósofo do que como testemunhos verídicos de encaminhamentos régios e administrativos. Por si só, esta idéia colocaria em xeque a situação contextual apresentada na epístola e a qualificaria como uma digressão particularmente autoral de Cassiodoro, de forma que a questão com a remuneração das tropas seria um pano de fundo *quasi* fictício para que o autor discorresse sobre aritmética, justiça e burocracia sob a égide de Boécio. Barnish também questiona o conteúdo da missiva, apontando que, além da falta de clareza interna, ela não indica qual seria o papel de Boécio na resolução deste problema – reforçando indiretamente a tese de que o filósofo nunca teria sido o destinatário da epístola, mas sim o argumento de autoridade erudita empregado por Cassiodoro. BARNISH, Samuel. Cassiodorus... *op. cit.*, p. 14.

<sup>301</sup> Vide *supra* pp. 86 – 87 e capítulo III.

O que temos, portanto, é sempre a valorização do burocrata enquanto um prestador de serviços: suas capacidades servem ao governo, e o governo depende, assim, destas capacidades. Com efeito, a leitura que podemos fazer das *Variae* com respeito ao mando dos ostrogodos é o de que, na pena de Cassiodoro, esse poder seja constituído e qualificado pelos escritórios e ofícios conservados com verniz romano – a engrenagem da política é movida pelo dínamo administrativo e, dessa forma, o coração da governança ostrogótica é este corpo burocrático que funciona com base na tradição romana e que é, ao menos teoricamente, composto por altos personagens de origem greco-latina.

Por certo que Cassiodoro não engendra esta relação entre poder e administração de forma gratuita ou pouco fundamentada. Em seu argumento, o governo (e, assim, o corpo burocrático) responde à paz: “É do encargo régio que a concórdia geral entre seus seguidores seja preservada, visto que, quando a paz universal é amada, tem-se glória ao reinante”<sup>302</sup>. Ou seja, é da atribuição régia (ou imperial) a manutenção de uma ordem pública, de maneira que o governante é um gestor, um representante coroado por seu mérito e ilustração para um bem maior. Este posicionamento, num primeiro momento, responde ao próprio estatuto de Teoderico enquanto chefe estrangeiro no tradicional solo italiano. Como forma de legitimar sua atuação, o rei dos ostrogodos busca, de todas as maneiras, posicionar-se como uma extensão do Imperador, ou seja, como um personagem que se dirigiu para Ravena justamente porque era de seu encargo levar a paz e a ordem, e sua coroa é forjada sob esta missão – ele governa porque fez aflorar a concórdia na Península e deve mantê-la, portanto. No campo teórico, assim, seu mando é *necessário*. Cassiodoro, ao dar forma textual para esta idéia, astutamente toma a noção da gerência pública que legitima seu monarca e a expande para a burocracia que o sustenta e, ao mesmo tempo, por ele é sustentada. Temos assim uma pirâmide de atribuições fundamentais: o bem e a paz são a justificativa para a existência do rei, enquanto o rei necessita de uma boa administração para mantê-las e, portanto, existir; destarte, a boa administração

---

<sup>302</sup> “*Decet regalis apicis curam generalitatis custodire concordiam, quoniam ad laudem regnantis trahitur, si ab omnibus pax ametur*” Cass. Var. I. 23.

é a base para o bem e a paz e, assim, para a existência do rei (e, ciclicamente, o rei acaba por encarnar a possibilidade política para a existência dessa burocracia ideal).

A hierarquização é eminentemente subjetiva, mas ao fim e ao cabo, podemos perceber que Cassiodoro possui maiores intenções com relação aos ofícios e a justificativa de sua burocracia do que com relação unicamente à legitimação dos reis dos ostrogodos <sup>303</sup>. Elas se relacionam, afinal, por contingências contextuais, mas não representam necessariamente o mesmo objetivo. Por isso, afirmamos que o governo ostrogótico, no discurso retórico de Cassiodoro, representa a *efetividade* de um corpo administrativo que *funciona* sob a égide daqueles reis de passado considerado bárbaro. A voz de Teoderico, de Atalarico, de Amalsunta, de Teodato ou de Vitige, na pena de Cassiodoro, aponta então este *funcionamento* e, assim, justificam a burocracia perante os prováveis leitores orientais das *Variae*. Roma existe, e aquele governo que se diz herdeiro e “imitação do verdadeiro Império” existe por conta de sua funcionante administração. No texto cassiodoriano, assim, o reinado dos ostrogodos é a própria funcionalidade de um corpo civil que se identifica com uma tradição romana, grave e legítima, e este representa o primeiro “protagonismo retórico” estabelecido na organização das *Variae*: o reinado dos ostrogodos, uma capa sob a qual funciona uma burocracia de cunho romano e tradicional e que, no texto, encarna a capacidade dos administradores e funcionários italianos.

---

<sup>303</sup> Como afirmado ao longo desta dissertação, uma série de autores entende o objetivo das *Variae* como a propaganda ideológica do governo ostrogótico. Ver nota § 226.

### ***Reverentia Antiquitatis. O Império no Oriente e a Tradição Romana nas Variae***

Em sua lógica interna, como vimos, as *Variae* são organizadas por Cassiodoro como um documento altamente planejado, cuja disposição autoral intentava criar uma linha discursiva específica e apresentar ao público leitor o universo da burocracia gótico-romana segundo a tinta cassiodoriana. Neste sentido, a obra segue esquemas retóricos (que podem ser percebidos a partir de uma leitura crítica), como, por exemplo, uma “canônica” e paradigmática divisão de *personagens* que encarnam um determinado papel político, social e cultural na exegese do texto – os “protagonismos retóricos”. Enquanto Teoderico e o mando dos ostrogodos atuam como o sinal direto de um corpo administrativo ativo e eficiente, Cassiodoro apresenta o Império Oriental (devidamente carregado da magnificência – e continuidade imperial – Romana) como o “ator” situado na outra extremidade, na ponta *teórica* da política mediterrânica<sup>304</sup> e que faz, invariavelmente, par com a posição assumida, nas *Variae*, pelo encargo ostrogótico (a efetividade da burocracia mantida sob esta instituição). Em outras palavras, o poderio Romano Oriental representa, na pena de Cassiodoro, uma reminiscência da verve imperial que outrora pulsara no Ocidente, mas que no século VI é carregada sob o cetro dos Amálo e de seus burocratas bem preparados. Este “protagonismo de tradição” implica, naturalmente, numa densa carga ideológica, numa teoretização acerca do papel político do Império nos afazeres da Península Itálica: enquanto repositório da Púrpura Imperial e, por conseguinte, da tradição e do peso do passado romano, sua ligação com uma máquina efetivamente ativa, na Itália

---

<sup>304</sup> Chamamos aqui de “política mediterrânica” os contatos estabelecidos especialmente entre Itália e Oriente. A noção de um *Mare Nostrum*, um mar Mediterrâneo como ponto de contato e troca, porém, remonta aos mais longínquos idos da história e aos contatos entre as mais diversas etnias e agrupamentos. Bowersock nota, contudo, que a configuração do espaço marítimo do Mediterrâneo como um espaço *político e cultural*, em especial no que tange à História Antiga e Medieval, pode flexibilizar nossas perspectivas dicotômicas (Oriente e Ocidente como categorias distintas e separadas) e nos ajudar a perceber os pontos de continuidade e as aproximações. In: BOWERSOCK, Glen W.. “The East-West Orientation of Mediterranean Studies and the Meaning of North and South in Antiquity”. In: HARRIS, William V. (Edit.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford & Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2005, pp. 167 – 178.

ostrogótica, emanava à esta essa legitimação, e imbricava as duas de forma relativamente indissociável – como Cassiodoro afirma na primeira carta <sup>305</sup> do livro primeiro, as duas *Repúblicas* eram irmãs, duas partes de um todo, sendo uma o reflexo da outra e, por isso, era apenas uma a vontade, o mando e o espírito do povo romano, *Romani regni unum velle, una semper opinio sit* – povo romano entendido, naturalmente, como uma generalização entre ocidente e oriente, englobando também os ostrogodos.

Porém, ainda que o *Regnum* <sup>306</sup> e o arbítrio dos romanos deva ser apenas um, Cassiodoro entende e localiza, claramente, a existência de dois poderes distintos, um situado em Ravena, outro em Constantinopla. A união *discursiva* entre estes dois potentados é que cria, sim, uma unidade a volta de uma *romanidade*, ou seja, representam peças de uma grande engrenagem, e que necessitam uma da outra para que o mecanismo funcione como deveria. Ora, isso nos mostra que essa ligação, portanto, se dá num nível *teórico*, no domínio das pretensões e idealizações políticas; Cassiodoro, como um catalisador destas noções, é sagaz ao engendrar este aspecto legitimador, uma vez que a colocação equiparada, mas funcionalmente distinta, entre o mando no Ocidente e no Oriente permite que ele, ao mesmo tempo em que lauda o Imperador, solidifique e reafirme o poder concentrado na Itália. Exemplo disso pode ser visto na primeira carta do livro segundo, também endereçada ao Imperador Anastácio:

O costume solene admoesta-nos a registrar um nome no Fasto [Consular], o ornamento próprio de Roma, a distinção terrena da Cúria [Senado], para que, na cadência dos anos, a graça dos Ofícios [*dignitatis*] continue a fluir e o favor dos Príncipes continue a consagrar a memória dos séculos. (...) Pois que nós

<sup>305</sup> Ver nota §268.

<sup>306</sup> A inconsistência no emprego de termos que definam, institucionalmente, os poderes tanto no Oriente como no Ocidente por parte de Cassiodoro pode ser reveladora. A utilização da palavra *Res Publica*, ao que nos parece, remete ao legítimo passado do mundo Romano, implicando numa noção de bom governo e de unidade política centrada na imagem de bem preparados dirigentes. Por vezes, contudo, Cassiodoro nos apresenta derivações das palavras *Imperare* e *Regere*; neste caso, os termos parecem ser aplicáveis ao ato de governar, e não à instituição política em si. Assim, o *Reino dos Romanos*, por exemplo, como referenciado na carta I.1, parece indicar a gerência emanada do Rei ou daquele que lidera a *Res Publica*. São sutilezas de vocabulário que podem adquirir importante peso interpretativo quando estudadas em seu contexto literário e textual.

[Teoderico], que fomos conquistados pelos bons princípios que a verificada probidade cativa, oferecemos a este candidato a insígnia consular [*curulis*], a fim de que, pela gratificação, provoquemos o desejo pelas virtudes – pois que o zelo não falha para algo que concede o mais pródigo dos prêmios. E assim vós, que com o bem de ambas as Repúblicas sois em equidade deleitado, coadunai vosso favor, aliai vossa sentença: é digno de ser eleito por ambos os juízos aquele que galga tão estimada magistratura [*fascis*].<sup>307</sup>

A epístola, datada de 511, indica a elevação de Flávio Felício ao posto de Cônsul no Ocidente e informa a Corte oriental de tal escolha<sup>308</sup>. Por sob o pomposo estilo de Cassiodoro, podemos perceber uma interessante tentativa de estabelecer uma relação (retórica) entre Ravena e Constantinopla que preza por uma relativa equiparação de poderes: *ideo vos, qui utriusque rei publicae bonis indiscreta potestis gratia delectari*, “vós, que com o bem de ambas as Repúblicas sois em equidade deleitado”. O autor indica, utilizando-se da imagem imperial, que a prosperidade de ambos os governos deveria ser igualmente almejada, num artifício que relaciona, sob o próprio auspício de Anastácio, então imperador em Constantinopla, as realidades orientais e ocidentais.

Cassiodoro, na construção da dignidade régia diante da escolha consular, emprega também um estilo de escrita fortemente baseado num vocabulário “tradicional”, com referências à Cúria Senatorial, ao que ele chama de “ornamento de Roma”, *ornatum Romae*, ao próprio termo *princeps* e, curiosamente, ao *curulis*, o tradicional assento que distinguia a posição de magistrados romanos<sup>309</sup>. Os vocábulos invocam uma realidade tipicamente

---

<sup>307</sup> “Ammonet nos consuetudo sollemnis dare fastis nomen, ornatum proprium Romae, terrenam curiae claritatem, ut per annorum numerum decurrat gratia dignitatum et beneficiis principum sacretur memoria saeculorum. (...) Nos autem, qui bonis redimimur institutis, quos probitas inspecta conciliat, curules infulas praestitimus candidato, ut virtutum desideria possimus provocare per munera: quia non deficit rei studium, quae praemium largius habet. atque ideo vos, qui utriusque rei publicae bonis indiscreta potestis gratia delectari, iungite favorem, adunate sententiam: amborum iudicio dignus est eligi, qui tantis fascibus meretur augeri” Cass. Var. II.1, 1, 4.

<sup>308</sup> HODGKIN, Thomas. *Op. cit.*, pp. 171 – 172.

<sup>309</sup> O chamado “assento curul”, *sella curulis*, era uma insígnia distintiva de certas magistraturas (especialmente no período republicano) que detinham o mando de *imperium*: cônsules, edis, censores, pretores, mestres de cavalaria (magister equitum), *et cetera*. Com o passar dos anos, o assento foi integrado em outros contextos e passou a figurar como um objeto simbolizando

imperial (ou mesmo republicana) <sup>310</sup>, que sobrevive muito mais na pena ideológica do autor do que, propriamente, na práxis política da Península. É curioso notar que este estilo de escrita é aplicado sempre que Cassiodoro dirige suas missivas à Constantinopla <sup>311</sup>, o que nos faz crer que sua rememoração de aspectos tradicionais, neste sentido, seja um artifício para engendrar, num mesmo argumento retórico, o mundo oriental e os aspectos de uma *ancestralidade Romana*, numa espécie de *Reverentia Antiquitatis* que, além de construir um pólo de ideologia na figura do Império do Oriente, estendia este manto de legitimidade para seu “braço administrativo” no Ocidente, a governança dos Amelungos.

Intrinsecamente, há ainda um subjetivo argumento de autoridade: mesmo que Cassiodoro mencione toda a grandeza do Imperador no trono de Constantinopla, nesta carta, ele afirma (e não delibera) a escolha de um cônsul, e a aprovação por parte do Oriente é apenas simbólica (uma vez que o cargo foi já preenchido por um escolhido do rei na Itália) – ainda que, neste caso, a posse diga respeito a um cargo ocidental, outras cartas dirigidas a Anastácio e outros imperadores contém esta mesma particularidade em sua maioria <sup>312</sup>. Isto indica, por um lado, a autoridade imanente aos chefes ostrogóticos, e, por outro, as capacidades *efetivas* da administração que representa este governo. Estabelecer, de uma maneira retórica, esta equiparação hierárquica (onde o poder prático recai sobre o “primeiro ator”, a burocracia gótico-romana) delimita com maior intensidade o papel destinado à Roma do leste e à tradição passada, que é, como mencionado, o de fornecer o arcabouço que legitima e concede uma base ideológica para que a

---

poder de forma mais abrangente. In: BROUGHTON, Robert S.. *The Magistrates of the Roman Republic*. Vol II. Nova Iorque: American Philological Association, 1952, p. 313.

<sup>310</sup> Para um clássico estudo acerca das representações e dos símbolos de poder magistratura que se originam e ganha força na Roma republicana, cf. SCHÄFER, Thomas. *Imperii insignia: Sella curulis und Fasces, zur Repräsentation römischer Magistrate*. Mainz: Zabern, 1989.

<sup>311</sup> Cass. Var. I.1; II.1; VIII.1; X.1; X.2; X.8; X.9; X.10; X.15; X.19; X.20; X.21; X.22; X.23; X.24; X.25; X.26; X.32. Algumas cartas dirigidas ao Senado Ocidental, curiosamente, fazem emprego de um vocabulário semelhante (Cass. Var. I.4; I.13; I.30; II.3; II.16; II.24; II.25; II.32; III.6; III.12; III.31; IV.4; IV.16; IV.43; V.4; V.22; V.41; VIII.2; VIII.10; VIII.14; VIII.15; VIII.17; VIII.19; VIII.22; IX.19; IX.21; IX.23; IX.24; IX.25; X.3; X.4; X.7; X.12; X.13; X.16; X.18; XI.1).

<sup>312</sup> Bjornlie nota que, na maioria de suas epístolas, Cassiodoro adota um postura de *declaração* muito mais do que de *deliberação*, o que confere um estilo singular à sua documentação quando notamos que ela era pretendida como um escrito oficial e administrativo. Cf. BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, p. 16.



administração funcione, na Península Itálica, como um braço de governo, uma fatia de uma única *Res Publica*. Esta função textual, designada ao poder de Constantinopla, é a marca do “segundo ator” das *Variae*, do segundo “protagonismo retórico”.

Após as epístolas de abertura dos dois primeiros livros, o Império é referenciado novamente no livro oitavo, com uma carta, escrita em nome do novo rei Atalarico, destinada ao então chefe no Oriente, Justino. A missiva apresenta uma leve inflexão em sua abordagem: conta naturalmente com uma linguagem laudatória, mas pouca menção faz ao peso tradicional de Constantinopla. Seu objetivo, antes, é ressaltar a *ligação* que existe (e que deve ser mantida) entre os ostrogodos e os romano-orientais:

Seria justamente repreensível, clementíssimo Príncipe, se eu buscasse vossa paz com tepidez quando os de minha família, é sabido, buscaram tão ardentemente: de que maneira eu seria um herdeiro digno se fosse descoberto que sou diferente de meus ascendentes nesta tamanha glória? Nem a ordem [*ordo*] púrpura e nem o trono régio de nossos antepassados nos exalta e clarifica tanto quanto o enobrecimento de vossa ampla e larga graça. Tudo então estará perfeito em nosso reino, acreditamos, enquanto sentirmos que pouco disto nos falta [graça]. Mas se vossa reconhecida piedade deve agradecer àqueles cujos pais vós ameis – pois que não se acredita que alguém devote aos mais velhos [esta piedade] pura e inocentemente, a menos que a estirpe deles tenha sido comprovadamente aceita — que o ódio seja enclausurado com os sepultos; que seja sabido que a ira morre com a violência; a graça não deve sucumbir com os diletos; mas deves tratar com a maior afetuosidade aquele que é descoberto inocente dos problemas [*causas*] do reino. Pesei o que merece de vós aquele que sucede aos bons. Vós cedestes, em vossa cidade, o excelso *curul*<sup>313</sup> ao nosso avô, ao meu genitor vós decorastes com a claridade da palma da Itália<sup>314</sup>. O desejo pela concórdia também o fez pelas armas vosso filho, anda que em idade ele fosse tido quase como coevo a vós. (...). Agora vosso afeto deve tomar o lugar daquele de um pai: pelas leis da natureza, aquele que é gênito de vosso filho não deve ser tido por vós como um estranho. E assim anseio a paz não como um distante, mas como um próximo, porque vós me destes a graça devida a um neto quando urgistes sobre meu pai as felicidades da adoção. (...). Para mais, mais

<sup>313</sup> Ver nota §309.

<sup>314</sup> Mais um símbolo tradicional da magistratura consular que Cassiodoro rememora em seu texto como estratégia para suscitar em seu leitor a ambiência de uma estrutura político-administrativa que reverencia (e referencia) o passado. Para a Palma Consular, cf. BROUGHTON, Robert. *Op. cit.*, p. 127.

importante que meu dominado [*dominatus*] é ter a boa vontade de tamanho mestre [*rector*].<sup>315</sup>

Esta carta deve ser lida e compreendida como elemento chave na uma linha retórica idealizada por Cassiodoro. O livro oitavo das *Variae* é o primeiro a conter missivas escritas sob a égide de outro governante que não Teoderico I Amálo. Dada a autoridade obtida pelo patriarca Amelungo<sup>316</sup>, podemos imaginar que seu neto almejassem semelhante estima entre súditos e outros líderes, o que o leva a reforçar a ligação pretensamente existente (ou retoricamente construída) entre Constantinopla e a Península Itálica. O tipo de relacionamento que é formado textualmente, aqui, é aquele entre um avô e um neto. Essa proposição assevera não somente uma espécie de *adoptio* da parte de Justino pelo pai de Atalarico, Eutarico<sup>317</sup>, mas também uma *equiparação* entre ostrogodos e romanos orientais: sendo Justino um avô político e Teoderico um avô biológico, ambos detêm a mesma posição “político-familiar”

<sup>315</sup> “*Iuste possem reprehendi, clementissime principum, si pacem vestram quaererem tepide, quam parentes meos constat ardentius expetisse: aut in qua parte dignus heres existorem, si auctoribus meis impar in tanta gloria reperirer? non nos maiorum purpuratus tantum ordo clarificat, non sic regia sella sublimat quantum longe lateque patens gratia vestra nobilitat. omnia enim regno nostro perfecte constare credimus, si hanc nobis minime deesse sentimus. Sed ut pietati vestrae praeconiale est diligere quorum patres contigit vos amasse — nemo enim creditur impendisse veteribus puritatem innocuam, nisi qui eorum stirpem habere probatur acceptam — claudantur odia cum sepultis: ira perire noverit cum protervis: gratia non debet occumbere cum dilectis: sed magis affectuosius tractandus est, qui ad regni causas innocens invenitur. Perpendite quid a vobis mereatur successor bonorum. vos avum nostrum in vestra civitate celsis curulibus extulistis, vos genitorem meum in Italia palmatae claritate decorastis. desiderio quoque concordiae factus est per arma filius, qui annis vobis paene videbatur aequaevus. [...]. in parentelae locum vester iam transire debet affectus: nam ex filio vestro genitus naturae legibus vobis non habetur extraneus. Atque ideo pacem non longinquus, sed proximus peto, quia tunc mihi dedistis gratiam nepotis, quando meo parenti adoptionis gaudia praestitistis.[...]. illud mihi est supra dominatum tantum ac talem rectorem habere propitium*” Cass. Var. VIII.1, 1 – 5.

<sup>316</sup> Teoderico I Amálo é sempre apresentado como um grande monarca, mesmo em documentações produzidas fora de seu círculo político. Após sua morte, os ecos de seu nome tomam tamanha proporção que contornam Teoderico como um herói do passado “germânico” em textos literários como o *Das Nibelungenlied* (“Cantar dos Nibelungos”, texto do século XII, escrito em Médio Alto Alemão) ou a *Þiðrekssaga* (“Saga de Thidhrek”, texto escandinavo do século XIII, escrito em um dialeto do Nórdico Antigo). O peso desta imagem heroizada de Teoderico – e disseminada em tradições orais até ser transcrita na literatura germânica e nórdica dos séculos XII e XIII – é tanto que a seu nome, usualmente, se adiciona o epíteto “o Grande”. MURDOCH, Adrian. “Germania Romana”. In: MURDOCH, Adrian & READ, Malcolm (Edit.). *Early Germanic Literature and Culture*. Nova Iorque: Camden House, 2004, pp. 55 – 72 & BORGE, Jorge L. & VAZQUEZ, Maria E. *Literaturas Germanicas Medievales*. Buenos Aires: Falbo Librero, 1965, pp. 86 – 188.

<sup>317</sup> Eutarico era o marido de Amalasunta e um chefe político de extração visigótica.

com relação à Atalarico – grosso modo, ambos são avôs, igualados diante do jovem rei. É interessante notar ainda o elo extrapessoal que se forma entre os dois potentados, na medida em que Cassiodoro aponta as dignidades concedidas aos Amelungos pelo próprio Imperador e como ele deve continuar a ser um mentor, um *tutor* político para a Península Itálica. Naturalmente, esta tutoria é retórica, e deveria ocorrer menos numa dimensão prática, mas muito mais numa dimensão *simbólica*, tal qual a relação familiar que se desenha entre Eutarico, Atalarico e Justino. Os aspectos dos avôs do rei dos ostrogodos, assim, são delimitados em sua ligação e consequentemente, em sua atribuição diante do monarca: Teoderico, avô biológico, responde pela efetividade e real governança que cabe a Atalarico, enquanto Justino, avô em armas e em honra, deve apenas servir como o archote de legitimidade que brilha sobre a Itália com a chama do passado Imperial.

Esta lógica de *relacionamento* segue no livro décimo, o último a apresentar chancelaria régia. Neste, Cassiodoro apresenta 15 epístolas dirigidas ao Oriente: 3 em nome de Amalasunta, 7 em nome de Teodato, 4 em nome de Gudelina e 1 em nome de Vitige; destas, 11 são endereçadas a Justiniano e 4 a Teodora, sua esposa <sup>318</sup>. A julgar pelos remetentes e destinatários, grande parte destas cartas foi escrita em pleno estado de guerra, quando Justiniano movia batalha contra os ostrogodos, tendo como *casus belli* a morte de Amalasunta por ordem de seu primo, Teodato <sup>319</sup>. Esta informação contextual aponta a fragilidade diplomática instaurada entre os dois potentados no momento de redação destas missivas e, consequentemente, adianta seu conteúdo reconciliatório – boa parte delas <sup>320</sup> reclama a paz entre Ocidente e Oriente, lembrando-se da sempre existente ligação entre ostrogodos e romanos:

---

<sup>318</sup> Cass. Var. X. Há ainda uma última carta, presente no décimo primeiro livro (XI.13), e endereçada ao Imperador Justiniano I com um intenso pedido de paz: a carta, porém, tem como remetente o Senado (mas encontra-se no primeiro livro de missivas em nome do próprio Cassiodoro). Ela parece ter sido escrita pouco antes do início das campanhas na Itália, ainda no reinado de Amalasunta e Teodato (HODGKINS, Thomas. *Op. cit.*, p. 472). O motivo de seu posicionamento aparentemente “quebrado” em relação à textualidade das relações entre Império e reinado dos ostrogodos deva-se, talvez, ao fato de Cassiodoro possuir a intenção de mostrar seu contato e sua intermediação com o Oriente em seu próprio nome.

<sup>319</sup> Ver capítulo III.

<sup>320</sup> Cass. Var. X.20; X.21; X.22; X.23; X.24; X.25; X.26; X.32; XI.13.

Como, ó Clementíssimo Imperador, esperamos pelo oferecimento da doçura de vossa graça, e inteiramente disto advém a ciência de que, após tantas gravíssimas injurias perpetradas e tamanho derramamento de sangue, ainda assim buscamos assistir a vossa paz como se vossas fileiras não tivessem afrontado nenhum de nós. Suportamos coisas terríveis que podem ofender mesmo aqueles que as perpetraram: ataques sem julgamento, ódio sem culpa, danação sem débito. E não se podem negligenciar tais coisas pela alegação de parvidade, já que elas foram infligidas não tanto nas províncias, mas na própria Cabeça das Coisas [Roma]. Estima as dores que deixamos de lado para que possamos reaver vossa justiça. Tantas coisas foram feitas, de maneira que o mundo inteiro sobre elas fala; pois é de vosso merecimento que os homens devam admirar vossa equidade. Pois se a vingança contra o rei Teodato é requerida, então mereço diligência; se sob teus olhos a divina memória da rainha Amalasunta deve ser exultada, debes pensar na filha dela, a quem todos vossos homens devem pelejar para alçar ao poder real [*regnum*], e que com isso todas as pessoas reconheçam que vós retorneis para a graça que tanto era devida.<sup>321</sup>

Esta epístola, escrita em nome de Vitige, segue por duas vias complementares: questiona a validade do conflito ao passo em que reafirma a amizade entre os dois potentados e os esforços itálicos em manter esta ligação a despeito do braço militar que flagela a Coroa ostrogótica. Ainda que parte de sua estrutura seja uma denúncia das mazelas da guerra, a relação *quasi*-familiar entre Oriente e Ocidente ainda é presente na imagem de Amalasunta, “nora” de Justino<sup>322</sup> e entendida como *casus belli* para Justiniano. Eufemicamente, Cassiodoro afirma a execução do algoz da rainha, Teodato, e lembra que sua filha, Matasunta (irmã de Atalarico e “neta” Imperial, assim), deve ser tratada com igual reverência – e se lembrarmos que esta se torna esposa de Vitige, notamos como todo o ciclo familiar entre Amelungos e

---

<sup>321</sup> “*Quanta sit nobis, clementissime imperator, gratiae vestrae votiva suavitas, hinc omnino datur intellegi, ut post tot gravissimas laesiones et tanta effusione sanguinis perpetrata sic videamur pacem vestram quaerere, tamquam nos nemo vestrorum putetur ante laesisse. pertulimus talia, qualia et ipsos possunt offendere qui fecerunt, insecutiones sine reatu, odium sine culpa, damna sine debitis. et ne pro parvitate sui neglegi potuisset, non in provinciis tantum, sed in ipso rerum capite probatur inflicto. aestimate, quos dolores abicimus, ut vestram iustitiam reperire possimus. talis res effecta est, quam mundus loquatur: quae sic a vobis meretur componi, ut aequitatem vestram generalitas debeat ammirari. Nam si vindicta regis Theodahadi quaeritur, mereor diligi: si commendatio divinae memoriae Amalasuinthae reginae prae oculis habetur, eius debet filia cogitari, quam nisus vestrorum omnium perducere decuisset ad regnum, ut cunctae gentes potuissent agnoscere vicissitudinem vos gratiae tanto pignori reddidisse.*” Cass. Var. X.32, 1 – 2.

<sup>322</sup> Vide *supra*, p. 114.

romanos orientais tenta ser restabelecido retóricamente (devemos sempre ter em mente o “papel” retórico dos ostrogodos e dos Amálos nas *Variae*: eles representam politicamente a burocracia. Logo, esta relação familiar representa, naturalmente, o elo do poder tradicional Oriental com a estrutura administrativa de Cassiodoro).

Temos dois momentos, assim, para a função textual do Império Oriental: a primeira é a construção de uma tradição e do peso de uma autoridade que se legitima pelo grandioso passado, e a segunda é a reiteração do contato entre este poder (e, logo, esta tradição) e a coroa dos ostrogodos, em especial após a mudança interna causada pela morte de Teoderico e a instável sucessão de seu neto Atalarico e sua filha, Amalasunta. Este duplo posicionamento não parece responder tão somente ao contingente político de Cassiodoro e seus líderes – afinal, após um cuidadoso esforço organizativo, podemos pensar que o autor ausentaria referências às campanhas de Justiniano, por exemplo, caso elas não possuísem funções retóricas <sup>323</sup>. O autor, julgamos, buscava sim argumentar em favor de sua autoridade (e da autoridade da burocracia civil) diante da mediação de paz com a magnitude de uma entidade como o Império. Em outras palavras, Cassiodoro utiliza o momento beligerante para ressaltar o elo que existe entre a base política de seu grupo administrativo – os ostrogodos – e a tradição romana – o Império Oriental –, e especialmente para apontar a autoridade que recai sobre a burocracia Ocidental, responsável ela própria, na pena cassiodoriana, pela busca de uma concórdia entre os dois polos de poder.

Esta função textual – autoridade de uma tradição romana encarnada no Império do Oriente e delegada ao poder dos ostrogodos e sua estrutura de administração gótico-romana – é engendrada por uma lógica de *ideologia*

---

<sup>323</sup> O caso das mortes de Boécio, Símaco e, posteriormente, Amalasunta são os mais emblemáticos no que tange aos silêncios de Cassiodoro: em momento algum o autor aponta o assassinio destes personagens ou mesmo revela comunicados oficiais de luto ou pesar. Em sua organização retórica, Cassiodoro privilegia estritamente aquilo que ele próprio entende como artifício para a construção de seu objetivo. Da mesma forma que estas omissões são bastante eloquentes, a presença de outros assuntos aparentemente despropositados (como referências ao conflito com o Oriente) pode ser bastante reveladora, desde que nos lembremos que epístola alguma figura nas *Variae* sem uma função almejada e anteriormente planejada pelo autor.

*burocrática* que circunda o grupo de oficialidade civil de Cassiodoro e sustenta sua perspectiva e sua construção documental <sup>324</sup>. Neste sentido, as menções que são feitas ao mundo Oriental vão além de sua situação enquanto destinatários diplomáticos, mas ajudam a construir também uma imagem de burocracia desejada pelo autor, uma burocracia que, efetivamente, detem as rédeas dos encaminhamentos políticos, das negociações com poderes externos, das decisões internas e de toda a organização sociopolítica da Península Itálica. O “Império” retórico de Cassiodoro funciona a este propósito na medida em que amalgama uma perspectiva de tradição e legitimada ancestral ao corpo administrativo – o Nome Romano, *nomen romani*, ou seja, a grave carga que cerca a reputação de tempos passados, de uma *Civilitas* greco-latina e que ecoa no trono de Constantinopla e na Púrpura Imperial do século sexto, delega o poder ao rei dos ostrogodos e a sua estrutura governativa. Assim, a autoridade que advinha da tradição de Roma e que é transladada ao Oriente emana por sobre a regência dos Amelungos e, por consequência, emana também ao seu fiel corpo burocrático, aos homens (eminentemente latinos) que atuam em seu auxílio governativo. Em teoria, significa dizer, portanto, que a tradição Imperial Romana *sobrevive* não somente em Constantinopla, mas *também* na burocracia italiana.

O desenvolvimento deste argumento vai além, naturalmente, do espaço de cada carta, de seu destino ou de seu tema. Esta interpretação subjetiva é intrínseca ao documento como um todo, ou seja, depende de nosso conhecimento acerca de sua organização, objetivo e inserção contextual, de sua leitura e de seu público alvo. A imbricação de cada aspecto documental das *Variae* faz de sua exegese um processo complexo e rico. Por este motivo, devemos atentar para uma informação revelada anteriormente e que é dotada de potencial para reforçar nossa perspectiva acerca dos “protagonismos retóricos”: as *Variae*, possivelmente, foram compiladas e publicadas em Constantinopla, quando Cassiodoro e a corte ostrogótica (incluindo seu rei, Vitige) são enviados para o Oriente em decorrência da rendição de Ravena. Como vimos, a publicação das cartas no *milieu* constantinopolitano (e uma

---

<sup>324</sup> Ver capítulo II.

datação posterior a 540) estabelecia um público específico para a leitura do documento <sup>325</sup> e, desta forma, demarcava parâmetros justificáveis para seu objetivo. A necessidade de leitores Romano-Orientais (e sua receptividade) <sup>326</sup> aponta que, desejando que sua obra circulasse naquele espaço, Cassiodoro construiu seu texto de forma que ela apelasse e fizesse sentido para este grupo. A imagem laudatória que se forma do Império, assim, harmonizar-se-ia com a perspectiva burocrática de oficiais do leste <sup>327</sup> e concederia ainda mais legitimidade para a atuação da administração gótico-romana, funcionante também sob o auspício Oriental. Há, então, uma equiparação de atribuições de poder: se o Império e o Reinado dos ostrogodos são partes de um todo e se relacionam de maneira fundamental, os funcionários e oficiais orientais e ocidentais também seriam parte de um todo, e também se relacionariam de maneira fundamental.

É seguro afirmar, dessa maneira, que a idéia de “protagonismos retóricos” propostos à leitura das *Variae* – levando-se em consideração sua organização autoral e seu contexto – depende de uma interpretação subjetiva: encontraríamos subtextos em suas estruturas, dotados de significados mais profundos que, grosso modo, construiriam uma retórica com certa inserção sociopolíticapolítica, uma justificativa da atuação burocrática de Cassiodoro e seus iguais. Esta assertiva não se depreende *ex nihilo*, mas pode ser baseada numa afirmação do próprio autor, contida em seu prefácio:

Pois não foi à toa que a prudência da Antiguidade definiu três gêneros <sup>328</sup> de oratória [*dicendī*]: o humilde [*humile*], que parece rastejar entre os

---

<sup>325</sup> Ver capítulo III.

<sup>326</sup> *Idem*.

<sup>327</sup> Autores Tardo Antigos como João da Lídia (cf. capítulo II) demonstram o apreço de funcionários Orientais por seus ofícios e escritórios. Modernamente, Christopher Kelly nota que estes personagens desempenhavam papel fundamental no funcionamento do Império e, por sua importância, configuravam uma lógica coletiva baseada na autoridade e na transcendência social de seus cargos; em outras palavras, a burocracia constantinopolitana era, verdadeiramente, uma nobreza ascendida pelo serviço. Cf. KELLY, Christopher. *Ruling... op. cit.* 183 – 261.

<sup>328</sup> Segundo Walsh, aqui Cassiodoro evoca a noção de que, desde os tempos clássicos gregos, havia uma separação e uma diferenciação para estilos e gêneros literários com base no Antigo Testamento. Especificamente, nosso autor, neste trecho, pode remeter-se ao que ensina, sobre isso, Agostinho de Hipona e Aristóteles (lido através da tradução de Boécio). In: WALSH, Peter Gerald. *Cassiodorus... op. cit.*, p. 521.

comuns; o médio [*medium*], que não se inflama de magnitude nem se diminui em parvidade, mas se coloca entre ambos, enriquecido por sua própria beleza e contido por seus limites; e o terceiro gênero, que se eleva ao ápice dos debates pela busca de sensatez. Evidentemente, diferentes pessoas escolheriam a eloquência cabida e, ainda que flua de um único seio, [a eloquência] emana por diversos caminhos, e ninguém deve obter o nome de eloquente, a menos que se arme com estas três forças, preparado como um varão para qualquer situação que se eleve. (...). mas, como mostramos receber este caminho de regras ancestrais, que ele destranque os méritos do prometido discurso. Assim, de nossa parte, prometemos modestamente o [estilo] humilde; o médio prometemos sem desonestidade; o sumo, que por sua nobilidade é constituído em causas solenes [*editiore constitutum*], não acreditamos ter atingido.<sup>329</sup>

Cassiodoro, em palavras próprias, indica que buscou o emprego de três estilos de escrita, com o subentendido objetivo de atingir três níveis distintos de compreensão. Esta afirmação já foi largamente interpretada, tendo sido tomada desde uma maneira literal, ou seja, como o mero emprego de estilos variados (e daí o título *Variae*)<sup>330</sup>, até a tentativa de emulação de pensadores de autoridade, como Agostinho – frequente inspiração de Cassiodoro<sup>331</sup>. Em nossa análise, tomamos a asseveração como a delimitação de uma leitura específica para determinados círculos: o nível *humile*, mais simples e direto, seria a assimilação contextual das cartas, ou seja, uma interpretação baseada unicamente nos afazeres descritos nas epístolas e nos encargos burocráticos;

<sup>329</sup> “*Neque enim tria genera dicendi in cassum prudens definivit antiquitas: humile, quod communione ipsa serpere videatur: medium, quod nec magnitudine tumescit nec parvitate tenuatur, sed inter utrumque positum, propria venustate ditatum suis finibus continetur: tertium genus, quod ad summum apicem disputationis exquisitis sensibus elevatur: videlicet, ut varietas personarum congruum sortiretur eloquium et, licet ab uno pectore proflueret, diversis tamen alveis emanaret, quando nullus eloquentis obtinet nomen, nisi qui trina ista virtute succinctus causis emergentibus viriliter est paratus. (...) sed utinam, sicut ista regulis accepisse probamur antiquis, ita eadem promissae resignent merita dictionis. Quapropter humile de nobis verecunde promittimus: mediocre non improbe pollicemur: summum vero, quod propter nobilitatem sui est in editiore constitutum, nos attigisse non credimus*” Cass. Var. Praef. I, 16 – 18.

<sup>330</sup> “E, em verdade, para o título dos livros (...) adotei como nome *Variae*, pois de nossa necessidade não adotar um único estilo, porque deveríamos admoestar várias pessoas” (“*Librorum vero titulum [...] variarum nomine praenotavi, quia necesse nobis fuit stilum non unum sumere, qui personas varias suscepimus ammonere*”) Cass. Var. Praef. I.15.

<sup>331</sup> “Então tomei refúgio nas condecoradíssimas lições do mais do que eloquente padre Agostinho (...)” (“*Tunc ad Augustini facundissimi patris confugi opinatissimam lectionem [...]*”) Cass. Exp. Psalm. Praef., 2; “Beatíssimo Agostinho, exímio mestre [*doctor*], destruidor dos hereges, defensor da fé (...)” (“*Ipse etiam Doctor eximius beatissimus Augustinus, debellator haereticorum, defensor fidelium [...]*”) Cass. Inst. I.21, 1. Em suas *Institutiones*, Cassiodoro menciona uma série de autoridades retóricas que lhe dão base, mas Agostinho sempre figura entre as fundamentais.



o nível *medium*, já no subtexto, seria uma leitura das entrelinhas, ou seja, a significação dos “protagonismos retóricos” como símbolos para uma compreensão mais elevada, em que o leitor identifica os papéis e os posicionamentos de cada personagem textual; o nível *nobile*, seria a assimilação justamente do objetivo maior das *Variae*, uma apresentação, uma justificativa e uma proposta para a burocracia italiana diante das campanhas de Justiniano e do olhar de sua contraparte Oriental – isto é, o valor e a capacidade daqueles que formavam o círculo civil de Cassiodoro.

Destarte, uma vez já apresentada a leitura *humile*<sup>332</sup>, focamo-nos, neste capítulo, numa leitura *medium* a fim de clarificar a construção retórica das *Variae* e, dessa forma, atingir uma compreensão *nobile* deste universo, deste texto. A subjetividade da pena cassiodoriana, assim, repousa no segundo nível de interpretação, naquele dos “protagonismos retóricos” que sustentam a leitura profunda. Vimos, dessa forma, que os “atores” que povoam este palco residem em dois extremos políticos: a burocracia (reinado dos ostrogodos) e a tradição do passado (Império Oriental). O elo que media estes dois pontos, o catalisador de suas relações representa o terceiro “ator” deste texto: o espírito do burocrata em si, desenhado e encarnado na autoridade e na atuação do próprio Cassiodoro, como veremos a seguir.

### ***Cum magistris rerum transmittere deberemus. Interpretação, Conhecimento e a Inserção Burocrática nas Variae***

Como estratégia para catalisar e dar um sentido maior à textualidade que desenha os “protagonismos retóricos” do mando ostrogótico / administração e do Império Romano / autoridade tradicional, Cassiodoro utiliza-se primordialmente de sua posição enquanto interlocutor destas instituições políticas. O alinhamento argumentativo para tal situação reside no processo

---

<sup>332</sup> Entendemos a leitura *humile*, como dito, a partir de uma interpretação superficial e meramente contextual das epístolas – sem que a coleção, necessariamente, fizesse algum sentido mais profundo, mas apenas apresentasse uma realidade vivenciada por Cassiodoro em seus anos de burocracia.

organizativo e interpretativo das *Variae*: Cassiodoro é o autor declarado e o espírito criativo por trás de toda a pretendida importância político-administrativa do documento – e seus prefácios eliminam rastros de dúvida – <sup>333</sup>, ainda que por sua pena não flua seu nome, mas sim no eco da voz régia dos ostrogodos. Como afirmamos anteriormente, esta atuação permite que ele garanta sua autoridade como porta-voz de seus líderes, ao mesmo tempo em que não nega seu toque e sua verve na própria *elaboração* da chancelaria.

Este é o primeiro ponto para que entendamos como se desenha o terceiro “ator” desta compilação, o mediador entre os dois extremos políticos: o próprio Cassiodoro, posicionado como o propagador do corpo burocrático eficiente na Península Itálica. Sua função é, grosso modo, a de permear a autoria do texto e, assim, guiá-lo em direção a um sentido pretendido, ou seja, a um objetivo maior e final para o próprio trabalho – em nossa perspectiva, uma apresentação de um projeto de cunho burocrático, em que o grupo responsável pela administração seja reconhecido como tal e, assim, legitimado enquanto uma verdadeira *instituição* de poder perante as vicissitudes políticas e a instabilidade governativa do século VI.

O auto-posicionamento de Cassiodoro é a peça chave para a união e interação dos mencionados pontos retóricos. É a autoridade de sua presença discursiva que, ao final da leitura, possibilita que a interpretação desejada seja suscitada no público-alvo <sup>334</sup>. O primeiro nível desta presença, assim, dá-se justamente na situação autoral das *Variae*: o arbítrio apresentado é régio, mas a autoria documental é do funcionário. Esta ambiguidade criativa potencializa uma hierarquização tanto extratextual quanto intratextual: *extra* porque o peso da figura cassiodoriana, atrelada a sua formação enquanto funcionário, é emanada, como vimos, do contexto de produção e organização documental, ou seja, advém de uma realidade alheia à realidade retórica do texto, e depende de um reconhecimento do autor enquanto um oficial administrativo apto e capaz de dar forma e estilo à voz de reis; *intra* porque, quando esta

---

<sup>333</sup> Ver notas §225.

<sup>334</sup> Ver capítulo III. O que se defende é que Cassiodoro buscava uma apresentação do corpo burocrático Romano-Gótico diante das nobrezas de serviço constantinopolitanas.

compreensão é trazida ao processo de leitura e interpretação do material analisado, notamos que ela guia a autoridade das missivas, apresentando Cassiodoro, o apto e capaz oficial administrativo, como uma voz mascarada com aquela que ressoa dos juízos reais e que se relaciona com potentados estrangeiros (mesmo aquele que encarna todo o peso da tradição, o Império no Oriente), ou seja, como o norte dos encaminhamentos políticos e articulador da gerência de seu contexto.

O que temos, portanto, é um panorama que atua na produção, na organização e na leitura interna das *Variae*; um panorama que localiza Cassiodoro como a engrenagem fundamental no funcionamento da burocracia (e, ao fim e ao cabo, da própria estrutura régia dos ostrogodos), na medida em que intercede no contato e atua sob a oficialidade do cetro de Teoderico e sucessores. É necessário, porém, que abordemos este “protagonismo retórico” cassiodoriano com cuidado e diligência: ainda que represente uma realidade burocrática, o autor não foge, retoricamente, ao “primeiro ator” mencionado anteriormente, ou seja, o mando dos ostrogodos e a estrutura político-administrativa ancorada e mantida sob esta instituição. Julgamos que a imagem desenhada para os ostrogodos servia ao propósito de apresentar a *fluência* política, a efetividade e a importância da administração num plano objetivo, ou seja, nas reais decisões daquele espaço<sup>335</sup>. A *Gotia* de Cassiodoro é, portanto, a apresentação dos feitos e das capacidades de uma burocracia baseada e pensada em termos e estruturas romanas, mas que funciona sob as vicissitudes, as incertezas e as alternâncias tão presentes nos altos cumes do poder na *pars occidentalis*. Quando o autor se coloca no texto e assume a responsabilidade deste corpo funcional, ele não representa o mero funcionamento, tal qual o “protagonismo” ostrogótico, mas mostra o que prepara o burocrata para assumir o peso e a importância de seus cargos diante das decisões políticas e da situação do mando que o sombreia – valorando, assim, sua atuação *dentro* da instituição ostrogótica, o que levou diversos historiadores a inferirem que as *Variae* são, por sua natureza, uma propagando

---

<sup>335</sup> Vide *supra*, pp. 95 - 108.

do regime de Teoderico e seus sucessores <sup>336</sup>. Sendo assim, Cassiodoro está integrado ao poder de Teoderico e seus sucessores enquanto um funcionário atuante, mas também exerce um papel textual nas *Variae*, isto é, um “protagonismo” próprio a partir de sua posição enquanto autor, organizador e homem preparado política e culturalmente para apresentar esta realidade.

A diferenciação é sutil, mas deve ser compreendida para que a relação destes dois pontos se torne mais clara e, assim, nos apresente a construção dos jogos de poder e das tensões retóricas que colorem os objetivos de Cassiodoro. Destarte, para que possamos tomar conhecimento dos aspectos que caracterizam a presença autoral nas *Variae* como mais um “personagem”, devemos atentar para outros elementos que se depreendem desta estrutura de “ghost writer” já mencionada e que, na exegese documental, delimitam textualmente Cassiodoro e seu grupo.

Sabemos que as *Variae* propunham-se como a compilação de documentos administrativos, *formulae*, chancelaria real e cartas escritas sob a égide dos chefes ostrogóticos e seus *scrinia*. Ainda assim, há em sua natureza retórica uma intensa diferenciação tanto com documentos de cunho epistolar <sup>337</sup> quanto de cunho oficial <sup>338</sup>. Isto ocorre, como já vimos, por conta de particularidades organizativas, mas também advém de uma retórica específica. Em outras palavras, as *Variae* devem ser tomadas como uma obra altamente autoral também por seus aspectos discursivos (ou seja, *intratextuais*). Cassiodoro singulariza sua obra com o emprego de um latim pomposo e mesmo prolixo (em detrimento da simplicidade requerida de uma documentação oficial e administrativa tradicional) <sup>339</sup>, mas sua grande característica talvez resida no emprego argumentativo de um conhecimento dito “enciclopédico” <sup>340</sup>. Grande parte de suas epistolas é engrandecida com

---

<sup>336</sup> Ver nota §303.

<sup>337</sup> Ver capítulo III.

<sup>338</sup> Bjornlie aponta as diferenças estilísticas entre éditos e documentos oficiais e administrativos com relação às *Variae* de Cassiodoro. Segundo ele, o texto de caráter digressivo e até mesmo prolixo de nosso autor o opõe a uma tradição de escrita burocrática que nos remete ao período de Teodósio. BJORNLIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, pp. 19 – 28.

<sup>339</sup> *Idem, ibid.*

<sup>340</sup> Por conhecimento “enciclopédico”, entendemos a digressão que visa estabelecer e esquematizar os saberes do homem – em especial aqueles que compõem o *quadrivium*:

digressões acerca de fenômenos da natureza, noções de música, matemática, mecânica ou de vida animal:

Ainda que o vento austral auxilie o movimento dos remadores, acaso *Echeneis* [Rêmoras]<sup>341</sup> morderam a estrutura do navio? Ou as conchas do Mar Índico, das quais se diz que o quieto toque pode reter aqueles que forçam o movimento, com poder semelhante fixou os lábios no casco de sua nave?<sup>342</sup>

Esta carta, endereçada ao prepósito Fausto por ocasião do atraso nos carregamentos de cereal, apresenta uma digressão cassiodoriana acerca dos possíveis motivos para a demora. Naturalmente, o objetivo desta mensagem seria admoestar Fausto a apressar o envio dos navios. Cassiodoro, contudo, aproveita o espaço para demonstrar conhecimento de assuntos marítimos, como a propriedade de conchas do Mar Índico ou de Rêmoras. Sua explanação acerca dos peixes, ventos e conchas segue longamente, demonstrando não apenas domínio do assunto, mas também uma produção textual muito mais carregada de figuras de linguagem, demonstrando a fluência do conhecimento do autor, mas pouco centrada na objetividade da ordem que motivou o envio da carta – evidência de que sua inserção na compilação responde à contingência de apresentar o preparo intelectual, acima de tudo.

Boa parte das missivas presentes nas *Variae* apresentam reflexões como esta. São mais de 100 cartas com digressões semelhantes, mesmo entre os dois livros de *formulae*<sup>343</sup>. O emprego deste estilo argumentativo diante da intenção de configurar um documento de cunho notadamente oficial e

---

aritmética, geometria, música e astronomia. No caso de Cassiodoro, o conhecimento “enciclopédico” é caracterizado especialmente pela leitura e interpretação da natureza sob a luz destas ferramentas de erudição (ao que poderíamos chamar, também, de *historia natural*, aos moldes de Plínio). Cf. capítulo IV.

<sup>341</sup> Uma espécie de Rêmore, peixe cujas ventosas auxiliam na sucção. Neste caso, Cassiodoro pode indicar que Rêmoras teriam se ligado ao casco do navio e por isso impediam seu movimento. Mais provavelmente, o autor refira-se ao *Echeneis*, peixe de bestiários medievais que atrasava os navios ao grudar em sua estrutura (e inspiração para o nome científico da Rêmore).

<sup>342</sup> “*Aut forte incumbente austro remigiisque iuvantibus meatus navium echinais morsus inter undas liquidas alligavit: aut Indici maris conchae simili potentia labiis suis navium dorsa fixerunt: quarum quietus tactus plus dicitur retinere quam exagitata possunt elementa compellere*” Cass. Var. I.35, 3.

<sup>343</sup> Cass. Var. VI.3; VI.5; VI.18; VI.21; VII.5; VII.6; VII.15; VII.18; VII.46.

administrativo representa uma das grandes características das *Variae* e também um intenso ponto de debate. Historiadores que afirmam o objetivo propagandístico da obra encaram a presença do “conhecimento enciclopédico” como uma maneira de demonstrar a erudição e exaltar a produção da Itália ostrogótica, de forma a equiparar a cultura produzida na Península com aquela dos antigos Imperadores ocidentais (e ainda presente no Oriente Romano) <sup>344</sup>. Dessa maneira, o emprego deste artifício retórico faria parte de um processo ideológico dos ostrogodos – como nota Shane Bjornlie, é comum encontrarmos a afirmação de que o conhecimento enquanto argumento cassiodoriano é eminente nas epístolas escritas sob as ordens de Teoderico e, assim, representaria uma estratégia de propaganda Amelunga. Esta idéia, porém, ignora a existência de cartas semelhantes no decorrer de toda a obra, num largo temporal que, em teoria, abarca quase trinta anos de atuação burocrática e o reinado de quatro chefes distintos. <sup>345</sup>

Outra suposição comumente encontrada na historiografia especializada encara o “enciclopedismo” de Cassiodoro como um esforço estilístico, uma forma de apresentar, retoricamente, uma atuação que o aproximasse de eminentes autoridades, como Aulo Gélío <sup>346</sup>, Claudio Aeliano <sup>347</sup>, Marciano Capela <sup>348</sup> ou Fulgêncio o Mitógrafo <sup>349</sup>. Esta perspectiva <sup>350</sup> insere Cassiodoro numa tradição que se consolida ao longo dos séculos VI e VII (tendo talvez

<sup>344</sup> MEYER-FLUGEL, Beat. *Das Bild der Ostgotisch-römischen Gesellschaft bei Cassiodor. Leben und Ethik Von Römern und Germanen in Italien nach dem Ende des Weströmischen Reiches*. Nova Iorque: Peter Lang, 1992, p. 48.

<sup>345</sup> Ubaldo Pizzani, ao trabalhar com a mediação e atuação de Cassiodoro na cultura da Itália ostrogótica, foca-se talvez com excesso na gerência de Teoderico I, deixando de lado os esforços de produção de conhecimento após a execução de Boécio e a ascensão de Amalasunta. Cf. PIZZANI, Ubaldo. “La lettere di Teoderico a Boezio e La mediazione culturale di Cassiodoro”. In: *Cassiodorus: Rivista di Studi sulla Tarda Antichità*. No. 4. Roma: Rubbettino, 1998, pp. 141 – 161.

<sup>346</sup> Em especial a obra *Noctes Atticae*, disponível em inglês pela Loeb. Para mais sobre o autor, cf. HOLFORD-STREVEENS, Leofranc & VARDI, Amiel. *The Worlds of Aulus Gellius*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2004.

<sup>347</sup> Autor e retor romano (mas cuja obra foi escrita em grego), sua obra também está disponível em inglês pela Loeb. Para uma obra que se aproxima do ideal “enciclopédico” de Cassiodoro, cf. WILSON, Nigel G (trad.). *Aelian: Historical Miscellany*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1997.

<sup>348</sup> Em especial, cf. STAHL, W. H.; JOHNSON, R.; BURGE, E. L. (Trads.). *Martianus Capella and the Seven Liberal Arts*. II vol. Nova Iorque: Columbia Univ. Press, 1971 & 1977.

<sup>349</sup> Cf. WHITBREAD, Leslie George (Trad.). *Fulgentius the Mythographer*. Columbus: Ohio Univ. Press, 1971.

<sup>350</sup> Especialmente GILLET, Andrew. *Envoys... op. cit.*, p. 176.

como expoente mais ilustre o bispo Isidoro de Sevilha): a compilação de conhecimento tido como natural. Os *Etymologiarum* de Isidoro são um lembrete deste movimento <sup>351</sup>, na medida em que apresentam noções acerca de assuntos heterogêneos, como as ciências, a guerra, os afazeres citadinos, as atividades do campo, os desígnios divinos, entre outros. Cassiodoro, segundo tal perspectiva, seria um precursor deste tipo de compilação no Ocidente (e seu mosteiro tardio, Vivário, o locus materializado deste esforço intelectual) <sup>352</sup>. Ainda que possa conter centelhas legítimas e válidas para nossa análise, este posicionamento também ignora noções importantes para o estudo das *Variae*, uma vez que ele anula os ecos contingenciais do documento e o insere, de certa forma, numa vaga estilística que se consolidava de forma indiretamente (ou sequer) relacionada ao seu contexto político. Isto significa que as *Variae* seriam, como afirmara Andrew Gillet <sup>353</sup>, uma forma de expressão retórica de Cassiodoro, sem uma ligação intensa (e intrínseca) à sua atuação burocrática – esta tão somente forneceria a casca e a premissa para as idéias desenvolvidas na obra. Assim, defendemos que tanto a noção propagandística quanto a puramente retórica tendem a desviar a atenção do historiador no que tange ao objetivo do esforço cassiodoriano, impedindo que se alcance uma compreensão ambivalente tanto do nível retórico quanto do nível contextual das *Variae*; propomos que ambos são um só, e configuram o projeto burocrático do autor e sua própria noção de *Civilitas* <sup>354</sup> e romanidade, uma valoração intensa de seu grupo e sua atuação efetiva.

Por conseguinte, acreditamos que a presença constante de epístolas formadas retoricamente por um conhecimento dito “enciclopédico” faz parte da estratégia de Cassiodoro na consolidação do “ator” mediador – o funcionário civil –, baseando-se numa idéia de *inserção burocrática*. Isto significa que a erudição está ali presente não como propaganda do regime de Teoderico e dos ostrogodos tão somente, mas sim como a laudação do preparo e da capacidade do mediador, do burocrata responsável pelo dinamismo daquelas

<sup>351</sup> BJORNLIIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, pp. 32 – 33.

<sup>352</sup> VUKOVIC, Marijana. *The Library of Vivarium: Cassiodorus and the Classics*. Dissertação de Mestrado. Central European University: Budapeste, 2007, pp. 1 – 6.

<sup>353</sup> Ver nota § 197.

<sup>354</sup> Ver nota § 143.

relações e pela feitura daquelas missivas e chancelas. Dessa forma, nas cartas escritas sob o signo real, a presença do administrador (e não somente do monarca) seria percebida, *extratextualmente*, pela noção autoral de Cassiodoro e, *intratextualmente*, neste caso, pelas digressões *quasi*-pedagógicas: nas camadas textuais das *Variae*, temos, portanto, um nível contextual, como vimos<sup>355</sup>, e agora um nível retórico, baseado nas habilidades filosóficas e “científicas” daquele que redige a documentação oficial. Naturalmente que a adição de longos interregnos eruditos (dentro da lógica de uma documentação pretendida como oficial) exaltaria, antes de mais nada, a própria habilidade intelectual de Cassiodoro, e esta é uma das estratégias, supomos, para que a obra tivesse o efeito desejado (conformatando um argumento de autoridade). Ainda assim, devemos atentar para os lampejos intencionais legados pelo autor em seus prefácios: ecoa, por toda a obra, a ânsia pela *ventura posteritatis*, pelo reconhecimento das gerações futuras, pela necessidade de uma constante rememoração das formulas e dos ofícios administrativos legados pela tradição Romana. As *Variae* apoiam-se, também, na noção de que Cassiodoro preservava ao futuro a verdadeira tradição civilizada, a boa capacidade de governar e gerir e o peso do passado; o documento, como afirmamos, faz parte de um projeto autoral, e portanto as digressões “enciclopédicas” vão além dos caprichos estilísticos, mas também são modelos e ensinamentos para o futuro. Sob esse prisma, podemos afirmar que Cassiodoro, com os “desvios eruditos”, não somente apresenta a capacidade do funcionariado, como também aponta a necessidade desta capacidade para as gerações que assumirão essa *dignitatis*<sup>356</sup>.

Este argumento alimenta-se de uma análise mais ampla da trajetória política e intelectual de Cassiodoro. Sabemos que após sua estadia em Constantinopla, este autor dedica-se a fundação do mosteiro de Vivário, no sul da Itália, onde leva a cabo o intento de produzir e preservar conhecimento<sup>357</sup>.

---

<sup>355</sup> Vide supra p. 127.

<sup>356</sup> Termo comumente empregado por Cassiodoro para designer ofícios da administração. Seu uso, em detrimento da palavra *officium* denota a intenção do autor de manter sempre em evidência a honraria ligada aos cargos civis.

<sup>357</sup> VUKOVIC, Marijana. *Op. cit.*, p. 1 – 5.



Suas *Institutiones* monumentalizam suas intenções e projetos pedagógicos <sup>358</sup>. É comum nos depararmos com a afirmação de que esta verve educacional perpassa uma conversão ocorrida com a falência de sua atividade administrativa na Ravena dos ostrogodos – visão motivada talvez pela própria afirmação Cassiodoriana na obra que sucede às *Variae*, os *Expositio Psalmorum* <sup>359</sup>. Tomemos, porém, o desgosto civil de Cassiodoro como um artifício para exaltar, retoricamente, sua empreitada teológica e olhemos novamente para seu contexto: Cassiodoro *vir conversus* não se opõe ao Cassiodoro *vir politicus*, como nos lembra magistralmente Giardina e Vessey <sup>360</sup>. Ainda em serviço ostrogótico, ele demonstra já o interesse na fundação de uma escola cristã ao lado do bispo de Roma Agapeto <sup>361</sup>. O estudo e o interesse erudito (e mesmo teológico) de Cassiodoro não parecem ser aspectos descolados de sua atuação político-administrativa, mas sim *relacionados* a ela. Cassiodoro é um homem que valoriza o conhecimento (mostrando, em sua construção retórica, várias referências ao *otium*) <sup>362</sup>, mas nem por isso esquece as necessidades do *negotium*. Ele busca, sim, o valor de ambos numa mesma atuação, ou seja, a união do *otium* e do *negotium* para o Bem Comum, para a *Civilitas*. Não à toa, Cassiodoro faz sempre presente sua atenção aos homens que tomam parte somente nos afazeres do intelecto e tornam as costas para as contingências da *Res Publica* <sup>363</sup>. A demanda do autor, portanto, é *coletiva*. O resultado intelectual do *Otium* deve servir também ao administrador, e este administrador deve ter as ferramentas eruditas para conhecer e interpretar seu mundo e seu ofício.

Conhecimento e interpretação da natureza, do mundo e dos assuntos do ofício, portanto, são os elementos que caracterizam o “personagem” mediador de Cassiodoro nos “protagonismos retóricos” das *Variae*. Shane Bjornlie nota,

---

<sup>358</sup> Cass. *Inst.* Praef., 1.

<sup>359</sup> “Há pouco tempo me afastei das preocupações secretariais [*sollicitudinibus dignitatum*] da urbe de Ravena, e destas obrigações seculares me foi deixado um sabor nocivo (...)” (“*Repulsis aliquando in Ravennati urbe sollicitudinibus dignitatum, et curis saecularibus noxio sapore conditis [...]*”) Cass. *Exp. Psalm.* Praef., 1.

<sup>360</sup> GIARDINA, Andrea. *Op. cit.*, pp. 15 -25.

<sup>361</sup> Cass. *Inst.* Praef., 1.

<sup>362</sup> Ver capítulo III.

<sup>363</sup> *Idem*.

em sua tese de doutoramento, que para o autor e administrador romano, a natureza (seu conhecimento e sua interpretação) faz parte mesmo de uma exegese política, ou seja, está na base fundamental do poder régio ou imperial<sup>364</sup>. O conhecimento, portanto, está inserido na política. E, como vimos, a política, nas *Variae*, é o verniz, por um lado, da administração, por outro, do peso e da tradição Romana. Na medida, assim, que o burocrata faz a mediação entre estes dois pontos (no caso, ostrogodos e romanos Orientais, devidamente representando seus papéis retóricos), ele se faz presente e ativo tanto na efetividade gerencial de um quanto na gravidade do passado de outro. Em outras palavras, enquanto o conhecimento e a interpretação da natureza fornecem a base legítima para o governante, o conhecimento e a interpretação da natureza fornecem a *inserção burocrática* necessária ao oficial civil em seu contexto de atuação<sup>365</sup>. A comparação pode ser mais bem compreendida se atentarmos para a assertiva de Bjornlie no que se refere ao encargo régio segundo Cassiodoro:

Enquanto o Imperador Oriental *ditava* os assuntos concernentes à natureza e à lei, os líderes ostrogóticos *recebiam* a lei da natureza. Cada carta funcionava como uma peça de legislação epistolar auto-centrada, demonstrando a sabedoria do governante e do cerne de sua compreensão acerca da base da justiça.<sup>366</sup>

Assim, o bom rei é aquele com capacidade para interpretar a natureza e compreender o que é devido e necessário não para seu conforto, mas para a boa-venturança do Bem Comum, da *Res Publica*. Quando olhamos para as *Variae*, portanto, e percebemos o atrelamento feito pelo autor entre o conhecimento e a natureza à práxis administrativa, poderíamos dizer que o bom funcionário (como vimos, aqueles que verdadeiramente sustentam o bem

<sup>364</sup> BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, pp. 198 – 200.

<sup>365</sup> Ou seja, a formação, o conhecimento e a leitura da natureza são essenciais para uma boa gerência. Esta erudição deve ser a ferramenta ideológica do corpo burocrático.

<sup>366</sup> “Where the eastern emperor dictated matters concerning nature and Law, the Ostrogothic rulers received Law from nature. Each letter functioned as a self-contained piece of epistolary legislation demonstrating the wisdom of the ruler and his core understanding of the basis of justice”. In: BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, pp. 198 – 199.

estar de seu governo)<sup>367</sup> é aquele capaz de interpretar as necessidades de seu ambiente (e da natureza) a partir de uma carga erudita (o caminho para que esta interpretação seja feita).

A mediação entre os dois “protagonistas” políticos – ostrogodos e romanos de Constantinopla – das *Variae*, portanto, é feita pelo administrador. Ele possui a capacidade para tal porque é habilitado para o conhecimento, para a erudição e para a interpretação da natureza, ou seja, dos anseios de seu contexto. A esta construção retórica que baseia a imagem de Cassiodoro e dos funcionários civis como mediadores dotados de um preparo filosófico (e por isso capazes de desempenhar o papel fundamental na política e na administração) chamamos de *Inserção Burocrática*. Cassiodoro insere a burocracia, portanto, na efetividade e na gerência do reino ou do Império, e evidencia os motivos desta transcendência a partir do conhecimento e do preparo.

A prerrogativa do conhecimento e da interpretação da natureza enquanto atribuições primordiais ao burocrata é reafirmada, por Cassiodoro, em seu “décimo terceiro livro” das *Variae*, o tratado intitulado *De Anima*, “Sobre a Alma”. Neste, o autor expõe uma relativamente breve digressão sobre a essência humana e sua natureza inspirado, muito, em Aristóteles<sup>368</sup>. Cassiodoro, ao estruturar suas idéias e dar-lhes uma forma textual, divide este trabalho também em doze partes, sendo cada uma delas a resposta a uma pergunta acerca da alma, de suas atribuições e sua existência<sup>369</sup>. O que chama a atenção, nesta obra, não é apenas a concepção filosófica do autor, mas especialmente a relação que ele estabelece entre esta obra e a sua anterior, as *Variae*:

Recentemente regojizei-me com a completude da obra a que eu havia me proposto, e após eu ter sido lançado aos doze volumes [*Variae*], aliviaram-me em quietos portos (...). Mas o doce companheirismo de

<sup>367</sup> Vide *supra*, p. 107.

<sup>368</sup> HALPORN, James & VESSEY, Mark. *Op. cit.*, p. 20. Naturalmente, Aristóteles é uma das várias influências deste tratado – mas é central o suficiente para que Cassiodoro tenha se apropriado do trabalho aristotélico de mesmo nome: *De Anima* (Περὶ Ψυχῆς).

<sup>369</sup> Cass. *De Anim.* I.

meus amigos me lançou novamente ao mar aberto do pensamento, postulando que explicasse os segredos da substância da alma que descobri em livros sagrados e seculares, já que posso desvendar os mistérios de notáveis coisas.<sup>370</sup>

Assim, logo em seu prefácio, Cassiodoro já indica que ambos os documentos fazem parte de um mesmo conjunto<sup>371</sup>, e que o *De Anima* também nasceu da insistência de seus amigos para que ele expusesse o seu conhecimento. Neste sentido, *cui datum est tam ingentium rerum secreta reserare*, “já que posso desvendar o mistérios de notáveis coisas” é a expressão chave que sela a necessidade de leitura deste trabalho com as *Variae* (e a interrelação entre eles) em mente: a compreensão dos assuntos do homem reside na compreensão dos assuntos da alma. Pode-se dizer, portanto, que para a boa realização da atividade administrativa, o burocrata deve versar-se no conhecimento e na filosofia. A alma, alta substância da existência, deve ser desvendada para que o *negotium* eleve-se e se torne uma realização tocada pela interpretação da vida e da natureza e, logo, uma ação voltada para as verdadeiras necessidades do homem.

Cassiodoro reflete novamente a relação entre as *Variae* e o *De Anima* alguns anos mais tarde, em seus *Expositio Psalmorum*, quando ele afirma que o último é, de fato, um décimo terceiro livro adicionado ao primeiro<sup>372</sup>. A leitura do tratado filosófico, assim, não apenas se relaciona, mas *depende* da leitura da compilação chancelar. Da mesma forma, as *Variae* tornam-se incompletas quando não se toma conhecimento do *De Anima*. Esta obra, porém, é uma “adição” posterior, escrita pouco depois da publicação das epístolas – o que indica que sua circulação é, com certo grau de certeza, constantinopolitana –, e parece ter sido motivada justamente para que clarificasse a leitura e trouxesse compreensão acerca de sua obra anterior. O *De Anima*, assim, surge com um duplo propósito: apresentar sua habilidade filosófica perante os grupos

<sup>370</sup> “Cum iam suscepti operis optato fine gauderem, meque duodecim voluminibus iactatum quietus portus exciperet (...) amicorum me suaue collegium in salum rursus cogitationis expressit, postulans ut aliqua quae tam in libris sacris quam in saecularibus abstrusa compereram de animae substantia uel de eius uirtutibus aperirem, cui datum est tam ingentium rerum secreta reserare” Idem.

<sup>371</sup> Cass. Var. Praef. II, 7.

<sup>372</sup> Cass. Exp. Ps. 145, 2..

orientais <sup>373</sup> e fornecer a chave retórica para uma compreensão mais ampla e complexa das *Variae*. Este argumento nos apresenta largo material para reflexão. Por um lado, reforça a perspectiva, apresentada anteriormente, de que Cassiodoro buscava a apresentação e a justificativa de seu serviço e da própria estrutura burocrática gótico-romana perante os influentes grupos de funcionários romano-orientais <sup>374</sup>; o *De Anima* seria uma forma de consolidar Cassiodoro como uma autoridade filosófica, um paradigma argumentativo cujo valor seria emanado também para as *Variae* e para sua atuação enquanto oficial civil na Península Itálica. Ao versar sobre a essência da alma, ele também versa sobre a essência de seu trabalho, mostrando que suas habilidades serviram não somente a um rei estrangeiro ou as violentas sucessões entre ostrogodos, mas especialmente ao Bem Maior da “República dos Romanos”, porque sua atuação burocrática era dotada de discernimento e interpretação das coisas da natureza (e, dessa forma, de Deus).

Por outro lado, o *De Anima* evidencia também uma preocupação de Cassiodoro com a leitura de sua compilação missivista. Além de um argumento retórico arquetípico – apresentado também no prefácio das *Variae* <sup>375</sup> – a perspectiva do “pedido pela publicação” pode representar, aqui, uma verdadeira contingência contextual, mas com uma leve inflexão de papéis: talvez a admoestação pela obra não partisse de (ou tão somente) seus pares, mas do próprio Cassiodoro após analisar a recepção das *Variae*. Isso evidenciaria que a chancelaria exposta pelo autor não estaria, possivelmente, atingindo o objetivo proposto, e a *inserção burocrática* desejada por Cassiodoro deveria ser alimentada com argumentos mais amplos (daí a criação de um tratado filosófico sobre a natureza humana enquanto apêndice de uma compilação de documentos administrativos e oficiais). Esta “moralização” filosófica amplificaria a atuação do corpo funcional italiano, deixando de lado a imagem de uma estrutura que funcionava *para* um rei considerado bárbaro e assumindo a postura de um corpo que atuaria *sob* um rei considerado bárbaro, mas que seria guiado por princípios extra-políticos, preocupados com o Bem

---

<sup>373</sup> Os círculos burocráticos de Constantinopla.

<sup>374</sup> Ver capítulo III.

<sup>375</sup> Ver capítulo III, nota §196.

Comum e com os arbítrios divino-naturais. Assim, o lócus de efetividade administrativa de Cassiodoro – ou seja, a Itália ostrogótica – seria apenas o pano de fundo contextual para a produção das *Variae*, e o verdadeiro cerne da obra estaria nesta justificativa burocrática: a digressão filosófica e o conhecimento fariam Cassiodoro e seu grupo transcender a barreira geográfica de sua atuação político-administrativa e os aproximariam, ideológica e “profissionalmente”, de suas contrapartes orientais.

O que temos, portanto, é uma *inserção burocrática* feita, textualmente, através da autoridade dos funcionários civis advinda de seu preparo, sua erudição e de suas habilidades filosóficas. Este desenho retórico não somente evidencia o valor deste grupo (e, conseqüentemente, da legitimidade de sua atuação) como também os homogeneíza com relação àqueles de Constantinopla, já que a atividade administrativa não estaria relacionada somente ao seu contexto político, mas sim à busca da prosperidade da *Res Publica* dos Romanos, sejam eles orientais ou ocidentais. Sob um ponto de vista documental, percebemos que, pelo arranjo digressivo e pela posterior adição do tratado *De Anima*, Cassiodoro submeteu sua compilação a uma revisão <sup>376</sup>, de forma a lhe garantir um objetivo – e o *De Anima* nos prova que esta preocupação com a interpretação e leitura de seu trabalho ocorriam ao autor mesmo após a publicação.

Assim, com base nesta análise da função retórica de Cassiodoro / burocrata nas *Variae* enquanto mediador de poderes a partir de suas capacidades e de sua formação, podemos retomar a primeira epístola da compilação <sup>377</sup>. Afirmamos anteriormente que aquela missiva representava um microcosmo do trabalho, uma vez que preparava o “palco” para a apresentação dos três “protagonistas” que levariam adiante, por toda a obra, o argumento desejado por Cassiodoro. Na carta I, víamos a voz de Teoderico I Amálo declarando paz ao então Imperador Anastácio I, sob o auspício da unidade política e do espelhamento de ambas as Repúblicas; *Romani regni unum velle, una semper opinio sit*, “Que sempre seja única a vontade e o arbítrio no Reino

<sup>376</sup> BJORNIE, Michael Shane. *The Variae... op. cit.*, pp. 8 – 30.

<sup>377</sup> *Vide supra* pp. 96 – 130.

dos Romanos”. O propósito pacífico que recheava a temática desta chancela serve como um mecanismo para a introdução das três forças de dinamismo exegético: o reinado dos ostrogodos como símbolo da efetividade burocrática, o Império do Oriente como sinal da sobrevivência, do peso e da autoridade da tradição romana, e o intermédio do funcionário Cassiodoro representando a inserção política e a capacidade do corpo administrativo que servia na Itália, mas que jamais se desligou do Oriente ou de uma pretendida unidade imperial

<sup>378</sup>.

A estes pontos literários, chamamos de “protagonismos retóricos”. Defendemos que eles forneciam coesão textual e autoral à leitura das *Variae*, criando assim uma lógica que, ao mesmo tempo em que apresentava as funções e trabalhos efetivos de Cassiodoro na administração Ostrogótica, também justificavam uma burocracia como sendo um mecanismo maior, uma estrutura que transcendia ao mero contexto político e abraçava todo o peso de uma tradição romana. Isto significa que, por meio da formatação destes “protagonismos”, Cassiodoro formou uma retórica legitimadora munido somente de sua chancelaria.

Num primeiro nível (documental), a compilação de apontamentos oficiais como carro-chefe de uma produção intelectual coloca Cassiodoro numa posição de autoridade, garantido oficialidade política à sua demanda. Num segundo nível (textual), o “protagonismo retórico” apresenta a relação entre a efetividade da burocracia na Itália, a relação desta com o peso tradicional do passado Romano e a importância da *inserção burocrática* para o bem político. Com essas informações, pretendemos atingir um terceiro nível exegético, *nobile*, que nos apresenta a uma realidade pretendida por Cassiodoro, onde a burocracia efetivamente guiava a vida do coletivo para um Bem Maior, onde as cabeças governativas eram apenas representantes de seu tempo, já que a eternidade da civilização, a eternidade e o peso de Roma sobreviviam numa estrutura incansável, moral, erudita, uma estrutura que construía e gerenciava o Bem Comum em qualquer situação, porque funcionava justamente sob o

---

<sup>378</sup> Vide *supra* pp. 108- 119.

auspício do Império de Outrora. Defendemos, portanto, que as *Variae* justificam o corpo burocrático gótico-romano porque, através de uma construção retórica bastante particular, Cassiodoro mostra que, na boa atuação deste grupo, vive a *Roma Aeterna*. A burocracia rompe barreiras geográficas e governativas. Ela é, em Cassiodoro, a eternidade de um sistema civilizado de gerência. A *Civilitas* cassiodoriana, ou seja, a persistência de um estilo de vida calcado na formação cultural do homem e na capacidade política considerada justa esta representada pela atuação administrativa, capaz de guiar o presente com a tradição do passado.

Roma é eterna enquanto romanos trabalharem pelo bem da *Res Publica*. Esta é a moral retórica de Cassiodoro em suas *Variae*, sua justificativa perante um mundo incerto. É também uma proposta para esta realidade. Uma concepção que permeia suas obras e se abre à História justamente com esta compilação chancelar. Um projeto de burocracia e civilização.



## V

## EPILOGUS

\*\*\*

Das mãos de Cassiodoro e, naturalmente, de sua verve organizativa nasceu o monumento que o próprio autor optou por batizar de *Variae* – como vimos, a organização, edição, compilação e publicação da chancelaria que produziu enquanto funcionário e partícipe da política e da administração ostrogótica. Como a típica cria de um homem social e politicamente ativo na Antiguidade Tardia, as *Variae* se prostram diante de nós como a própria efígie de seu tempo; uma efígie que, ao ser esculpida, foi pensada, desenhada e calculada. A documentação chancelar deste romano não é reflexo direto ou produto resultante dos assuntos de poder. Não apenas. As cartas de Cassiodoro foram sim produzidas no calor de certos debates internos, mas sua posterior apresentação ao mundo não se coloca ao acaso: tudo nelas é pensado, ponderado e arbitrado. Vocabulário, sequência, assuntos, divisão, cada aspecto deste documento foi concebido pelo juízo de seu criador, e nossa análise não pode se esquivar da intencionalidade que exala da pena do romano.

As *Variae* detêm um propósito. Encerram em suas linhas uma retórica, uma lógica própria que guia nosso acesso e acompanha nosso estudo. Tal assertiva aponta a possibilidade de se compreender as cartas *per se*, em suas próprias intenções – em detrimento de uma busca pela revelação tão somente de seu período de escrita. Cassiodoro imbuíu seu mais famoso produto com uma riqueza que, se estudada de forma aguçada e atenta, possui grande potencial. O real assunto das cartas repousa não nas linhas, mas nas entrelinhas. Em outras palavras: tomamos as *Variae* pela intenção encarcerada, não unicamente pelo valor contextual.

*Ipsa facto*, tal chancelaria nasce da pena de Cassiodoro, e a pena de Cassiodoro nasce das contingências e vicissitudes de seu tempo. A relação entre o documento, seu criador e seu meio não se mantém sobre uma estrutura

de simplicidade, mas engendra noções complexas de dupla via, ou seja, os pontos se influenciam e são influenciados. Dessa forma, podemos notar, de maneira menos direta e mais sólida, as diversas conexões que se fazem entre o momento histórico e a *intencionalidade* imanente das cartas.

Nos suportes estilísticos de seu latim peculiar, Cassiodoro deposita sua preocupação com a administração de seu momento. É evidente sua diligência diante do bom funcionamento burocrático e do próprio valor atribuído aos escritórios e ofícios da Península Itálica. É este cuidado institucional que fornece talvez o pilar temático central da compilação chancelar: a ele ornem os temas, os embelezamentos, as filosofias, as inferências da natureza, os cargos e títulos; a burocracia é o ator principal do teatro cassiodoriano. Nos bastidores do espetáculo retórico, porém, existe o diretor, e este é encarnado pelo próprio Cassiodoro, já que é sua capacidade, seu estilo e seu esforço que amparam a razão de sua obra. É dele, numa metaconcepção, a autoridade para apregoar o verdadeiro *significado* da administração gótico-romana: intenção, aqui, depende da aceitação da grave voz de seu escritor.

Muito além da laudação, da propaganda ou da desculpa, Cassiodoro apresenta sua estimada filha retórica como uma *proposta*, um projeto que toca o coração burocrático de seu mundo e redefine uma realidade romana que romana não mais é. Não se sente mais a litúrgica presença de um Imperador em sua corte de Roma ou Ravena; não se encontra mais um ocidente latino unido, mesmo que ideologicamente, pelo sedimento das províncias e da autoridade central; as distâncias institucionais se alongam diante da atomização de unidades governativas, os poderes se pulverizaram com a presença constante de novos personagens e novas lideranças, e a estabilidade política era muito mais pretendida do que possuía. O mundo do século VI era continuidade direta do eco imperial, sim, mas era ao mesmo tempo uma realidade totalmente nova, nascida da adaptação, acomodação e transformação. Seus coevos respiravam um ar dinâmico, inquieto, repleto de paz e de guerra. E Cassiodoro, tão próximo da cúpula e da governação, certamente percebia – com preocupação, poderíamos dizer – as cores desta ambiência. Cassiodoro, homem Romano, funcionário gótico, epítome da

bicefalia régio-imperial, canal para nossa definição de Tardo Antigo, nos mostra seu desejo de respostas (e propostas) por meio de sua peculiar *opera* político-administrativa.

O que são, portanto, as *Variae*? Elas são um documento autoral, portando o nome de seu escritor eclipsado (ao mesmo tempo em que elevado) pela égide de seu soberano; são um escrito altamente retórico e *ideológico*, ainda que seus pés estejam fincados no solo de seu momento político; são um produto da administração efetiva, *pari passu* com um caráter altamente idealizado e pouco provável da própria burocracia. As *Variae* são, portanto, uma proposta Cassiodoriana que congrega em seu cerne a *pragmaticidade* do fazer político da Itália e a *teoreticidade* de um burocrata que visava alçar o corporativismo, a oficialidade e a pompa de uma casta administrativa ao mais alto patamar da tradição romana – Cassiodoro, imbuído de uma auto-imagem de capaz e ilustre, procurava sedimentar e justificar o corpo burocrático como a *própria* Roma. Aquela estrutura de controle e assistência, talvez mais efetiva do que propriamente era, poderia existir e funcionar mesmo às vicissitudes de um governo estrangeiro. Fosse quem fosse o *caput mundi*, lá estaria o espírito imperial vivendo nas entranhas da burocracia.

Ora, a voz que emite tal enunciado não poderia soar da multidão, mas sim do pináculo Gótico-Romano. Magno Aurélio Cassiodoro Senator, *patricius*, *vir illustris*, *ex quæstor*, *ex magister officiorum*, *ex consul*, *præfectus prætori*, era um tipo cristalino, em sua própria percepção, para tal tarefa. O romano advinha de família tradicional, os *Aurelii*, e por sua estatura e aproximação do regime dos Godos, tornou-se a fala e a pena do rei, *Theodericus Augustus Semper*; ademais, galgou todos os degraus do *cursus honorum* administrativo, atingindo a posição da segunda autoridade ocidental, a de Prefeito do Pretório. Era, por inferência, presença notada em seu *entourage*. Naturalmente, outras fontes carecem da menção à Cassiodoro, e pouco se sabe da transcendência do autor além de seus próprios relatos e da fama criada por seus monges em Vivário. De forma retórica, contudo, ele se relaciona com os grandiosos Décios, com os majestosos Anícios, possui contato direto com considerados homens distintos, tais quais Boécio, Festo, Simáco, Liberio, Agapeto, o próprio

Teoderico, Amalasunta, Atalarico, Teodato, Vitige, faz a mediação entre potentados “bárbaros”, diga-se Clóvis, Alarico II, Gundobaldo, Trasamundo, e dirige-se, através de seu texto, ao próprio Imperador, Anastácio, a Justino, ao grande Justiniano, a Teodora. Fosse quem fosse, sabemos que Cassiodoro circulava e, em última instância, cria para si próprio uma sombra de autoridade, um peso especial, enquanto homem cultivado e homem político, uma força literária que o permite publicar, divulgar e legitimar sua própria obra.

Cassiodoro desenha uma realidade, portanto, e faz crescer o corpo da administração ao qual fazia parte com a própria eternidade de Roma. Neste quadro, ele é a autoridade que alardeia o devir burocrático: o mundo se transforma, mas Roma é perene na gerência de seus fiéis.

Assim é, que intentamos, com a feitura da dissertação, estabelecer uma interpretação para as *Variae* de Cassiodoro que levassem em conta seu contexto e sua autoria, que encarassem a exegese de seu texto e de sua retórica como um elemento fundamental para a compreensão de seu objetivo. Levantamos aspectos internos e externos ao documento como forma de melhor apreendê-lo. Principalmente, inserimos o autor e a obra numa lógica administrativa e textual que se desenhava desde idos Imperiais: por um lado, localizamos Cassiodoro autor e administrador dentro de uma *ideologia burocrática* que cresce com Diocleciano, Constantino e Teodósio e paira sobre a Itália de Teoderico I Amálo; por outro, localizamos *Variae* compilação administrativa e epistolar dentro (ou até mesmo fora) de uma linha estilística de missivas que remonta a Plínio o Jovem. Unimos estas duas perspectivas como estratégia para compreender os objetivos do documento em seu contexto, em sua lógica e em sua construção. Da tradição documental e da *ideologia burocrática* imperial nascem os “protagonismos retóricos” que carregam as propostas de nosso autor.

Concluimos, a partir desta argumentação, que Cassiodoro estruturou as *Variae* com um objetivo (que, por sua vez, não era apenas o de propagar a glória dos godos ou de apresentar suas capacidades textuais –): o de

demonstrar, diante de um conflito entre romanos orientais e ostrogodos, que aquela instabilidade política poderia ser sobrepujada por meio da boa atuação burocrática, uma máquina que funcionava sob reis estrangeiros, imperadores romanos, chefes bárbaros ou dirigentes civilizados, cujo único foco seria o bem da *Res Publica*, a *civilitas* próspera, o *Bem Comum*. Este *projeto burocrático* de Cassiodoro era sua tentativa de, ao mesmo tempo, valorar sua atuação e seu círculo, e buscar saídas para um contexto que, ante seus olhos, se tornava mais e mais buliçoso. No momento de sua publicação, as *Variae* eram a justificativa, o projeto e a proposta de Cassiodoro; sua propagação passava por diferentes níveis de compreensão, como vimos – desde um entendimento contextual até uma percepção mais ampla.

Sabemos que as dificuldades do século VI foram mais fortes que a proposta de Cassiodoro. Seu projeto para uma burocracia política, legítima e bem formada, para sua *Roma administrativa*, não encontrou o respaldo que ele gostaria. A segunda metade da vida de Cassiodoro seria passada não na cúpula da gerência, mas no mosteiro de Vivário, estando todo o esforço que fomentou a compilação chancelar agora voltado para assuntos mais abstratos, filosóficos. Porém, mesmo que não tenha florescido, entender essa intencionalidade nas *Variae* nos permite abordar o contexto da Itália Ostrogótica com novos olhos, como um momento mais cômico de suas contingências e menos “barbarizado” pela guerra e pela violência. É neste sentido que propomos a contribuição de nosso trabalho, como uma interpretação documental que nos permite perceber e ressignificar aspectos importantes da administração, da política e das institucionalidades mas, principalmente, como estes pontos eram entendidos e trabalhados nesta movimentada Antiguidade Tardia.

## VI

## BIBLIOGRAPHIA

\*\*\*

**Documentação Primária:**

CASSIODORVS SENATOR. "Cassiodori Senatoris Variae". In: *Auctores Antiquissimi*. Vol. XII. MOMMSEN, Theodor (Edit.). Monumenta Germaniae Historica. Berlim: Weidmann, 1894.

\_\_\_\_\_. "Magni Aurelii Cassiodori Senatoris Opera". In : *Corpus Christianorum Series Latina*. Vol. XCVI. FRIDTH, A. J.. (Edit.). Brepols: Turnholt, 1973.

\_\_\_\_\_. "De Anima". In: *De Anima: testo latino a fonte*. CARRARO, G.; D'AGOSTINI, E.; FONTANA, A.; FAVARETTO, R. (Trad. e Edit.). Sotto il Monte: Servitium, 1998.

\_\_\_\_\_. *Magni Aurelii Cassiodori Senatoris Opera Omnia*. GARET, Jean (Edit.). Paris: 1679.

**Documentação Secundária:**

ANONYMVS VALESIANVS. "Excerpta Valesiana". In: *Ammianus Marcellinus*. Vol. III. ROLFE, John (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1952.

CODEX THEODOSIANVS. *Theodosiani Libri XVI cum Constitutionibus Sirmondianis et Leges Novellae ad Theodosianum Pertinentes*. Vol. I. MOMMSEN, Theodor & MEYER, Paul (Edit.). Berlim, Weidmann, 1905.

DION CASSIVS. "Historia Romana". In: *Dio's Roman History*. Vol. IX. CARY, Earnest (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1955.

EPISTOLAE AVSTRASICAЕ. In: *Epistolae Merowingici et Karolini Aevi*. Vol. III. No. I. GUNDLACH, William (Edit.). Monumenta Germaniae Historica. Berlin: Weidmann, 1892.

HERODIANVS. *Regnum post Marcum* (τῆς μετὰ Μάρκον βασιλείας). LUCARINI, Carlo (edit.). Munique & Leipzig: Walter de Gruyter, 2005.

IOANNES LYDVS. *De Magistratibus Romanis* (περὶ ἀρχῶν τῆς Ῥωμαίων πολιτείας). BEKKER, Immanuel (Edit.). Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae. Bonn: Weber, 1837.

IODANIS. *De Origine Actibusque Getarum*. GIUNTA, Francesco & GRILLONE, Antonino (Edit.). Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1991.

ISIDORVS HISPALENSIS. *Liber Numerorum*. GUILLAUMIN, Jean-Yves (Trad.). Les Belles Lettres. Paris: Les Belles Lettres, 2005.

\_\_\_\_\_. *Etymologiarvm Sive Originum Libri XX*. Vol. I. LINDSAY, W.M. (Edit.). Oxford Classical Texts. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 1985.

LUCIVS ANNAEVS SENECA. "De Otio". In: *Moral Essays: De Consolatione ad Marciam. De Vita Beata. De Otio. De Tranquillitate Animi. De Brevitate Vitae. De Consolatione ad Polybium. De Consolatione ad Helviam*. Vol II. BASORE, John (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1932.

MARCVS TVLIVS CICERO. "De Officiis". In: *On Duties*. Vol. XXI. MILLER, Walter (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1913.

NOTITIA DIGNITATVM. *Accedunt Notitia Urbis Constantinopolitanae et Laterculi Provinciarum*. SEECK, Otto (Edit.). Berlim: Weidmann, 1876.

PAVLVS DIACONVS. "Historia Langobardorum". In: *Scriptores Rerum Langobardicarum et Italicarum*. BETHMANN, Ludwig & WAITZ, Georg (Edit.). Monumenta Germaniae Histórica. Hannover: 1878.

PLINIVS SECVNDVS. "Epistolae". In: *Letters*. Vol. I – III. RADICE, Betty (Trad.). Londres: Harvard Univ. Press, 1969.

PROCOPIVS CAESARENSIS. "De Bello Gothico (Ὑπὲρ τῶν πολέμων λόγος εκτός)" In: *Procopius*. Vol. III – IV. DEWING, H.B. (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1989.

QVINTVS AVRELIVS SYMMACHVS. "Q. Aurelii Symmachi V.C. Consulis Ordinarii Epistulae" & "Q. Aurelii Symmachi V.C. Praefecti Urbis Relationes". In: *Auctores Antiquissimi*. Vol. VI. No. I. SEECK, Otto (Edit.). Monumenta Germaniae Historica. Berlim: Weidmann, 1883.

RES GESTAE DIVI AVGVSTI. In: "Velleius Paterculus' Res Gestae Divi Augusti". SHIPLEY, Frederick (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1924.

SCRIPTORES HISTORIAE AVGVSTAE. "Antoninus Elagabalus". In: *Historia Augusta*. Vol. II. MAGIE, David (Trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1967.



SIDONIVS APOLLINARIS. "Epistolae". In: *Sidonius: Poems and Letters*. Vol I – II. ANDERSON, W.B. (trad.). Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1936.

SYNESII PTOLEMAIDIS. "Oratio de Regno". In: *Synesii Episcopis Cyrenes opera quae exstant omnia*. MIGNE, Jean-Paul (Edit.). Patrologiae Graecae. Paris: 1864.

VICTORIS VITENSIS. "Historia Persecutionis Africanae Provinciae sub Genserico et Hunirico Regibus Wandalorum" In: *Auctores Antiquissimi*. Vol. III. No. I. HALM, Karl (Edit.). Monumenta Germaniae Historica. Berlim: Weidmann, 1879.

### **Coleções:**

CIL – *CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM*

CSHB – *CORPUS SCRIPTORUM HISTORIAE BYZANTINAE*

MGH – *MONUMENTA GERMANIAE HISTORICA*

PG – *PATROLOGIAE GRECAE*

### **Dicionários:**

Dicionário Latim – Português, Português Latim. Porto: Porto, 2006.

PEREIRA, Isidro. *Dicionário Grego – Português, Português – Grego*. Braga: Apostolado da Imprensa, 1995.

**Mapas:**

<http://d-maps.com/>

**Bibliografia Consultada:**

ALBRECHT, Michael von. *A History of Roman Literature: from Livius Andronicus to Boethius*. Leiden; Nova Iorque; Colônia: Brill, 1997.

ALFÖLDY, Géza. *Die Krise des römischen Reiches, Geschichte, Geschichtschreibung, und Geschichtsbetrachtung: ausgewählte Beiträge*. Stuttgart: F. Steiner, 1989.

AMORY, Patrick. *People and Identity in Ostrogothic Italy, 489 – 554*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.

ANDO, Clifford. "Decline, Fall, and Transformation". In: *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol.1, no. 1, 2008, pp. 31 – 60.

\_\_\_\_\_. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley; Los Angeles & Londres: Univ. of California Press, 2000.

ARNHEIM, M. T. W.. *The Senatorial Aristocracy in the Later Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

AUSBÜTTEL, Frank. *Theoderich der Große*. Darmstadt: Primus, 2004.

BACHELET, Daniel. *Fulgence de Ruspe, Lettres ascétiques et Morales*. Paris: Cerf, 2004.

BALTES, Matthias. "Boécio". In: ERLES, Michael & GRÄSER, Andreas (org.). *Filósofos da Antiguidade: do Helenismo à Antiguidade Tardia*. Vol. 2. São Leopoldo: Unisinos.

BARNISH, Samuel. *Cassiodorus Selected Variae*: Translated with notes and introduction by S. J. B. Barnish. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2006.

BARNISH, Samuel; LEE, A.D. & WHITBY, Michael. "Government and administration". In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan & WHITBY, Michael (edits.). *The Cambridge Ancient History XIV – Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425 – 600*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008, pp. 164 – 203.

BARNWELL, Paul S.. *Emperor, Prefects and Kings: The Roman West 395 – 565*. Chapel Hill: North Carolina Univ. Press, 1992.

BJORNIE, Michael Shane. "What Have Elephants to Do with Sixth-Century Politics?: A Reappraisal of the 'Official' Governmental Dossier of Cassiodorus". In: *Journal of Late Antiquity*. Vol. 2. No. 1, 2009, pp. 143 – 171.

\_\_\_\_\_. *The Variae of Cassiodorus Senator and the circumstances of Political Survival, CA 540 – 545*, Tese de Doutorado, 2006.

BLOIS, Lukas de & SPEK, R. J. Van der. *An Introduction to the Ancient World*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

BORGES, Jorge L. & VAZQUEZ, Maria E. *Literaturas Germanicas Medievales*. Buenos Aires: Falbo Librero, 1965.

BOWERSOCK, Glen W.. "The East-West Orientation of Mediterranean Studies and the Meaning of North and South in Antiquity". In: HARRIS, William V.

(Edit.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford & Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2005, pp. 167 – 178.

BROGNA, Anthony. *The Generalship of Belisarius*. Dissertação de Mestrado. Kansas: Boston Univ. Press, 1995.

BROUGHTON, Robert S.. *The Magistrates of the Roman Republic*. Vol II. Nova Iorque: American Philological Association, 1952.

BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammed*. Londres: Thames & Hudson, 1971.

BURCKHARDT, Jacob. *Die Zeit Constantins des Großen*. Leipzig : E.A. Seemann, 1880.

BURNS, Thomas. *A History of the Ostrogoths*. Bloomington & Indianápolis: Indiana Univ. Press, 1991.

CAMERON, Alan & LONG, Jacqueline. *Barbarians and Politics at the Court of Arcadius*. Berkeley; Los Angeles; Oxford: Univ. of California Press, 1993.

CAMERON, Averil. *Procopius and the Sixth Century*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. *The Mediterranean World in Late Antiquity: AD 395 – 600*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2001.

CAVALLO, Guglielmo. “Libros y público a fines de la Antigüedad”. In: CAVALLO, Guglielmo (dir.). *Libros, Editores y Público en el Mundo Antiguo: Guía Histórica y Crítica*. Madri: Alianza, 1995.

COLLINS, Roger. "The western Kingdoms". In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan & WHITBY, Michael (edits.). *The Cambridge Ancient History XIV – Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425 – 600*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008, pp. 112 – 132.

CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature: a History*. Londres & Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1999.

CORBEILL, Anthony. "Ciceronian Invective." In: MAY, James M. (Edit.). *Companion to Cicero: Oratory and Rhetoric*. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2002, pp. 23 – 48.

DELAPLACE, Christine. "Une décennie de Recherches Historiques sur L'Italie Ostrogothique". In: *An Tard*. Brepols. No. 12, 2004, pp. 393 – 404.

DUNN, Marylin. *The Emergence of Monasticism: from the Desert Fathers to the Early Middle Ages*. Oxford: Blackwell, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideology: an introduction*. Londres: Verso, 1991.

ECK, Werner & TAKÁCS, Sarlota. *The Age of Augustus*. Oxford: Blackwell, 2003.

ERRINGTON, Robert Malcolm. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2006.

EVANS, James Allan. *The Emperor Justinian and the Byzantine Empire*. Westport & Londres: Greenwood, 2005.

FANTHAM, Elaine. *The Roman World of Cicero's De Oratore*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2004.

FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações, Séculos II – VIII*. Curitiba: Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_. “A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico”. In: *VII Semana de Estudos Medievais*, 2010, Brasília : Casa das Musas, v. 1, pp. 101 – 122.

\_\_\_\_\_. “Historiografia e Poder: o Valor da História, segundo o Pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério do Bierzo (*Hispania*, século VII)”. In: *História da Historiografia*. No. 5. 2010, pp. 71 – 84.

\_\_\_\_\_. “Estruturas Sociais na Antiguidade Tardia Ocidentia (séculos IV/VIII). In: SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco (orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro & Vitória: MAUAD & EDUFES, 2006, pp. 223 – 240.

FONTAINE, Jacques. *Isidore de Séville. Genèse et Originalité de la Culture Hispanique au Temps des Wisigoths*. Turnhout: Brepols, 2000.

GIARDINA, Andrea. *Cassiodoro político*. Roma: Bretschneider, 2006.

GIBBON, Edward. *The Decline and Fall of the Roman Empire*. III vol. Nova York: Modern Library, 1977.

GILLET, Andrew. *Envoys and Political Communication in the Late Antique West, 411 – 533*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.

\_\_\_\_\_. “The Purposes of Cassiodorus’ *Variae*”. In: MURRAY, Alexander Callander (edit.). *After Rome’s Fall: Narrators and Sources of Early Medieval History*. Toronto; Buffalo; Londres: Toronto Univ. Press, 1998.

GIOANNI, Stéphane. *Ennode de Pavie, Lettres*. 2 vol. Paris: Les Belles Lettres, 2006.

\_\_\_\_\_. "La contribuicion épistolaire d'Ennodius de Pavie à la primauté pontificale sous le règne des papes Symmaque et Hormisdas". In: *Mélanges de l'École Française de Rome*, n. 113, v. 1, 2001, 245 – 268.

GIOVANDITTO, Amilcare (Edit.). "Teoderico il Grande e i Goti d'Italia". *Atti del XIII Congresso internazionale di studi sull'Alto Medioevo 1992*. Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, Spoleto 1993.

GOFFART, Walter. *The Narrators of Barbarian History: Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon*. Notre Dame: Univ. of Notre Dame Press, 2009.

\_\_\_\_\_. Resenha de "KRAUTSCHICK, Stefan, *Cassiodor und die Politik seiner Zeit*". In: *Speculum*, 60, 1985, pp. 989 – 991.

\_\_\_\_\_. *Barbarians and Romans: A.D. 418 – 584, the Techniques of Accommodation*. Nova Jersey: Princeton Univ. Press, 1980.

GOLDSWORTHY, Adrian K.. *The Fall of the West: the Death of the Roman Superpower*. Londres: W&N, 2009.

GOLTZ, Andreas. *Barbar – König – Tyrann: Das Bild Theoderichs des Großen in der Überlieferung des 5. bis 9. Jahrhunderts*. Berlin; Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2008.

GORDON, C. D.. *The Age of Attila: Fifth-Century Byzantium and the Barbarians*. Michigan: Univ. of Michigan Press, 1972.

GOWING, Alain. *Empire and Memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2005.

HALPORN, James & VESSEY, Mark. *Cassiodorus Institutions of Divine and Secular Learning and On the Soul*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2007.

HEATHER, Peter. *Empire and Barbarians: Migration, Development and the Birth of Europe*. Londres: Macmillan, 2009.

\_\_\_\_\_. *The Fall of the Roman Empire: a New History of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006.

HECKEL, Waldemar. *Who's Who in the Age of Alexander the Great: Prosopography of Alexander's Empire*. Oxford: Blackwell, 2006.

HENKE, Rainer. "Eskapismus, poetische Aphasie und satirische Offensive: Das Selbstverständnis des spätantiken Dichters Sidonius Apollinaris". In: ARWEILER, Alexander & MÖLLER, Melanie (edit.). *Vom Selbst-Verständnis in Antike und Neuzeit*. Berlin & Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2008.

HEYDEMANN, Gerda. "Biblical Israel and the Christian *gentes*. Social metaphors and concepts of community in Cassiodorus' *Expositio psalmorum*". In: POHL, Walter; HEYDEMANN, Gerda (Edit.). *Strategies of Identification*. Brepols: Turnhout, 2011 (no prelo).

HOFFER, Stanley. *The Anxieties of Pliny the Younger*. Atlanta: Scholar Press, 1999.

HODGKIN, Thomas. *The Letters of Cassiodorus being a Condensed Translation of the Variae Epistolae of Magnus Aurelius Cassiodorus Senator*. Londres: Henry Frowde, 1886.



HOLFORD-STREVENS, Leofranc & VARDI, Amiel. *The Worlds of Aulus Gellius*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2004.

HUMPHRIES, Mark. "Italy, A.D. 425 – 605". In: CAMERON, Averil; WARD-PERKINS, Bryan & WHITBY, Michael (edits.). *The Cambridge Ancient History XIV – Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425 – 600*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008, pp. 525 – 550.

JAMES, Edward. "The Rise and Function of the Concept "Late Antiquity". In: *Journal of Late Antiquity*. Baltimore: The John Hopkins University Press, vol.1, no. 1, 2008, pp. 20 – 30.

KAZDHAN, Alexander. *Oxford Dictionary of Byzantium*. Vol II. Oxford: Oxford Univ. Press, 1991.

KELLY, Christopher. *Ruling the Later Roman Empire*. Cambridge; Massachusetts & Londres: Belknap Press, 2004.

\_\_\_\_\_. "A Burocracia Romana do final do Império: um Exame dos Arquivos". In: BOWMAN, Alan & WOOLF, Greg (org.). *Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998, pp. 197 – 215.

KLEINBAUER, W. Eugene. "The Iconography and the Date of the Mosaics of the Rotunda of Hagios Georgios, Thessaloniki". In: *Viator: Medieval and Renaissance Studies*. Vol. 3. Berkeley: Univ. of California Press, 1972, pp. 27 – 134.

KÖNIG, EKKEHARD; VAN DER AUWERA, Johan (Edit.). *The Germanic Languages*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 1994.

KRAUTSCHICK, Stefan. *Cassiodore und die Politik seiner Zeit*. Tese de Doutorado. Bonn : 1983.

KUHOFF, Wolfgang. "Theodahadus Flavius, König der Ostgoten 534 – 536". In: *Biographisch-Bibliographisches Kirchlexikon* (BBKL). Vol. 11. Herzberg, 1996, pp. 824–832.

LEADER-NEWBY, Ruth. *Silver and Society in Late Antiquity: Functions and Meanings of Silver Plate in the Fourth to Seventh Centuries*. Surrey: Ashgate, 2004.

LEYSER, Conrad. *Authority and Asceticism from Augustine to Gregory the Great*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2000.

LEMONDE, Anne. "História da História na Idade Média" In: CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves (Org.). *Como se faz a História: Historiografia, Método e Pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEONHARDT, Jürgen. "Cícero: Filosofia entre cepticismo e confissão". In: ERLER, Michael & GRÄSER, Andreas (orgs.). *Filósofos da Antiguidade: do Helenismo à Antiguidade Tardia*, vol. II..São Leopoldo: Unisinos, 2005.

LEVICK, Barbara. *Vespasian*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

LIEBESCHÜTZ, Wolf. "Was there a Crisis of the Third Century?", in: HEKSTER, Olivier; KLEIJN, Gerda de & SLOOTJES, Daniëlle (edit.). *Crises and the Roman Empire: Proceedings of the Seventh Workshop of the International Network Impact of Empire*. Leiden & Boston: Brill, 2007, pp. 11 – 22.

LOUTH, Andrew. "Justinian and his legacy (500 – 600)". In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire: c. 500 – 1492*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008, pp. 99 – 129.

MAAS, Michael (Edit.). *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2005.

MARENBOON, John (edit.). *The Cambridge Companion to Boethius*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

\_\_\_\_\_. *Boethius*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press, 2003.

MARROU, Henri – Irénée. *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive ? III – IV siècle*. Paris : Seuil, 1997.

MATHISEN, Ralph. *Ruricius of Limoges and Friends: A Collection of Letters from Visigothic Gaul*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 1999.

MATTHEWS, John. "The Letters of Symmachus". In: BINNS, James W. (edit.). *Latin Literature in the Fourth Century*. Londres: Routledge, 1974.

MAY, James M. (Edit.). *Companion to Cicero: Oratory and Rhetoric*. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2002.

MCCORMICK, Michael. *Eternal Victory: Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.

\_\_\_\_\_. "O imperador". In: CAVALLO, Guglielmo (org.). *O Homem Bizantino*. Lisboa: Editorial Presença, [19--].

MEYER-FLUGEL, Beat. *Das Bild der Ostgotisch-römischen Gesellschaft bei Cassiodor: Leben und Ethik Von Römern und Germanen in Italien nach dem Ende des Weströmischen Reiches*. Nova Iorque: Peter Lang, 1992.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "Cassiodorus and Italian Culture of his Time". In: *PBA*, n. 41, 1955, pp. 207 – 245.

MOMMSEN, Theodor. "Ostgotische Studien". In: *Gesammelte Schriften*. Vol. 6. Berlin: Weidmann, 1910, pp. 362 – 484.

MOORHEAD, John. *Theoderic in Italy*. Oxford: Sandpiper, 1997.

MORSTEIN-MARX, Robert. *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.

MOUSOURAKIS, George. *The Historical and Institutional Context of Roman Law*. Hampshire: Ashgate, 2005.

MURDOCH, Adrian. "Germania Romana". In: MURDOCH, Adrian & READ, Malcolm (Edit.). *Early Germanic Literature and Culture*. Nova Iorque: Camden House, 2004, pp. 55 – 72.

NARDUCCI, Emanuele. *Cicerone: La Parola e La Politica*. Roma: Laterza, 2010.

O'DONNELL, James. *The Ruin of the Roman Empire*. Nova Iorque & Londres: HarperCollins, 2008.

\_\_\_\_\_. "Liberius the Patrician". In: *Traditio*, n.37, 1981, pp. 31 – 72.

\_\_\_\_\_. *Cassiodorus*. Berkeley; Los Angeles; Londres: California Univ. Press, 1979.

ORLIN, Eric. *Temples, Religion and Politics in the Roman Republic*. Boston; Leiden: Brill, 2002.

- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. II volumes – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002.
- PIZZANI, Ubaldo. “La lettere di Teoderico a Boezio e La mediazione culturale di Cassiodoro”. In: *Cassiodorus: Rivista di Studi sulla Tarda Antichità*. No. 4. Roma: Rubbettino, 1998, pp. 141 – 161.
- POHL, Walter. “Spuren, Texte, Identitäten. Methodische Überlegungen zur interdisziplinären Erforschung frühmittelalterlicher Identitätsbildung”. In: BRATHER, Sebastian. *Zwischen Spätantike und Frühmittelalter*. Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanischen Altertumskunde. Vol. 57. Berlin & Nova Iorque: Walter de Gruyter, 2008, pp. 13 – 27.
- POHLMANN, Janira Feliciano & PINTO, Otávio Luiz Vieira. “*Senatus et Ecclesia*: a Transladação da *Auctoritas* entre uma aristocracia senatorial e uma aristocracia episcopal”. In: *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008, Curitiba.
- PRICOCO, Salvatore. *Monaci Filosofi i Santi*: saggi di storia della cultura tardoantica. Catanzaro: Rubbettino, 1992.
- RANCE, Philip. “Narses and the Battle of Taginae (Busta Gallorum) 552: Procopius and Sixth-Century Warfare”. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Vol. 34, N. 4, 2005. Franz Steiner: Stuttgart, pp. 424 – 472.
- RIEGL, Alois. *Die spätromische kunst-Industrie nach den Funden in Österreich-Ungarn im zusammenhange mit der Gesamtentwicklung der bildenden Künste bei den Mittelmeervölkern*. Viena: K. K. Hof- und Staats-druckerei, 1901.
- ROSENMEYER, Patricia. *Ancient Greek Literary Letters*: Selections in Translation. Nova Iorque: Routledge, 2006.

- 
- \_\_\_\_\_. *Ancient Epistolary Fictions: The Letters in Greek Literature*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.
- RUMMEL, Philipp von. *Habitus Barbarus: Kleidung und Repräsentation spätantiker Eliten im 4. und 5. Jahrhundert*. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.
- SALZMAN, Michele Renee. *The Making of Christian Aristocracy: Social and Religious Change in the Western Roman Empire*. Cambridge; Massachusetts e Londres: Harvard Univ. Press, 2004.
- SAMOS, Loren (Edit.). *The Cambridge Companion to the Age of Pericles*. New York: Cambridge Univ. Press, 2007.
- SCHÄFER, Thomas. *Imperii insignia: Sella curulis und Fasces, zur Repräsentation römischer Magistrate*. Mainz: Zabern, 1989.
- SCHMIDT, Ludwig. "Die *Comites Gothorum*: ein Kapitel zur ostgotischen Verfassungsgeschichte". In: *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*, n.40, 1925, pp. 127 – 134.
- SHANZER, Danuta & WOOD, Ian. *Avitus of Vienne, selected Letters and Prose*. Liverpool: Liverpool Univ. Press, 2002.
- SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco. "Diocleciano e Constantino: A Construção do DOMINATO". In: SILVA, Gilvan Ventura da & MENDES, Norma Musco (orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro & Vitória: MAUAD & EDUFES, 2006.
- SIRKS, Adriaan J. Boudewijn. *The Theodosian Code: a Study*. Norderstedt: Books on Demand GmbH, 2007.

SLOOTJES, Danielle. *The Governor and his Subjects in the Later Roman Empire*. Leiden & Boston: Brill, 2006.

SOUTHERN, Pat. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. Londres & Nova Iorque: Routledge, 2004.

STADLER, Thiago Davi. *O Poder das Palavras na Idealização de um Princeps – Epistolário Cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano (98 – 113 d.C.)*. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2010.

STAHL, W. H.; JOHNSON, R.; BURGE, E. L. (Trans.). *Martianus Capella and the Seven Liberal Arts*. II vol. Nova Iorque: Columbia Univ. Press, 1971 & 1977.

STEEL, C.E.W.. *Cicero, Rethoric and Empire*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2001.

STROUP, Sarah Culpepper. *Catullus, Cicero and a Society of Patrons: The Generation of Text*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press, 2010.

TAKÁCS, Sarlota. *The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium: The Rethoric of Empire*. Cambridge: Camb. Univ. Press, 2009.

TEJA, Ramón. *Emperadores, Obispos, Monjes y Mujeres: Protagonistas Del cristianismo antiguo*. Madri: Editorial Trotta, 1999.

TREADGOLD, Warren. *A History of the Byzantine State and Society*. California: Stanford Univ. Press, 1997.

VALVERDE CASTRO, Maria. *Ideología, simbolismo e ejercicio del poder real em La monarquía visigoda: um proceso de cambio*. Salamanca: ediciones universidad de Salamanca, 2000.

VERCRUYSE, Jean-Marc. *Tyconius: Le Livre des Regles*. Paris: Cerf, 2004.

VISCIDO, Lorenzo. *Ricerche sulle Fondazioni Monastiche di Cassiodoro e sulle sue Institutiones*. Catanzaro: La Rondine, 2011.

\_\_\_\_\_. *Variae*. Cosenza: Pellegrini, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ordo Generis Cassiodorum – Excerpta*: Introduzione, Testo Critico, Traduzione e commento. Nápoles: Bardi, 1992.

\_\_\_\_\_. *Studi Cassiodorei*. Catanzaro: Rubbettino, 1983.

VUKOVIC, Marijana. *The Library of Vivarium: Cassiodorus and the Classics*. Dissertação de Mestrado. Central European University: Budapeste, 2007.

WALSH, Peter Gerald. *Pliny the Younger Complete Letters: a New Translation*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cassiodorus: Explanation of the Psalms*. 3 Vol.. Nova Iorque & Mahwah: Paulist, 1990.

WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006.

WEIßENSTEINER, Johann. "Cassiodor / Jordanes als Geschichtsschreiber". In: SCHARER, Anton & SCHEIBELREITER, Georg (edits.). *Historiographie im frühen Mittelalter*. Viena: Oldenbourg, 1994, pp. 308 – 325.



WHITE, Peter. *Cicero in Letters: Epistolary Relations of the Late Republic*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2010.

WHITBREAD, Leslie George (Trad.). *Fulgentius the Mythographer*. Columbus: Ohio Univ. Press, 1971.

WILLIAM, Stephen. *Diocletian and the Roman Recovery*. Nova Iorque: Methuen, 1985.

WILSON, Nigel G (trad.). *Aelian: Historical Miscellany*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1997.

WISEMAN, Timothy Peter. *New Men in the Roman Senate: 139 B.C. – A.D. 14*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1971.

WOLFRAM, Herwig. *Die Goten: Von den Anfängen bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts*. Munique: Beck, 2001.

\_\_\_\_\_. *The Roman Empire and its Germanic People*. California: Univ. of California Press, 1997.

WOOD, Ian. *The Merovingian Kingdoms, 450 – 751*. Londres & Nova Iorque: Longman, 1994.

WOOD, Neal. *Cicero's Social and Political Thought*. Berkeley: Univ. of California Press, 1991.

ZIMMERMAN, Odo John. *The Late Latin Vocabulary of the Variae of Cassiodorus, with Special Advertence to the Technical Terminology of Administration*. Hildesheim: Georg Olms, 1967.

## VII

## APPENDIX

\*\*\*

1. Tabela política dos séculos V e VI <sup>379</sup>

Ano	Ostrogodos	Visigodos	Francos	Burgúndios	Vândalos	Imperadores
395		Alarico I				
c. 406					Godegisílio	
407					Gunderico	
408						Teodósio II
410		Ataulfo				
415		Sigerico				
«»		Vália				
419		Teoderico I			Genserico	
426						
428						
447	Valamiro					
450						
451		Turismundo				
453		Teoderico II			Leão I	
457						
458	Childerico I <sup>380</sup>					
465			Eurico			
466						
470						
474		Leão II				
«»	Teodemiro				Zenão	
475		Teoderico I			Basilisco	
476					Zenão	
477						
480						
481		Clóvis I	Gundobaldo <sup>381</sup>	Hunerico		
484	Alarico II					

<sup>379</sup> Elencamos somente os principais e mais expressivos reinos “bárbaros” do Ocidente – de acordo com a documentação e a bibliografia especializada.

<sup>380</sup> Os reis anteriores a Childerico são, em sua maioria, bastante obscuros ou mesmo míticos, como Meroveu e Clodio.

<sup>381</sup> Data referente à ascensão de Gundobaldo como Rei de todos os Burgúndios.

491	Teoderico I <sup>382</sup>				Trasamundo	Anastácio I
493						
496						
507						
“”		Teoderico I <sup>383</sup>	Clotário I <sup>384</sup>	Sigismundo		
516						
518						
523						
526	Atalarico <sup>385</sup>	Amalarico		Gundomaro II	Hilderico	Justino I
527						
530						
531						
533	Amalasunta					Justiniano I
534						
536						
540						
541	Erarico					
541						
548						
549						
552	Téia					
554						
561						
“”						
“”						
“”						
“”						
565						
568						Justino II
569						
575						

<sup>382</sup> Data referente ao ano que Teoderico assume a coroa dos ostrogodos na Itália.

<sup>383</sup> Data referente à regência de Teoderico sobre os isigodos.

<sup>384</sup> Após sua morte, Clóvis I lega um reino dividido entre seus filhos: Clotário I torna-se rei na região de Soissons, Childeberto I na região de Paris. Clodomiro na região de Orléans e Teuderico I na região de Reims. Com a morte de seus irmãos (e de seus devidos sucessores), Clotário unifica novamente o mundo Franco, somente para dividi-lo mais uma vez após sua morte.

<sup>385</sup> Com regência de sua mãe, Amalasunta.

<sup>386</sup> Data referente à incorporação do reinado dos burgúndios ao mando franco.

<sup>387</sup> Rei na região de Soissons (Neustria).

<sup>388</sup> Rei na região de Paris.

<sup>389</sup> Rei na região de Orléans.

<sup>390</sup> Rei na região de Reims e Metz (Austrásia).

<sup>391</sup> *Idem*.

578	----			----	----	Tiberio II
580	----	Recaredo		----	----	
582	----			----	----	Maurício I
584	----		Clotário II <sup>392</sup>	----	----	
595	----		Teuderico II <sup>393</sup>	----	----	
600	----		Teudeberto II <sup>394</sup>	----	----	

## 2. Lista das *Variae* de Cassiodoro <sup>395</sup>

<i>Carta</i>	<i>Remetente</i>	<i>Destinatário</i>	<i>Assunto</i>	<i>Datação</i> <sup>396</sup>	<i>Classificação</i>
I.1	Teoderico I	Anastácio I	Tratado de paz	c. 508	Diplomática
I.2	Teoderico I	Theon	Manufatura da tinta púrpura	c. 507/511	Administrativa
I.3	Teoderico I	Cassiodoro <i>senior</i>	Concessão do Patriciado	c. 507	Nomeação
I.4	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 507	Informativa
I.5	Teoderico I	Floriano	Fim de uma questão judicial	c. 507/511	Jurídica
I.6	Teoderico I	Agapito	Mosaicos de Ravena	c. 507/509	Administrativa
I.7	Teoderico I	Felício	Herança de bens	c. 507/511	Jurídica
I.8	Teoderico I	Amabilis	Ordens sobre a carta anterior	c. 507/511	Jurídica
I.9	Teoderico I	Eustorgio	Acusação contra um bispo	c. 507/511	Jurídica
I.10	Teoderico I	Boécio	Fraude na cunhagem de moedas	c. 507/511	Econômica
I.11	Teoderico I	Servato	Violência na Raécia	c. 507/511	Jurídica / Militar
I.12	Teoderico I	Eugênio	Concessão do cargo de <i>Mag. Officiorum</i>	c. 507/511	Nomeação
I.13	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 507/511	Informativa
I.14	Teoderico I	Fausto	Coleta das <i>tertia</i>	c. 507/511	Tributária
I.15	Teoderico I	Festo	Indicação para representação jurídica	c. 507/511	Jurídica
I.16	Teoderico I	Juliano	Remissão de impostos	508	Tributária
I.17	Teoderico I	Godos e Romanos	Fortificação de Dertona	c. 507/511	Militar / Administrativa
I.18	Teoderico I	Domiciano e Vílias	Limitação de propriedades	c. 507/511	Jurídica
I.19	Teoderico I	Saturnino e Verbusio	Direitos do Fisco	c. 507/511	Tributária / Jurídica
I.20	Teoderico I	Albino e Albieno	Disputas no Circo	c. 507/511	Jurídica
I.21	Teoderico I	Maximiano e Andreas	Embelezamento da cidade de Roma	c. 507/511	Administrativa
I.22	Teoderico I	Marcelo	Concessão do cargo de <i>Advocatus Fisci</i>	c. 507/511	Nomeação
I.23	Teoderico I	Celiano e Agapito	Questão judicial entre senadores	c. 507/511	Jurídica
I.24	Teoderico I	Godos	Convocação militar	508	Militar
I.25	Teoderico I	Sabiniano	Restauração das muralhas de Roma	c. 507/511	Administrativa
I.26	Teoderico I	Fausto	Imunidade fiscal de bens eclesiásticos	c. 507/511	Tributária
I.27	Teoderico I	Especioso	Disputas no Circo	509	Jurídica
I.28	Teoderico I	Godos e Romanos	Construção de muralhas em Roma	c. 507/511	Administrativa
I.29	Teoderico I	Lucristanos	Serviços postais	c. 507/511	Administrativa
I.30	Teoderico I	Senado	Disputas no Circo	c. 507/511	Militar / Administrativa

<sup>392</sup> Rei na região de Soissons (Neustria).

<sup>393</sup> Rei na região de Orléans.

<sup>394</sup> Rei na região de Reims e Metz (Austrásia).

<sup>395</sup> A designação do assunto de cada epistola segue nossa própria interpretação, sendo, portanto, de nossa responsabilidade. Esta separação temática não se apresenta, desta forma, no documento original.

<sup>396</sup> A datação das cartas segue as indicações da edição de Theodor Mommsen, na MGH AA.

<i>I.31</i>	Teoderico I	Romanos	Disputas no Circo	c. 507/511	Jurídica / Administrativa
<i>I.32</i>	Teoderico I	Agapito	Disputas no Circo	c. 507/509	Jurídica / Militar
<i>I.33</i>	Teoderico I	Agapito	Arranjos para Pantomineiro	c. 507/509	Administrativa
<i>I.34</i>	Teoderico I	Fausto	Exportação de grãos e cereais	c. 507/511	Administrativa / Econômica
<i>I.35</i>	Teoderico I	Fausto	Atraso na importação de cereais	c. 507/511	Administrativa / Econômica
<i>I.36</i>	Teoderico I	Therioló	Guarda de uma criança	c. 507/511	Jurídica
<i>I.37</i>	Teoderico I	Crispiano	Julgamento de um crime	c. 507/511	Jurídica
<i>I.38</i>	Teoderico I	Baion	Problema com posse de propriedades	c. 507/511	Jurídica
<i>I.39</i>	Teoderico I	Festo	Tutela de um jovem	c. 507/511	Jurídica
<i>I.40</i>	Teoderico I	Assio	Treinamento dos habitantes de Salona	c. 507/511	Militar
<i>I.41</i>	Teoderico I	Agapito	Avaliação de um jovem	c. 507/509	Jurídica / Administrativa
<i>I.42</i>	Teoderico I	Artemidoro	Concessão do cargo de <i>Præfectus Urbis</i>	c. 507/510	Nomeação
<i>I.43</i>	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 507/510	Informativa
<i>I.44</i>	Teoderico I	Romanos	Informe sobre a carta anterior	c. 509/510	Informativa
<i>I.45</i>	Teoderico I	Boécio	Construção de um relógio d'água	507	Administrativa / Diplomática
<i>I.46</i>	Teoderico I	Gundobaldo	Envio do relógio d'água	507	Diplomática
<i>II.1</i>	Teoderico I	Anastácio I	Sobre o consulado de Felício	511	Diplomática
<i>II.2</i>	Teoderico I	Felício	Informe sobre a carta anterior	511	Informativa
<i>II.3</i>	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	511	Informativa
<i>II.4</i>	Teoderico I	Benedito	Coleta de tributos	c. 507/511	Tributária
<i>II.5</i>	Teoderico I	Fausto	Demora no pagamento de soldos	c. 507/511	Militar / Econômica
<i>II.6</i>	Teoderico I	Agapito	Embaixada para Constantinopla	c. 509/511	Diplomática
<i>II.7</i>	Teoderico I	Sura	Embelezamento da Cidade	c. 507/511	Administrativa
<i>II.8</i>	Teoderico I	Bispo Severo	Reparação de danos causados por tropas	508	Jurídica
<i>II.9</i>	Teoderico I	Fausto	Aposentadoria de um condutor	c. 507/511	Jurídica
<i>II.10</i>	Teoderico I	Especioso	Anulação de um casamento	c. 507/511	Jurídica
<i>II.11</i>	Teoderico I	Provino	Presente obtido indevidamente	c. 507/511	Jurídica
<i>II.12</i>	Teoderico I	Mestre dos Portos	Proibição da exportação de banha	c. 507/511	Administrativa
<i>II.13</i>	Teoderico I	Fruinarito	Conduta desonesta de um personagem	c. 507/511	Jurídica
<i>II.14</i>	Teoderico I	Símaco	Julgamento de um parricida	c. 507/511	Jurídica
<i>II.15</i>	Teoderico I	Venâncio	Concessão do cargo de <i>Comes Domestic.</i>	c. 507/511	Nomeação
<i>II.16</i>	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 507/511	Informativa
<i>II.17</i>	Teoderico I	Curiais	Imunidade sobre as <i>tertiae</i>	c. 507/511	Tributária
<i>II.18</i>	Teoderico I	Bispo Gudila	Situação eclesiástica de curiais	c. 507/511	Jurídica
<i>II.19</i>	Teoderico I	Godos e Romanos	Sobre crimes domésticos	c. 507/511	Jurídica
<i>II.20</i>	Teoderico I	Vilige	Pedido de navios fornecedores	c. 507/511	Administrativa
<i>II.21</i>	Teoderico I	João	Problemas no cuidado de propriedade	c. 507/511	Jurídica
<i>II.22</i>	Teoderico I	Festo	Retorno de certos personagens para casa	c. 507/511	Jurídica
<i>II.23</i>	Teoderico I	Ampélio e Teodulo	Proteção de proprietários de olarias	c. 507/511	Jurídica
<i>II.24</i>	Teoderico I	Senado	Atraso do tributo de senadores	c. 507/511	Tributária
<i>II.25</i>	Teoderico I	Senado	Sonegação de impostos pelos ricos	c. 507/511	Édito
<i>II.26</i>	Teoderico I	Fausto	Regulamento do comércio de cereais	c. 507/511	Econômica / Tributária
<i>II.27</i>	Teoderico I	Judeus de Genoa	Reconstrução da Sinagoga	c. 507/511	Administrativa
<i>II.28</i>	Teoderico I	Estefano	Dispensa de serviço	c. 507/511	Administrativa
<i>II.29</i>	Teoderico I	Adila	Proteção dos dependentes eclesiásticos	c. 507/511	Jurídica
<i>II.30</i>	Teoderico I	Fausto	Isenção tributária de eclesiásticos	c. 507/511	Tributária
<i>II.31</i>	Teoderico I	Banqueiros	Exortação do trabalho de barqueiros	c. 507/511	Administrativa
<i>II.32</i>	Teoderico I	Senado	Dreno de pântanos	c. 507/511	Administrativa

<i>II.33</i>	Teoderico I	Décio	Informe sobre a carta anterior	c. 507/511	Informativa
<i>II.34</i>	Teoderico I	Artemidoro	Embelezamento da cidade	c. 509/510	Administrativa
<i>II.35</i>	Teoderico I	Tancila	Roubo de estátua em Como	c. 507/511	Jurídica
<i>II.36</i>	Teoderico I	---	Informe sobre a carta anterior	c. 507/511	Édito
<i>II.37</i>	Teoderico I	Fausto	Benefícios a cidadãos de Spoleto	c. 507/511	Econômica
<i>II.38</i>	Teoderico I	Fausto	Isenção do pagamento de taxas	c. 507/511	Tributária
<i>II.39</i>	Teoderico I	Aloísio	Sobre a Fonte de <i>Aponum</i>	c. 507/511	Administrativa
<i>II.40</i>	Teoderico I	Boécio	Envio de um Harpista para Clóvis	507	Administrativa / Diplomática
<i>II.41</i>	Teoderico I	Clóvis I	Vitórias sobre os Alamanos	507	Diplomática
<i>III.1</i>	Teoderico I	Alarico II	Dissuasão acerca de conflito com Clóvis	507	Diplomática
<i>III.2</i>	Teoderico I	Gundobaldo	Preservação da paz	507	Diplomática
<i>III.3</i>	Teoderico I	Reis Ocidentais	Oposição contra Clóvis	507	Diplomática
<i>III.4</i>	Teoderico I	Clóvis I	Dissuasão acerca do conflito com Alarico	507	Diplomática
<i>III.5</i>	Teoderico I	Importuno	Concessão do Patriciado	c. 509/511	Nomeação
<i>III.6</i>	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 509/511	Informativa
<i>III.7</i>	Teoderico I	Bispo Januário	Reclamação sobre posse de bens	c. 507/511	Jurídica
<i>III.8</i>	Teoderico I	Venâncio	Problemas na coleta de tributos	c. 507/511	Tributária
<i>III.9</i>	Teoderico I	Curiais	Mármore para Ravena	c. 507/511	Administrativa
<i>III.10</i>	Teoderico I	Festo	Informe sobre a carta anterior	c. 507/511	Informativa
<i>III.11</i>	Teoderico I	Argólico	Concessão do cargo de <i>Præfectus Urbis</i>	c. 510/511	Nomeação
<i>III.12</i>	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 510/511	Informativa
<i>III.13</i>	Teoderico I	Sunhivado	Resolução de questões jurídicas	c. 507/511	Jurídica
<i>III.14</i>	Teoderico I	Bispo Aurigenes	Acusações contra eclesiásticos	c. 507/511	Jurídica
<i>III.15</i>	Teoderico I	Teodato	Resolução de questões jurídicas	c. 507/511	Jurídica
<i>III.16</i>	Teoderico I	Guemelo	Concessão do cargo de Governador	508	Nomeação
<i>III.17</i>	Teoderico I	Províncias gaulesas	Proclamação aos súditos da Gália	508	Informativa
<i>III.18</i>	Teoderico I	Guemelo	Restauração do ofício de um personagem	c. 508/511	Administrativa
<i>III.19</i>	Teoderico I	Daniel	Monopólio do suprimento de mármore	c. 507/511	Administrativa / Econômica
<i>III.20</i>	Teoderico I	Grimoda e Ferroquinto	Opressão sobre um personagem	c. 507/511	Jurídica
<i>III.21</i>	Teoderico I	Fausto	Dispensa do serviço	c. 507/511	Administrativa
<i>III.22</i>	Teoderico I	Artemidoro	Convite para a Corte	c. 507/511	Informativa
<i>III.23</i>	Teoderico I	Colosseo	Concessão do cargo de Governador	c. 507/511	Nomeação
<i>III.24</i>	Teoderico I	Godos e Romanos	Informe sobre a carta anterior	c. 507/511	Informativa
<i>III.25</i>	Teoderico I	Simeão	Coleta de tributos na Dalmácia	c. 510/511	Tributária
<i>III.26</i>	Teoderico I	Osum	Informe sobre a carta anterior	c. 510/511	Informativa
<i>III.27</i>	Teoderico I	João	Defesa contra o Prefeito do Pretório	c. 507/511	Jurídica
<i>III.28</i>	Teoderico I	Cassiodoro <i>senior</i>	Convite para a Corte	c. 507/511	Informativa
<i>III.29</i>	Teoderico I	Argólico	Reparação de granários em Roma	c. 510/511	Administrativa
<i>III.30</i>	Teoderico I	Argólico	Reparação da <i>Cloacæ</i> de Roma	c. 510/511	Administrativa
<i>III.31</i>	Teoderico I	Senado	Comissão para verificação de aquedutos	c. 510/511	Administrativa
<i>III.32</i>	Teoderico I	Guemelo	Remissão dos tributos em Arles	510	Tributária
<i>III.33</i>	Teoderico I	Guemelo	Promoção de certos personagens	c. 510/511	Administrativa
<i>III.34</i>	Teoderico I	Habitantes de <i>Massilia</i>	Nomeação de um governador	c. 508/511	Informativa
<i>III.35</i>	Teoderico I	Rômulo	Não revogação de presentes	c. 507/511	Jurídica
<i>III.36</i>	Teoderico I	Arigerno	Reclamações contra um personagem	c. 507/511	Jurídica
<i>III.37</i>	Teoderico I	Bispo Pedro	Acusações contra o bispo	c. 507/511	Jurídica
<i>III.38</i>	Teoderico I	Vandil	Ordem para as tropas Góticas	508	Militar
<i>III.39</i>	Teoderico I	Felício	Regalias para os condutores	511	Econômica

<b>III.40</b>	Teoderico I	Provinciais da Gália	Imunidade tributária	510	Tributária
<b>III.41</b>	Teoderico I	Guemelo	Envio de cereais para as guarnições	508	Administrativa
<b>III.42</b>	Teoderico I	Provinciais da Gália	Dispensa militar para habitantes da Gália	508	Militar
<b>III.43</b>	Teoderico I	Unige	Retorno de escravos fugitivos	508	Jurídica
<b>III.44</b>	Teoderico I	Possessores de Arles	Reparo das muralhas de Arles	c. 508/509	Administrativa
<b>III.45</b>	Teoderico I	Arigerno	Disputa de bens entre facções religiosas	c. 507/511	Jurídica
<b>III.46</b>	Teoderico I	Adeodato	Acusações contra um personagem	c. 507/511	Jurídica
<b>III.47</b>	Teoderico I	Fausto	Banimento de um personagem	c. 507/511	Jurídica
<b>III.48</b>	Teoderico I	Godos e Romanos	Fortificação de <i>Verruca</i>	c. 507/511	Administrativa
<b>III.49</b>	Teoderico I	Curiais	Reparo de anfiteatros	c. 507/511	Administrativa
<b>III.50</b>	Teoderico I	Provinciais do <i>Noricum</i>	Situação do gado da região	507	Jurídica
<b>III.51</b>	Teoderico I	Fausto	Pagamento de um condutor	c. 507/511	Econômica
<b>III.52</b>	Teoderico I	<i>Consularis</i>	Situação de propriedades romanas	c. 507/511	Jurídica
<b>III.53</b>	Teoderico I	Aproniano	Sobre um “encontrador de água”	c. 507/511	Administrativa
<b>IV.1</b>	Teoderico I	Hermanafrido	Casamento de Amalaberga	c. 507/511	Diplomática
<b>IV.2</b>	Teoderico I	Rei dos Hérulos	Adoção <i>filius per arma</i>	c. 507/511	Diplomática
<b>IV.3</b>	Teoderico I	Senário	Concessão do cargo de <i>Comes Patrimonium</i>	c. 509/510	Nomeação
<b>IV.4</b>	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	509	Informativa
<b>IV.5</b>	Teoderico I	Amabilo	Suprimentos contra Fome na Gália	c. 508/511	Administrativa
<b>IV.6</b>	Teoderico I	Símaco	Tutela de jovens em Roma	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.7</b>	Teoderico I	Senário	Refundo de naufragos na Gália	c. 509/510	Econômica
<b>IV.8</b>	Teoderico I	Curiais	Transporte de madeira	c. 507/511	Administrativa
<b>IV.9</b>	Teoderico I	Osuim	Tutela de crianças	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.10</b>	Teoderico I	João	Questões sobre práticas jurídicas	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.11</b>	Teoderico I	Senário	Disputas entre Possessores e Curiais	c. 509/510	Jurídica
<b>IV.12</b>	Teoderico I	Marabado e Guemelo	Disputa familiar	c. 508/511	Jurídica
<b>IV.13</b>	Teoderico I	Senário	Suprimentos para um oficial	c. 509/510	Administrativa / Econômica
<b>IV.14</b>	Teoderico I	Gesila	Evasão tributária de godos	c. 507/511	Tributária
<b>IV.15</b>	Teoderico I	Benenato	Seleção de novos barqueiros	c. 507/511	Administrativa
<b>IV.16</b>	Teoderico I	Senado	Indicação de um Oficial para Roma	c. 509/511	Informativa
<b>IV.17</b>	Teoderico I	Ida	Restauração de posses eclesiásticas	c. 508/511	Jurídica
<b>IV.18</b>	Teoderico I	Annas	Acusação de vilipêndio	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.19</b>	Teoderico I	Guemelo	Isenção tributária sobre grãos e vinho	c. 508/511	Tributária
<b>IV.20</b>	Teoderico I	Gueberico	Restauração de posses eclesiásticas	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.21</b>	Teoderico I	Guemelo	Pedido de rapidez na realização das ordens	c. 508/511	Informativa
<b>IV.22</b>	Teoderico I	Argólico	Acusação de prática de magia	c. 510/511	Jurídica
<b>IV.23</b>	Teoderico I	Arigerno	Acusação de prática de magia	c. 510/511	Jurídica
<b>IV.24</b>	Teoderico I	Elpidio	Restauração de edificações em Spoleto	c. 507/511	Administrativa
<b>IV.25</b>	Teoderico I	Argólico	Indicação de um senador	c. 510/511	Informativa
<b>IV.26</b>	Teoderico I	Cidadãos de <i>Massilia</i>	Remissão de tributos	c. 508/511	Tributária
<b>IV.27</b>	Teoderico I	Tezutzato	Acusação contra um <i>Sajo</i>	c. 508/511	Jurídica
<b>IV.28</b>	Teoderico I	Duda	Acusação contra um <i>Sajo</i>	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.29</b>	Teoderico I	Argólico	Pedido de rapidez na realização das ordens	c. 510/511	Informativa
<b>IV.30</b>	Teoderico I	Albino	Mudanças na cidade de Roma	c. 507/511	Administrativa
<b>IV.31</b>	Teoderico I	Emiliano	Término imediato de um aqueduto	c. 507/511	Administrativa
<b>IV.32</b>	Teoderico I	Duda	Posse de uma propriedade	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.33</b>	Teoderico I	Judeus em Genoa	Afirmação de direitos dos judeus	c. 507/511	Jurídica
<b>IV.34</b>	Teoderico I	Duda	Posse de um tesouro enterrado	c. 507/511	Jurídica



IV.35	Teoderico I	<i>Actores de Albino</i>	Situação jurídica de um menor	509	Jurídica
IV.36	Teoderico I	Fausto	Remissão de tributos para certa província	c. 507/511	Tributária
IV.37	Teoderico I	Teodegotha	Pedido de rapidez na realização das ordens	c. 507/511	Informativa
IV.38	Teoderico I	Fausto	Diminuição de tributos sobre certas cidades	c. 507/511	Tributária
IV.39	Teoderico I	Teodato	Acusações contra Teodato	c. 507/511	Informativa / Jurídica
IV.40	Teoderico I	<i>Actores de Probino</i>	Situação jurídica de uma família	c. 507/511	Jurídica
IV.41	Teoderico I	João	Restituição de um julgamento injusto	c. 507/511	Jurídica
IV.42	Teoderico I	Argólico	Restauração de uma propriedade	c. 510/511	Jurídica
IV.43	Teoderico I	Senado	Punição contra incendiários de Sinagoga	c. 509/511	Jurídica
IV.44	Teoderico I	Bispo Antônio	Julgamento contra um personagem	c. 507/511	Jurídica
IV.45	Teoderico I	Curiais	Encaminhamento dos Hérulos à Ravena	c. 507/511	Administrativa
IV.46	Teoderico I	Marabado	Situação jurídica de um casamento	c. 507/511	Jurídica
IV.47	Teoderico I	Gudisal	Abuso de bens	c. 507/511	Jurídica
IV.48	Teoderico I	Eusébio	Dispensa do serviço	c. 507/511	Administrativa
IV.49	Teoderico I	Curiais da Suávia	Questões jurídicas	c. 507/511	Jurídica
IV.50	Teoderico I	Fausto	Remissão de tributos na Campânia	c. 507/511	Tributária
IV.51	Teoderico I	Símaco	Elogio pela restauração de Roma	c. 507/511	Administrativa / Informativa
V.1	Teoderico I	Trasamundo	Agradecimento por presentes	c. 523/526	Diplomática
V.2	Teoderico I	Hæsti	Agradecimento pelo âmbar	c. 523/526	Diplomática
V.3	Teoderico I	Honorácio	Concessão do cargo de <i>Quæstor</i>	524	Nomeação
V.4	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	524	Informativa
V.5	Teoderico I	Mannila	Queixas sobre abusos civis	c. 523/526	Jurídica
V.6	Teoderico I	Estabulário	Sobre pagamentos	c. 523/526	Econômica
V.7	Teoderico I	João	Sobre pagamentos	c. 523/526	Econômica
V.8	Teoderico I	Anastácio	Transporte de Mármore para Ravena	c. 523/526	Administrativa
V.9	Teoderico I	Possessores da Feltria	Auxílio na construção de uma nova cidade	c. 523/526	Administrativa
V.10	Teoderico I	Verano	Condução da marcha dos Gépidas	c. 523/526	Militar / Administrativa
V.11	Teoderico I	Gépidas	Pagamento de soldos	c. 523/526	Militar / Econômica
V.12	Teoderico I	Teodato	Acusações contra Teodato	c. 523/526	Informativa / Jurídica
V.13	Teoderico I	Eutrópio e Acrécio	Administração de bens militares	c. 523/526	Militar / Administrativa
V.14	Teoderico I	Severiano	Abusos financeiros	c. 523/526	Econômica / Jurídica
V.15	Teoderico I	Possessores na Suávia	Informe sobre a carta anterior	c. 525/526	Informativa
V.16	Teoderico I	Abundâncio	Construção de barcos	c. 525/526	Administrativa
V.17	Teoderico I	Abundâncio	Informe sobre a carta anterior	c. 523/526	Informativa
V.18	Teoderico I	Vilias	Construção de barcos	c. 523/526	Administrativa
V.19	Teoderico I	Gudinando	Recrutamento de marinheiros	c. 523/526	Administrativa
V.20	Teoderico I	Avilfo	Coleta de madeira	c. 523/526	Administrativa
V.21	Teoderico I	Capuano	Concessão do cargo de <i>Rector Decuriarum</i>	c. 523/526	Nomeação
V.22	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 523/526	Informativa
V.23	Teoderico I	Abundâncio	Treinamento de arqueiros	c. 525/526	Militar
V.24	Teoderico I	Epifânio	Herança de uma viúva sem herdeiros	c. 525/526	Jurídica
V.25	Teoderico I	Bacauda	Concessão do cargo de <i>Tribunus Volupt.</i>	c. 523/526	Nomeação
V.26	Teoderico I	Godos	Convocatória para encontro com o Rei	c. 523/526	Informativa
V.27	Teoderico I	Guduim	Informe sobre a carta anterior	c. 523/526	Informativa
V.28	Teoderico I	Carino	Convocatória para a Corte	c. 523/526	Informativa
V.29	Teoderico I	Neudes	Pedidos de um godo cego	c. 523/526	Jurídica
V.30	Teoderico I	Guduim	Correção de funções de godos livres	c. 523/526	Jurídica
V.31	Teoderico I	Decorato	Problemas na coleta de tributos	c. 523/526	Tributária



V.32	Teoderico I	Brandila	Castigo para esposa homicida	c. 523/526	Jurídica
V.33	Teoderico I	Vilitanco	Informe sobre a carta anterior	c. 523/526	Informativa
V.34	Teoderico I	Abundâncio	Condenação de um personagem	c. 523/526	Jurídica
V.35	Teoderico I	Luvirito e Ampélio	Condenação de proprietários de navios	c. 523/526	Jurídica
V.36	Teoderico I	Estarcédio	Dispensa do serviço	c. 523/526	Administrativa
V.37	Teoderico I	Judeus de Milão	Direitos da Sinagoga	c. 523/526	Jurídica
V.38	Teoderico I	Cultivadores	Atenção com plantas nos aquedutos	c. 523/526	Administrativa
V.39	Teoderico I	Ampélio e Livéria	Problemas na administração da <i>Hispania</i>	c. 523/526	Administrativa
V.40	Teoderico I	Cipriano	Concessão do cargo de <i>Comes Largitionum</i>	524	Nomeação
V.41	Teoderico I	Senado	Informe sobre a carta anterior	524	Informativa
V.42	Teoderico I	Máximo	Questões sobre espetáculos no Anfiteatro	523	Administrativa
V.43	Teoderico I	Trasamundo	Reclamação sobre uma aliança	511	Diplomática
V.44	Teoderico I	Trasamundo	Reconciliação entre as Coroas	511	Diplomática
VIII.1	Atalarico	Justino I	Ascensão de Atalarico ao Trono	526	Diplomática
VIII.2	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.3	Atalarico	Romanos	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.4	Atalarico	Romanos e Dálmatas	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.5	Atalarico	Godos	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.6	Atalarico	Libério	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.7	Atalarico	Provinciais na Gália	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.8	Atalarico	Bispo Vitorino	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.9	Atalarico	Tulum	Concessão do Patriciado	526	Nomeação
VIII.10	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.11	Tulum	Senado	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.12	Atalarico	Arator	Concessão do cargo de <i>Comes Domest.</i>	526	Nomeação
VIII.13	Atalarico	Ambrosio	Concessão do cargo de <i>Quæstor</i>	526	Nomeação
VIII.14	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	526	Informativa
VIII.15	Atalarico	Senado	Elevação de Felício III ao Pontificado	526	Informativa
VIII.16	Atalarico	Opílio	Concessão do cargo de <i>Comes Largitionum</i>	c. 527/528	Nomeação
VIII.17	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 527/528	Informativa
VIII.18	Atalarico	Felício	Concessão do cargo de <i>Quæstor</i>	c. 527/528	Nomeação
VIII.19	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	c. 527/528	Informativa
VIII.20	Atalarico	Albieno	Concessão do cargo de <i>Præf. Prætori</i>	c. 527/528	Nomeação
VIII.21	Atalarico	Cipriano	Concessão do Patriciado	527	Nomeação
VIII.22	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	527	Informativa
VIII.23	Atalarico	Bergantino	Presentes á Teodato	527	Administrativa
VIII.24	Atalarico	Clérigos de Roma	Imunidades eclesiásticas	527	Jurídica
VIII.25	Atalarico	João	Transferência de propriedades	527	Jurídica
VIII.26	Atalarico	Habitantes de Nursia	Obediência ao Prior	526	Jurídica
VIII.27	Atalarico	Dumerito e Florêncio	Julgamento de criminosos	527	Jurídica
VIII.28	Atalarico	Cunigasto	Questão judicial com dependentes	527	Jurídica
VIII.29	Atalarico	Curiais de Parma	Medidas sanitárias em Parma	527	Administrativa
VIII.30	Atalarico	Genésio	Informe sobre a carta anterior	527	Informativa
VIII.31	Atalarico	Severo	Sobre a província de Bruttii	527	Informativa
VIII.32	Atalarico	Severo	Sobre a Fonte de Arethusa	527	Informativa / Administrativa
VIII.33	Atalarico	Severo	Sobre a festa de São Cipriano	527	Informativa / Administrativa
IX.1	Atalarico	Hilderico	Execução de Amalafrida	526	Diplomática
IX.2	Atalarico	---	Opressão dos Curiais	527	Édito

<i>IX.3</i>	Atalarico	Bergantino	Mineração de ouro na Itália	527	Administrativa
<i>IX.4</i>	Atalarico	Abundâncio	Hierarquia civil de uma família	527	Administrativa
<i>IX.5</i>	Atalarico	Certos bispos	Inspeção do preço de grãos	527	Administrativa
<i>IX.6</i>	Atalarico	Certo <i>Primiscrinus</i>	Dispensa temporária de um funcionário	527	Administrativa
<i>IX.7</i>	Atalarico	Reparato	Concessão do cargo de <i>Præf. Prætori</i>	527	Nomeação
<i>IX.8</i>	Atalarico	Osuim	Concessão do cargo de Governador	526	Nomeação
<i>IX.9</i>	Atalarico	Godos e Romanos	Informe sobre a carta anterior	c. 526/527	Informativa
<i>IX.10</i>	Atalarico	Provinciais de Siracusa	Remissão de certos tributos	c. 526/527	Tributária
<i>IX.11</i>	Atalarico	Gildias	Opressão tributária na Sicília	c. 526/527	Tributária
<i>IX.12</i>	Atalarico	Vitor e Vigisicla	Opressão tributária na Sicília	c. 526/527	Tributária
<i>IX.13</i>	Atalarico	Vilias	Aumento do ganho dos <i>Domestici</i>	c. 526/527	Militar / Econômica
<i>IX.14</i>	Atalarico	Gildias	Reclamações contra a atuação deste	c. 526/527	Jurídica / Tributária
<i>IX.15</i>	Atalarico	João II	Contra a simonia	533	Jurídica
<i>IX.16</i>	Atalarico	Salvêncio	Informe sobre a carta anterior	533	Informativa
<i>IX.17</i>	Atalarico	Salvêncio	Libertação de romanos acusados de sedição	c. 533/534	Jurídica
<i>IX.18</i>	Atalarico	---	Questões jurídicas e administrativas	c. 533/534	Édito
<i>IX.19</i>	Atalarico	Senado	Promulgação do Édito	533	Informativa
<i>IX.20</i>	Atalarico	Juizes de província	Informe sobre a carta anterior	533	Informativa
<i>IX.21</i>	Atalarico	Senado	Aumento do salário de gramáticos	533	Administrativa / Econômica
<i>IX.22</i>	Atalarico	Paulino	Concessão do cargo de Cônsul	533	Nomeação
<i>IX.23</i>	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	533	Informativa
<i>IX.24</i>	Atalarico	Cassiodoro Senador	Concessão do cargo de <i>Præf. Prætori</i>	533	Nomeação
<i>IX.25</i>	Atalarico	Senado	Informe sobre a carta anterior	533	Informativa
<i>X.1</i>	Amalasunta	Justiniano I	Associação de Teodato ao Trono	534	Diplomática
<i>X.2</i>	Teodato	Justiniano I	Sua associação ao Trono Ostrogótico	534	Diplomática
<i>X.3</i>	Amalasunta	Senado	Informe sobre a carta anterior	534	Informativa
<i>X.4</i>	Teodato	Senado	Informe sobre a carta anterior	534	Informativa
<i>X.5</i>	Teodato	Teodósio	Justiça entre seus seguidores	534	Jurídica / Informativa
<i>X.6</i>	Teodato	Patrício	Concessão do cargo de <i>Quæstor</i>	534	Nomeação
<i>X.7</i>	Teodato	Senado	Informe sobre a carta anterior	534	Informativa
<i>X.8</i>	Amalasunta	Justiniano I	Mármore presenteado por Justiniano	534	Diplomática
<i>X.9</i>	Teodato	Justiniano I	Mármore presenteado por Justiniano	534	Diplomática
<i>X.10</i>	Amalasunta	Teodora	Saudação à Imperatriz	534	Diplomática
<i>X.11</i>	Teodato	Máximo	Concessão do cargo de <i>Primicerius</i>	535	Nomeação
<i>X.12</i>	Teodato	Senado	Informe sobre a carta anterior	535	Informativa
<i>X.13</i>	Teodato	Senado	Suspeita com relação aos senadores	535	Informativa / Convocatória
<i>X.14</i>	Teodato	Romanos	Problemas entre cidadãos e soldados	535	Jurídica / Militar
<i>X.15</i>	Teodato	Justiniano I	Apresentação de um eclesiástico	535	Diplomática
<i>X.16</i>	Teodato	Senado	Pedido de juramento e fidelidade	535	Convocatória
<i>X.17</i>	Teodato	Romanos	Pedido de juramento e fidelidade	535	Convocatória
<i>X.18</i>	Teodato	Senado	Guarnições Góticas em Roma	535	Militar / Administrativa
<i>X.19</i>	Teodato	Justiniano I	Embaixada de Pedro	535	Diplomática
<i>X.20</i>	Gudelina	Teodora	Embaixada de Rústico	535	Diplomática
<i>X.21</i>	Gudelina	Teodora	Pedido de amizade à Imperatriz	535	Diplomática
<i>X.22</i>	Teodato	Justiniano I	Tratados de paz	535	Diplomática
<i>X.23</i>	Gudelina	Teodora	Tratados de paz	535	Diplomática
<i>X.24</i>	Gudelina	Justiniano I	Tratados de paz	535	Diplomática
<i>X.25</i>	Teodato	Justiniano I	Tratados de paz	535	Diplomática

X.26	Teodato	Justiniano I	Taxação excessiva de um monastério	c. 535/536	Diplomática
X.27	Teodato	Cassiodoro Senador	Distribuição de grãos na Liguria	c. 535/536	Administrativa
X.28	Teodato	Cassiodoro Senador	Regulação de monopólios e ganhos	c. 535/536	Administrativa / Econômica
X.29	Teodato	Vinusiado	Permissão de dispensa militar	c. 535/536	Militar / Administrativa
X.30	Teodato	Honório	Restauração de elefantes ornamentais	c. 535/536	Administrativa
X.31	Vitige	Godos	Sua elevação como Rei dos Godos	536	Informativa
X.32	Vitige	Justiniano I	Pedido de paz	536	Diplomática
X.33	Vitige	<i>Mag. Officiorum</i>	Embaixada à Constantinopla	c. 536/537	Diplomática
X.34	Vitige	Bispos	Informe sobre a carta anterior	c. 536/537	Informativa / Diplomática
X.35	Vitige	Pref. De Tessalônica	Informe sobre a carta anterior	536	Informativa / Diplomática
XI.1	Cassiodoro	Senado	Concessão do cargo de <i>Præf. Prætori</i>	c. 537/538	Nomeação
XI.2	Cassiodoro	Papa João II	Saudação ao Pontífice	533	Informativa
XI.3	Cassiodoro	Bispos	Saudação aos bispos	533	Informativa
XI.4	Cassiodoro	Ambrosio	Funções do ofício de Ambrosio	533	Informativa / Administrativa
XI.5	Cassiodoro	Ambrosio	Distribuição de grãos em Roma	533	Administrativa
XI.6	Cassiodoro	João	Funções do <i>cancellarius</i>	533	Informativa / Administrativa
XI.7	Cassiodoro	Juizes de província	Funções dos coletores de impostos	533	Tributária / Administrativa
XI.8	Cassiodoro	---	Administração de um novo governo	533	Édito
XI.9	Cassiodoro	Juizes de província	Pedido para que o édito seja seguido	533	Informativa
XI.10	Cassiodoro	Beato	Recuperação de um soldado	c. 533/537	Militar / Administrativa
XI.11	Cassiodoro	---	Preços de bens em Ravena	c. 533/537	Édito
XI.12	Cassiodoro	---	Preços de bens ao longo da <i>Via Flaminia</i>	c. 533/537	Édito
XI.13	Senado	Justiniano I	Pedido de paz	535	Diplomática
XI.14	Cassiodoro	Gaudioso	Elogio da cidade de Como, na Ligúria	c. 533/537	Informativa
XI.15	Cassiodoro	Ligurios	Envio de suprimentos à Ligúria	534	Econômica / Administrativa
XI.16	Cassiodoro	Ligurios	Fim de opressões na Ligúria	534	Administrativa
XI.17	Cassiodoro	---	Promoções no Ofício Pretorial	534	Administrativa / Informativa
XI.18	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.19	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.20	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.21	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.22	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.23	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.24	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.25	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.26	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.27	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.28	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.29	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.30	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.31	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.32	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.33	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.34	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.35	Cassiodoro	---	Informe sobre os ofícios e promoções	534	Administrativa / Informativa
XI.36	Cassiodoro	Anatólio	Aposentadoria de um funcionário	534	Administrativa / Econômica
XI.37	Cassiodoro	Lucino	Pagamento de aposentadorias	534	Administrativa / Econômica
XI.38	Cassiodoro	João	Elogio digressivo do papel (material)	c. 534/535	Informativa

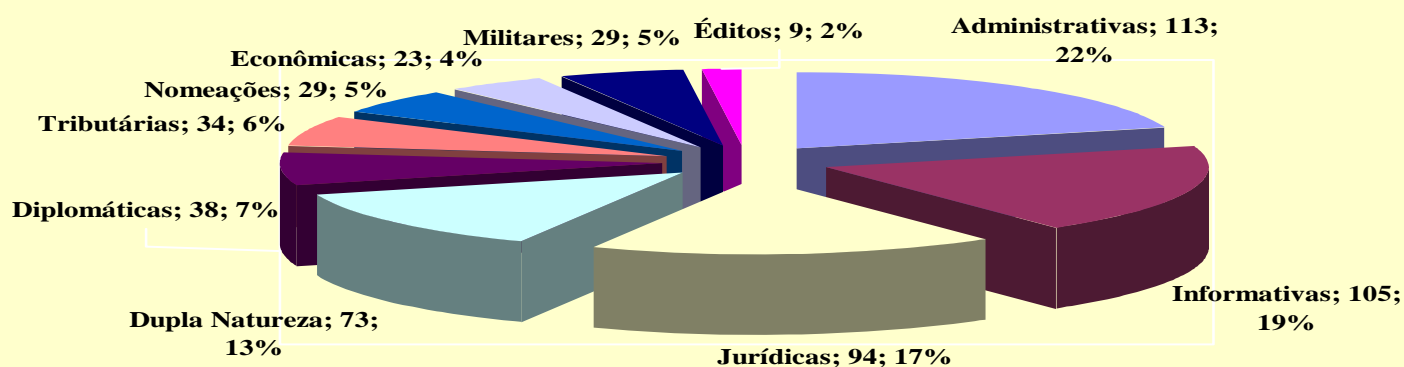
<i>XI.39</i>	Cassiodoro	Vitaliano	Pagamento de tributo do gado	c. 533/537	Tributária
<i>XI.40</i>	Cassiodoro	---	Indulgência de prisioneiros	c. 533/537	Jurídica
<i>XII.1</i>	Cassiodoro	<i>Cancellarii</i> provinciais	Instruções sobre o ofício	c. 533/537	Administrativa / Informativa
<i>XII.2</i>	Cassiodoro	Juizes de província	Instruções sobre o ofício	534	Administrativa / Informativa
<i>XII.3</i>	Cassiodoro	<i>Sajones</i>	Instruções sobre o ofício	c. 533/537	Administrativa / Informativa
<i>XII.4</i>	Cassiodoro	<i>Canonicarius</i>	Elogio ao vinho de Verona	c. 533/537	Informativa
<i>XII.5</i>	Cassiodoro	Valeriano	Cuidados para Bruttii e Lucania	c. 535/536	Administrativa / Militar
<i>XII.6</i>	Cassiodoro	Oficiais de Prefeitura	Instruções sobre o ofício	c. 533/537	Administrativa / Informativa
<i>XII.7</i>	Cassiodoro	Coletores de Tributo	Cancelamento da coleta no Vêneto	c. 536/537	Tributária
<i>XII.8</i>	Cassiodoro	<i>Consularis</i>	Pagamentos de tributos	c. 533/537	Tributária
<i>XII.9</i>	Cassiodoro	Pascásio	Herança de bens na África	c. 533/537	Jurídica
<i>XII.10</i>	Cassiodoro	<i>Cancellarii</i> provinciais	Pagamentos de tributos	c. 533/537	Tributária
<i>XII.11</i>	Cassiodoro	Pedro	Distribuição de alimentos em Roma	c. 533/537	Jurídica / Econômica
<i>XII.12</i>	Cassiodoro	Anastácio	Elogio do queijo e do vinho de Bruttii	c. 533/537	Informativa
<i>XII.13</i>	Cassiodoro	---	Contra fraudes nos bens eclesiásticos	c. 533/537	Édito
<i>XII.14</i>	Cassiodoro	Anastácio	Reclamações dos cidadãos de <i>Rhegium</i>	c. 533/537	Administrativa / Tributária
<i>XII.15</i>	Cassiodoro	Máximo	Elogio de <i>Scyllacium</i> (Squillace)	c. 533/537	Informativa
<i>XII.15</i>	Cassiodoro	<i>Canonicarius</i>	Pagamento de tributos	537	Tributária / Econômica
<i>XII.17</i>	Cassiodoro	João	Defesas de Ravena	c. 533/537	Administrativa / Militar
<i>XII.18</i>	Cassiodoro	Constantiano	Reparação da <i>Via Flamini</i>	c. 533/537	Administrativa
<i>XII.18</i>	Cassiodoro	Máximo	Feituras de uma ponte de barcos	c. 535/536	Administrativa
<i>XII.20</i>	Cassiodoro	Tomas e Pedro	Questão relativa a bens eclesiásticos	536	Administrativa
<i>XII.21</i>	Cassiodoro	Deusdedito	Funções dos escribas	c. 533/537	Administrativa / Informativa
<i>XII.22</i>	Cassiodoro	Provinciais da Istria	Requisição de tributos	c. 537/538	Tributária
<i>XII.23</i>	Cassiodoro	Laurêncio	Informe sobre a carta anterior	c. 537/538	Informativa
<i>XII.24</i>	Cassiodoro	Tribunos “marítimos”	Informe sobre a carta anterior	c. 537/538	Informativa
<i>XII.25</i>	Cassiodoro	Ambrosio	Fome na Itália	538	Administrativa / Informativa
<i>XII.26</i>	Cassiodoro	Paulo	Remissão dos tributos	c. 533/537	Tributária
<i>XII.27</i>	Cassiodoro	Dácio	Recursos civis diante da Fome	c. 535/537	Administrativa
<i>XII.28</i>	Cassiodoro	---	Recursos aos habitante da Ligúria	c. 535/537	Édito

### 3. Mapeamento das *Variae* de Cassiodoro

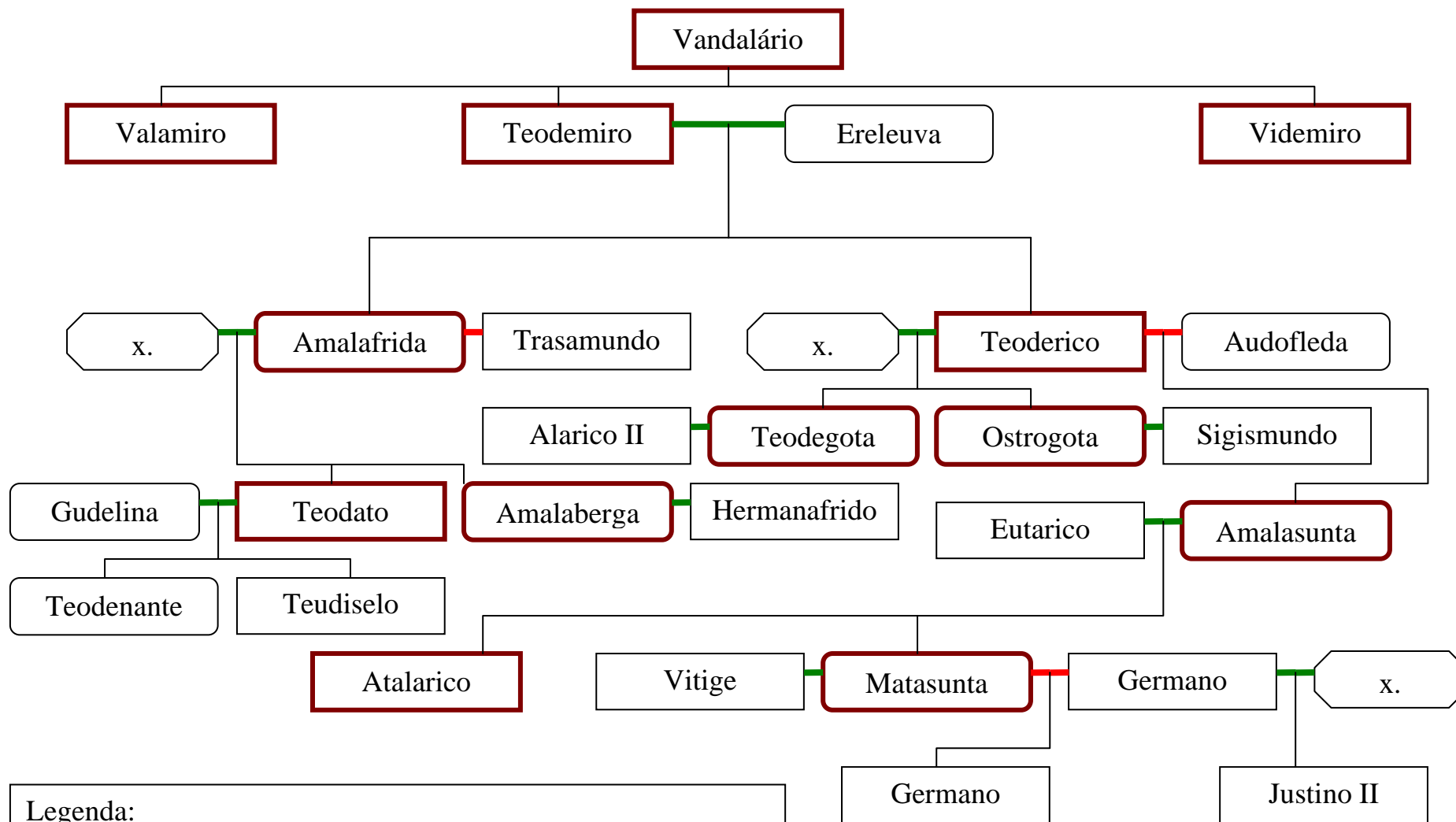
<b><i>Administrativas</i></b>	I.2; I.6; I.17; I.21; I.25; I.28; I.29; I.30; I.31; I.33; I.34; I.35; I.41; I.45; II.7; II.12; II.20; II.27; II.28; II.31; II.32; II.34; II.39; II.40; III.9; III.18; III.19; III.21; III.29; III.30; III.31; III.33; III.41; III.44; III.48; III.49; III.53; IV.5; IV.8; IV.13; IV.15; IV.24; IV.30; IV.31; IV.45; IV.48; IV.51; V.8; V.9; V.10; V.13; V.16; V.18; V.19; V.20; V.36; V.38; V.39; V.42; VIII.23; VIII.29; VIII.32; VIII.33; IX.3; IX.4; IX.5; IX.6; IX.21; X.18; X.27; X.28; X.29; X.30; XI.4; XI.5; XI.6; XI.7; XI.10; XI.15; XI.16; XI.17; XI.18; XI.19; XI.20; XI.21; XI.22; XI.23; XI.24; XI.25; XI.26; XI.27; XI.28; XI.29; XI.30; XI.31; XI.32; XI.33; XI.34; XI.35; XI.36; XI.37; XII.1; XII.2; XII.3; XII.5; XII.6; XII.14; XII.17; XII.18; XII.19; XII.20; XII.21; XII.25; XII.27;
<b><i>Jurídicas</i></b>	I.5; I.7; I.8; I.9; I.11; I.15; I.18; I.19; I.20; I.23; I.27; I.31; I.32; I.36; I.37; I.38; I.39; I.41; II.8; II.9; II.10; II.11; II.13; II.14; II.18; II.19; II.21; II.22; II.23; II.29; II.35; III.7; III.13; III.14; III.15; III.20; III.27; III.35; III.36; III.37; III.43; III.45; III.46; III.47; III.50; III.52; IV.6; IV.9; IV.10; IV.11; IV.12; IV.17; IV.18; IV.20; IV.22; IV.23; IV.27; IV.28; IV.32; IV.33; IV.34; IV.35; IV.39; IV.40; IV.41; IV.42; IV.43; IV.44; IV.46; IV.47; IV.49; V.5; V.12; V.14; V.24; V.29; V.30; V.32; V.34; V.35; V.37; VIII.24; VIII.25; VIII.26; VIII.27; VIII.28; IX.14; IX.15; IX.17; X.5; X.14; XI.40; XII.9; XII.11;
<b><i>Tributárias</i></b>	I.14; I.16; I.19; I.26; II.4; II.17; II.24; II.26; II.30; II.38; III.8; III.25; III.32; III.40; IV.14; IV.19; IV.26; IV.36; IV.38; IV.50; V.31; IX.10; IX.11; IX.12; IX.14; XI.7; XI.39; XII.7; XII.8; XII.10; XII.14; XII.15; XII.22;

	XII.26;
<i>Informativas</i>	I.4; I.13; I.43; I.44; II.2; II.3; II.16; II.33; III.6; III.10; III.12; III.17; III.22; III.24; III.26; III.28; III.34; IV.4; IV.16; IV.21; IV.25; IV.29; IV.37; IV.39; IV.51; V.4; V.12; V.15; V.17; V.22; V.26; V.27; V.28; V.33; V.41; VIII.2; VIII.3; VIII.4; VIII.5; VIII.6; VIII.7; VIII.8; VIII.10; VIII.11; VIII.14; VIII.15; VIII.17; VIII.19; VIII.22; VIII.30; VIII.31; VIII.32; VIII.33; IX.9; IX.16; IX.19; IX.20; IX.23; IX.25; X.3; X.4; X.5; X.7; X.13; X.31; X.34; X.35; XI.2; XI.3; XI.4; XI.6; XI.9; XI.14; XI.17; XI.18; XI.19; XI.20; XI.21; XI.22; XI.23; XI.24; XI.25; XI.26; XI.27; XI.28; XI.29; XI.30; XI.31; XI.32; XI.33; XI.34; XI.35; XI.36; XI.38; XII.1; XII.2; XII.3; XII.4; XII.6; XII.12; XII.15; XII.21; XII.23; XII.24; XII.25;
<i>Diplomáticas</i>	I.1; I.45; I.46; II.1; II.6; II.40; II.41; III.1; III.2; III.3; III.4; IV.1; IV.2; V.1; V.2; V.43; V.44; VIII.1; IX.1; X.1; X.2; X.8; X.9; X.10; X.15; X.19; X.20; X.21; X.22; X.23; X.24; X.25; X.26; X.32; X.33; X.34; X.35; XI.13;
<i>Nomeações</i>	I.3; I.12; I.22; I.42; II.15; III.5; III.11; III.16; III.23; IV.3; V.3; V.21; V.25; V.40; VIII.9; VIII.12; VIII.13; VIII.16; VIII.18; VIII.20; VIII.21; IX.7; IX.8; IX.22; IX.24; X.6; X.11; X.12; XI.1;
<i>Militares</i>	I.11; I.17; I.24; I.30; I.32; I.40; II.5; III.38; III.42; V.10; V.11; V.13; V.23; IX.13; X.14; X.18; X.29; XI.10; XII.5; XII.17;
<i>Econômicas</i>	I.10; I.34; I.35; II.5; II.26; II.37; III.19; III.39; III.51; IV.7; IV.13; V.6; V.7; V.11; V.14; IX.13; IX.21; X.28; XI.15; XI.36; XI.37; XII.11; XII.15;
<i>Convocatórias</i>	X.13; X.16; X.17;
<i>Éditos</i>	II.25; II.36; IX.2; IX.18; XI.8; XI.11; XI.12; XII.13; XII.28;

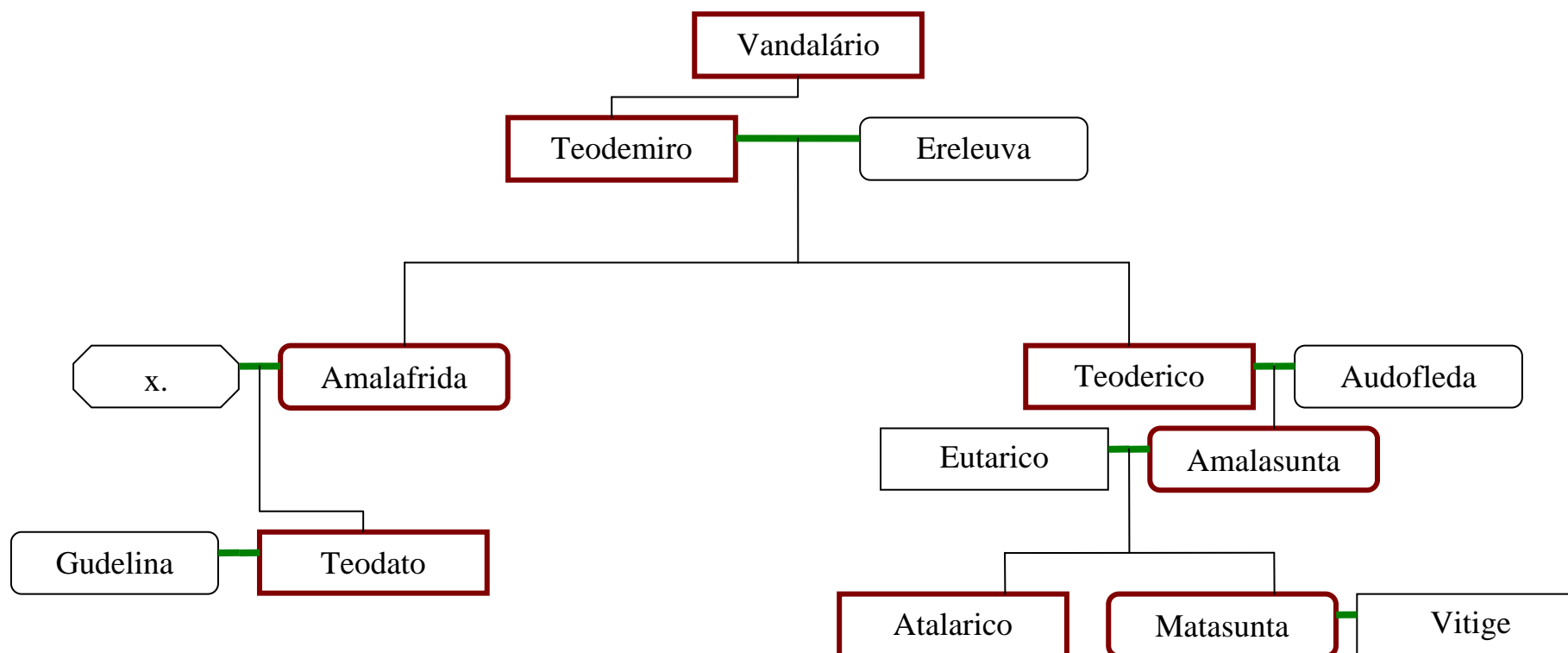
## Classificação das Variae



#### 4. Genealogia dos Amelungos (séculos V – VI)



### 5. Genealogia dos Amelungos (simplificada: séculos V – VI)



Legenda:

<span style="border: 2px solid red; padding: 2px;"> </span> Amelungo	<span style="border: 1px solid black; padding: 2px;"> </span> homem	<span style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; padding: 2px;"> </span> desconhecido
<span style="border-bottom: 2px solid green; display: inline-block; width: 20px;"></span> casamento	<span style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; padding: 2px;"> </span> mulher	